UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCELO DA SILVA MURILO

**A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS:
A CRISE DO SÉCULO XIV, REVERBERAÇÕES DA HISTORIOGRAFIA
ACADÊMICA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NOS
ESQUEMAS EXPLICATIVOS ESCOLARES**

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**A Idade Média nos livros didáticos brasileiros: a crise do século XIV,
reverberações da historiografia acadêmica da primeira metade do século
XX nos esquemas explicativos escolares**

VERSÃO CORRIGIDA

Marcelo da Silva Murilo

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação
em História Social da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Doutor em
Ciências.

Área de Concentração: História Social.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Candido da Silva

De acordo

São Paulo

2015

À minha esposa Andréa, com amor e admiração; companheira e trabalhadora incansável, sempre ao meu lado, na alegria e na tristeza.

Ao meu filho Marcelo, pela compreensão, pela paciência e pelo afeto.

Ao Pedro e ao Federico.

Aos meus pais Augusto e Maria Luiza, à Zita (*in memoriam*), às minhas irmãs queridas, Sirlene, Sirleid, Suely (*in memoriam*), aos meus irmãos Carlos Augusto, Márcio, José Carlos (*in memoriam*) e Herivelton, todo meu afeto, reconhecimento e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus.

Ao Prof. Dr. Marcelo Cândido da Silva, orientador com quem aprendi muito, obrigado por sua confiança, consideração, companheirismo e pelas contribuições de importância *sui generis* na minha formação.

Ao Prof. Dr. Marcos Silva, por ter acreditado no êxito do trabalho, pelo incentivo, colaboração e parceria.

Aos colegas do Laboratório de Estudos Medievais (LEME-USP), Renato, Bruna, Karen, Marcelo Ferrasin, Edward, Verônica, Thiago, e Vinicius, pelas trocas significativas.

Ao Prof. Dr. Daniel Klein colega nas jornadas de estudos na USP.

Ao Prof. Dr. Sávio Maia pelo suporte prestado frente à coordenação do Dinter.

Ao Prof. Dr. Mark Clark, pelo apoio.

À Universidade de São Paulo pela oportunidade proporcionada em virtude do convênio interinstitucional.

À Universidade Federal do Acre, pelo apoio institucional e em especial à Pró-Reitoria de Pesquisa e à Pós-Graduação pela assistência prestada.

Ao Programa de Pós-Graduação em História Social, pela oportunidade e assistência.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo apoio financeiro por meio de concessão da bolsa de Doutorado durante minha permanência em São Paulo.

Ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Acre, pela iniciativa do Dinter e em especial aos professores do Departamento de História ligados ao programa.

Ao Centro de Educação, Letras e Artes da Universidade Federal do Acre e em especial aos

professores do Departamento de Educação por oportunizarem minha liberação para cumprimento do período de estágio obrigatório.

Ao Laboratório de Estudos Medievais da Universidade de São Paulo – LEME, por oportunizar trocas relevantes e por viabilizar momentos significativos de formação.

Aos funcionários da Biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Restaurante Central da USP, pelo suporte diário prestado, sempre com muita atenção e zelo.

Ao Laboratório de Ensino e Material Didático – LEMAD, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, por colocar à disposição o acervo de livros didáticos do laboratório.

À Livraria Paim, por ter cedido parte dos livros didáticos que integram a relação de títulos analisados.

À Francimilda Jucá e a Eliezer (da Atual Livraria e Papelaria), por terem cedido parte dos livros didáticos que integram a relação de títulos analisados.

À Júlia Simone Ferreira, pela correção da versão em língua francesa do resumo.

À Maria Aparecida de Oliveira, pela correção da versão em língua inglesa do resumo.

Aos meus alunos e aos ex-alunos pelos votos de sucesso.

A todos os professores e a todas as professoras que colaboraram na minha formação, os meus mais sinceros agradecimentos.

(...) É essa a razão por que as crenças e os conhecimentos de um tempo ou de um meio parecem para o tempo ou o meio onde reinam, a representação da verdade, tal qual a podem alcançar e compreender os homens dessa época, até que o desenvolvimento das suas faculdades e consciências os torne capazes de perceber uma forma mais elevada, uma radiação mais intensa dessa verdade.

Léon Denis

RESUMO

MURILO, Marcelo da Silva. **A Idade Média nos livros didáticos brasileiros: a crise do século XIV, reverberações da historiografia acadêmica da primeira metade do século XX nos esquemas explicativos escolares.** 2015. 316 f. Tese (Doutorado) - Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2015.

Este trabalho trata da Idade Média nos livros didáticos brasileiros, compreende o estudo da “crise do século XIV” nas coleções escolares. O estudo, de cunho documental, foi desenvolvido utilizando-se como fonte os livros didáticos em circulação nas escolas públicas de Ensino Médio ao longo do período de vigência das duas primeiras versões do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM). A averiguação se deu tendo como norte a busca de explicações para o seguinte problema: que relações existem entre os esquemas explicativos apresentados nos livros didáticos e as interpretações formuladas pela historiografia acadêmica da primeira metade do século XX? O *corpus* documental foi extraído das 14 (quatorze) obras que integram a relação das fontes utilizadas e foi trabalhado por meio da análise do conteúdo. As análises foram desenvolvidas a partir de algumas questões norteadoras. De modo geral, discutiram-se os limites da apropriação de que a historiografia escolar tem feito das teses inauguradas pela historiografia acadêmica da primeira metade do século XX. Nesse estudo, verificou-se que a questão em torno do diálogo entre a historiografia escolar e a acadêmica deve ser relativizada. Considerou-se que, em certa medida e no que tange a determinados aspectos da relação, o diálogo existe, pois há correspondentes, porém, é um diálogo restrito, submetido a regras específicas que a escrita escolar impõe. Na tentativa de reafirmar um padrão unilateral de verdade, as obras escolares acabam por sugerir alterações que tendem a não expressar fielmente os pressupostos, as proposições e os elementos oriundos das teses que as inspiraram. Valendo-se de fios, até certo ponto frágeis, as obras se ocupam em “coser” esquemas originários de teses diversas, na tentativa de desenvolvimento de uma explicação que, embora própria, se mostra pouco hábil em superar as limitações da tradição presente na escrita dos livros didáticos.

Palavras-chave: Idade Média. Livro Didático. Crise do Século XIV.

ABSTRACT

MURILO, Marcelo da Silva. **The Middle Ages in Brazilian textbooks: the crisis of the fourteenth century, reverberations of academic historiography of the twentieth century first half in school explanatory schemes.** 2015. 316 f. Tese (Doutorado) - Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2015.

This research deals with the Middle Ages in Brazilian textbooks, it includes the study of the "fourteenth-century crisis" in school collections. Through documentary evidence, the study made use of source textbooks in circulation in public schools during high school throughout the period of the first two versions of the National Book Program for Secondary Education (PNLEM). The investigation aimed at searching for a plausible answer to the following problem: what are the existent relationships between the explanatory schemes presented in textbooks and the interpretations made by the academic historiography of the twentieth century first half? The documentary corpus was extracted from the fourteen (14) works that are part of the list of sources used and it was worked through analysis of its contents; analyses were developed from some guiding questions. Overall, it discusses the limits of ownership that school historiography has done from the theses inaugurated by academic historiography of the twentieth century first half. The study verified that the question about the dialogue between the school and the academic historiography should be relative. It was felt that to some extent and with respect to certain aspects of the relationship, there is a dialogue, as there are equivalent elements. However, it is a restricted dialogue, subject to special rules imposed by school writing. In an attempt to reassert a unilateral standard of truth, the school works eventually suggest changes, which tend not to express faithfully the assumptions, propositions and the elements derived from theories that inspired them. The school textbooks end up making use of fragile threads to some point and occupy themselves in "sewing" schemes originated in related systems to various theories in an attempt to develop a scheme that although original, proven little capable at overcoming the tradition limitations present in the textbooks writing.

Keywords: Middle Ages. Textbook. Fourteenth century crisis.

RÉSUMÉ

MURILO, Marcelo da Silva. **Le Moyen Age dans les manuels brésiliens: la crise des réverbérations quatorzième siècle de l'historiographie académique de la première moitié du XXe siècle dans les régimes explicatives scolaires.** 2015. 316 f. Tese (Doutorado) - Faculdade De Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2015.

Ce travail porte sur le Moyen Âge dans les manuels brésiliens. Il comprend l'étude de la « crise du XIVe siècle » dans les collections scolaires. L'étude, par des preuves documentaires, a été développée à l'aide des manuels de source en circulation dans les lycées publics pendant toute la durée des deux premières versions du programme national du livre de l'enseignement secondaire (PNLEM). L'enquête a eu lieu ayant comme au nord pour chercher des explications pour le problème suivant: quelles sont les relations existent entre les régimes explicatives présentées dans les manuels et les interprétations faites par l'historiographie académique de la première moitié du XXe siècle? Le corpus documentaire a été extrait des quatorze (14) œuvres qui composent la liste des sources utilisées et elles ont été travaillées en analysant le contenu. Les analyses ont été développées à partir de quelques questions d'orientation. Globalement, on a discuté des limites de la propriété que l'historiographie de l'école a fait, des thèses inaugurées par l'historiographie académique de la première moitié du XXe siècle. Dans cette étude, on a constaté la question sur le dialogue entre l'école et l'historiographie universitaire doit être nuancé. On a estimé que dans une certaine mesure et à l'égard de certains aspects de la relation, le dialogue existe, en tant donné qu'il y a des correspondant, mais c'est un dialogue restreinte, soumis à des règles particulières que l'école exige l'écrit. Dans une tentative de réaffirmer une norme unilatérale de la vérité, les œuvres scolaires éventuellement suggèrent des changements qui ont la tendance à n'exprimer fidèlement les hypothèses, des propositions et des éléments issus de théories qui les ont inspirés. En appuyant sur des fils à un point faible, à tour de rôle "couture" régimes provenant de différentes thèses dans une tentative de développer une explication qui, bien que très peu qualifiées est représentée à surmonter les limites de cette tradition dans l'écriture des manuels scolaires.

Mots-clés: Moyen Age. Textbook. Quatorzième crise de siècle.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES: MAPAS E ESQUEMAS

Figura 1 (Mapa – 1) – Mapa demonstrativo das Unidades da Federação com Grupos de Pesquisa em Estudos Medievais certificados (1985-2012)	25
Figura 2 (Esquema – 1) – Esquema Único – Núcleo Secundário: Esquema explicativo didático	130
Figura 3 (Esquema – 2) – Esquema A – Núcleo Primário: Esquema explicativo didático	131
Figura 4 (Esquema – 3) – Esquema B – Núcleo Primário: Esquema explicativo didático	132
Figura 5 (Esquema – 4) – Esquema C – Núcleo Primário: Esquema explicativo didático	132
Figura 6 (Esquema – 5) – Esquema D – Núcleo Primário: Esquema explicativo didático	133
Figura 7 (Esquema – 6) – Esquema E – Núcleo Primário: Esquema explicativo didático	134
Figura 8 (Esquema – 7) – Esquema F – Núcleo Primário: Esquema explicativo didático	134
Figura 9 (Esquema – 8) – Esquema A – Esquema explicativo didático	136
Figura 10 (Esquema – 9) – Esquema B – Esquema explicativo didático	137
Figura 11 (Esquema – 10) – Esquema C – Esquema explicativo didático	138
Figura 12 (Esquema – 11) – Esquema A – Esquema explicativo em Hanri Pirenne	149
Figura 13 (Esquema – 12) – Esquema A – Esquema explicativo em Maurice Dobb	156
Figura 14 (Esquema – 13) – Esquema B – Esquema explicativo em Maurice Dobb	157
Figura 15 (Esquema – 14) – Esquema C – Esquema explicativo em Maurice Dobb	157

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro demonstrativo da relação dos grupos de pesquisa cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (1985-2012)	22
Quadro 2 – Quadro demonstrativo do primeiro grupo de fontes, títulos relacionados na etapa de pré-seleção	61
Quadro 3 – Quadro demonstrativo do segundo grupo de fontes, títulos relacionados na etapa de pré-seleção	62
Quadro 4 – Quadro demonstrativo do <i>Ranking</i> das fontes, títulos relacionados na classificação geral das obras mais utilizadas.....	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABREM	Associação Brasileira de Estudos Medievais
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNLD	Comissão Nacional do Livro Didático
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INL	Instituto Nacional do Livro
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEME	Laboratório de Estudos Medievais
MEC	Ministério da Educação
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
CLASSIF.	Classificação
QUANT.	Quantidade

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
-------------------------	-----------

PRIMEIRA PARTE – JUSTIFICATIVA

CAPÍTULO I: POR QUE PESQUISAR A IDADE MÉDIA?	21
---	-----------

SEGUNDA PARTE – ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA, PROCEDIMENTOS, MATERIAL E MÉTODO

CAPÍTULO II: PROBLEMATIZAÇÃO, OBJETIVOS E HIPÓTESES.....	46
---	-----------

CAPÍTULO III: SELEÇÃO DAS FONTES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	50
--	-----------

TERCEIRA PARTE – RESULTADOS: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS

CAPÍTULO IV: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL (COLEÇÃO I E II)	68
--	-----------

CAPÍTULO V: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO <i>HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO (COLEÇÃO I E II)</i>	<i>77</i>
---	------------------

CAPÍTULO VI: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO <i>HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS.....</i>	<i>85</i>
--	------------------

CAPÍTULO VII: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO <i>HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL.....</i>	<i>89</i>
--	------------------

CAPÍTULO VIII: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO <i>CONEXÕES COM A HISTÓRIA.....</i>	<i>93</i>
---	------------------

CAPÍTULO IX: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS <i>HISTÓRIA (COLEÇÃO I) E HISTÓRIA EM MOVIMENTO (COLEÇÃO II)</i>	<i>102</i>
---	-------------------

CAPÍTULO X: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO	
<i>A ESCRITA DA HISTÓRIA</i>	107
CAPÍTULO XI: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICOS	
<i>SER PROTAGONISTA</i>	112
CAPÍTULO XII: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO	
<i>NOVA HISTÓRIA CRÍTICA</i>	116
CAPÍTULO XIII: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO	
<i>HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA</i>	119
CAPÍTULO XIV: A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO	
<i>HISTÓRIA</i>	123
 QUARTA PARTE – DISCUSSÃO: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS ESCOLARES E SEUS CORRESPONDENTES ACADÊMICOS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS	
CAPÍTULO XV: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS:	
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	127
CAPÍTULO XVI: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS:	
CORRESPONDENTES ACADÊMICOS:	145
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	167
 FONTES	193
 REFERÊNCIAS	195
 ANEXO – Memorial descritivo das fontes e <i>corpus</i> documental	201

INTRODUÇÃO

No Brasil, crescem as ações no campo da pesquisa em estudos medievais; o aumento do número de grupos de pesquisa voltados para estudos na área demonstra isso. Tal fato tem reforçado a necessidade de estudos voltados para a análise dos mecanismos de difusão dessa produção historiográfica na escola básica responsável pela formação das novas gerações. O livro didático integra um desses mecanismos e é uma das formas pelas quais o conhecimento histórico tem sido difundido na escola.

Enquanto nas universidades, pesquisadores, professores e estudantes dedicam-se à leitura de obras acadêmicas de relevância teórica e metodológica para fins de seus estudos, nas escolas, é o livro didático que cumpre esse papel, o de subsidiar as novas gerações na formação do conhecimento crítico.

O livro didático é e tem sido por muito tempo um dos poucos mecanismos de inserção dos estudos medievais na escola; ainda é preciso problematizar e relativizar o conhecimento (ou saberes) por ele difundido, bem como sua produção, pois não se sabe em que medida as conquistas mais recentes (até então anunciadas pela historiografia) têm, de fato, reverberado na formação de crianças e de jovens.

Se por um lado há uma história-conhecimento (conhecimento histórico) e uma história-vida (história vivida), também há uma história-disciplina (componente curricular). A história-disciplina compreende uma área de conhecimento específica; apresenta-se como componente curricular nas mais diversas instituições de ensino do país. A história-disciplina é comumente denominada de “história ensinada”; ou seja, aquela que se ensina nas escolas de educação básica e nas universidades (prioritariamente nos cursos de história). É prudente considerar, e nesse sentido ressalta-se o destaque apontado por Simões (2006, p. 14), que é quase “impossível desassociarmos os caminhos instituídos e instituintes da história vivida, escrita e ensinada”; no entanto as especificidades que cada uma delas comporta se apresenta, seja em relação à vida, ao conhecimento ou ao ensino daquilo que se conhece.

Na obra *Educação e Sociologia*, Émile Durkheim assim define a educação:

A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política, no seu conjunto,

e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destina. (Durkheim, 1978, p. 41).

Caso se considere como parâmetro o conceito de educação definido por Durkheim, verificar-se-á que educação é um conceito plural; há “educações” e ela ocorre tanto dentro quanto fora da escola, seja de forma intencional ou não intencional. A educação escolar é uma educação do tipo intencional; por meio de programas e currículos prescritos ela responde pela instrução de crianças, jovens e adultos.

A instrução de crianças, jovens e adultos foi uma das tarefas que a escola tomou para si e hoje responde por isso. Por meio dela, a escola desenvolve a socialização dos saberes produzidos historicamente. Há uma produção intelectual rica e complexa que compreende parte de uma cultura imaterial legítima; as crianças e jovens precisam ter contato com esses saberes historicamente produzidos como parte de seu processo de socialização. O contato com esses saberes é tornado possível por meio da instrução e do processo de escolarização.

Não somente crianças e jovens são subordinadas ao processo de escolarização, mas também o próprio conhecimento histórico. É por isso que há uma distinção entre o conhecimento histórico, produto do trabalho dos historiadores e o conhecimento histórico escolarizado.

Se o ensino envolve a comunicação pedagógica daquilo que se conhece (conhecimento), então se pode considerar que o trabalho do professor de história envolve a comunicação pedagógica desse conhecimento, ou seja, daquilo que se conhece da história. Isso aponta uma necessidade de estreitamento da relação entre o trabalho do professor e o trabalho do historiador, pois é por meio da escola e, sobretudo, do trabalho que o professor de história desenvolve na sala de aula, em que as crianças e jovens estabelecem um contato mais intencional com a história-conhecimento; é por meio dessa educação escolarizada que elas acessam de forma mais sistemática e direcionada a produção intelectual historiográfica. Nesse caso, vale ressaltar o potencial positivo desempenhado pelos manuais e coletâneas escolares. Os livros didáticos contribuem sobremaneira na socialização desses saberes.

A educação brasileira prevê a prescrição de currículos e estabelece uma base comum; por esse motivo também há a prescrição de componentes curriculares obrigatórios e a história (disciplina) é um desses.

No Brasil, a base comum dos currículos que integram a educação básica está sintetizada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, organizados a partir de 1996. Os Parâmetros

Curriculares Nacionais estabelecem a história como componente curricular, desde as séries iniciais; assim se vê que por parte dos estudantes há o contato com a história ensinada em todos os níveis da educação básica; o estudo da história começa já nas séries iniciais do ensino fundamental (PCN, 1997), prosseguindo-se nas séries finais do ensino fundamental (PCN, 1998) e ensino médio (PCN, 1999). São 9 (nove) anos de contato com a história (disciplina) no ensino fundamental e mais 3 (três) anos de contato com a história no ensino médio, totalizando 12 (doze) anos de estudos; salvo algumas exceções.

Desse modo, é possível dizer que, no Brasil, o contato com a história (conhecimento) inicia-se de forma mais intensiva na escola.

O processo de difusão do conhecimento na sociedade obedece a uma hierarquia que, muito embora não seja estanque, regula os processos de difusão da informação. Ao considerar essa hierarquização do saber, tem-se uma ordem mais ou menos padronizada de fluxo de informação, tanto na produção, quanto na difusão do conhecimento histórico.

Na escola, muito embora a difusão do conhecimento histórico se dê por meio de livros, de filmes, de canções, de documentos, de rodas de conversas, entre outros, há, sem dúvida, uma preponderância do livro didático na sala de aula. Os livros didáticos são, ao mesmo tempo, não somente fonte e objeto de estudo da história, mas também, veículos de difusão do conhecimento histórico, em que se deve privilegiar o diálogo entre o conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolarizado.

Uma das atribuições da história ensinada na escola tem sido apresentar às crianças e aos jovens uma história coletiva. O conhecimento da memória das gerações que a todos antecedeu e mesmo da atual geração.

Além de permitir o contato com a memória, cabe à história favorecer o desenvolvimento da consciência histórica por meio da construção e o desenvolvimento de elementos que permitam ao aluno decifrar a realidade concreta mais imediata, entender e posicionar-se sobre as coisas e questões que o afetam mais diretamente e que afetam a sociedade da qual ele faz parte.

Por muito tempo, os estudos envolvendo o livro didático vêm seguindo uma perspectiva dicotômica, onde ora defende-se, ora reprova-se. Algumas outras, num ensaio de fuga a essa tendência, passaram a desenvolver análises objetivando um estudo das representações e mesmo dos enfoques determinantes.

Malerba sugere que um dos ofícios do historiador é escrever a história. E acrescenta:

Por outro lado, desde há muito, alguns deles já haviam percebido a riqueza potencial insondável acumulada na obra de inúmeras gerações de historiadores que construíram cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível um patrimônio próprio de memória das sociedades, constituído por sua historiografia. (Malerba, 2006, p. 11).

Nesse trabalho, lançou-se mão da expressão “historiografia escolar” na direção do sentido apontado por Malerba (2006) em relação à história escrita pelos historiadores. Os autores escolares também têm construído “cada qual sob as luzes de seu tempo e de acordo com a maquinaria conceitual disponível um patrimônio próprio de memória das sociedades, constituído por sua historiografia.” (Malerba, 2006, p. 11).

Portanto, importa saber: há reverberações da historiografia acadêmica nos livros didáticos brasileiros?

O tema da pesquisa é a Idade Média nos livros didáticos. Desenvolveu-se um estudo sobre o tratamento da “crise do século XIV”, mais especificamente as reverberações da historiografia acadêmica do século XX (seis primeiras décadas) nos sistemas explicativos escolares.

O corpo do texto está subdividido em três partes.

A primeira, denominada “Justificativa”, compreende um único capítulo, intitulado “Por que pesquisar a Idade Média nos livros didáticos? ”.

Trata-se de um trecho do texto que tem por reflexão a discursão sobre a relevância do tema proposto.

Na resposta, priorizaram-se os seguintes aspectos: a intensificação dos estudos medievais no Brasil, a popularização de temas, de problemas, de personagens e de objetos relacionados ao período, à universalização do acesso ao livro didático nas escolas brasileiras e, por último, à necessidade de se repensar a relação entre a escrita escolar da história e a historiografia acadêmica e vice-versa.

A segunda parte, denominada, “Aspectos gerais da pesquisa, procedimentos, material e método” é dedicada à explicitação das diretrizes metodológicas do trabalho, compreende dois capítulos; são eles, respectivamente, capítulo II, intitulado “Problematização, objetivos e hipóteses”; capítulo III, denominado “Seleção das fontes e procedimentos de pesquisa”.

O capítulo II é destinado ao esclarecimento de pontos tais como os pertinentes ao tema,

ao problema e aos objetivos (geral e específico) da pesquisa.

O capítulo III é dedicado à explicação sobre como foi feita a seleção das fontes e quais os procedimentos de pesquisa adotados no estudo. No estudo, o livro didático é tratado como documento. Portanto, nesse momento, um dos aspectos do texto é a discussão da pertinência ou não de tal fato: será mesmo plausível a noção de livro didático como documento?

Outro aspecto envolve o tratamento de questões tais como: quais livros foram examinados? Como foram delimitados em termos quantitativos? Onde foram encontrados? Como foram selecionados? Quais foram os procedimentos utilizados nas análises? Quais as etapas de trabalho estabelecidas?

O estudo foi desenvolvido tomando-se como referência um conjunto de textos (documentos) que integram os livros didáticos, mais especificamente as partes relacionadas à abordagem da “crise do século XIV”. São vários textos distribuídos em 15 coleções de cunho didático. Por isso, nessa parte do texto, ocupou-se da apresentação e descrição de cada uma das obras, bem como, da reunião e organização dos textos selecionados, tomando-se como referência cada uma das obras.

A terceira parte, denominada “Resultados: a crise do século XIV nos livros didáticos” compreende o desenvolvimento do capítulo 4, intitulado “A crise do século XIV nas coleções I e II do livro didático *História global: Brasil e geral*”, do capítulo 5, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *História: das cavernas ao terceiro milênio*”, do capítulo 6, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*”, do capítulo 7, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *História: geral e do Brasil*”, do capítulo 8, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *Conexões com a história*”, do capítulo 9, intitulado “A crise do século XIV nas coleções didáticas *História e História em movimento*”, do capítulo 10, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *A escrita da história*”, do capítulo 11, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *Ser protagonista*”, do capítulo 12, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *Nova história crítica*”, e, por fim, do capítulo 13, intitulado “A crise do século XIV no livro didático *História*”.

Em linhas gerais, a terceira parte é dedicada exclusivamente às análises dos livros didáticos. É uma parte constituída de 11 capítulos. Cada um dos capítulos constitutivos dessa parte está estruturado em torno de três questões norteadoras e, portanto, tem como fim a produção de respostas plausíveis para tais questões; são elas: 1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? 2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do

século XIV”?”; 3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado?

A quarta parte, denominada “Discussão: a crise do século XIV nos esquemas interpretativos escolares e seus correspondentes acadêmicos: semelhanças e diferenças”; constitui-se de dois capítulos; o primeiro, capítulo XVI, denominado “A crise do século XIV nos livros didáticos: discussão dos resultados”, o segundo, capítulo XVII, denominado “A crise do século XIV nos livros didáticos: correspondentes acadêmicos: semelhanças e diferenças”. É dedicada à discussão dos resultados das análises; nela preocupou-se em entender o sistema explicativo da “crise do século XIV”, segundo os livros didáticos.

O confronto dos conteúdos que transitam nos livros didáticos com aqueles resultantes das pesquisas no campo dos estudos medievais se faz necessário, pois o avanço dos estudos medievais tem sinalizado descobertas significativas e que ainda não tem sido devidamente contemplada na versão escolarizada da história.

Os livros didáticos ainda se prendem a influências da primeira metade do século XX; mas de lá para cá, do ponto de vista da historiografia acadêmica, muito já se produziu.

PRIMEIRA PARTE – JUSTIFICATIVA

CAPÍTULO I

POR QUE PESQUISAR A IDADE MÉDIA NOS LIVROS DIDÁTICOS?

A reflexão e a discussão do passado fazem parte da vida presente, é uma necessidade humana. A história tem se ocupado dessa tarefa de pensar os problemas relacionados às ações humanas nos mais diversos tempos e espaços; mas por que pesquisar a Idade Média nos livros didáticos? Será, realmente, um tema de estudo relevante nesse período em que se celebrou pouco menos de um quarto do atual novo século?

Pensa-se que sim; e são muitos os motivos. Dentre eles, pode-se destacar: 1º) a intensificação dos estudos medievais no Brasil; 2º) a popularização de temas, problemas, personagens e objetos relacionados ao período; 3º) a universalização do acesso ao livro didático nas escolas brasileiras; 4º) a necessidade de se repensar a relação entre a escrita escolar da história e a historiografia acadêmica e vice-versa.

1º) a intensificação dos estudos medievais no Brasil. Caso se considere o período de tempo que abrange as últimas três décadas, é possível constatar uma intensificação dos estudos medievais no Brasil; tal fenômeno reflete, no âmbito acadêmico, o crescimento do interesse pela Idade Média, considerada promissora no campo dos estudos históricos. Caso ocorreu de fato uma intensificação dos estudos medievais no Brasil, então é correto crer que também houve uma ampliação dos saberes criados sobre o período.

No âmbito acadêmico, o conhecimento que se tinha em relação ao período sofreu mudanças significativas. As condições sociais de produção desse conhecimento sofreram alterações relevantes. Para que se possa mensurar a dimensão das afirmações, vale observar a intensificação das atividades de pesquisa e de ensino (relacionadas aos estudos medievais) no âmbito das universidades brasileiras.

Atualmente, a base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes, junto ao CNPq, reúne não menos do que 40 grupos de pesquisa cadastrados nas mais variadas

instituições de ensino superior, distribuídas por quase toda a extensão do território nacional, e formados, em sua grande maioria, no período de 2001 a 2012¹.

Até o ano 2000, existiam, no Brasil, apenas seis grupos de pesquisas cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, conforme CNPq. De 2001 a 2012, esse número saltou de 6 para 43 grupos, ou seja, surgiram mais 37 grupos. Há representações em todas as regiões do país, nas mais diversas Unidades da Federação, inclusive no Distrito Federal. Veja a evolução dessa realidade no quadro I: relação dos grupos cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil.

Quadro 1 – Relação dos grupos cadastrados e certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (1985-2012)

Relação dos Grupos Certificados	Universidades relacionadas	Ano
Núcleo de Estudos Antigos e Medievais – NEAM	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	1985
Programa de Estudos Medievais – PEM/UnB	Universidade de Brasília (UnB)	1992
História e Minas Século XVIII e XIX (linha de pesquisa intitulada “História e Filosofia Antiga e Medieval”)	Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ)	1994
Cultura e Poder – 1994	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	1994
Scriptorium – Laboratório de Estudos medievais e Ibéricos	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1996
Programa de Estudos Medievais	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	1998
PEM – Programa de Estudos Medievais	Universidade Federal de Goiás (UFG)	1999
Poder e Sociedade na Península Ibérica Tardo-Antiga e Medieval	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2000
Projeto de Estudos Judaico-Helenísticos (linhas: “Cristianismo primitivo, patrística e gnosticismo”, “Historiografia antiga e no Oriente Próximo medieval”, “Literatura apocalíptica na Antiguidade e no Medievo oriental” e “Sincretismo e religiosidade no mundo helenístico-romano”).	Universidade de Brasília (UnB)	2001
Laboratório de Estudos Medievais – LEME	Universidade de São Paulo (USP)	2005
Cultura Medieval	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	2005
Estudos Culturais (linha de pesquisa intitulada Antiguidade, Medievalidade Recepções)	Universidade Federal de Campina Grande – PB (UFCG)	2005
Política e Religião no Ocidente Tardo Antigo e Medieval	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2006

Continua

¹ Esses números foram obtidos após levantamento realizado junto à base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, da Plataforma Lattes do CNPq; na consulta foram considerados: a) somente os grupos certificados por suas respectivas instituições e registrados na base atual do diretório; b) somente grupos incluídos na grande área das Ciências Humanas e tendo a História como área específica de cada um dos grupos certificados pelas mais diversas instituições brasileiras de ensino superior.

Continuação

Mnemosine - Laboratório de História Antiga e Medieval	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	2006
Núcleo de Estudos Mediterrânicos	Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2006
Grupo de Estudos Medievais Portugueses – GEMPO	Universidade de São Paulo (USP)	2006
História, Memória e Literatura Bíblica (linhas: “Primeiras Comunidades Cristãs - especificamente comunidade joanina” e “Transformações Teológicas Judaicas do período do segundo templo à emergência do Talmud”)	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)	2007
Speculum – Núcleo de Estudos Medievais	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2008
Translatio Studii – Núcleo Dimensões do Medievo (linha de pesquisa intitulada “História, Língua e Filosofia”)	Universidade Federal Fluminense (UFF)	2008
Instituições Políticas e Religiosas Medievais na Península Ibérica	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	2008
Imaginário e Cultura no Ocidente Medieval	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2008
Península Ibérica: Antiguidade Tardia e Reconquista	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG)	2009
Fontes para o ensino e pesquisa em história da Idade Média	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	2009
Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e Medievo –	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	2009
Núcleo de Estudos Medievais Oriente – Ocidente	Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)	2009
Cultura e Poder na Antiguidade e no Medievo – 2009	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2009
Laboratório de Estudos em História Cultural (linha de pesquisa intitulada “Cultura, representações e sociabilidade no medievo tardio”)	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)	2010
Humanismo, Literatura e Filosofia (linhas: “História das Imagens” e “Literatura”)	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	2010
Monasterium - Grupo de Pesquisa em História Antiga e Medieval	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	2010
Meridianum - Núcleo Interdisciplinar de Estudos Medievais	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2010
Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medievo – NERO/UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	2010

Continua

Conclusão

Poder, Política e Instituições Eclesiásticas no Ocidente (séculos XI a XVI)	Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	2010
Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar	Universidade Federal Fluminense (UFF)	2010
Grupo de Estudos Medievais	Universidade Federal do Alagoas (UFAL)	2010
Ordens Religiosas mendicantes e Organização político-social na Idade Média (séc. XIII-XV)	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2011
As Escritas sobre os novos mundos (linha intitulada “Escritos sobre mundos cristãos e não cristãos entre os séculos XIII e XV”)	Universidade Estadual Paulista (UNESP)	2011
Grupo de Estudos e Pesquisa do Medievo	Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GOIÁS)	2011
Laboratório da História Afro-Brasileira – LAHAFRO (linha de pesquisa intitulada “Idade Média Africana”)	Universidade Federal do Alagoas (UFAL)	2011
Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo	Universidade Federal de Sergipe (UFS)	2012
Estudos Clássicos e Medievais	Universidade Federal de Campina Grande – PB (UFCG)	2012
Laboratório Blumenauense de Estudos Antigos e Medievais – LABEAM	Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB)	2012
LEPEM – Laboratório de Ensino e Pesquisa em Medievalística	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)	2012
Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais	Universidade de São Paulo (USP)	2012

Fonte: Base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq.

Considerando-se o fato de que esses grupos estão ligados às instituições de ensino e pesquisa, pode-se dizer que o número de pesquisadores e de pesquisas na área tem crescido expressivamente nos últimos doze anos no Brasil.

O quadro mostra que houve, nos últimos 12 anos, um crescimento vertiginoso no campo dos estudos medievais. Há núcleos de trabalho em pelo menos 17 unidades da federação, sediados nas mais variadas instituições de ensino superior. A maior parte em instituições públicas.

Silva (2013) afirma que nos anos 80, acompanhado da história antiga e história da

América, a área era considerada frágil. (Informação verbal)²

Vê-se que, de fato, após esse período, houve uma intensificação dos estudos medievais no Brasil; como resultado disso se observa um número crescente de grupos de pesquisas nas mais diversas instituições de ensino superior distribuídas em toda a extensão do território nacional. Das 27 unidades da federação, incluindo-se o Distrito Federal, somente 10 não possuem instituições com grupos de pesquisa certificados na área.

Figura 1 – Unidades da federação com representatividade de pesquisadores na área
 Fonte: Base de dados do Diretório dos Grupos de Pesquisa da Plataforma Lattes do CNPq

Almeida chama a atenção para a “coincidência” entre o desenvolvimento da disciplina “História Medieval” e a organização das políticas nacionais de assistência à pesquisa (Almeida, 2012, p. 128). Ela destaca o importante papel que vêm tendo os laboratórios, grupos e centros de pesquisa na configuração desse novo cenário (Almeida, p. 131). Em Macedo (2009, pp. 97-

² Informação fornecida por Silva durante reunião de estudos em São Paulo, em 2014.

98) também se encontra semelhante posição.

No âmbito desse contexto, ainda vale destacar, a criação da Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), em março de 1996, e a criação da Rede-Luso Brasileira de Estudos Medievais, em dezembro de 2012, ambas de suma importância no processo de institucionalização dos estudos medievais no país.

A Universidade de São Paulo por meio da atuação do Laboratório de Estudos Medievais (LEME-USP) tem exercido um papel fundamental nesse processo.

Sobre a ABREM:

As principais finalidades da ABREM vinculam-se ao incentivo à pesquisa, incentivo à pesquisa; ao ensino dos estudos medievais; à divulgação e ao intercâmbio de produção científica sobre o medievo, bem como à promoção do contato entre os estudiosos do período, dos vários campos do saber, dentro e fora do país, visando à atualização e desenvolvimento do conhecimento na área. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS MEDIEVAIS – ABREM).

Sobre a Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais:

Um grupo de medievalistas brasileiros e portugueses, aproveitando a realização recente de dois eventos que tiveram lugar, em Portugal e no Brasil - o "Encontro Portugal Medieval visto do Brasil. Diálogos entre Medievalistas Lusófonos", organizado na Universidade Nova de Lisboa (em janeiro de 2012) e o "Colóquio Luso-Brasileiro Monarquia e Ordens Militares", organizado pelo Laboratório de Estudos Medievais na Universidade Federal de São Paulo (em abril do mesmo ano), acordou a criação de um programa de colaboração luso-brasileira na área da História Medieval. Neste sentido, o LEME, a Cátedra Jaime Cortesão e o Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) decidiram organizar e coordenar uma rede de estudiosos da Idade Média de diferentes universidades brasileiras e portuguesas, denominada REDE LUSO-BRASILEIRA DE ESTUDOS MEDIEVAIS, primeiro passo de um programa que visa reforçar a mútua colaboração através de uma plataforma de trabalho que possibilite uma maior presença do medievalismo de língua portuguesa nos centros hegemônicos do debate historiográfico contemporâneo. (CÂNDIDO DA SILVA, 2012).

Pode-se dizer que se está diante de uma nova geração de pesquisadores. Dos 43 grupos de pesquisa existentes (considerando-se o levantamento realizado até fevereiro de 2013), a grande maioria data de pouco tempo de criação; isso reforça a ideia de que o estudo medieval, no Brasil, segue em plena expansão.

Outros fatores ajudam a explicar tal desempenho. No primeiro semestre de 2012, houve a publicação de *Pourquoi étudier le Moyen Âge? les médiévistes face aux usages sociaux du*

passé, uma obra colaborativa, organizada pelos professores Didier Méhu, da Université Laval de Quebec, Néri de Barros Almeida, da Universidade de Campinas (UNICAMP) e Marcelo Cândido da Silva, da Universidade de São Paulo (USP). No capítulo intitulado “L’histoire médiévale au Brésil: du parcours solitaire à l’inclusion dans le champ des sciences humaines”, Almeida (2012) destaca que a intensificação dos estudos medievais no Brasil teve início, sobretudo a partir de 1980, concomitante à organização de políticas nacionais de assistência à pesquisa e em meio à modernização do sistema universitário do país.

Segundo ela, os sinais dessa modernização estão: a) na expansão do sistema universitário público e na ampliação do atendimento do ensino superior (criação de novas universidades, novos cursos, crescimento do número de vagas, aumento do número de cargos, etc.); b) na institucionalização dos estudos de pós-graduação no país (com organização e desenvolvimento de programas de mestrado e doutorado); c) na criação de instituições e órgãos envolvidos com o desenvolvimento das mais diversas áreas e campos de estudos (a exemplo da CAPES e CNPq); d) na implementação de políticas coordenadas e consistentes de investimento em pesquisa por meio de ações, tais como a criação e ampliação do número de bolsas de estudos para estudantes e pesquisadores, criação de políticas regulares de assistência, organização de um banco de dados nacional de pesquisadores e grupos de pesquisa.

De fato, no que tange às universidades brasileiras, o conjunto das mudanças, ainda em curso no país vai ao encontro do disposto no Art. 207 da constituição de 1988, que estabelece, dentre outras coisas, que as universidades “[...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 2005, p. 155). Tudo isso faz crer que tais mudanças, de certa maneira, acabaram por incidir no desenvolvimento das mais diversas áreas em seus mais variados campos de conhecimento, dentre eles o dos estudos medievais.

Almeida (2012, p. 130) acredita que esse fortalecimento deve-se em parte à ampliação das pesquisas voltadas para o período, sobretudo em função dos investimentos em pesquisa, da difusão dos programas de pós-graduação, dos incentivos por meio de bolsas de estudos e, ainda, do aumento do número de cargos nas universidades públicas.

O impacto das mudanças pode ser verificado tanto nos cursos de graduação, quanto nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Na graduação, é possível destacar a consolidação da disciplina “História Medieval” nos cursos de Licenciatura e de Bacharelado; a criação e preenchimento de novas vagas (em História Medieval) nas instituições públicas de ensino superior; o aumento das proposições de pesquisa institucional voltada para os temas relacionados aos estudos medievais e a certificação de novos grupos de pesquisas dedicados a

temas relacionados à área.

Em relação à pós-graduação, Macedo faz alusão a um cenário até certo ponto otimista:

Não parece aleatório o fato de que os estudos medievais tenham recebido maior atenção a partir da década de 1990. Na realidade, tal fenômeno não deve ser dissociado do incremento mais geral da pesquisa em história em decorrência da afirmação dos programas de pós-graduação, algo bem demonstrado por Carlos Fico e Ronald Polito. (Macedo, 2006, p. 4).

O quadro da produção da pós-graduação (tanto nos programas de mestrado quanto de doutorado), no Brasil, confirma tal ideia, pois mostra que, de fato, houve uma ampliação do número de pesquisas voltadas para o estudo em Idade Média, sobretudo a partir de 1990. Também demonstra uma significativa atenção com a qualificação dos professores.

Em 2003, a editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul publicou a obra *Os estudos medievais no Brasil: catálogo de teses e dissertações*, organizado por José Rivair de Macedo, com a contribuição de vários colaboradores. O catálogo reúne um número expressivo de trabalhos – entre dissertações e teses nas áreas específicas de História, Filosofia e Letras – concluídos no período de 1990 a 2002 e voltados para os estudos medievais no Brasil. (Macedo, 2003). A publicação vem confirmar o interesse que a pesquisa em história medieval passou a suscitar nos estudantes brasileiros, desde 1990, e dá uma ideia da perspectiva otimista que se apresenta em relação à formação de pesquisadores no Brasil.

Caso não se possa falar de uma área plenamente consolidada, pelo menos se pode considerar uma área em pleno processo de consolidação. Esse movimento institucionalista dos estudos medievais no Brasil tem sido protagonizado pelos grandes centros de pesquisa do país e pelas associações representativas de área.

Não se está apenas diante de uma nova geração de pesquisadores, mas também de novas abordagens, reflexo de uma renovação teórica e metodológica dos estudos medievais no país, ou seja, um novo momento. Isso reforça a ideia de que: “A Idade Média é indubitavelmente um tema atual, ainda que o seja como um receptáculo de costumes, tradições e práticas às quais a Modernidade pôs fim.” (CÂNDIDO DA SILVA, 2009, p. 11).

Diferente disso, ainda é necessário indagar: qual tem sido o destino final de toda essa nova gama de produção, resultante desse novo momento? Será que o conhecimento produzido no âmbito acadêmico tem contribuído na formação das novas gerações de estudantes? Será que as novas concepções sobre o mundo medieval têm efetivamente chegado até as escolas? Será

que esses novos modelos interpretativos têm contribuído para a adoção de novas atitudes e opiniões em relação à Idade Média? O estudo sério dessas questões requer um trabalho árduo, difícil, mas não impossível; por isso, pensou-se ser necessário e urgente um olhar mais atento às abordagens e fragilidades dos livros didáticos em relação ao que a historiografia acadêmica tem produzido em termos de conhecimento histórico na área.

2º) a popularização de mitos, temas, problemas, personagens e objetos relacionados ao período. A alusão à Idade Média e a alusão aos mitos a ela relacionados têm sido cada vez mais frequentes nos círculos populares; pode-se dizer que tal fenômeno emerge como resultado direto da atuação das “novas redes de ensino da história”.

Quer-se apenas argumentar em defesa da seguinte ideia: tem se delineado uma “nova rede de ensino da história”, uma rede que extrapola o limite e a esfera de poder da escola.

É verdade que tal fato pode vir a produzir efeitos sociais positivos, mas ele também reacende a discussão de velhos problemas.

Em que consiste a noção de “nova rede de ensino da história”?

No livro *Bourdieu & a educação*, Nogueira, M. e Nogueira, C. (2006, p. 86), ao descreverem a abordagem de Bourdieu sobre a escola e o processo de reprodução das desigualdades sociais, mencionam um ponto que, mesmo sendo secundário no conjunto das ideias apresentadas, reveste-se de uma importância considerável: trata-se do conceito de ensino. Em observância aos postulados de Bourdieu, eles situam o ensino como “comunicação pedagógica”.

Pensa-se que os autores, neste caso, referem-se a um tipo específico de ensino, ele é desenvolvido no âmbito da escola (e que por isso faz parte de uma educação escolar), mas há outros tipos de ensinamentos desenvolvidos fora da escola e que também envolvem uma “comunicação”, mas como sua ocorrência se dá num ambiente externo ao ambiente escolar, não se pode dizer que eles façam parte de uma educação escolar, mas sim não escolar, e por isso se pode considerá-los uma “comunicação não pedagógica”. É o caso, por exemplo, do cinema e da televisão; eles ensinam de uma forma não pedagógica, a partir dos elementos que integram o conjunto das especificidades de cada uma das duas linguagens (cinematográfica ou televisiva).

A “comunicação pedagógica” predomina num tipo de educação escolar, aquela desenvolvida na escola; é caracterizada pela prescrição de currículos, programas e planos; fora dela, não está sujeita aos mesmos sistemas de planejamento e programação típicos da estrutura

de organização pedagógica, por isso é não pedagógica.

A parte substancial de toda comunicação é o seu conteúdo, ou seja, “aquilo que comunica”. No âmbito do ensino de história, o “corpo” (ou conteúdo) de toda comunicação são os saberes (conhecimento histórico) postos em circulação e difundidos pela ação comunicativa.

Historicamente as sociedades forjaram “lugares” que funcionam como parte de um sistema de difusão por onde diversos saberes circulam; ao exemplo do conhecimento histórico, esses “lugares” são os “lugares por onde os saberes históricos circulam”. O conjunto desses múltiplos lugares constitui o que se chama de “redes de ensino da História”.

Cinema, literatura, jogos, teatro, etc., são “lugares”³ a partir dos quais se exerce o “uso da História”; eles também desempenham uma função social. Pensa-se então, por quê? Onde estaria o vínculo capaz de permitir a conexão característica da constituição das “redes”?

Ao fazer menção aos lugares onde os saberes históricos circulam Silva (2003, p. 16) identifica-os como sendo: escolas, arquivos, bibliotecas e monumentos públicos.

Partindo da definição de Silva (2003, p. 16) e considerando esses “lugares” (a que ele se refere), como sendo, numa perspectiva mais ampla, efetivamente todos os espaços por onde os saberes históricos circulam, então, pode-se relacionar não somente as escolas, arquivos, bibliotecas e monumentos públicos, mas também outras esferas de trânsito desses saberes, outros lugares, a exemplo do cinema, literatura, internet, música, pintura, teatro, entre outros. São eles (e quando se diz isto, refere-se a todos) que constituem aquilo que se denomina de redes de ensino, pois por eles (ou elas) transitam múltiplos saberes que ensinam; são “lugares” que ensinam, a partir dos quais se pratica o uso da história, e por onde os saberes históricos circulam, ganhando legitimidade entre a população em geral.

Há pelo menos duas categorias de “redes de ensino”: as “redes tradicionais” e as “novas redes”. Mas o que são cada uma delas e como se constituem?

São “redes tradicionais de ensino” as bibliotecas, museus, escolas, universidades, etc., instituições com reconhecida legitimidade e tradição na difusão do conhecimento.

São “novas redes de ensino” a internet, o cinema e a televisão, e tudo mais que se enquadre no conceito que Almeida (1994) denominou de “nova cultura oral” (cultura de imagens e sons). Veja o caso do cinema e da televisão; Almeida apresenta o cinema e a televisão

³ Muito embora os termos “meios” ou “espaços” também pudessem ser aplicados, pensa-se que a palavra “lugares” expresse melhor o conceito de “redes de ensino da História”.

como meios de comunicação que, na moderna sociedade oral, contam histórias em imagens e sons de maneira contínua e sequencial; em ambos – cinema e televisão –, as imagens filmadas são um prolongamento e um acréscimo visual das histórias faladas e seu significado só se explica pela significação do conjunto das imagens. Matéria para a inteligência do conhecimento e para a educação, o cinema, embora não sirva para ilustrar, aparece como um produto da cultura que pode ter seus significados interpretados e criticados.

As “novas redes” extrapolam limites políticos e sociais de forma outrora inimaginável; atingem um número extremamente expressivo de pessoas e têm um grande poder de penetração social e de persuasão; constituem meios extremamente sedutores.

Fonseca (2003, p. 163) afirma que desde o final dos anos de 1980, tem se discutido o uso de diferentes linguagens no ensino de história.

A “nova rede de ensino” não tem como função social maior o ensino (haja vista que seu foco, na maioria dos casos ou preferencialmente, não é a comunicação pedagógica), mesmo o da História, mas, de um jeito ou de outro, as situações que cria a partir dos usos dos eventos históricos acabam possibilitando condições de aprendizagem; mitos, temas, personagens, concepções, épocas, paisagens, hábitos e acontecimentos passam a servir de motivos para canções, filmes, figuras, softwares, peças, romances e jogos eletrônicos.

Tome-se como exemplo o cinema, a história e o seu ensino: as pessoas não vão ao cinema fundamentalmente para aprender história, elas vão para se divertirem; mas o mesmo filme que as diverte também as põe em contato com a história ou mesmo com os mitos a ela relacionados; muitas só vão até aí, outras vão além, aprendem por meio dos filmes. O lugar de diversão se torna também lugar de perpetuação de hábitos, valores, crenças, conceitos, preconceitos, ideias, etc., e de instrução, ou seja, de aquisição de saberes.

Se por um lado a instrução diz respeito à aquisição de saberes (Filloux, p. 30), por outro a educação assume um papel muito mais significativo.

Para Brandão (2007, p. 23), é por meio da educação que ocorre o processo de socialização do indivíduo, ou seja:

Através dela, ao longo da vida, cada um de nós passa por etapas sucessivas de inculcação de tipos de categorias gerais, parciais ou especializadas de saber e habilidade; fazem, em conjunto, o contorno da identidade, da ideologia e do modo de vida de um grupo social; fazem também, do ponto de vista de cada um de nós, aquilo que aos poucos somos, sabemos, fazemos e amamos. (Brandão, 2007, p. 23).

Nesse sentido, é correto crer que há educação não somente na escola, mas também fora dela; e não há um tipo único e específico. Durkheim (1978) afirma que o sistema de educação é múltiplo. Para ele, em certo sentido, “[...] há tantas espécies de educação, em determinada sociedade, quantos meios diversos nela existirem.” (Durkheim, 1978, p. 38). Pensa-se que o mesmo raciocínio é válido em relação ao ensino; há aquele que se desenvolve por meio da comunicação pedagógica (escolar), mas há também outro que se desenvolve por meio da comunicação não pedagógica (não escolar). O cinema e a televisão (e todas as linguagens que integram a nova cultura oral) desenvolvem esta segunda forma de ensino, que não se dá fundamentalmente pela via da interlocução professor-aluno.

Fonseca destaca que:

A formação do aluno/cidadão se inicia e se processa ao longo de sua vida nos diversos espaços de vivência. Logo, todas as linguagens, todos os veículos e materiais, frutos de múltiplas experiências culturais, contribuem com a produção/difusão de saberes históricos, responsáveis pela formação do pensamento, tais como os meios de comunicação de massa – rádio, TV, imprensa em geral -, literatura, cinema, tradição oral, monumentos, museus, etc. (Fonseca, 2003, p. 164).

O mesmo raciocínio pode ser aplicado ao pensar a relação entre os recursos e as diversas formas de ensinar e aprender o conhecimento histórico: ensina-se e aprende-se história (conhecimento) tanto dentro como fora da escola; ou seja, ensina-se e aprende-se história (conhecimento) nos espaços tradicionais e não tradicionais de ensino e aprendizagem, nas escolas e universidades, mas também na vida, em contato com pessoas e grupos, seus dramas individuais e coletivos, por meio de filmes (cinema), peças (teatro), romances (literatura), figuras (pintura), softwares (game), canções (música), etc.

O ensino que se exerce e as aprendizagens que se desenvolvem por meio das “novas redes” estão relacionados muito mais a um tipo de educação filiada a intenções e preocupações distintas daquelas de cunho didático-pedagógicas; os mecanismos de sua elaboração não são prescritos, não estão subordinados a diretrizes pedagógicas, e submetem-se a valores de cunho estético e moral, muitas vezes distintos dos predominantes na educação escolar.

Há tempos essa “nova rede de ensino” se serve da história (conhecimento), por meio de “motivos” os mais variados possíveis, referentes às mais diversas épocas como, por exemplo, a atenção conferida à Idade Média. Como já dito anteriormente, fora dos muros da escola, houve uma expansão do ensino da Idade Média; muitos mitos sobre o período têm se perpetuado por meio, sobretudo, da ação desses novos meios de comunicação não pedagógica.

Atualmente a temática tem servido de inspiração para muitos cineastas, romancistas, e profissionais de criação em arte em geral, que veem em magos, fadas, bruxas, príncipes, princesas, elfos, cavaleiros, batalhas, seres alados, florestas, guerreiros e demônios, um bom motivo para o divertimento, o que, no fim, acaba perpetuando ideias, conceitos, valores, preconceitos, crenças, hábitos, etc.; porquanto, se “[...] há adolescentes que descobrem a história (conhecimento) por ocasião de um livro lido ao acaso [...]” (Ariès, 1992, p. 9), há os que a ela se rendem em função da persuasão exercida por um filme assistido, uma peça apreciada, uma canção ouvida.

Retoma-se a questão inicial deste segundo ponto: nos círculos populares, a popularização da Idade Média tem sido em parte efeito do forte poder de persuasão que as novas redes exercem nesse círculo não acadêmico, há o predomínio de versões que agregam muitos estereótipos, chavões e mitos.

Tome-se como exemplo a opinião de Cândido da Silva (2009), Pereira (2009) e Macedo (2005), sobre o interesse da população, em geral, pela Idade Média.

É bem verdade que a intensificação do interesse popular, deve-se em parte ao poder de persuasão da arte e da cultura de massa, na disseminação desses “falsos saberes”⁴ relacionados ao período. Macedo destaca que os estereótipos relacionados com a Idade Média ainda persistem; não desapareceram e em certa medida respondem por certa ideia pejorativa que ainda subsiste e que define a Idade Média como uma época obscura. (Macedo, 2005, p. 110).

Segundo ele, a arte e cultura de massa têm se servido da Idade Média como pretexto para a criação de obras ficcionais no campo da imaginação, a serviço do entretenimento; para ele, é nesse contexto do mito da Idade Média como “idade das trevas” que magos e fadas, duendes e elfos, dragões, cavaleiros errantes e aventuras fabulosas pululam; que obras romanescas envolvendo os mistérios e segredos da igreja e da cavalaria obtêm tanto sucesso; e que os jogos de videogame e de computador relativos a temas que envolvem conquistas de territórios por príncipes guerreiros, com a ação de forças sobrenaturais de caráter mágico, conseguem tanta penetração nas massas. (Macedo, p. 109-110).

Veja a opinião de Cândido da Silva; para ele a Idade Média tem sido nas últimas décadas

⁴ O termo “falso saber” é utilizado no sentido apresentado pelo educador Paulo Freire no livro *Pedagogia do oprimido*, edição de 1987. Na obra, Freire (1987, pp. 57-63) define o falso saber como sendo os blocos de conteúdos estanques que são depositados (pelo menos se espera que assim seja) para “encher” os educandos de “alimento não nutritivo”, repertório intelectual vazio que não produz mudança significativa no sujeito, nem mesmo na sua relação com o outro e com o mundo. O “falso saber” é “comunicado falso”, considerado pela escola e/ou professor como “verdadeiro saber”; caracteriza um processo de alienação frente ao conhecimento; é, no fundo, o que Freire chama de a concepção do saber da educação “bancária” (aquela onde o professor “deposita” conteúdos na cabeça do aluno por meio do uso de técnicas de memorização).

objeto de inúmeras celebrações de cunho coletivas, resultantes de iniciativas públicas e privadas, por meio de filmes, espetáculos, romances, entre outros. (CÂNDIDO DA SILVA, 2009, p. 11).

Pereira não pensa diferente; para ele, de fato, o cinema, a literatura, os jogos de computador e as revistas de grande circulação têm crescido seu interesse pelo período medieval. (Pereira, 2009, p. 117).

Os três autores expressam opiniões concordantes em relação ao fato de que houve, pelo menos no que diz respeito às últimas décadas, um crescimento expressivo do interesse da população em geral pela Idade Média; fato que se confirma pelo lugar que certos temas têm ocupado nas produções do cinema, da literatura e dos jogos eletrônicos.

No geral, mesmo não tendo como função social, no campo da história, o ensino escolar e a difusão do conhecimento histórico escolarizado, as “novas redes de ensino”, de um jeito ou de outro, acabam criando situações (a partir dos usos dos eventos históricos ou daquilo que eles sugerem) que possibilitam condições de aprendizagem; temas, personagens, concepções, épocas, paisagens, mitos, hábitos e acontecimentos passam a servir de motivo para canções, filmes, figuras, softwares, peças e romances. É nesse que se afirma que fora da escola, também tem ocorrido uma expansão do ensino da Idade Média; os fenômenos de expansão têm ocorrido também nas universidades, mas como se pode mostrar que ambos constituem fenômenos distintos. A visão de Idade Média predominante entre os acadêmicos, não é a mesma predominante entre os não acadêmicos dos círculos populares (população em geral).

Esse novo cenário promissor do ensino da Idade Média, no mesmo instante que fascina (em função dos novos horizontes que se apresentam), também preocupa, pois reacende a discussão de velhos problemas relacionados às visões que transitam entre uma “rede de ensino” ou outra, “nova” ou “tradicional”, exigindo sempre mais atenção e muito zelo.

Há quem pense que a visão pejorativa que as pessoas, em geral, ainda têm sobre a Idade Média resulte de um ensino que atua na contramão da história e que ainda insiste em perpetuar velhas concepções, a exemplo do que relatou Pernoud (1994) ao mencionar o caso da Idade Média e seu ensino na França de 1975.

Vale ressaltar que no âmbito da teoria e da escrita da História, tais visões não mais predominam; como nos dizeres de Macedo (2005, p. 110): “hoje nenhum erudito defenderia com seriedade aqueles velhos chavões”.

Apesar das atualizações da história (conhecimento histórico), o problema persiste: o

mito da Idade Média como “idade das trevas”, mesmo diante de críticas tal como a formula Pernoud (1977), ainda consegue reunir em torno de sua crença um número ainda bastante expressivo de seguidores.

Nas palavras de Silva e Fonseca:

A chegada de um novo século não produz, automaticamente, alterações nas atividades humanas. Serve, entretanto, como referência simbólica para que se façam balanços sobre diferentes áreas, pensando em seu estado atual e nas tendências que se configuram para sua existência. (Silva; Fonseca, 2007, p. 7).

Isso é o que se anuncia nos horizontes do início deste novo século.

Constata-se que algumas questões, outrora pensadas em relação ao que se ensinava na escola, redirecionadas, serviriam perfeitamente à “nova rede de ensino da História.”

De fato, esses novos lugares por onde os saberes históricos circulam, seriam mesmo reféns de velhas concepções, ou, ao contrário, a evocação de velhas concepções funciona apenas como um subterfúgio para divertir?

Quando se pensa em ensino de história, e mais especificamente da Idade Média, é preciso considerar e distinguir três espaços por onde esses saberes circulam mais intensamente: as universidades, as escolas e as novas redes de ensino (responsáveis por filmes, jogos e romances, etc.).

As “velhas concepções” são mais frequentemente exploradas em meios tais como o cinema, a literatura e os jogos eletrônicos (ambos relacionados a um tipo de comunicação voltada para as massas), mas isso não significa que elas sejam reféns deles. Pensa-se que as “velhas concepções” sejam frequentemente evocadas por esses meios muito mais em função dos usos que eles exercem da história (conhecimento histórico), do que por uma militância em nome da tradição.

Macedo já alertava para o fato de que, em muitos casos, “[...] a Idade Média constitui apenas um pretexto para a criação ficcional, a imaginação e o divertimento.” (Macedo, 2005, p. 110). Portanto, quando o cinema, a literatura e os jogos eletrônicos evocam o mito da Idade Média como “idade das trevas”, eles acabam por firmar ainda mais o seu lugar no campo da ficção e do entretenimento. A função maior nesse caso é divertir, entreter, e para isso se utilizam da história (conhecimento histórico), valendo-se do fascínio que os temas e acontecimentos históricos podem oferecer ao público em geral.

O público se diverte com os conteúdos dos filmes, dos livros e dos jogos, mesmo que eles apresentem uma visão, até certo ponto, vulgar, regada a exageros e banalizações, ou seja, tudo aquilo capaz de despertar, no público comum (não especialista), sensações de prazer mais imediato, caracterizadas pela excitação dos sentidos e da imaginação, proporcionando instantes e momentos de satisfação.

Houve, sim, a exemplo do que pensa Cândido da Silva (2009), Macedo (2005) e Pereira (2009), entre outros, uma popularização da Idade Média. Diferente disso pensa-se que essa popularização não se deu de forma tão uniforme em todos os espaços por onde circula o conhecimento histórico (sejam núcleos, instituições, meios de comunicação de massa, livros didáticos, etc.). Diferentemente do que o termo induz a pensar, a popularização vem se operando de forma distinta nas mais variadas esferas de ação política, sejam elas escolas, universidades, internet, cinema, indústria de jogos eletrônicos, etc.

Insiste-se no fato de que nos círculos acadêmicos de produção científica, o que vem se popularizando são as novas concepções sobre a Idade Média e sobre os novos aportes teóricos e metodológicos relacionados à pesquisa e à escrita da história medieval; fora dele (principalmente fora dos muros das universidades), no âmbito dos meios e instrumentos de entretenimento e lazer, o que, de fato, vem ganhando cada vez mais popularidade não são os saberes mais recentes apregoados pelos especialistas da área, mas seus símbolos e representações. Pereira (2009, p. 117) afirma que essas imagens (a exemplo dos flagelos da peste), habitam o imaginário popular, construído, sobretudo por meio das telas de cinema, da televisão, dos jogos de computador e revistas de grande circulação.

E no caso do livro didático? Como ele se situa em relação a esse fato?

3º) a universalização do acesso ao livro didático nas escolas brasileiras. A escolha por pesquisar a Idade Média nos livros didáticos também se apoia num outro fato, a universalização do acesso ao livro didático nas escolas brasileiras.

Muito se tem falado do papel desempenhado pelas “novas redes de ensino” na socialização de saberes; mas vale lembrar que a difusão da história (conhecimento histórico) relativa ao período – Idade Média – se dá também (e tradicionalmente tem sido assim) através dos livros didáticos (ou escolares).

Portanto, partindo-se do princípio de que não é possível a popularização sem mecanismos de difusão, haja vista que o primeiro é efeito do segundo, então se presume que a popularização da Idade Média, entre os indivíduos não acadêmicos, tenha se dado muito em

função da consolidação da hegemonia do livro didático (enquanto instrumento de ensino) na sala de aula; tal supremacia tem sido produto, em parte, da universalização do acesso garantido nas últimas décadas, como parte de um processo histórico legítimo cujas raízes remontam à época da criação Instituto Nacional do Livro – INL.

O que foi e o que significou a universalização de acesso? Quais seus antecedentes históricos?

Os livros didáticos e os manuais escolares podem e são exemplos de escrita escolar da história.

Livro didático: material preparado especialmente para o ensino, associado a séries e programas fixos. Tende à uniformização de temas e explicações, justificada em nome de critérios psicopedagógicos, inovando topicamente, em especial, no campo gráfico – quadrinhos, fotografias, diferentes tipos e cores. (Silva, 2003, p. 86).

Essa definição não somente remete à ideia do livro didático como sendo uma publicação de conteúdo intelectual voltado para instrução de crianças, jovens e adultos, mas também reforça o alerta para o fato de que ele (o livro didático) agrega vários outros elementos (aspectos) polêmicos, objeto de intenso debate dentro e fora do mundo (ou círculos) acadêmico.

A obra de referência mais utilizada na escola, tanto por professores quanto por alunos, tem sido sem dúvida o livro didático, mesmo diante das exceções que possam existir.

Se nas universidades, estudantes, professores e pesquisadores se dedicam ao estudo de obras consagradas e de referência no âmbito da historiografia acadêmica, nas escolas é o livro didático que desempenha esse papel de “obra de referência”, subsidiando alunos e professores no âmbito do conhecimento escolarizado. Ele tem sido por muito tempo, uma das primeiras vias de contato do público jovem, com a história, obviamente, escolarizada. Por isso é preciso perscrutá-lo.

Na década de 70, num período em que vigorava o regime militar. Naquela época, a lei que fixava as diretrizes e bases para o ensino, Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971), decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então Presidente da República, Emílio G. Médici, estabelecia a vigência de dois níveis de ensino: o de 1º e 2º graus.

O ensino de primeiro grau correspondia ao que hoje se denomina ensino fundamental, tinha duração de oito anos e não nove, conforme aparece na atual legislação, Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996). O ensino de segundo grau, correspondente ao atual ensino médio (ou

secundário), poderia durar três ou quatro anos (hoje a duração legal é de três anos apenas).

Naquele período, os professores, com exceções, exigiam o livro didático como obra de referência obrigatória no desenvolvimento e acompanhamento das atividades de sala de aula.

O livro didático era trabalhado como se fosse um manual. Exigia-se a leitura das lições que o livro trazia e o desenvolvimento de exercícios.

Os livros didáticos, quase sempre, não eram entregues gratuitamente aos alunos; ao contrário, os pais ou responsáveis tinham que adquiri-los junto às livrarias ou representantes, cuja presença na escola tornou-se um hábito. Muitos pré-adolescentes e adolescentes eram punidos por não se apresentarem, na data estabelecida, com os títulos solicitados. Alguns deixavam de frequentar a escola por não terem condições financeiras para comprarem o material escolar exigido.

O que mudou de lá para cá? Já não se pode dizer que hoje a situação seja a mesma. A geração de meu filho é herdeira de um novo Estado. Já não se vive mais num regime de ditadura, nem civil, nem militar; a constituição de 1988 trouxe garantias significativas neste campo, tornando-se símbolo de um país redemocratizado, marcado pelo rearranjo de forças sociais e políticas.

As crianças e jovens do sistema público de educação, já não precisam mais deixar de frequentarem a escola por não disporem de recursos financeiros para aquisição do livro didático. Ele (o livro didático) é distribuído gratuitamente ao estudante da educação básica, seja ele aluno do ensino fundamental ou médio.

Isso tem sido possível muito em função do Programa Nacional do livro Didático (PNLD), política pública, ou seja, de interesse social, levada a cabo pelo ministério da educação, sob a tutela do governo federal e com financiamento do Estado brasileiro. PNLD, por um lado, funciona como política voltada à garantia do acesso ao livro didático, por outro, como política de avaliação pública das obras.

Falar da universalização da presença do livro didático na escola é falar na garantia das condições para que todos os estudantes das escolas públicas de educação básica tenham acesso efetivo ao livro escolar. Como afirma Cassiano (2007, p. 10), o Programa Nacional do Livro Didático, “tem sido o maior programa de distribuição de material didático do Brasil”; ele também tem tornado possível a avaliação qualitativa das obras.

O PNLD tem se consolidado como fruto de um processo cujo início data de bem antes

e envolve uma ampla rede de interesses, motivada pelo intercâmbio e o estreitamento das relações entre o “público” e o “privado”, o “político” e o “econômico”.

O estudo feito por Cassiano (2007), por exemplo: a) destaca o debate travado entre aqueles que comungam da ideia de que há uma estreita relação entre o PNLD e o antigo Instituto Nacional do Livro (INL), que data ainda da época do governo Vargas, e os que são contrários a esse tipo de vinculação, por considerarem o PNLD, um projeto autêntico e novo; b) discute o fato dele, o PNLD representar a confluência de um projeto político maior, produto da aliança de forças que marcaram os governos de transição, mais particularmente o de José Sarney e Fernando Henrique Cardoso, e que hoje se efetiva, depois de sua incorporação como plataforma política dos novos governos (a exemplo dos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff).

Oliveira (1994, pp. 40-46) chama a atenção para a existência de uma compatibilidade de natureza entre o tipo de política pública que o PNLD representa e aquela cuja origem remonta ao INL, criado por força do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937 (BRASIL, 1937), ainda na gestão do então ministro da educação e saúde pública do governo de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema.

A inclusão nesse texto, de alguns parágrafos voltados para o PNLD (a que é chamado de política de universalização da oferta de livros didáticos na escola pública brasileira) deve-se, em primeiro lugar, ao fato de que, nas análises em curso – voltadas para o problema central da pesquisa – utilizou-se o livro didático como fonte principal (documentos); um segundo motivo é que se partiu do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), para composição da lista contendo a relação de todos os títulos que integram as fontes de pesquisa. Vale observar que o PNLEM emerge do PNLD; por isso, falar do PNLD é imprescindível nesta fase do trabalho.

Não se pretende insistir no debate se o PNLD é ou não uma continuação do projeto iniciado no governo de Getúlio, isso não integra os objetos das análises. Enquanto política pública, ambos são de natureza semelhante, porém diferem quanto aos seus objetivos, motivações, público, metas, resultados pretendidos e obtidos. Na própria página de abertura do programa, situada no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), veicula-se como sendo “o mais antigo dos programas voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro” (Portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

Em Oliveira (1994, p. 44), para quem o INL, reforçado pelas ações da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) – criada pelo Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938 –, e assim como também destaca Cassiano (2007), representou o início de uma política marcada pela ingerência do Estado na produção cultural impressa, o que não deixou de se configurar em uma forma de controle e de instrumentalização dos dispositivos de censura da atividade intelectual. Acrescente-se aí o fato de que nos índices da educação brasileira, o PNLD tem atingido patamares de resultados distintos daqueles obtidos nas ações do INL.

O INL esteve muito mais a serviço da censura à produção intelectual (Oliveira, 1994, p. 44), opinião também compartilhada por Cassiano (2007), do que da obtenção de patamares aceitáveis quanto aos números da educação nacional; não que se considere que a preocupação com os números deva ser a melhor política em termos educacionais para o Estado brasileiro, mas esta é apenas uma forma de mostrar a oposição existente entre os objetivos de uma e outra proposta política.

Quanto ao cumprimento dos objetivos antidemocráticos do Estado Novo, pode-se dizer que o instituto – INL – mostrou-se eficiente; no entanto, no que tange ao provimento das escolas ele não logrou êxito, sobretudo em função da não regularidade de seus programas e da não garantia da efetiva universalização do atendimento. Não se esqueça de que o Estado Novo foi uma ditadura civil; portanto, dentre os mecanismos de repressão e controle instituídos no período, estava o da vigilância em torno da produção intelectual, assim como de sua circulação.

O revigoramento das políticas voltadas para o setor somente ocorreu a partir da publicação do decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985 (BRASIL, 1985), na gestão do então presidente José Sarney. Foi por força desse decreto que o governo instituiu, de fato, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Reprodução parcial do decreto que instituiu o PNLD:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, item III, da Constituição, e Considerando os propósitos de universalização e melhoria do ensino de 1º grau, contidos no Programa “Educação para Todos”; Considerando a necessidade de promover-se a valorização do magistério, inclusive mediante a efetiva participação do professor na indicação do livro didático; considerando, finalmente, o objetivo de reduzir os gastos da família com educação DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Programa Nacional do Livro Didático, com a finalidade de distribuir livros escolares aos estudantes matriculados nas escolas públicas de 1º Grau.

Art. 2º. O Programa Nacional do Livro Didático será desenvolvido com a participação dos professores do ensino de 1º Grau, mediante análise e indicação dos títulos dos livros a serem adotados (BRASIL, 1985, Decreto

nº 91.542, de 19/08/1985).

Por força desse decreto foi estabelecido: a) o PNLD é instituído oficialmente; b) estabelece-se como finalidade do programa a distribuição de livros escolares aos estudantes; c) limita-se o atendimento do programa, somente aos alunos matriculados nas escolas públicas de 1º grau; d) estabelece-se a participação dos professores do ensino de 1º grau na análise e indicação dos livros a serem adotados.

O decreto também previa a seleção, aquisição e distribuição dos livros, e ainda o desenvolvimento de atividades de acompanhamento e controle do programa. Ficavam de fora do programa, as escolas que integram o sistema privado de ensino, assim como os estudantes das escolas públicas de 2º grau (ensino médio).

Mesmo diante da limitação inicial, os princípios de universalização não deixaram de serem incorporados; o programa inicial veio sofrendo alterações constantes ao longo dos anos pelos governos ulteriores. A universalização da distribuição se deu de forma gradativa.

A inclusão do ensino médio (antigo 2º grau) veio a ocorrer efetivamente em 2003, dezoito anos depois da criação do Programa Nacional do Livro Didático.

Foi na Resolução nº 38, de 15 de outubro de 2003, que o presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) resolveu “ad referendum” a criação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), cujas diretrizes gerais podem ser verificadas em seus Art. 1º e 2º.

Reprodução parcial do art. 1º e 2º da Resolução nº 38:

Art. 1º – Prover as escolas do ensino médio das redes estadual, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade, para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM.

Art. 2º – A execução do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM no seu Projeto Piloto (2005 – 2007) obedecerá aos seguintes critérios:

I – o atendimento será realizado de forma progressiva aos alunos de 1ª, 2ª e 3ª séries, matriculados em escolas públicas, onde será implantada a escola básica ideal, além dessas, naquelas localizadas nas regiões norte e nordeste, prioritariamente.

II – as escolas que integram os sistemas de educação estadual e municipal mencionadas no inciso I deverão estar cadastradas no Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP (BRASIL, 2003, Resolução nº 38, de 15/10/2003).

O PNLEM nasceu em 2003, porém as ações previstas só começaram a ser executadas

no ano de 2004, a partir da aquisição e distribuição de livros didáticos de língua portuguesa e matemática. A extensão do atendimento à rede de educação básica do ensino médio também foi paulatina.

Por meio das iniciativas tais como, o PNLEM, O Programa Nacional do Livro Didático para a Educação de Jovens e Adultos (PNLD EJA), o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), PNLD Campo, PNLD dicionários, além de outros tais como o PNLD Alfabetização na Idade Certa (mais recente), o programa nacional do livro didático se consolidou; pode-se dizer que ele, hoje, de fato, atinge todos os níveis de ensino em suas várias modalidades, inclusive alunos da educação especial.

Os recursos do PNLD são provenientes do orçamento do Ministério da Educação (MEC) e as ações são desenvolvidas pelo FNDE, “autarquia federal responsável pela execução das políticas educacionais do MEC”⁵.

A título de exemplo, Cassiano (2007, p. 11) destaca que Saab (1999 apud Cassiano), em estudo realizado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por meio de tabela contendo quadro comparativo do faturamento referente ao ano de 1998 das editoras em atuação no Brasil do período, demonstra que as principais editoras do país são as de didáticos, com destaque para as editoras Ática/Scipione, FTD, Saraiva e Moderna. Segundo Cassiano (2007, p. 12) o Estado brasileiro é o maior cliente destas editoras, graças ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Engrossando o “caldo” das constatações financeiras, Silva (2007, p. 399) destaca que os números relacionados às aquisições do programa situam o governo brasileiro entre os primeiros no ranking dos maiores compradores de livros do mundo.

Tomando como base as regras e procedimentos em curso no PNLD até o ano de 2012, foi possível constatar que o programa é desenvolvido, observando-se as seguintes etapas:

- a) O governo abre edital para inscrição dos editores interessados em submeterem obras didáticas destinadas aos alunos do Ensino Médio, para avaliação e seleção pelo PNLEM/PNLD;
- b) Os títulos aprovados no edital passam a compor um catálogo (Catálogo de Livros Didáticos) específico por componente curricular (disciplina), também denominado de Guia de Livros Didáticos;

⁵ Definição apresentada na página do Portal do FNDE: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/institucional>>. Acesso em: 30 de jun. de 2013.

c) O Catálogo de Livros Didáticos e/ou Guia de Livros Didáticos são publicados em formato impresso e digital, e em seguida são encaminhados para as escolas;

d) Nas escolas, já de posse do material, os professores escolhem no catálogo (relação apresentada pelo MEC via programa) os títulos de sua preferência;

e) De posse da relação dos títulos escolhidos, o governo, por meio do MEC e através do FNDE, realiza a aquisição e distribuição dos livros;

f) As escolas finalizam o processo, responsabilizando-se pelo repasse final dos livros aos alunos.

4º) a necessidade de se repensar a relação entre a escrita escolar da história e a historiografia acadêmica e vice-versa. Esse constitui o quarto e último ponto do qual se vale para justificar a relevância do estudo desenvolvido.

No Brasil, o estudo da Idade Média não tem sido privilégio de estudantes e professores pesquisadores das universidades; seu ensino faz parte de uma tradição na educação escolar brasileira. Nas escolas de educação básica, seja no ensino fundamental ou no ensino médio, alguns de seus temas aparecem não somente como parte integrante do currículo prescrito, mas compreendem a relação dos conteúdos comumente abordados pelos professores em sala de aula. Também integram a lista de temas que os livros didáticos contemplam; obviamente que hoje, o espaço por ela ocupado é significativamente mais restrito do que no passado (isso aponta uma disparidade que merece ser pensada).

Vázquez e Aizpuru (1994) mencionam que o estudo da história, no Brasil, iniciou pelo estudo da história da Europa ocidental.

No exame dos programas e compêndios de história (componente curricular) para o ensino secundário brasileiro (relativo ao período de 1931 a 1956), Hollanda (1957) relaciona a História Medieval como matéria das disciplinas históricas (dentre elas, a História Universal) do curso ginasial.

O estudo da história (componente curricular) e das matérias escolares relacionadas à História Medieval, nas escolas brasileiras, foi e continua sendo, em parte, principal responsável pela difusão da Idade Média (mesmo diante da disparidade apresentada) – enquanto conhecimento histórico – entre a população não acadêmica em geral, influenciando na formação intelectual de crianças, jovens e adultos. O conhecimento histórico produzido sobre o período integra o conjunto de saberes que constituem patrimônio intelectual a ser compartilhado por

toda a sociedade.

A supremacia do livro didático enquanto instrumento de ensino, se deu, muito, em função das políticas públicas em relação ao setor. Como afirma Castro:

Para os produtores privados de livros, a prioridade na direção da ação ministerial para assistência ao educando resultou em um grande favorecimento de seus interesses, representando uma oportunidade de ampliação de seus negócios a nível nunca antes experimentado, principalmente pela grande conquista de espaços na capacidade de gastos à disposição do ministério. (Castro, 1996, p.62).

Nos últimos 14 anos, as editoras voltadas para o segmento de didáticos tem aumentado expressivamente o faturamento em função dos lucros obtidos com a intensificação das vendas. O *boom* se explica pela política pública de aquisição e distribuição de livros nas escolas brasileiras.

Por isso, é preciso problematizar a produção historiográfica escolar. Se o livro didático é responsável pela difusão do conhecimento histórico escolarizado e considerando-se sua universalização de sua presença na vida escolar dos alunos das escolas brasileiras, em que medida as novas concepções sobre o período medieval e as conquistas resultantes das pesquisas desenvolvidas pelos especialistas acadêmicos, sobretudo a partir de meados deste último século, tem reverberado na escrita escolar da história.

Será que os saberes mais recentes apregoados pelos especialistas da área têm ganhado espaço nos livros didáticos? Será que transitam nos livros didáticos?

O livro didático guarda algumas especificidades distintas das do cinema e da literatura. Ele não defende mais, pelo menos com tanta veemência, velhas concepções. Mas será isso verdade? Em que medida? Por que é que perdura a impressão de que as páginas dos textos escolares continuam a referir-se ao período de uma forma pejorativa?

Por que, mesmo diante do avanço dos estudos medievais no Brasil, ainda *paira no ar* uma falsa sensação de que nada mudou significativamente?

Em que medida a produção historiográfica da segunda metade do século XX tem reverberado, de fato, na escrita escolar da história?

Hoje, mais do que nunca, se faz necessário um ensino capaz de fornecer subsídios para que as crianças e jovens possam confrontar e relativizar os conteúdos que circulam, não somente em filmes, cartas, jornais, internet, jogos e romances literários, mas, principalmente,

nos livros didáticos. Passar em revista o conhecimento histórico escolarizado que transita nas páginas dos textos escolares é mais do que necessário; constitui tarefa urgente.

Silva (2014) alerta para o fato de que também se faz necessário que as crianças e jovens compreendam a Idade Média como experiência social de época, de um fazer coletivo situado historicamente e cujo conhecimento apresenta-se como uma exigência do presente (informação verbal)⁶.

Se por um lado, as ações mais recentes no campo da formação e da pesquisa têm resultado na intensificação da produção do conhecimento em história medieval, por outro, têm mostrado a necessidade de estudos voltados para análise dos mecanismos de difusão dessa produção na escola básica, responsável pela formação das novas gerações.

Quer-se que as crianças e jovens tenham um posicionamento crítico em relação aos saberes – relacionados ao período – que transitam em livros, jornais, revistas, filmes, etc. Deseja-se a intensificação do diálogo entre a historiografia acadêmica e a historiografia escolar. Procura-se uma renovação da escrita escolar da história em parâmetros mais atualizados. Pensa-se que o destino final de toda essa nova gama de produção acadêmica relacionada ao período seja a sala de aula e mesmo as páginas dos textos e manuais escolares. Almeja-se que as concepções mais recentes sobre o mundo medieval cheguem efetivamente até as escolas e que esses novos modelos interpretativos contribuam para adoção de novas atitudes e opiniões em relação à Idade Média.

É em função desse novo contexto e também da necessidade de respostas para todas essas questões é que se faz importante a pesquisa da Idade Média nos livros didáticos.

⁶ Informação fornecida por Silva durante reunião de estudos em São Paulo, em 2014.

SEGUNDA PARTE – ASPECTOS GERAIS DA PESQUISA, PROCEDIMENTOS, MATERIAL E MÉTODO

CAPÍTULO II

PROBLEMATIZAÇÃO, OBJETIVOS E HIPÓTESES

O tema da pesquisa define-se pelo seguinte título: “A Idade Média nos Livros Didáticos: a crise do século XIV, reverberações da historiografia acadêmica do século XX (seis primeiras décadas) nos sistemas explicativos escolares – Há diálogo?”.

Trata-se de um estudo em que se ocupa em perscrutar a Crise do Século XIV, na historiografia escolar, a partir do desenvolvimento de análises focadas em questões que giram em torno do seguinte problema de pesquisa: que relações existem entre os esquemas explicativos apresentados nos livros didáticos e as interpretações formuladas pela historiografia acadêmica, ao longo das seis primeiras décadas do século XX?

Portanto, a pesquisa teve por objetivo geral discutir os limites da apropriação que a historiografia escolar tem feito, das teses inauguradas pela historiografia acadêmica da primeira metade do século XX.

Os objetivos específicos apontam na seguinte direção: a) Como os livros didáticos definem o conceito de Crise do Século XIV?; b) Como os livros didáticos explicam a dinâmica de funcionamento da Crise do Século XIV?; c) Qual a função historiográfica que a Crise do Século XIV desempenha no esquema explicativo apresentado nos livros didáticos?; d) Quais evidências demonstram a presença ou ausência da historiografia acadêmica nos sistemas explicativos escolares e quais considerações podem ser formuladas acerca dessa relação?

A circunscrição do estudo nas questões relacionadas à Crise do Século XIV no âmbito da relação entre o livro didático e a historiografia acadêmica se deve a dois motivos. Por um lado, foi para que não se perdesse em aventuras relacionadas aos vários caminhos ao qual o tema – a Idade Média nos livros didáticos – poderia levar; por outro, foi porque a opção de percurso pela qual se optou. Cobra-se a demonstração de uma situação específica, daí a delimitação no tratamento da Crise do Século XIV como objeto historiográfico. Tais cuidados

ajudarão a imprimir o aprofundamento que esse tipo de estudo exige.

Há uma escrita escolar da história. Essa escrita tem como interlocutores diretos, os autores de livros didáticos. O livro didático é um dos recursos (material didático) que os professores mais utilizam como suporte na comunicação pedagógica que desenvolvem; ele reúne parte significativa do conhecimento histórico escolarizado.

Já faz algum tempo que se convive com termos que remetem à ideia de tipos distintos de história: “história política”, “história social”, “história cultural”, etc. No texto, “narrativa versus estrutura”, Burke (1992, pp. 327-348), por exemplo, situa-se sobre o debate entre os defensores de uma “história narrativa” e os de uma “história das estruturas”.

Na esfera por onde transitam os historiadores, principalmente aqueles preocupados com a função social do conhecimento histórico na formação das novas gerações, e ainda os detentores de certa “intimidade” com a educação, e vice-versa, há de se constatar a presença e o uso frequente de termos, tais como: “história pensada”, “história vivida” e “história ensinada”. Essas passaram a integrar, ao longo dos anos, vocabulário privilegiado de professores e pesquisadores que discutem a história (conhecimento histórico) e seu ensino.

Preocupações desse tipo podem ser constatadas em número considerado de trabalhos, dentre eles o de Silva (2003), Fonseca (1993), Monteiro (2007), Ciampi (2000), Abud (2007), etc.

No entanto, no âmbito das experiências de docência, o que se mostrava inicialmente como sendo um exercício meramente didático, virou objeto de embates acalorados.

Alguns intérpretes desse drama se fecharam em torno do significado das expressões e a partir daí intensificou-se a cisão ainda mais. Passou-se a situar a “história ensinada” como sendo aquela que se ensina na escola e a “história pensada” como sendo o resultado do trabalho dos historiadores nos centros de pesquisas das mais variadas universidades. Diante desse quadro, um novo questionamento se instalou. Como se encontra a história que se ensina nos cursos de formação distribuídos nos centros de ensino superior? Eles também não fariam parte de uma “história ensinada”?

Essa rigidez de entendimento para o que deveria ser apenas um “exercício didático” conduziu a caminhos “perigosos”. Não pretendo desconsiderar a especificidade do conhecimento escolar, mas ainda se acredita na necessidade de aproximação entre o que se produz como pesquisa nas universidades e o que se ensina na escola básica. Parece que cada instituição se fechou em seu mundo.

Os embates em defesa do estreitamento das relações entre estas duas instituições históricas amornaram, mas precisa ser retomado.

Vê-se que ora e outra, o termo “história” é empregado em sentidos distintos e muitas vezes implica o uso de grafias diferentes. Para Aróstegui (2006, p. 25-26), o termo pode ser empregado para designar a história como *realidade* (o vivido), como *conhecimento da realidade* e como *disciplina que se ocupa do conhecimento da realidade*.

Comunga-se do princípio de que há uma história vivida (história enquanto experiência social concreta), o conhecimento histórico (história enquanto aquilo que se sabe das experiências sociais concretas), a escrita da história (o registro e a teorização do conhecimento histórico) e o ensino da história (a comunicação pedagógica do conhecimento histórico, nesse caso, conhecimento histórico escolarizado).

A expressão “escrita da história” designa o registro e a teorização do conhecimento histórico, considerando-se as particularidades da escrita acadêmica e da escrita escolar. Existiriam, então, uma história de escrita acadêmica (que tem como referência o trabalho do historiador) e outra escrita escolar da história (que tem como referência os livros didáticos, na pessoa daqueles que atuam como seus interlocutores). Aróstegui (2006, p. 24), na obra citada, situa a escrita da história e sua teorização como sendo ofícios do historiador.

Nesse sentido, presume-se que o produto da escrita escolar da história é o conhecimento histórico escolarizado; a história numa manifestação voltada às necessidades e aos objetivos da comunicação pedagógica.

Expressões dos tipos aqui assinaladas são relevantes, elas denotam o esforço e o empenho na construção de sínteses que responda a reflexões de como a história se manifesta, observando-se cada campo de atuação daqueles que lidam com a história (conhecimento histórico).

Se por um lado a escola colabora na instrução de crianças e jovens nos momentos iniciais de sua jornada social, por outro, a universidade complementa; torna aquele que era “ingênuo”, mais “maduro” diante da realidade que se apresenta à sua frente.

Esse jovem que sai pela porta da sala de sua casa e ingressa na vida adulta, é lançado na história coletiva¹ e precisa se valer de saberes mínimos, para que não seja “engolido” pela

¹ O uso dessa expressão é inspirado nos conceitos de história pública e privada subjacentes às explicações apresentadas por Ariès (1992) na obra *O tempo da história*. A história coletiva é aqui apresentada como sendo aquela que se configura nos dramas sociais que tomam grupos humanos inteiros, motivados por lutas que fogem ao âmbito dos interesses meramente privados. As revoltas e revoluções são um bom exemplo disso.

dinâmica do tempo e nem pela “massa” que passa a integrar; dele é exigido sujeitar-se a certo tipo de “moral pública”, reivindicando atenção aos compromissos com o coletivo. Não se trata mais da construção de uma história autobiográfica, escrita no corpo, ao calor das emoções e dos conflitos, mas uma história das estruturas, onde a brevidade dos acontecimentos se perde nas tramas de longas datas, captadas apenas pelo exercício de raciocínio em torno de uma ideia de totalidade; assim, contribuir para despertá-lo para essa vida madura integra uma das funções sociais da universidade.

Vive-se hoje, imerso num contexto mais favorável que o dos anos de 1980. Já é possível celebrar algumas conquistas pós-ditadura militar; conquistas estas que integram um novo cenário da política educacional brasileira, a exemplo do que se vê na: a) intensificação da produção acadêmica; b) expansão do ensino de graduação e pós-graduação nas universidades brasileiras; c) conquista de índices positivos de acesso à escola; d) diminuição do número de analfabetos no Brasil; e) ampliação do número de escolas de educação básica; f) surgimento de novas redes de ensino; g) universalização do acesso ao livro didático; g) política de avaliação pública dos livros didáticos, etc.

Por isso, o estreitamento da relação entre escola e universidade (e vice-versa), mais do que mero “capricho”, é uma necessidade.

Ao se propor uma pesquisa voltada para o estudo da Idade Média nos livros didáticos, a intenção foi retomar esse ponto de onde se havia parado e discutir objetivamente essa relação.

Será que efetivamente, no âmbito da relação entre a produção historiográfica acadêmica e a escrita escolar da história, há, de fato, diálogo?

CAPÍTULO III

SELEÇÃO DAS FONTES E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

O nosso trabalho supõe uma atividade original, proveniente de uma iniciativa: a história é resposta (elaborada evidentemente por meio dos documentos, como havemos de voltar a ver) a uma pergunta que se faz ao passado misterioso a curiosidade, a inquietação, alguns dirão a angústia existencial, de qualquer maneira, a inteligência, o espírito do historiador. O passado apresenta-se a ele primeiro como um vago fantasma, sem forma nem consistência; para aprendê-lo, é preciso encerrá-lo estreitamente numa rede de perguntas sem escapatória, obrigá-lo a confessar-se. (MARROU, 1974, p. 53).

Quando se decidiu pelo estudo da Idade Média nos livros didáticos, estava claro para todos envolvidos na pesquisa que os livros didáticos constituiriam, desde aquele momento, fonte privilegiada de pesquisa.

Será mesmo plausível a noção de livro didático como documento?

1. Pois os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los. (BLOCH, 2001, p. 79).
2. A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele. (BLOCH, 2001, p. 79).
3. Não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços, inteligíveis para nós, que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram, em que nós os encontramos e em que somos capazes de interpretá-los [...] (MARROU, 1974, p. 61).
4. É um documento toda a fonte de informação de que o espírito do historiador sabe tirar qualquer coisa para o conhecimento do passado humano, encarado sob o ângulo da pergunta que lhe foi feita. (MARROU, 1974, p. 69).
5. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico, ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica [...] Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. (LE GOFF, 1992, p. 536).
6. Os fundadores da revista *Annales d'histoire économique et sociale* (1929), pioneiros de uma história nova, insistiram sobre a necessidade de ampliar a noção de documento: A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel,

na falta de flores habituais. (LE GOFF, 1992, p. 539-540, grifo do autor).

Faz parte da tradição da pesquisa histórica o trabalho com documentos. No passado, a noção de documento restringia-se à ideia do registro escrito, em geral o texto escrito, as *Capitulares* da França medieval, com seus *decretos reais e ordenanças*, é um bom exemplo disto. Hoje o conceito já não é tão restrito assim; houve uma ampliação da noção de documento para além do texto escrito, passando a designar qualquer tipo de registro, seja ele escrito ou não; conforme Le Goff (1992), “tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta de flores habituais”.

Vê-se que o conceito de documento não é tão fechado como alguns poderiam supor. Para Bloch (2001): “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita”. Segundo ele, “tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica e tudo o que toca pode e deve informar sobre ele”.

Quando Marrou (1974) afirma que “não podemos alcançar o passado diretamente, mas só através dos traços [...] que deixou atrás dele, na medida em que estes traços subsistiram em que nós os encontramos e em que somos capazes de interpretá-lo”, equivale dizer que é do documento que o historiador retira as informações que sua disposição problematiza, é capaz de mobilizar em favor da produção do conhecimento histórico. O documento funciona como dispositivo de mediação entre o historiador e as respostas que ele quer fazer vir à tona.

Essa abertura na noção de documento torna o livro didático uma fonte documental mais que legítima, pois incorpora não somente o texto escrito, mas também imagens sejam elas fotografias, pinturas, etc.

Outro aspecto que pesa em favor da ideia do livro didático como documento é que ele é uma produção datada, ou seja, situada historicamente. Ele é produto de uma época e reúne uma produção intelectual que reflete o ponto de vista dos autores desta época em relação aos acontecimentos da vida humana, as “mudanças e permanências”, em “diferentes tempos e espaços”.

O livro didático é um documento e como tal diz respeito a toda uma época e o olhar dessa época em relação não somente à “vida do ser de todos os dias”, mas também ao passado.

Muito embora o documento não seja o ponto de partida, e isso pelas razões que Marrou (1974) muito bem aponta, ele não deixa de ser um elemento importante no processo de elaboração de respostas à questão posta como problema central.

As respostas são elaboradas por meio do exame metódico dos documentos e elas funcionam como “fontes de informação historiográfica”, termo cunhado por Aróstegui (2006, p. 489); são eles (os documentos) os materiais palpáveis “a partir dos quais o historiador estabelece a síntese histórica”.

Seguindo tal perspectiva de raciocínio, entende-se que a pesquisa histórica envolve o estudo metódico das “fontes de informação historiográfica”; o livro didático lida com o conhecimento histórico escolarizado, por isso constitui uma dessas fontes de informação; são as fontes de pesquisa.

No estudo realizado, quais livros foram examinados? Como foram delimitados em termos quantitativos? Onde foram encontrados? Como foram selecionados?

Ocupou-se do manuseio de documentos recentes, em geral, Livros Didáticos brasileiros em circulação nas escolas de ensino médio ao longo do período de vigência do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM) – História 2007/2008 e o (PNLEM) – História 2011/2012; ambos, juntos integraram as duas primeiras versões do Programa.

Os livros utilizados constam na relação de título aprovados e avaliados por uma equipe técnica de especialistas. Os relatórios produzidos por essa equipe, bem como o nome das obras escolhidas em cada um dos processos de seleção aparecem arroladas em dois documentos distintos divulgados por meio de duas publicações da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, voltadas exclusivamente para o ensino médio: 1º) um *Catálogo* com publicação datada de 2007, intitulado “História: catálogo do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio: PNLEM/2008”; 2º) um *Guia*, publicado em 2011 sob o título “Guia de livros didáticos: PNLD 2012: História”. Veja a seguir, a relação completa dos títulos e autores que integram o *Catálogo do Livro Didático* do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, referente ao PNLEM ano 2007/2008 e também a relação completa dos que integram o *Guia do Livro Didático* do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, referente ao PNLEM ano 2011/2012.

Relação completa dos títulos e autores que integram o *Catálogo do Livro Didático* do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, publicado em 2007 e referente ao PNLEM ano 2007/2008:

- 1) COTRIM, Gilberto Vieira. **História global:** Brasil e geral. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Saraiva, 2005.
- 2) BRAICK, Patrícia do Carmo R; MOTA, Myriam Becho. **História:** das cavernas ao

- terceiro milênio. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)². São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.
- 3) SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.
 - 4) MIRANDA, Renan Garcia; CAMPOS, Flávio. **A escrita da história**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Escala Educacional, 2005.
 - 5) SCHMIDT, Mário Furley. **Nova História crítica**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Nova Geração, 2005.
 - 6) OJEDA, Eduardo Aparício Baez; PETTA, Nicolina Luíza; DELFINI, Luciano Emídio. **História: uma abordagem integrada**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.
 - 7) FIGUEIRA, Divalte Garcia, **História**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.
 - 8) FERNANDES, Luiz E. O.; FERREIRA, João Paulo M. H. **Nova História integrada**. 1. ed. (Volume único). Campinas, SP: Editora CDE, 2005.
 - 9) LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone; PEDRO, Antonio. **História do mundo ocidental**. 1. ed. (Volume único). São Paulo - SP: Editora FTD, 2005.
 - 10) MOCELLIN, Renato. **História**. 1. ed. (Coleção Vitória-Régia). (Volume único). São Paulo, SP: IBEP, 2005.
 - 11) MORAES, José Geraldo Vinci. **História geral e Brasil**. 2. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Atual, 2005.
 - 12) PÊRA, Sílvio Adegas; BARBOSA, Elaine Senise; NAZARO JUNIOR, Newton. **Panorama da história**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)³. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2005.
 - 13) MARQUES, Adhemar Martins. **Pelos caminhos da história**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)⁴. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2005.
 - 14) DIDIER, Maria Thereza; REZENDE, Antônio Paulo. **Rumos da história: história geral e do Brasil**. 2. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Atual, 2005.

² Somente o primeiro volume trata da Idade Média.

³ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

⁴ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

- 15) MARTINI, Alice; ANASTASIA, Carla Maria Junho; SILVA FILHO, João Bernardo; DEL GAUDIO, Rogata Soares. **Ciências humanas e suas tecnologias**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)⁵. São Paulo, SP: Editora IBEP, 2005.
- 16) SENISE, Maria Helena Valente; PAZZINATO, Alceu Luiz. **História moderna e contemporânea**. 1. ed. (Volume único)⁶. São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.
- 17) TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. *Brasil: História e sociedade*. 1. ed. (Volume único)⁷. São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.
- 18) MOTTA, Marly Silva; ROCHA, Dora Guimarães M.; FREIRE, Américo Oscar G. **História em curso**: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental. 1. ed. (Volume único)⁸. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2005.
- 19) VASCO, E. S.; SILVA, Sérgio A.; OLIVEIRA, A.; DELL'AGOSTINO, G.; **História**: trabalho, cultura e poder. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)⁹. Curitiba, PR: Editora Base, 2005.

Relação completa dos títulos e autores que integram o *Guia do Livro Didático* do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, publicado em 2011 e referente ao PNLEM ano 2011/2012:

- 1) COTRIM, Gilberto. **História global**: Brasil e geral. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁰. São Paulo, SP: Saraiva, 2010.
- 2) BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. 2. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹¹. São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.
- 3) SANTOS, Georgina; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. **História**: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹². São Paulo, SP: Saraiva, 2010.
- 4) VICENTINO, Cláudio Roberto; DORIGO, Gianpaolo Franco. **História geral e do**

⁵ Dessa obra, somente o terceiro volume trata da Idade Média.

⁶ Essa obra não aborda a Idade Média.

⁷ Essa obra não aborda a Idade Média.

⁸ Essa obra não aborda a Idade Média.

⁹ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁰ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹¹ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹² Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

- Brasil.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹³. São Paulo, SP: Editora Scipione, 2010.
- 5) ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes. **Conexões com a história.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁴. São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.
- 6) NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes; CAPELLARI, Marcos Alexandre. **Ser protagonista história.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁵. São Paulo, SP: Editora Edições SM, 2010.
- 7) SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁶. São Paulo, SP: Editora Ática, 2010.
- 8) CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida; SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da história.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁷. São Paulo, SP: Editora Edições Escala Educacional, 2010.
- 9) CAMPOS, Helena Guimarães; MIRANDA, Mônica Liz; FARIA, Ricardo de Moura. **Estudos de história.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁸. São Paulo, SP: Editora FTD, 2010.
- 10) CAMPOS, Flávio de; CLARO, Regina. **A escrita da história.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)¹⁹. São Paulo, SP: Editora Edições Escala Educacional, 2010.
- 11) BERUTTI, Flávio. **Caminhos do homem.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²⁰. Curitiba, PR: Editora Base Editorial, 2010.
- 12) MORENO, Jean Carlos; GOMES, Sandro Vieira. **História: cultura e sociedade.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²¹. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2010.
- 13) FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História em foco.** 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²². São Paulo, SP: Editora Ática, 2011.

¹³ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁴ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁵ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁶ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁷ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁸ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

¹⁹ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²⁰ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²¹ Dessa obra, somente o primeiro e o segundo volume tratam da Idade Média.

²² Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

- 14) MORAES, José Geraldo Vinci. **História geral e Brasil**. 1 ed. (Volumes 1, 2 e 3)²³. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2010.
- 15) PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza. **História sempre presente**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²⁴. São Paulo, SP: Editora FTD, 2010.
- 16) CERQUEIRA, Célia; PONTES, Maria Aparecida; SANTIAGO, Pedro. **Por dentro da história**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²⁵. São Paulo, SP: Editora Edições Escala Educacional, 2010.
- 17) FERREIRA, João Paulo Mesquita Hidalgo; FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Nova história integrada: história para o ensino médio**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²⁶. Curitiba, PR: Módulo Editora e Desenvolvimento Educacional, 2011.
- 18) MOCELLIN, Renato; CAMARGO, Rosiane de. **História em debate**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²⁷. São Paulo, SP: Editora do Brasil, 2010.
- 19) CATELLI JUNIOR, Roberto. **História texto e contexto**. 1. ed. (Volumes 1, 2 e 3)²⁸. São Paulo, SP: Editora Scipione, 2006.

Optou-se pelo trabalho com os livros didáticos mais utilizados. Evidentemente que não se trabalhou com todas as obras que aparecem na primeira e segunda relação; alguns foram excluídos porque abordam outras temáticas distintas do objeto e não abordam a Idade Média (é o caso, por exemplo, de livros que enfatizam a história do Brasil, contemporaneidades, etc.), outros, porque não integram a relação das obras mais utilizadas.

Para descobrir quais as obras mais utilizadas, foi imprescindível proceder, em relação a cada um dos títulos, à identificação do quantitativo de obras em circulação nas escolas; tal medida foi necessária para que se chegasse, de fato, àquelas de onde se extrairia o corpus documental.

Por que o trabalho com títulos voltados para o ensino médio e não para o fundamental?

De acordo com a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), de 1996, que estabelece as Diretrizes e

²³ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²⁴ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²⁵ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²⁶ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²⁷ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

²⁸ Dessa obra, somente o primeiro volume trata da Idade Média.

Bases da Educação Nacional – LDBEN, a educação escolar, no Brasil, compõe-se de dois níveis escolares, a educação básica e a educação superior. A educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e médio.

A seção III do capítulo II estabelece um ensino fundamental “com duração mínima de oito anos [alterada para nove], obrigatório e gratuito na escola pública”, e ainda acrescenta: “terá por objetivo a formação básica do cidadão”.

Já a seção que trata do ensino médio, seção IV, acaba por defini-lo como sendo a “etapa final” do processo de formação básica; estabelece “duração mínima de três anos”. Dentre suas finalidades, destaca-se o trabalho em prol da “consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental”, tendo em vista o prosseguimento dos estudos.

Entende-se que cada nível de ensino se destina a fins específicos, assumindo, portanto, papéis diferenciados ao longo do processo formativo de crianças, jovens e adultos. O ensino médio se situa exatamente naquela fase de transição, da adolescência para a vida adulta, zona limítrofe entre a educação básica e o ensino superior, funcionando, em se tratando dos mais jovens, como um divisor de águas entre a escola e a universidade; nesse contexto, pretende estabelecer e objetiva desenvolver a criticidade, de modo mais intenso do que no fundamental e consubstanciada nos fundamentos do racionalismo.

O ensino médio integra o último nível de ensino da educação básica, portanto supõe-se que o jovem, ao alcançá-lo, já tenha passado por todas as etapas anteriores e por isso mesmo possua mais disposição para o exercício do pensamento crítico e reflexivo. Tudo isso corrobora em favor da reivindicação por obras que considerem o aspecto crítico e o teor reflexivo do conhecimento histórico neles veiculados, oportunizando discussões relevantes em relação aos temas de que tratam.

Por que o trabalho foi desenvolvido somente com livros que integraram o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), e não outros?

O projeto que deu início a pesquisa foi formulado em 2012; naquele ano já estava em curso o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), criado “ad referendum” pelo presidente do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio da Resolução nº 38, de 15 de outubro de 2003. O PNLEM tem por diretriz fundamental prover as escolas do ensino médio da rede pública de educação básica, de livros didáticos de qualidade para uso dos alunos, abrangendo os componentes curriculares

relacionados às mais variadas áreas de conhecimento.

Hoje, os livros didáticos de história (componente curricular), entram nas escolas por meio das aquisições do PNLEM. Portanto o trabalho com obras do PNLEM é a garantia de que, de fato, se propôs a problematizar e refletir materiais com os quais os jovens lidam na vida diária e por meio do qual o conhecimento histórico²⁹ é socializado nos círculos escolares.

Os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) predominam de forma hegemônica, tanto no mercado editorial de didáticos, quanto nas escolas brasileiras e é hoje um dos maiores responsáveis pelo grande *boom* do mercado de vendas no segmento³⁰. Caso se pretenda identificar os livros mais utilizados, obviamente que só se poderá encontrá-los dentre os títulos adquiridos pelo programa.

Como já dito anteriormente, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) foi criado em 2003 e posto em funcionamento efetivamente a partir de 2004. De lá, até a data de finalização e definição do projeto que deu origem à pesquisa, ano de 2012, observa-se a seguinte evolução do PNLEM³¹:

- 1) No ano de 2004 houve aquisição de livros de Português e Matemática para todos os alunos do primeiro ano do ensino médio das escolas situadas nas regiões norte e nordeste³². (BRASIL, 2012).
- 2) No ano de 2005 houve aquisição de livros de Português e Matemática para todos os alunos dos terceiros anos, para distribuição nas escolas de todo país³³. (BRASIL, 2012).
- 3) No ano de 2006 houve aquisição de livros de biologia para todos os alunos e reposição dos livros de português e Matemática³⁴. (BRASIL, 2012).
- 4) No ano de 2007, houve aquisição de livros de história e química para todos os alunos e reposição dos livros de português, matemática e biologia nos terceiros anos³⁵. (BRASIL,

²⁹ Os livros didáticos são responsáveis pela divulgação de um tipo específico de conhecimento histórico, o conhecimento histórico escolarizado, produto de uma comunicação pedagógica.

³⁰ Refiro-me ao seguimento de livros didáticos.

³¹ A evolução do PNLEM consta no quadro apresentado pelo Ministério da Educação. BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Livro Didático. Tabela [extraída da página do FNDE] com os dados estatísticos da evolução do PNLD Ensino Médio – 2004 a 2012.

Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>>.

Acesso em: 29 Out. 2012.

³² Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

³³ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

³⁴ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

³⁵ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

2012).

- 5) No ano de 2008, houve aquisição de livros de português, matemática, biologia, física e geografia para todos os alunos e reposição dos livros de história e química nos terceiros anos³⁶. (BRASIL, 2012).
- 6) No ano de 2009, houve reposição dos livros de português, matemática, biologia, história, química, física e geografia, nos terceiros anos³⁷. (BRASIL, 2012). (BRASIL, 2012).
- 7) No ano de 2010, houve reposição dos livros de português, matemática, biologia, história, química, física e geografia, nos terceiros anos³⁸. (BRASIL, 2012).
- 8) No ano de 2011, houve atendimento integral para todos os alunos do ensino médio³⁹. (BRASIL, 2012).

Vê-se que as primeiras aquisições dos livros didáticos de História (componente curricular) para o ensino médio ocorreram somente a partir de 2007.

Desde a criação do PNLEM, até o ano de 2012, no que tange aos livros didáticos de História (componente curricular), tiveram-se duas aquisições pontuais; uma em 2007 (com reposições no ano de 2008, 2009 e 2010) e outra em 2011, sendo esta última destinada a suprir a demanda referente ao PNLEM voltado para o ano letivo de 2012.

Portanto, valem destacar que os livros que constituem as fontes de pesquisa foram inventariados, tomando-se como referência as duas publicações anteriormente mencionadas, tanto o *Catálogo* de 2007/2008, quanto o *Guia* de 2011/2012. Cada um deles apresenta uma “síntese das obras de História avaliadas e aprovadas” no processo seletivo a que as obras foram submetidas, nas duas primeiras versões do PNLEM.

Tanto o *Catálogo*, quanto o *Guia*, juntos relacionam ao todo trinta e oito livros. Desse total, dezenove deles integram os títulos arrolados no *Catálogo*, e outros dezenove integram os títulos das obras mencionadas no *Guia*.

Mas afinal, quais os mais utilizados?⁴⁰

³⁶ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

³⁷ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

³⁸ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

³⁹ Reprodução parcial das informações contidas no quadro apresentado pelo Ministério da Educação.

⁴⁰ Seguiu-se esta direção muito em função das sugestões e questionamentos apontados pela banca na qualificação do projeto de pesquisa e também porque no decurso do processo acabou-se por constatar tal necessidade.

Segundo o programa, são os professores quem escolhem os livros didáticos a serem adquiridos pelo Governo federal. A escolha sempre é feita a partir de um catálogo ou guia contendo a lista das obras avaliadas e aprovadas pela equipe de apoio técnico.

Como se nota, de acordo com o protocolo de funcionamento do PNLD/PNLEM, a avaliação das obras, assim como a apresentação da lista de livros selecionados constituem etapas importantes e fundamentais no processo de execução do programa, pois é dessa lista que os professores escolhem e indicam os livros a serem adquiridos pelo Governo e distribuídos nas escolas. Constatou-se que nem todos os livros relacionados compunham a lista oficial de aquisições, portanto uns de fato não circulam nas escolas públicas e outros circulam em menor número.

A aprovação no edital não é garantia de que a obra será de fato adquirida pelo Governo; após a aprovação, o livro ainda tem que passar pelo grifo dos professores; são eles que fazem a escolha final, aquela de onde se origina a lista de compras.

Diante desse fato, como distinguir as obras que eram, das que não eram de fato utilizadas? A solução foi vasculhar a lista de compras do Governo federal.

O raciocínio foi o seguinte: se havia uma lista com o número de aquisições relativo a cada título, então seria possível levantar a relação das obras mais utilizadas; as obras com maior número de aquisições obviamente seriam as mais utilizadas, portanto, as que circulavam em maior número, pelo menos em se tratando das escolas de ensino médio da rede pública de educação básica.

A identificação dos livros didáticos mais utilizados foi feita da seguinte maneira: primeiro localizou-se as planilhas de compras, contendo a lista de aquisições referentes às obras arroladas em cada uma das versões do programa, depois, já de posse das respectivas planilhas, separadamente, foi-se comparando a somatória do número total de aquisições relativa aos títulos relacionados. Ao término de todo esse processo, obtiveram-se dois quadros com a lista dos sete livros mais utilizados durante o período de vigência de cada uma das duas primeiras versões do PNLEM.

Assim foi que se chegou à relação dos sete livros, cujo número de aquisições somado corresponde a pouco mais que 75% do total de livros adquiridos; constituindo assim a lista dos livros mais utilizados.

Na verdade, compuseram-se dois grupos de fontes; um organizado a partir dos títulos

apresentados no primeiro manual⁴¹ de referência e outro organizado a partir dos títulos apresentados no segundo manual⁴² de referência. Depois, ainda organizou-se outro quadro, contendo um *ranking* representativo dos resultados, onde os títulos que integram a relação final (e completa) das fontes aparecem hierarquicamente ordenados.

Veja a reprodução dos quadros II e III, contendo a classificação dos títulos selecionados, conforme cada uma das versões do programa:

Quadro 2 – Primeiro grupo de fontes (etapa de pré-seleção)⁴³: títulos selecionados

Classif.	Informações gerais	Quant. de livros adquiridos em 2010	Quant. de livros adquiridos em 2011	Total de livros adquiridos 2010/2011
1º lugar	Título: História global: Brasil e geral. Autor: Gilberto Vieira COTRIM Volume: volume único Ano de Publicação: 2005 Editora: Editora Saraiva	315.404	531.103	846.507
2º lugar	Título: História: das cavernas ao terceiro milênio. Autor: Patrícia do Carmo R. BRAICK e Myriam Becho MOTA Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2005 Editora: Moderna	208.988	240.067	449.055
3º lugar	Título: História. Autor: Gislane Campos Azevedo SERIACOPI e Reinaldo SERIACOPI Volume: volume único Ano de Publicação: 2005 Editora: Editora Ática.	149.057	225.866	374.923
4º lugar	Título: A escrita da história. Autor: Renan Garcia MIRANDA e Flávio de CAMPOS Volume: volume único Ano de Publicação: 2005 Editora: Editora Escala.	129.090	240.875	369.965
5º lugar	Título da obra: Nova História crítica. Autor: Mário Furley SCHMIDT Volume: volume único. Ano de Publicação: 2005. Editora: Editora Nova Geração.	76.861	121.238	198.099

Continua

⁴¹ *Catálogo do Livro Didático* do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio, publicado em 2007 e referente ao PNLEM ano 2007/2008.

⁴² *Guia do Livro Didático do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio*, publicado em 2011 e referente ao PNLEM ano 2011/2012.

⁴³ Relação formulada a partir do primeiro manual de referência do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio e cuja organização foi feita tomando-se como referência a planilha de aquisições do Governo Federal.

Conclusão

6º lugar	Título: História: uma abordagem integrada. Autor: Eduardo Aparício Baez OJEDA e Nicolina Luíza de PETTA e Luciano Emídio DELFINI. Volume: volume único. Ano de Publicação: 2005. Editora: Editora Moderna.	81.795	109.279	191.074
7º lugar	Título da obra: História. Autor: Divalte Garcia FIGUEIRA. Volume: volume único. Ano de Publicação: 2005. Editora: Editora Ática.	61.158	89.656	150.81

Quadro 3 – Segundo grupo de fontes (etapa de pré-seleção)⁴⁴: títulos selecionados

Classif.	Informações gerais	Quant. de livros adquiridos em 2012	Quant. de livros adquiridos em 2013	Total de livros adquiridos 2012/2013
1º lugar	Título: História global: Brasil e geral. Autor: Gilberto COTRIM Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2010 Editora: Editora Saraiva	778.448	203.004	981.452
2º lugar	Título: História: das cavernas ao terceiro milênio. Autor: Patrícia Ramos BRAICK e Myriam Becho MOTA Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2005. Editora: Editora Moderna.	529.241	136.116	665.357
3º lugar	Título: História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas Autor: Georgina dos SANTOS e Jorge FERREIRA e Ronaldo VAINFAS e Sheila de Castro FARIA. Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2010 Editora: Editora Saraiva	401.523	93.378	494.901
4º lugar	Título: História geral e do Brasil. Autor: Cláudio Roberto VICENTINO e Gianpaolo Franco DORIGO. Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2010 Editora: Editora Scipione	324.660	89.328	404.988

Continua

⁴⁴ Relação formulada a partir do segundo manual de referência do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio e organizada segundo planilha de aquisições do Governo Federal.

Conclusão

5º lugar	Título: Conexões com a história. Autor: Alexandre ALVES e Leticia Fagundes de OLIVEIRA. Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2010 Editora: Editora Moderna	319.937	9.998	399.935
6º lugar	Título: Ser protagonista História. Autor: Fausto Henrique Gomes NOGUEIRA e Marcos Alexandre CAPELLARI. Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2010 Editora: Edições SM	292.410	69.689	362.099
7º lugar	Título: História em movimento. Autor: Gislane Campos Azevedo SERIACOPI e Reinaldo SERIACOPI. Volume: volume 1 Ano de Publicação: 2010 Editora: Editora Ática	288.098	67.711	355.809

Cada um dos quadros apresentados corresponde a um dos dois grupos de fontes. Cada grupo de fontes corresponde a cada uma das duas primeiras versões do programa (PNLEM).

De posse desses resultados, procedeu-se à comparação entre quantidade total do número de aquisições para cada uma das obras, procurando organizá-las em ordem decrescente, numa única planilha, em torno da seguinte questão: quais os livros didáticos mais utilizados ao longo de todo o período de vigência do tempo de uso das obras adquiridas a partir das duas primeiras versões do PNLEM?

Veja o resultado na distribuição (*Ranking*) apresentada no quadro IV:

Quadro 4 – *Ranking*⁴⁵: classificação geral das obras mais utilizadas⁴⁶

Classif.	Referência completa das obras	Grupo de fontes a que pertence	Nº de obras adquiridas
1º lugar	COTRIM, Gilberto Vieira. História global: Brasil e geral. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.	Segundo	981.452
2º lugar	COTRIM, Gilberto Vieira. História global: Brasil e geral. 8. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Saraiva, 2005.	Primeiro	846.507
3º lugar	BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.	Segundo	665.357

Continua

⁴⁵ O *Ranking* foi montado tomando-se como referência a quantidade total de aquisições por título.

⁴⁶ Na organização do ranking, foi levado em consideração às duas versões do programa, a versão do PNLEM 2007/2008 e a do PNLEM 2011/2012.

Conclusão

4º lugar	SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas . 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.	Segundo	494.901
5º lugar	BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. História: das cavernas ao terceiro milênio . 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.	Primeiro	449.055
6º lugar	VICENTINO, Cláudio Roberto; DORIGO, Gianpaolo Franco. História geral e do Brasil . 1. ed. (volume 1). São Paulo, SP: Editora Scipione, 2010.	Segundo	404.988
7º lugar	ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. Conexões com a história . 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.	Segundo	399.935
8º lugar	SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. História . 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.	Primeiro	374.923
9º lugar	MIRANDA, Renan Garcia; CAMPOS, Flávio de. A escrita da história . 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Escala Educacional, 2005.	Primeiro	365.965
10º lugar	NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes; CAPELLARI, Marcos Alexandre. Ser protagonista história . 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Edições SM, 2010.	Segundo	362.099
11º lugar	SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. História em movimento . 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Ática, 2010.	Segundo	355.809
12º lugar	SCHMIDT, Mário Furley. Nova História crítica . 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Nova Geração, 2005.	Primeiro	198.099
13º lugar	OJEDA, Eduardo Aparício Baez; PETTA, Nicolina Luíza de; DELFINI, Luciano Emídio. História: uma abordagem integrada . 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.	Primeiro	191.074
14º lugar	FIGUEIRA, Divalte Garcia. História . 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.	Primeiro	150.814

Para cada título, atribuiu-se uma identificação mais específica. Assim, em relação ao primeiro lugar, passou-se a designá-lo por “Livro I”; constitui a primeira fonte, de onde se retirou o primeiro conjunto de textos que compõe o corpus documental; o segundo, “Livro II”, de onde se retirou o segundo conjunto de textos; o terceiro, “Livro III”, de onde se retirou o terceiro conjunto de textos que compõe o corpus documental, e assim sucessivamente. A relação final ficou desta maneira:

1º) lugar: Livro I. A primeira obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História global: Brasil e geral* (volume 1), de autoria de Gilberto Cotrim (Livro I). É uma publicação da editora Saraiva; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

2º) lugar: Livro II. A segunda obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História global: Brasil e geral* (volume único), também de autoria de Gilberto Cotrim (Livro II); é publicação da editora Saraiva; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

3º) lugar: Livro III. A terceira obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História: das cavernas ao terceiro milênio* (volume 1), de autoria de Patrícia do Carmo Ramos Braick e Myriam Becho Mota (Livro III). É uma publicação da editora Moderna; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

4º) lugar: Livro IV. A quarta obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História* (volume 1), de autoria de Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria (Livro IV), publicado pela editora Saraiva. A versão da obra utilizada foi a primeira edição; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

5º) lugar: Livro V. A quinta obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História: das cavernas ao terceiro milênio* (volume 1), de autoria de Patrícia do Carmo Ramos Braick e Myriam Becho Mota (Livro V), ambas já mencionadas anteriormente. É uma publicação da editora Moderna; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

6º) lugar: Livro VI. A sexta obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História geral e do Brasil* (volume 1), de autoria de Cláudio Roberto Vicentino e Gianpaolo Franco Dorigo (Livro VI). É uma publicação da editora Scipione; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

7º) lugar: Livro VII. A sétima obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *Conexões com a história* (volume 1), de autoria de Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira (Livro VII). É uma publicação da editora Moderna; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

8º) lugar: Livro VIII. A oitava obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História* (volume único), de autoria de Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi (Livro VIII). É uma publicação da editora Ática; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

9º) lugar: Livro IX. A nona obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *A escrita da história* (volume 1), de autoria de Renan Garcia Miranda e Flávio de Campos (Livro IX). É uma publicação da editora Escala Educacional; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

10º) lugar: Livro X. A décima obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *Ser protagonista história* (volume 1), de autoria de Fausto Henrique Gomes NOGUEIRA e Marcos Alexandre CAPELLARI (Livro X). É uma publicação da editora dições SM; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

11º) lugar: Livro XI. A décima primeira obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História em movimento* (volume 1), de autoria de Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi (Livro XI). É uma publicação da editora Ática; foi utilizada a edição publicada no ano de 2010.

12º) lugar: Livro XII. A décima segunda obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *Nova história crítica* (volume único), de autoria de Mário Furley Schmidt (Livro XII). É uma publicação da editora Nova Geração; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

13º) lugar: Livro XIII. A décima terceira obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História: uma abordagem integrada* (volume único), de autoria de Eduardo Aparício Baez Ojeda, Nicolina Luíza de Petta e Luciano Emídio Delfini (Livro XIII). É uma publicação da editora Moderna; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

14º) lugar: Livro XIV. A décima quarta obra em maior circulação no período total do tempo de vigência das obras adquiridas nas duas primeiras versões do PNLEM foi o livro *História* (volume único), de autoria de Divalte Garcia Figueira (Livro XIV). É uma publicação da editora Ática; foi utilizada a edição publicada no ano de 2005.

O estudo realizado foi desenvolvido por meio da análise do conteúdo dos textos do corpus documental, extraídos dentre as 14 obras que integram a relação das fontes de pesquisa.

A abordagem foi de cunho qualitativo e teve como propósito a formulação de respostas plausíveis para o problema de pesquisa, na direção dos objetivos propostos.

De modo geral, o trabalho foi desenvolvido nas seguintes etapas: leitura, análise, interpretação e síntese.

1º) Leitura: compreendeu a leitura dos textos correspondentes aos títulos relacionados.
2º) Análise: compreendeu o estudo propriamente dito das fontes, com identificação de

categorias, ferramentas analíticas e conceitos, de modo a atingir os objetivos específicos e gerais propostos. 3º) Interpretação: compreendeu a formulação de respostas para o problema, para as questões problematizadas, na direção dos objetivos, da explicitação e discussão da tese proposta. 4º) Síntese: compreendeu a formulação das conclusões cabíveis.

O tratamento das fontes foi feito a partir de algumas questões de estudo. As questões que nortearam o estudo foram as seguintes: a) Como os livros didáticos definem o conceito de “crise do século XIV”? b) Como os livros didáticos explicam a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? c) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado nos livros didáticos?

TERCEIRA PARTE - RESULTADOS: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS

CAPÍTULO IV

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL (COLEÇÃO I E II)*

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” nas coleções 1 e 2 da obra *História Global: Brasil e Geral*, de autoria de Gilberto Cotrim. Para tanto, foram considerados excertos oriundos da primeira coleção, Livro I (COTRIM, 2010) e da segunda coleção, Livro II (COTRIM, 2005); ambas as coleções ocupam, respectivamente, o 1º e o 2º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? Crise ou crises? No livro didático *História Global: Brasil e geral*, primeiro volume, e no livro *História Global: Brasil e geral*, volume único, Cotrim apresenta o século XIV como tendo sido, de fato, um século de crises; porém ao fazê-lo, ele fornece elementos que permitem identificar a distinção entre pelo menos dois gêneros de crises: as crises mais setorizadas (em se tratando dos mais variados setores da vida prática), a exemplo da crise agrária, crise social e crise religiosa, e outra, de caráter mais geral, uma crise generalizada, correspondente ao que ele denomina de depressão (ou contração).

Seria então correto dizer que em Cotrim a “crise do século XIV” é um conceito que serve para designar fenômenos interdependentes de um mesmo processo; equivale dizer que o século XIV, mais precisamente (já que a maioria dos eventos relacionados pelo autor situa-se nesse decurso de tempo), foi um período de “crises” (numa referência às crises setorizadas), mas também de “crise” (numa referência à crise geral).

Ao falar dos *Séculos finais da Idade Média*, expressão utilizada pelo autor em ambas as coleções, Cotrim menciona que o século XIV, na Europa ocidental, compreendeu uma série de crises, que acabaram por contribuir sobremaneira para o declínio do feudalismo; em cada uma das coleções, ele aponta pelo menos três delas. Na primeira coleção, ele as nomeia da seguinte

maneira: a) crise agrícola; b) crise social; d) crise religiosa. Na segunda coleção, ele as nomeia da seguinte maneira: a) crise econômica; b) crise política; c) crise religiosa.

Vale destacar que, muito embora o autor lance mão, em alguns casos, de expressões diferentes para nomear algumas das crises, o texto explicativo permanece sem alterações significativas; não há distinção relevante entre uma coleção e outra; ou seja, ele lança mão do uso de expressões diferentes para nomear a mesma coisa.

a) *Crise agrícola* ou *crise econômica*. Em Cotrim, a crise agrícola ou econômica são termos utilizados para definir a crise na produção agrícola de alimentos; é uma definição da qual se vale o autor para designar o “caos” (ou desordem) que, segundo ele, passa a atingir o setor no período; uma desordem caracterizada principalmente pelo declínio na produção agrícola de alimentos que, somado às perdas, acaba por precipitar, nas palavras do autor, uma “grave escassez de alimentos”; segundo ele, no início do século XIV, uma “grave escassez de alimentos” teria atingido as sociedades medievais da Europa ocidental.

b) Crise social ou crise política; Gilberto Cotrim emprega o termo “crise social” (COTRIM, 2010) e “crise política” (COTRIM, 2005) para designar o quadro de desordem social que se abateu sobre as sociedades medievais ao longo do século XIV, marcado, sobretudo pela intensificação das guerras, emergência de revoltas sociais no campo e nas cidades, clima de insegurança e intranquilidade social, desabastecimento, alta no preço dos alimentos, saques, destruição das plantações.

c) Crise religiosa (COTRIM, 2010; 2005); é apontada pelo autor como a terceira de uma série de crises. A crise religiosa compreendeu o estado de instabilidade política instaurado no seio da própria igreja católica a partir da mudança da sede do papado para a cidade francesa de Avignon, em 1309. Os desdobramentos dessa crise resultaram na ruptura da unidade religiosa da Igreja entre os anos de 1378 e 1417. Tal fato resultou, segundo o autor, não somente na instituição de dois papados, o de Roma e o de Avignon, mas também na criação das condições políticas favoráveis à emergência de “doutrinas contrárias aos dogmas da Igreja Católica”.

Para Cotrim, essas são as crises que integram a série de crises que abalaram os séculos XIV e XV.

Ambas as crises não são pensadas como fatos isolados, mas sim interdependentes, uma vez que os efeitos de uma refletem consequentemente sobre a outra e vice-versa; são crises que embora relativamente distintas, conservam estreita relação.

O exame mais cuidadoso acerca da explicação desenvolvida pelo autor, alerta em relação a outro aspecto da questão: o esquema explicativo desenvolvido por ele pressupõe que as crises, agrícola, social e religiosa, também teriam precipitado uma crise de âmbito mais geral, uma espécie de “crise geral”, sem precedentes na história do feudalismo.

Sobre a ideia de “crise geral”. A crise geral é aqui empregada como sinônimo de crise generalizada. Cotrim não faz uso *ipsis litteris* da expressão crise geral, mas explora o significado que ela evoca ao definir os limites daquilo que chamou de depressão (ou contração). Para Cotrim, nos séculos XIV e XV, e mais especificamente no século XIV, a Europa ocidental fora “marcada por um processo de depressão (ou contração)”, segundo ele, “decorrente das crises econômica, política e religiosa”.

O autor faz alusão a fatos tais como, escassez de alimentos, saques, devastação das plantações, desorganização da produção, desabastecimento e alta no preço dos alimentos.

As explicações formuladas pelo autor sobre as especificidades de cada uma das crises desembocam sempre num mesmo ponto: o impacto negativo produzido por elas sobre a vida econômica; no sistema apresentado, até mesmo a crise religiosa teria contribuído para o fato na medida em que intensificou o clima de insegurança e instabilidade.

Em síntese: em Cotrim, no que tange ao Livro I (COTRIM, 2010) e ao Livro II (COTRIM 2005), a “crise do século XIV” é um conceito que diz respeito não somente ao conjunto das crises, agrícola (ou econômica), social e religiosa, mas também à crise geral ou generalizada (que ele chama de depressão ou contração) que se abateu sobre próprio sistema; equivale dizer que ao longo dos séculos XIV e XV (e mais especificamente o século XIV) houve uma série de crises setorializadas que acabaram confluindo numa crise de âmbito mais geral (crise que colocou em xeque o próprio sistema feudal), portanto mais grave; a “crise do século XIV” comporta todo esse sistema.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? Em *História Global: Brasil e geral*, a crise inicia-se no setor de produção agrícola. Segundo o autor, desde o século XI a produção agrícola seguia crescendo e isso era um indicativo de que o setor seguia em expansão. Mas, no início do século XIV, ocorrera uma mudança no quadro; a produção agrícola começara a dar sinais de encolhimento, culminando numa grave escassez de alimentos.

Cotrim argumenta que tal situação – queda na produção agrícola de alimentos – ocorrera em função de três motivos básicos: 1º) a má qualidade do solo; 2º) a morosidade nas ações em prol da busca por novas áreas de cultivo; 3º) e perdas de colheitas.

A queda na produção agrícola de alimentos começara em função da má qualidade do solo; como não havia mais terras férteis disponíveis, os produtores passaram a produzir nas terras menos férteis, com isso a baixa na produção de alimentos tornou-se inevitável.

Segundo o autor, outro fator a impactar nas condições de produção do setor agrícola foi a morosidade nas ações em prol da busca por novas áreas de cultivo. Ele argumenta que a ampliação das áreas cultiváveis envolvia a derrubada de florestas para fins agrícolas, porém, tal ação vinha esbarrando na resistência de muitos nobres que viam nas florestas o ambiente natural propício para a prática esportiva (a exemplo da caça) e para o fornecimento de virtualhas tais como madeira, mel e cera. Sem novas áreas de cultivo não haveria como reverter à tendência de queda até então em curso.

O terceiro e último fator apontado são as perdas de colheitas. Segundo ele, muitas colheitas eram perdidas em função do clima (variando entre o muito frio e seca intensa), das guerras e do uso de técnicas inadequadas de cultivo. A perda constante de colheitas deixava um saldo negativo no que diz respeito à quantidade de alimentos disponíveis à população.

Como afirma o autor: “O conjunto desses fatores ocasionou uma grave escassez de alimentos. Em consequência, milhares de pessoas morreram de fome, enquanto outras sobreviveram em grave estado de subnutrição.” (HISTÓRIA GLOBAL: Brasil e geral, Livro I, Volume I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 222).

Como o autor explica a crise agrícola (ou crise econômica)? O esquema explicativo da crise agrícola (ou crise econômica) é o seguinte: a queda da produção agrícola somada à perda de colheitas conduz à escassez de alimentos, que por sua vez conduz à fome, daí as mortes e a subnutrição.

Obviamente que a fome e o estado de penúria em que se viu constrangida grande parte da população corroboraram para a desordem social, no entanto Cotrim aponta a crise social como um efeito mais direto não somente do “clima de insegurança e intranquilidade” produzido em função das guerras, mas também da insatisfação popular (burguesia e camponeses) “[...] contra a exploração pela nobreza feudal e a incapacidade dos reis de garantir a ordem e proteger a população.” (História Global: Brasil e geral, Livro I, Volume I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 222).

Como o autor explica a crise social (ou crise política)? O esquema explicativo da crise social é o seguinte: segundo ele, houve uma intensificação das guerras no período. Com a intensificação das guerras as cidades são saqueadas e as plantações devastadas, gerando insegurança e intranquilidade; o desabastecimento e a alta dos preços provocados pela desorganização da produção agrícola acabam por intensificar ainda mais o clima de insegurança e insatisfação, fazendo emergir inúmeras revoltas populares, no campo e na cidade.

Para o autor, as revoltas populares, protagonizadas pela burguesia e pelos camponeses, agravaram o estado de *caos* social, no campo e nas cidades. O texto situa ambos, burguesia e camponeses, como protagonistas legítimos das revoltas sociais; e se antes, a crise se restringia ao setor agrícola, agora assume novas proporções.

Cotrim explica que a multiplicação das guerras na Europa ocidental fez com que muitas cidades fossem saqueadas e “inúmeras plantações devastadas”, gerando uma desorganização da produção que por sua vez repercutiu em crises de abastecimento e alta no preço dos alimentos; um exemplo apontado foi a Guerra dos Cem Anos. Segundo ele, ela trouxe prejuízos para “[...] a vida econômica da França e da Inglaterra, empobrecendo grande parcela da nobreza feudal.” (História Global: Brasil e geral, Livro II, Volume único, Unidade VI, Capítulo XV, p. 142).

Cotrim também situa a crise religiosa no contexto de agravamento de crise, mas ele não deixa a questão clara como faz em relação à crise social (ou política) e à crise agrícola (ou econômica); no entanto, ele passa a ideia de que a inserção dela no quadro das crises teria se dado pelo fato de ele, Cotrim, acreditar, que ela, de alguma forma, teria influenciado para que a crise assumisse um âmbito mais geral. O capítulo denominado *Igreja e cultura medieval*, capítulo 15 do Livro I (COTRIM, 2010) e capítulo 14 do Livro II (COTRIM, 2005), esclarece a questão. O autor situa a igreja católica como uma instituição de papel articulador, investida de grande poder social. É possível que para ele, em se tratando do sistema feudal, conceber a ideia de crise sem a ruptura da unidade religiosa seja algo um tanto incongruente. De outro modo, a instabilidade política na igreja pode também ser entendida como simples extensão do clima de instabilidade e intranquilidade política geral e como reflexo natural do ritmo de crescimento de uma crise geral flagrante.

A crise do século XIV não começa numa proporção generalizada; ela começa num setor, ou seja, como parte de uma crise setorializada, depois vai se agravando aos poucos. Os fatores apontados como responsáveis por esse agravamento são exclusivamente três: a Fome, a Peste e a Guerra dos Cem Anos. A Fome, na medida em que pesa sobre ela a responsabilidade pela

morte de um número expressivo de pessoas e pela precipitação de outras tantas em lastimável estado de subalimentação; a Peste Negra, em função da elevada taxa de mortandade, segundo Cotrim, calcula-se que um terço da população tenha morrido vitimada pela doença; a Guerra dos Cem Anos, na medida em que os saques às cidades e a devastação das plantações promoveram a desorganização da produção agrícola, ocasionando o desabastecimento e a alta no preço dos alimentos.

Depressão econômica também é sinônima de crise generalizada na economia. Parece que no esquema explicativo apresentado por Cotrim, a economia, no sentido restrito do significado que ele atribui ao termo, assume importância capital. Por outro lado, qual é a noção de economia, segundo Cotrim?

Cotrim não define de forma objetiva e direta o que é economia, mas em várias passagens, fornece pistas acerca de como compreende o conceito. Ao tratar daquilo que ele considera como tendo sido a fase da “retomada do desenvolvimento das atividades econômicas” ele aborda exclusivamente o desenvolvimento e crescimento da produção agrícola; e não para por aí; ao tratar do crescimento econômico ele enfatiza o desenvolvimento e expansão da atividade comercial e o impulso dado ao aumento da produção artesanal. Pode-se com isso considerar que, para Cotrim, a atividade econômica diz respeito não somente à produção agrícola e artesanal, mas também ao comércio; portanto, ao destacar o setor da produção agrícola como *locus* de desenvolvimento das primeiras crises e de onde teriam emergido os agentes primitivos de uma crise geral, Cotrim acaba por denunciar o viés econômico de sua abordagem.

Pode-se dizer que ele inicia por uma explicação econômica da crise; esta explicação vai ganhando fôlego na medida em que ele, a ela, incorpora os efeitos de outras crises, identificadas com outros campos de análise, a exemplo da crise social e de outros fatores tais como a fome, a peste, as guerras, etc. Isso explica por que o autor, ora se refere ao que ele denomina de crise agrícola, valendo-se da expressão crise econômica, ora se refere ao que ele denomina de crise econômica, valendo-se da expressão crise agrícola.

É bem verdade também, que o autor não exclui a relevância de outros dispositivos, a exemplo dos de cunho político. Pensa-se que, caso se tome a instabilidade como ausência de paz, ver-se-á que ela se enquadra perfeitamente na ideia de crise política; assim, tanto a crise religiosa quanto as guerras seriam o efeito de uma crise política.

Pensa-se que o autor lança mão de um subterfúgio: no Livro I (COTRIM, 2010), ele não menciona a expressão crise política e muito embora não deixe de considerá-la. No Livro II (COTRIM, 2005) ele lança mão da expressão crise política, submetendo a esta, os dispositivos sociais. Hierarquicamente, os dispositivos políticos são dispostos numa posição secundária em relação aos dispositivos econômicos; estratégia retórica da qual o autor se vale.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado? Em Gilberto Cotrim (2010; 2005), a crise do século XIV é utilizada como expressão apropriada aos tempos difíceis – momentos críticos – do *feudalismo*. O conceito é empregado para designar uma fase de agravamento do processo de mudança iniciado, segundo o autor, desde o século XI.

Nesse esquema explicativo, os séculos XIV e XV, e mais especificamente o século XIV, faz parte do período de transição para uma nova sociedade marcada por valores distintos dos outrora predominantes nas sociedades medievais; encerra todo um sistema explicativo que vê a falência do sistema como condição *sine qua nom* para o ingresso na nova ordem política, econômica e cultural, que os séculos seguintes inaugurariam.

Em síntese: a Crise do Século XIV é utilizada pelo autor para explicar como se deu o fim do *sistema feudal* e o processo de transição para uma nova ordem social.

Na abertura do capítulo intitulado *Séculos finais da Idade Média*, capítulo XIV, Cotrim menciona: “nem mesmo as sucessivas crises do século XIV conseguiram deter as transformações que vinham ocorrendo;” e acrescenta que entre os séculos XI e XV, a Europa ocidental vivenciou duas grandes fases, uma de expansão e outra de contração; segundo ele “os acontecimentos e as transformações que ocorreram nessas duas fases desencadearam o declínio do feudalismo”.

Observa-se assim que tanto a fase de expansão, quanto a de contração, ambas não se precipitam na direção da reafirmação, mas sim da desestruturação do sistema feudal.

Por outro olhar, o que teria sido, na visão do autor, esta fase de expansão e por que o impacto gerado por ela sobre o sistema vigente teria produzido efeitos tão devastadores?

Cotrim divide o período compreendido entre os séculos XI e XV em “duas grandes fases”. A primeira ele chama de “fase da expansão ou os séculos de desenvolvimento”; a segunda ele chama de “fase da depressão ou os séculos de crise”. Para ele, “os acontecimentos e as transformações ocorridas nessas duas fases desencadearam o declínio do feudalismo”.

Cotrim chama de fase da expansão ao período que, segundo ele, teria sido marcado pelo crescimento populacional e pela retomada do desenvolvimento das atividades econômicas; com peso maior para o segundo aspecto.

Mas o que se deve entender por desenvolvimento econômico em Cotrim? Em Cotrim, desenvolvimento econômico é sinônimo de desenvolvimento agrícola, comercial e artesanal; portanto a atividade econômica diz respeito à produção agrícola e à produção artesanal e também ao comércio.

Quando ele fala em crescimento econômico ele se refere ao crescimento desses setores. Ao afirmar que houvera uma fase de expansão nos mais diversos setores da vida na Europa ocidental, Cotrim se refere mais especificamente ao desenvolvimento do setor agrícola e ao significativo aumento da produção relacionada a esse setor, ao crescimento e intensificação do comércio local e ao crescimento do comércio de longa distância, a exemplo das rotas de comércio internacional tais como a rota comercial realizada através do mar do Norte e a rota comercial realizada através do mar Mediterrâneo.

Tal fato pressupõe em primeiro lugar que, desde o século XI a Europa ocidental vinha vivenciando algumas mudanças que, a exemplo da intensificação dos intercâmbios comerciais que funcionavam na contramão do sistema, ou seja, a expansão desenvolveu-se em concorrência com o feudalismo; não significou uma expansão do sistema feudal, mas de práticas até certo ponto estranhas a ele e ainda capazes de afetá-lo negativamente.

Tais características contrastam com aquelas apontadas como a essência do feudalismo; por isso, pensa-se que seriam os embriões de um novo modelo de funcionamento da vida material agindo internamente, em silêncio, como se fosse mesmo um de seus desdobramentos, mas, ao mesmo tempo, em oposição ao sistema.

Com a eclosão das crises que o século XIV inaugura, o sistema entra em colapso e não dá conta de se reerguer; acaba por “dar lugar a uma nova ordem política, econômica e cultural”; no esquema explicativo de Cotrim, os elementos embrionários dessa nova ordem teriam sido gestados ainda no seio da sociedade feudal, mas, à medida que o sistema ruía, simultaneamente, desmoronavam-se também os entraves que obstaculizavam seu desenvolvimento. O sistema feudal é apresentado como um sistema que em função de suas especificidades acabava por impor determinados limites que funcionavam inibidores das mudanças em curso, a exemplo do crescimento das atividades comerciais, e das reivindicações por maior autonomia e participação política.

CAPÍTULO V

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO* (COLEÇÃO I E II)

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *História: das cavernas ao terceiro milênio*, de autoria de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota; compreende o livro didático relacionado na primeira coleção como Livro III (BRAICK; MOTTA, 2010) e o livro didático relacionado na segunda coleção como Livro V (BRAICK; MOTA, 2005) do *corpus* documental.

Na análise foram considerados excertos oriundos de ambas as coleções, tanto da primeira (BRAICK; MOTTA, 2010), Livro III, quanto da segunda (BRAICK; MOTA, 2005), Livro V, situadas, respectivamente, no 3º e 5º lugares, dentre as mais utilizadas nas escolas brasileiras de ensino médio. Foram adotados os mesmos procedimentos utilizados no tratamento dos Livros I e II, apresentados no capítulo anterior.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? Veja:

No decorrer dos séculos XIV e XV, após um longo período de relativa prosperidade, a economia da Europa Ocidental passou por uma violenta crise. Entre as causas da retração, podemos citar os efeitos da peste negra, introduzida na Europa por volta de 1348. Provavelmente de origem oriental, a peste foi responsável pela morte de milhares de pessoas. Acredita-se que em três meses um terço da população europeia tenha sido dizimado. Uma das consequências imediatas da mortandade foi a desorganização da produção e, com isso, a fome generalizada. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.186).

Como se observa, BRAICK e MOTA (2010) são diretas ao definir a “crise do século XIV” como violenta retração na economia da Europa Ocidental. Caso se considere a retração como recuo, ou seja, retorno a uma condição anterior, então significa que, para as autoras, a partir do século XIV, no que tange a economia, o ocidente Europeu teria não somente experimentado o fim de um longo período de relativa prosperidade, mas também regredido economicamente a patamares jamais vistos na história do sistema feudal.

Ao utilizarem o termo “economia”, de que Braick e Mota falam afinal, ou melhor, qual ideia elas têm ou fazem em relação ao significado do termo?

Uma das pistas está na menção feita pelas autoras à desorganização da produção agrícola; segundo elas, a elevada taxa de mortandade em função da Peste Negra teria provocado “a desorganização da produção e, com isso, a fome generalizada”. Em outra passagem as autoras ainda mencionam o quanto as secas e a diminuição da produção agrícola teriam contribuído para o agravamento da situação.

Observa-se que dois pontos pesam na confirmação da tipologia da crise como tendo sido de cunho econômico. As autoras situam questões relacionadas não somente no campo da produção e distribuição de alimentos e de produtos artesanais, mas também no campo das relações sociais instituídas, a exemplo do que se observa nas seguintes passagens: “Nos campos vazios, os sobreviventes exigiram melhores condições de trabalho e uma parcela maior da produção [...] nas cidades cresciam as diferenças entre os ricos mercadores e os mestres das corporações. Estes tentavam controlar desde a etapa da produção até o preço final das mercadorias.” (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.187).

Vê-se que mesmo o comércio não fica de fora; ele aparece incorporado ao conceito de economia, acompanhado de outros elementos a ele associado, tais como a elevação de preços, etc.

Caso se faça um comparativo, verifica-se que a concepção de comércio presente no texto de BRAICK e MOTA (2010; 2005), é idêntica, ou pelo menos semelhante, ao presente nos textos de Cotrim (2010; 2005).

No entanto verifica-se que não existe como há em Cotrim, a identificação de dois gêneros de crises, mas apenas um, de caráter geral. As autoras não fazem menção a *crises*, mas sim *crise*, uma crise generalizada. Também diferentemente de Cotrim, na denominação da crise geral as autoras não lançam mão de termos tais como “depressão” ou “contração”, mas sim “retração”. Quais as implicações disto?

Crise geral é aqui empregada como sinônimo de crise generalizada. As autoras não fazem uso *ipsis litteris* da expressão “crise geral”, mas igualmente ao que acontece em outros documentos, acabam por explorar seu significado.

Na expressão “uma crise, várias soluções” e ainda ao afirmarem que “a crise generalizada obrigou várias categorias sociais a buscar uma resposta”, apresentam e exploram, de forma evidente, a ideia de crise geral.

Em síntese: em BRAICK e MOTA (2010; 2005), a “crise do século XIV” é sinônimo de regressão, ou seja, retração econômica; para elas, a crise foi, num sentido geral, uma crise econômica e de abrangência generalizada, ocorrida no Ocidente europeu, ao longo dos séculos XIV e XV; com maior ênfase para o século XIV, período de eclosão de pestes, fomes, revoltas e guerras.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? Para as autoras, a emergência da crise se manifesta na desorganização da produção agrícola. Segundo elas, a Peste Negra teria sido responsável pela morte de um grande número de pessoas: “acredita-se que um quarto da população europeia tenha sido dizimada”. Assim, a alta taxa de mortandade de camponeses provocada pela peste negra teria deixado o campo desprovido da mão de obra de que tanto necessitava; o resultado viu-se na diminuição da produção agrícola, configurando o início da retração econômica; daí a escassez de alimentos e, conseqüentemente, a fome generalizada sobrevieram. É assim que as autoras apresentam o primeiro estágio da crise, ou seja, a crise em sua fase inicial.

Enquanto Cotrim relaciona o início da Crise à ineficiência da produção agrícola em acompanhar as demandas de uma população que crescia numericamente cada vez mais, BRAICK e MOTA (2010; 2005) preferem outro caminho; elas apontam a Peste Negra como o dispositivo que teria dado início ao processo. É por isso que as autoras iniciam a abordagem do assunto falando em “pestes e rebeliões”; em outras palavras, a “crise do século XIV” inicia-se como um dos estragos da Peste.

Em BRAICK e MOTA (2010; 2005), a peste ocupa uma importância relevante; segundo elas, a doença teria elevado tanto os índices de mortandade, a ponto de não ser mais possível encontrar camponeses em quantidade capaz de promover o trabalho e a produção necessária para abastecer as famílias com alimentos.

No esquema explicativo das autoras, pode-se considerar que o quadro de retração econômica já estava instaurado quando a seca e a fome ocorreram, agravando ainda mais a situação. Em função da falta de mão de obra para o trabalho, a tendência de queda crescente na produção agrícola seguia em pleno curso; os períodos de secas acabaram por corroborar ainda mais na manutenção dessa tendência. Com as secas, há uma intensificação na queda na

produção agrícola, fazendo com que faltassem ainda mais alimentos; então a fome sobreveio à população.

Pode-se dizer que “as secas, a diminuição da produção agrícola (devido à morte de muitos camponeses) e a fome” marcam uma segunda fase de desenvolvimento da crise; fase que intensificou ainda mais o quadro de retração econômica. A partir da leitura dos textos relacionados no corpus documental, pode-se dizer que ambas as fases, no seu conjunto, acabaram por difundir um estado de desordem marcado pela instabilidade política e insegurança social.

A terceira fase da crise emerge com a irrupção de levantes de ordem social, tais como as revoltas do campo e da cidade; as autoras apontam como exemplo de levantes urbanos o dos jornaleiros belgas, de 1323, e como exemplo de revoltas rurais o “movimento que ficou conhecido como jacqueries”, eclodido na França, em 1358.

As revoltas urbanas e rurais são mencionadas como evidências de desordens sociais, efeito do clima de instabilidade e insegurança. Outro ponto indicado como característica dessa terceira fase da “crise do século XIV” é o acirramento do antagonismo entre as diversas classes sociais que integravam a velha ordem feudal; as autoras evidenciam o antagonismo entre os ricos mercadores e mestres de corporações, entre servos versus nobreza, nobreza versus burguesia (comerciantes), etc. Os antagonismos classistas também refletiam o caos social. A Guerra dos Cem Anos também é apontada como consequência da instabilidade política; as autoras apontam a guerra originada dos conflitos dinásticos gerados pela disputa de feudos, ao longo do período de crise.

Segundo as autoras, as revoltas protagonizadas por trabalhadores urbanos e camponeses, também teriam agravado o estado de caos social, tanto no campo quanto nas cidades; a crise continua situada no setor agrícola, porém seus desdobramentos afetam toda a ordem social, assumindo novas proporções.

Diferentemente de Cotrim (2010; 2005), BRAICK e MOTA (2010; 2005) não consideram a desordem social como uma crise social propriamente dita, ou seja, uma crise dentro de outra crise, mas consideram que a desordem social foi efeito da crise econômica; o mesmo raciocínio, elas aplicam em relação à instabilidade política e aos conflitos bélicos. Para as autoras só houve uma crise e ela assumira proporções de uma grande crise; segundo elas, uma crise generalizada.

Em *História: das cavernas ao terceiro milênio*, as autoras defendem que a crise ou retração econômica, teve início no setor agrícola de produção de alimentos e produziu efeitos com consequências catastróficas em outros setores da vida social; tais efeitos repercutiram no próprio agravamento da crise; ou seja, ela inicia-se no âmbito econômico, produz consequências desordenadas em outros setores da vida, no entanto, na medida em que implica esses outros setores, seus efeitos repercutem na própria desorganização da vida econômica de suas sociedades. Para BRAICK e MOTA (2010; 2005) há apenas uma única crise que se agrava a ponto de tornar-se uma crise geral: uma crise econômica de âmbito geral, em torno da qual todos os setores da vida aparecem implicados.

O agravamento da crise se dá em duas etapas. Segundo as autoras, ela foi instalada a partir da emergência dos efeitos da Peste “introduzida na Europa a partir de 1348”, A crise se agravou ainda mais devido a três fatores: “as secas, a diminuição da produção agrícola (devido à morte de muitos camponeses) e a fome”.

As autoras apontam essa fase de agravamento como justificativa para um estado de desordem social. O termo “desordem social” não é utilizado explicitamente pelas autoras, mas ao afirmarem expressões do tipo “nos campos vazios, os sobreviventes exigiram melhores condições de trabalho e uma parcela maior da produção”; os senhores responderam com a “imposição de medidas restritivas visando dificultar a saída dos servos dos feudos”; e, “nas cidades, os reis tentavam impor aos artesãos os antigos salários, anteriores à epidemia”, elas acabam construindo um quadro de desordem social: fuga de servos, afrouxamento nos laços de servidão, diminuição das obrigações, etc.; considerando-se as características apresentadas pelas autoras como caracteres estruturantes do sistema vigente no período, pode-se dizer que tudo acena para um quadro de desordem social, pois mostra a subversão de valores determinantes na ordem feudal.

Também enfatizam as revoltas sociais (nos campos e nas cidades), os conflitos bélicos (a exemplo da Guerra dos Cem Anos) e os efeitos produzidos tanto pelo primeiro quanto pelo segundo, como caracteres que marcam a segunda fase de agravamento da crise.

Em BRAICK e MOTA (2020; 2005) a “crise do século XIV” também se desenvolve num ritmo progressivo, ou, de precipitação progressiva, e constante. Ela evolui de forma progressiva; as fases de agravamento tornam ainda mais caótica a situação e intensificam o processo.

Os elementos que operam em cada uma das sequências e ritmos apresentam também, na sua configuração, caracteres que denotam alterações drásticas na ordem econômica, evidenciando desordens setorizadas; estas desordens setorizadas influenciam no aprofundamento da crise econômica, fazendo-a evoluir para um quadro de crise geral, desencadeando processo de violenta retração.

No esquema explicativo da crise, as autoras também não excluem a relevância de outros dispositivos, a exemplo dos de cunho mais social e político; pensa-se que um bom exemplo disso seria a instabilidade política e social que as revoltas e guerras caracterizam.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado? As autoras sustentam que “a partir do século XI, a sociedade viveria” não somente o auge do modelo feudal, “mas também assistiria ao início de sua desintegração”.

O renascimento das cidades, como núcleo de produção, de comércio e do desenvolvimento de práticas culturais, ocorria na contramão do sistema e embora representasse o desenvolvimento da vida material, também fazia desenvolver caracteres alheios ao modelo feudal de sociedade. Tal desenvolvimento na medida em que consagraria o auge do sistema, também marcaria o início de sua desintegração.

No esquema explicativo desenvolvido por BRAICK e MOTA (2010; 2005), igualmente ao esquema explicativo apresentado por Cotrim (2010; 2005), os séculos XIV e XV, e mais especificamente o século XIV, fazem parte do período de transição para uma nova sociedade marcada por valores distintos dos outrora predominantes nas sociedades medievais; encerra todo um sistema explicativo que vê a falência do sistema como condição *sine qua nom* para o ingresso na nova ordem política, econômica e cultural, que os séculos seguintes inaugurariam.

Em síntese: a “crise do século XIV” é utilizada pelas autoras para explicar como se deu o colapso do sistema feudal e o processo de transição para uma nova ordem social. As autoras constroem o quadro de um sistema em ruínas, tentando sustentar a ideia de que a crise teria acelerado o processo de desestruturação em curso, dando o golpe final no que tange ao desmantelamento da ordem vigente a ordem feudal.

Os séculos XIV e XV seriam os séculos de violenta retração econômica. A crise econômica ou retração econômica pôs fim a muitas estruturas do sistema em vigor. Os outros elementos que influenciaram na crise, fizeram na medida em que contribuíram para o agravamento da retração na economia, com exceção da mudança de mentalidade.

A mudança de mentalidades também foi um dos elementos determinantes. Pensa-se, que em Braick e Mota, é possível concluir que a falência econômica, sem mudança de mentalidade não tornaria a consolidação do processo de mudança possível. As autoras sustentam que a mudança de mentalidade se somou ao quadro de retração econômica para que algumas estruturas do sistema em vigor de fato entrassem em colapso. A mudança de mentalidade é então uma condição necessária para ingresso na nova ordem.

Na obra das autoras, também é feita menção a duas fases da vida material, no intervalo que vai do século XI ao século XV, chamada de Baixa Idade Média; nelas, a Baixa Idade Média é o período que vai do século XI ao século XV, período marcado por duas fases de desenvolvimento da vida econômica, uma de expansão e outra de retração da vida material. Igualmente como ocorre em Cotrim, ambas as fases precipitam-se na direção, não de reafirmação, mas sim da desestruturação do sistema feudal, ou seja, os eventos e mudanças ocorridos nesses dois momentos desencadearam o declínio do feudalismo.

Embora a vida econômica da Idade Média se baseasse principalmente na produção agrícola de subsistência, não faltaram, nesse período, habilidade técnica, economia de mercado e produção de excedentes. Isso quer dizer que o sistema feudal não se mostrou incompatível com o comércio e a indústria. O comércio e a produção artesanal de produtos e bens de consumo vivem um processo de expansão de suas atividades, mesmo diante das limitações imposta pelo próprio sistema e o estilo de vida de suas sociedades.

O que teria sido, na visão das autoras, esta fase de “expansão” e por que o impacto gerado por ela sobre o sistema vigente teria produzido efeitos que atuariam na contramão do próprio sistema?

Para Braick Mota, a fase de expansão começa no século XI e vai até aproximadamente o século XIII; já a fase de retração compreende os séculos XIV e XV.

Segundo as autoras, a expansão foi determinada por um conjunto de fatores dentre os quais estão o surgimento de avanços tecnológicos, tais como a charrua e o moinho hidráulico, e a difusão da prática de rotação de culturas, “segundo a qual parte da terra ficava em repouso, para que não se esgotassem os nutrientes do solo”;

O raciocínio das autoras é desenvolvido da seguinte maneira: as inovações técnicas permitem um aumento na produção de alimentos; este por sua vez favorece o crescimento populacional e, por conseguinte, mais mão de obra; quanto maior o número de mão de obra, maior a produção de excedentes; os excedentes intensificam os intercâmbios comerciais.

Como se vê, os avanços tecnológicos somados às inovações na cultura de cultivo resultaram no aumento da produção agrícola; este por sua vez “favoreceu o crescimento populacional e permitiu a geração de excedentes para uma atividade comercial cada vez mais intensa”.

BRAICK e MOTA (2010; 2005) apontam outras evidências de desenvolvimento econômico: expansão das atividades voltadas para a fabricação de produtos manufaturados, a expansão do crédito, o desenvolvimento do comércio marítimo e terrestre, de curta e longa distância, desenvolvimento das corporações de ofício, “responsáveis pela organização e distribuição de determinados produtos manufaturados”, etc.

Segundo as autoras, houve também uma intensificação da vida na cidade; tal crescimento também influenciou na aceleração do desenvolvimento econômico.

Como afirmam: “no decorrer dos séculos XIV e XV, após um longo período de prosperidade, a economia da Europa ocidental passou por uma violenta crise”, configurando o quadro de grave retração econômica, uma crise geral na economia do período.

Elas sustentam que com a eclosão da crise que o século XIV inaugura, o sistema entra em colapso e não dá conta de se reerguer; acaba por “dar lugar a uma nova ordem política, econômica e cultural”; no esquema explicativo das autoras, tal como em Cotrim, os elementos embrionários dessa “nova ordem” teriam sido gestados ainda no seio da própria sociedade feudal, mas, na medida, que o sistema ruía, simultaneamente, desmoronavam-se também os entraves que obstaculizavam seu desenvolvimento. Talvez um contraste evidente em relação às explicações de Cotrim seja o fato das autoras, Braick e Mota, associar não somente a crise econômica, mas também a mudança de mentalidade como algo que tenha contribuído decisivamente nas “modificações políticas, econômicas, sociais e culturais” que conduziram ao “colapso de muitas estruturas do sistema em vigor”.

CAPÍTULO VI

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO ***HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS*** ***ABSOLUTISTAS***

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*, de autoria de Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria. Para tanto, foram considerados excertos oriundos do Livro IV (SANTOS; FERREIRA; VAINFAS; FARIA, 2010); a coleção ocupa o 4º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? Para os autores, a “crise do século XIV” foi a crise do próprio sistema feudal; por isso eles utilizam a expressão “crise do feudalismo” para designá-la. A crise do feudalismo é apresentada como expressão utilizada para definir a falência da economia rural, caracterizada, sobretudo pela queda na produção agrícola e a consequente extenuação do regime senhorial.

No livro didático *História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*, Vainfas, Faria, Ferreira e Santos apresentam o século XIV como tendo sido um século marcado por muitas “desgraças” e “tragédias”. Dentre elas, eles apontam “a grande fome, a peste negra e a multiplicação das guerras entre nobres e levantes camponeses”.

Para os autores, a fome, a peste, as guerras e as revoltas populares não são necessariamente expressões da crise; ao contrário, a crise é apresentada como consequência delas, ou seja, com a eclosão dessas catástrofes, o “resultado maior foi a crise do feudalismo e do regime senhorial”.

A crise já é apresentada no contexto de uma crise geral no seguinte sentido: ela começa por atingir a economia rural, depois se expande para outros setores da vida, produzindo instabilidade política e fragilizando as relações entre os vários setores da sociedade, abalando a estrutura feudal. Pensa-se que os autores apontam a queda na produção agrícola como fator determinante no quadro da crise feudal; em segundo plano, mas também de grande gravidade estaria o enfraquecimento do poder da nobreza.

Vê-se que as explicações formuladas pelos autores sobre as especificidades da crise desembocam sempre num mesmo ponto, a ênfase em seus caracteres econômicos e nos desdobramentos resultantes de sua intensificação, sobretudo no que diz respeito ao impacto negativo produzido na própria estrutura do sistema em vigor. Por outro lado, definir o período como tendo sido de “desgraças” e “tragédias” constitui uma síntese enganosa.

O ponto de vista dos autores de *História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas* em relação à ideia do que se define ou não por atividade econômica, aponta na mesma direção daquela apresentada por Cotrim (2010; 2005), Braick e Mota (2020; 2005), a de que, a atividade econômica diz respeito não somente a produção agrícola e artesanal, mas também ao comércio.

A crise significou, de certa maneira, a falência da econômica rural, acabando por forçar mudanças que caracterizaram a emergência de práticas que atuaram na contramão do regime.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? Para os autores, a crise teve início no setor da produção agrícola.

No noroeste da Europa, entre a primavera e o outono de 1315, ocorreram chuvas intensas, pouco comuns para essa época do ano. Os campos de cereais ficaram inundados e as sementes ficaram atrofiadas ou apodreceram. Com isso o preço do trigo, usado para fazer pães, disparou. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 164).

Vê-se que os fenômenos climáticos de grande intensidade, a exemplo das chuvas intensas, destroem a plantação, provocando escassez de alimentos e forçando a elevação no preço de víveres, a exemplo do “preço do trigo, usado para fazer pães”.

O desabastecimento prosseguiu até a Grande Fome de 1315 a 1317: “entre 1315 e 1317, essa situação se agravou e boa parte da Europa foi atingida pela chamada grande fome”.

Segundo os autores, logo após as catástrofes climáticas, a escassez de alimentos, o desabastecimento e a fome, a peste negra sobreveio, que segundo eles, “dizimou grande parte da população europeia”. Os autores chegam a mencionar que “cerca de um terço da população europeia morreu em decorrência da peste negra”.

O alto índice de mortandade provocada pela peste negra teria impactado sobremaneira a produção rural, pois diminuía a mão de obra disponível, gerando queda na produção

agrícola; além disso, “diminuíam ainda mais as rendas senhoriais, já afetadas pela diminuição da mão de obra e pela queda na produção agrícola”.

As guerras fragilizavam o campo das relações entre nobres, pondo em perigo o regime senhorial. Os autores apontam a Guerra dos Cem Anos como exemplo de guerra medieval que fizeram parte desse contexto; segundo os autores, os saques e a devastação das plantações faziam com que muitos camponeses abandonassem as terras. As guerras somadas ao banditismo ampliavam a miséria e a ruína da economia rural.

Os autores destacam que as revoltas camponesas não protagonizaram a crise no Ocidente medieval, mas tiveram um peso que não pode ser subestimado “no contexto de guerras e epidemias que marcaram o século XIV”. Eles definem as revoltas camponesas como “uma típica luta de classes”.

No século XV, a falta de mão de obra nos campos acabou estimulando certa melhoria na vida dos trabalhadores rurais, favorecendo o pagamento de salários e o arrendamento de terras aos camponeses. A ocupação de terras ainda não cultivadas deu origem a uma nova aristocracia rural, formada por homens livres, que fizeram fortuna criando gado e empregando mão de obra assalariada. Criou-se, assim, uma nova dinâmica, com a produção de excedentes agrícolas e a criação de animais para o abastecimento das cidades. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 169).

Da crise do setor rural e do desgaste do sistema senhorial emergem novas relações de produção da vida material e de trabalho que caracterizariam uma nova dinâmica, parte integrante de um novo sistema em emergência.

A crise do século XIV não começa numa proporção generalizada; ela começa num determinado setor, neste caso o setor agrícola, depois vai se agravando aos poucos.

Os fatores climáticos, a escassez de alimentos, o desabastecimento, a fome e a peste negra, não são apontados como responsáveis pelo agravamento da crise, mas eles é que teriam provocado a crise do feudalismo, marcado, sobretudo, pela desorganização da produção agrícola e pela deterioração do regime senhorial. Então, quais os fatores teriam sido responsáveis pelo agravamento da crise?

Dentre os fatores responsáveis pelo agravamento da crise, identificam-se a multiplicação das guerras e as revoltas camponesas; ambas corroboraram para construção de

um clima de desordem social e instabilidade política que abalaram o sistema, forçando a precipitação de mudanças.

Observa-se que a crise se desenvolve num ritmo progressivo, ou, de precipitação progressiva, e constante.

Observa-se que a *crise* evolui de forma progressiva; os estágios de agravamento (guerras, revoltas e desordens) transformam a situação ainda mais caótica e intensificam o processo.

Pode-se dizer que no esquema explicativo utilizado, os autores optam por iniciar por uma explicação econômica para a crise; esta explicação vai ganhando fôlego na medida em que surgem outros fatores.

É bem verdade também, que os autores não excluem a relevância de outros dispositivos, a exemplo dos de cunho mais político. Caso se tomarem as guerras e revoltas sociais como evidências da instabilidade política, ver-se-á que isto de fato se opera.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado?

Pensa-se que, em VAINFAS, FARIA, FERREIRA e SANTOS (2010), a “crise do século XIV” desempenha a mesma função historiográfica daquela apontada em Cotrim (2010; 2005), Braick e Mota (2010; 2005). No esquema explicativo apresentado, os séculos XIV e XV, e mais especificamente o século XIV, faz parte do período de transição para uma nova sociedade marcada por valores distintos dos outrora predominantes nas sociedades medievais; encerra todo um sistema explicativo que vê a falência do sistema como condição imprescindível para o ingresso na nova ordem política, econômica e cultural, que os séculos seguintes inaugurariam.

Em síntese: a “crise do século XIV” é utilizada pelos autores para explicar como se deu o fim do sistema feudal e o processo de transição para uma nova ordem social.

CAPÍTULO VII

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO

HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *História: Geral e do Brasil*, de autoria de Cláudio Vicentino e Gianpaolo Dorigo. Para tanto, foram considerados excertos oriundos do Livro VI (VICENTINO; DORIGO, 2010); a coleção ocupa o 6º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

No livro *História: geral e do Brasil*, os autores VICENTINO e DORIGO (2010), estabelecem uma ruptura em relação à tendência em curso na maioria dos esquemas explicativos e que até aqui se pode verificar, que é a de utilizar o conceito de “crise do século XIV” para explicar o colapso da economia da Europa ocidental ao longo do período e para reunir em torno de uma direção comum, os conjuntos dos eventos verificados na sociedade e que caracterizam o período como um século de turbulências, instabilidades e inseguranças, típicas das eras de transição.

O objetivo do capítulo é unicamente refletir sobre a ruptura e seus desdobramentos na direção de um viés explicativo que, até certo ponto, precipita-se na contramão de um esquema hegemônico levado a cabo por uma escrita escolar.

No livro didático *História: geral e do Brasil*, Vicentino e Dorigo não lançam mão do conceito de “crise do século XIV”, ou seja, não exploram o conceito de crise do século XIV, mas também não ignoram o feudalismo.

Para eles, o feudalismo, “[...] estrutura econômica, social, política e cultural que predominou na Europa Ocidental durante a Idade Média, em substituição ao escravismo greco-romano [...]” (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo VIII, p. 206-207), viveu momentos diferentes, na Alta e Baixa Idade Média; no entanto estas fases não caracterizaram etapas estanques, mas como parte do próprio dinamismo do sistema, cuja capacidade de adaptação permitiu mudanças que alterariam sua própria estrutura de funcionamento, pois como Vicentino e Dorigo apontam, o sistema não foi imóvel e muito menos estagnado, apresentando especificidades conforme a época e o lugar.

Para eles, em linhas gerais, no que tange ao ponto de vista econômico, o sistema feudal, quando de sua formação apresentava determinadas características que, ao longo do tempo, sobretudo no período que vai do século XI ao século XV, teria passado por profundas transformações, assumindo uma configuração para qual, pensa-se, que não mais caberia esse conceito de sistema feudal.

Perguntam-se quais eram as características predominantes, do ponto de vista econômico, quando da formação do feudalismo e quais as mudanças por ele experimentadas?

Segundo Vicentino de Dorigo, em linhas gerais, do ponto de vista econômico, “[...] o sistema feudal, em sua formação, era caracterizado pelo predomínio da produção para o consumo local, comércio bastante reduzido ou até quase inexistente e ausência ou baixa utilização de moeda.” (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo VIII, p. 207). No entanto, no transcurso de tempo que vai do século XI ao século XV, o sistema feudal começa a operar mudanças.

Segundo os autores (VICENTINO; DORIGO, 2010), “As origens dessas mudanças estão no esgotamento da autossuficiência produtiva, progressivamente abalada pelas transformações em curso na Europa, sendo a principal delas o surto demográfico verificado a partir dos séculos X e XI.” (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo VII, p. 196). Para eles, ao longo dos séculos X e XI, houve um significativo aumento populacional; tal fato precipitou mudanças significativas na estrutura econômica do sistema; eles afirmam que a expansão demográfica:

Exigiu aumento das áreas cultivadas, para ampliar a produção, além de um desenvolvimento comercial mais vigoroso, ativando as trocas locais, desbancando a tendência ao imobilismo feudal das unidades produtivas autossuficientes. A intensificação da circulação de produtos (grãos, ovos, aves, gado, peixes, lã, ferramentas etc.) impulsionou também diversos setores artesanais. Muitos deles haviam continuado ativos na Alta Idade Média, servindo a nobreza e o alto clero: armeiros, que trabalhavam para os nobres guerreiros; ourives, pintores e construtores, que trabalhavam na edificação de catedrais e castelos etc. Inovações técnicas aplicadas aos trabalhos agrícolas também ganharam força, como a utilização do arado de ferro, mais fortes e eficientes que os de madeira usados até então, e o aperfeiçoamento de moinhos hidráulicos. As terras cultiváveis foram ampliadas por meio do aterramento de pântanos e da derrubada de florestas. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo VII, p. 196).

Percebe-se que houve uma ruptura com a tendência imobilista do sistema; ele se tornou mais dinâmico, evidenciando características que se distinguiram daquelas predominantes, quando de sua formação.

Por outro lado, se não há na obra, o desenvolvimento do conceito de “crise do século XIV”, como negar a ordem de eventos que assolaram o período, a exemplo das guerras, pestes, fomes e revoltas? Será que os autores negligenciam tais ocorrências?

Vicentino e Dorigo não negam os episódios acima mencionados, muito embora não os explore a contento.

No que tange a relação entre crescimento populacional e intensificação das atividades econômicas ligadas ao comércio, seja de produtos oriundos do setor agrícola ou artesanal, Vicentino e Dorigo não afirmam, em momento algum, que isso significou a fim do feudalismo, ou sua paulatina substituição por outro sistema, mas sim o processo de mudança vivido por ele próprio (o sistema feudal); portanto, nessa concepção, as atividades comerciais seriam um desdobramento da própria economia feudal, apresentada, como sendo capaz de recriar a si mesma de acordo com as exigências e estatutos sociais, a ponto, muitas vezes, de forjar oposições drásticas às suas próprias estruturas.

O desenvolvimento comercial e urbano da Europa encontrou sérios obstáculos em algumas estruturas feudais. A diversidade regional e política, típica do feudalismo, com os vários feudos e seus poderes locais, constituía um estorvo ao comércio, na medida em que diversos senhores interferiam nas relações comerciais, cobrando impostos dos mercadores. Além disso, inexistia uniformidade territorial de leis, unidade monetária legal ou mesmo de pesos e medidas na Europa, dificultando as transações comerciais. Dessa forma, para o grupo de burgueses europeus, ou seja, os comerciantes, artesãos e banqueiros, seria conveniente um poder centralizado que impusesse normas e facilitasse o comércio, sobrepondo-se aos poderes locais. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo IX, p. 226).

Vicentino e Dorigo, não abordam necessariamente, mas mencionam a fome, a guerra e a peste, numa parte dedicada a abordagem da formação das monarquias centralizadas na Europa. Eles enfatizam as disputas políticas envolvendo as sucessões dinásticas e eles situam as guerras como sendo resultado dessas disputas; é nesse contexto que eles abordam, por exemplo, a Guerra dos Cem Anos. Os autores mencionam a fome generalizada e a peste negra, mas limitam suas preocupações em relatar os eventos políticos os reinos francês e inglês, além das querelas entre o Estado e a igreja.

As revoltas sociais, ou tal como os autores colocam, as rebeliões camponesas, aparecem como consequência dos antagonismos sociais, entre servos e senhores.

CA PÍTULO VIII

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *CONEXÕES COM A HISTÓRIA*

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *Conexões com a História*, de autoria de Alexandre Alves e Leticia Fagundes de Oliveira. Para tanto, foram considerados excertos oriundos do Livro VII (ALVES; OLIVEIRA, 2010); a coleção ocupa o 7º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? No livro didático *Conexões com a história*, primeiro volume, os autores estabelecem uma definição objetiva do termo crise. Segundo eles:

O conceito de crise indica um período de mudança de um sistema social que pode pôr em risco a existência dele ou se seus mecanismos essenciais de reprodução. A crise pode abranger fatores políticos, institucionais, culturais, demográficos, climáticos, entre outros. As crises podem ser breves, médias ou de longa duração, estendendo-se por décadas ou séculos. Também podem ser deflagradas por fatores internos (crises endógenas) ou por fatores externos (crises exógenas). No caso do feudalismo, podemos dizer que a crise foi, sobretudo, endógena, pois entre o século XIV e o XV o sistema feudal atingira o seu limite de desenvolvimento e gerara dentro de si os elementos que acabariam por destruí-lo: as cidades e uma nova camada social, a burguesia. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 219).

A “crise do século XIV” é definida pelos autores como tendo sido uma crise do feudalismo, ou seja, define uma época que tem no século XIV, o ápice de um conjunto de mudanças que conduziram à desagregação do sistema feudal; em outros termos, a falência do feudalismo.

As mudanças significaram a falência dos mecanismos de organização da vida material e social, por isso a crise é definida como uma grave crise econômica e social. Significa dizer que mais uma vez a crise é apontada como uma crise predominantemente econômica; os fatores de ordem política e social não são negligenciados, no entanto, são apresentados como sintomas da crise e respondem pelo seu agravamento.

Em síntese: a) a crise ocorreu predominantemente no período que vai do século XIV à primeira metade do século XV, sobretudo no século XIV; b) foi uma crise generalizada e de

grande gravidade; c) pôs fim ao “equilíbrio que sustentava a sociedade feudal” e “permitiu uma renovação da sociedade”; d) a crise “abriu caminho para a expansão comercial e o desenvolvimento das cidades, retomando um movimento que já havia se iniciado no século XII”; e) para os autores, ela foi deflagrada por fatores internos, ou seja, do próprio sistema, a exemplo de sintomas tais como as desordens econômicas e sociais motivadas pela diminuição da produção de alimentos, a queda na renda senhorial, a fuga de camponeses, o clima de insegurança e medo, etc.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”?

ALVES e OLIVEIRA (2010), a “crise do século XIV” foi uma crise do próprio feudalismo; significou a desagregação do sistema feudal. A crise não emerge como crise geral; ela começa lenta, restrita a determinados setores, mas, com o passar do tempo, seu desenvolvimento a eleva a um patamar de crise generalizada que abrange todo o sistema feudal.

A crise inicia circunscrita em determinados setores da vida material; ela emerge inicialmente como crise econômica e demográfica; mais econômica, pois ela só é demográfica em função da maior ou menor influência que exerce na economia.

No livro, o conceito de economia assume a mesma definição daquela apresentada nas obras até aqui analisadas; ou seja, envolve a organização da vida material, principalmente o que diz respeito à produção agrícola, ao comércio e às relações sociais a elas vinculadas.

A escassez de alimentos fez os preços se elevarem abruptamente. Para dar um exemplo, em Antuérpia (cidade situada na Bélgica atual), importante região de distribuição agrícola, o preço do trigo aumentou cerca de 320 % no período de sete meses. Entre 1301 e 1314 houve falta generalizada de alimentos, e entre 1315 e 1317 uma grande fome atingiu o norte da Europa. Em 1316, a França e a região de Flandres (equivalente ao norte da Bélgica atual) perderam entre 5% e 10% de seus habitantes, vitimados pela fome, que foi devastadora naquele ano. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).

No que diz respeito à sua dimensão econômica, a crise caracterizou-se, sobretudo, pela desproporcionalidade entre a quantidade de alimentos produzidos pelo setor agrícola e a quantidade de alimentos necessária para suprir as necessidades de toda a população; para os autores, nas primeiras décadas do século XIV, observou-se um desequilíbrio na produção agrícola, gerando escassez de alimentos; a produção de alimentos não havia acompanhado o crescimento demográfico vivido nos séculos anteriores; isso teria desencadeado elevação dos preços e a fome.

Os autores destacam que: “entre 1301 e 1314 houve falta generalizada de alimentos, e entre 1315 e 1317 uma grande fome atingiu o norte da Europa”; depois acrescentam: “Em 1316, a França e a região de Flandres (equivalente ao norte da Bélgica atual) perderam entre 5% e 10% de seus habitantes, vitimados pela fome, que foi devastadora naquele ano.” (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).

Houve surtos de fome e o resultado foram mais mortes. A fome contribuiu para o alto índice de mortandade e “para abalar as estruturas sociais, políticas e econômicas do continente”.

Questiona-se, qual teria sido o elemento desencadeador de tudo isso? A queda na produção agrícola teria tido início em função de qual fator ou quais fatores?

ALVES e OLIVEIRA (2010) destacam que “A partir do século XI, a inovação dos instrumentos de produção agrícola, associada a novos métodos de exploração da terra, resultou no crescimento da produtividade rural e, por consequência, no aumento da população europeia.” (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo VII, p. 180).

No texto, observa-se que, do ponto de vista econômico, o século XI dá início a um processo de desenvolvimento do sistema feudal, sobretudo por meio do aumento da produção rural; os autores relatam que o aumento da produção agrícola teria impulsionado um aumento populacional.

No livro, os autores também mencionam que esse desenvolvimento econômico também foi marcado por uma revitalização do comércio; não somente o comércio de alimentos, mas também o comércio de produtos artesanais e outras mercadorias, proporcionando o reflorescimento das cidades medievais. Houve uma intensificação do comércio local e do comércio de longa distância.

Sem dúvida, os autores acreditam que a explicação para essa expansão da vida material no feudalismo, estaria na abundância de mão de obra.

Os autores sustentam que no século XIV, o sistema feudal atinge seu limite de desenvolvimento. Se o excesso populacional proporcionara abundância de mão de obra e funcionara como força impulsionadora do surto de expansão, agora, esse mesmo excesso populacional se tornará um problema, pois as condições de produção agrícola, afetadas pelas condições climáticas, não mais garantirão o abastecimento de toda essa gente, devido à falta generalizada de alimentos. Segundo os autores, depois da fome, sobrevieram os flagelos da peste e das guerras.

No século XIV, houve o fim da expansão da vida material. ALVES e OLIVEIRA (2010) destacam os dois fatores que segundo eles, teriam contribuído para que a fase de expansão econômica tivesse fim: 1º) a “incapacidade de manter o equilíbrio entre a expansão da produção agrícola e o crescimento populacional”, ou seja, “a população tinha crescido mais do que a capacidade de produzir alimentos”; 2º) a “ocorrência de mudanças climáticas”; para contornar a desproporcionalidade entre a quantidade de víveres produzidos e a quantidade de que a população necessitava para sua sobrevivência, muitas florestas foram transformadas em áreas cultiváveis, objetivando um aumento da produção de agrícola, mas isso não foi suficiente para evitar a progressão dos danos produzidos ao sistema.

As mudanças climáticas que começaram a assolar a Europa por volta de 1315 caracterizavam-se por períodos consecutivos de chuvas torrenciais e frio intenso. As alterações de temperatura prejudicaram o ténue equilíbrio da produção agrícola medieval: ficavam comprometidas as vinhas, a produção do sal (que necessitava do calor, pois era feita por evaporação) e, principalmente, a produção de cereais como trigo e cevada, que constituíam a base da alimentação da população medieval. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).

A escassez de terras e de novas áreas de cultivo não garantiu um quantitativo de produção agrícola que garantisse o suprimento de toda a população. Somam-se a isto os prejuízos ocorridos em função das catástrofes climáticas.

Fenômenos climáticos tais como “secas prolongadas, chuvas intensas, calor ou frio rigorosos, fora de época,” causam “muitos distúrbios na vida das pessoas”; são caracterizados por alterações na natureza.

Segundo os autores (ALVES; OLIVEIRA, 2010), as mudanças climáticas “ajudaram a precipitar uma grave crise econômica e social”; causaram prejuízos gravíssimos no campo da produção agrícola de alimentos, a exemplo do que ocorreu com a “produção de cereais como trigo e cevada, que constituíam a base da alimentação da população medieval”.

No texto, eles (ALVES; OLIVEIRA, 2010) destacam que as mudanças climáticas “caracterizavam-se por períodos consecutivos de chuvas torrenciais e frio intenso” e que elas teriam começado a “assolar a Europa por volta de 1315”. As alterações de temperatura produzidas pelas mudanças climáticas comprometiam a “produção agrícola medieval”. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).

A queda drástica da produção agrícola em função das alterações climáticas gerou escassez de alimentos; a escassez de alimentos gerou elevação abrupta dos preços, a exemplo

do preço do trigo: segundo os autores (ALVES; OLIVEIRA, 2010), “[...] em Antuérpia (cidade situada na Bélgica atual), importante região de distribuição agrícola, o preço do trigo aumentou cerca de 320 % no período de sete meses.” (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211). A falta generalizada de alimentos gerou surtos de fome em várias regiões, dentre elas o norte da Europa e a região de Flandres; de modo geral os autores enfatizam as fomes de 1301 e 1314 e as de 1315 a 1317.

Então veio a Grande Peste; e com ela uma inversão ocorre. O entendimento desta inversão é importante no entendimento do esquema explicativo formulado pelos autores.

A metade do século XIV marcou o início da série de surtos epidêmicos que, a partir de então, foram recorrentes na Europa durante mais de um século, transformando a peste numa pandemia. Calcula-se que cerca de 20 milhões de pessoas ou aproximadamente um terço da população europeia tenha sido vitimada pela peste, naquela que foi uma das piores pandemias da história do Ocidente. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 213).

A peste foi uma doença epidêmica que provocou a diminuição drástica da população (declínio demográfico); contribuiu para o alto índice de mortandade e “para abalar as estruturas sociais, políticas e econômicas do continente”.

Segundo os autores (ALVES; OLIVEIRA, 2010), a peste negra fez parte de uma série de surtos epidêmicos que abalaram a Europa por volta do meado do século XIV; de todas, ela foi a mais grave e mais devastadora: “Calcula-se que cerca de 20 milhões de pessoas (ou aproximadamente um terço da população europeia) tenham sido vitimadas pela peste, naquela que foi uma das piores pandemias da história do Ocidente.” (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 213).

Para ALVES e OLIVEIRA (2010), a peste não fazia distinção de espaço geográfico, nem classe social, nem distinção de gênero, “atingia indiscriminadamente campo e cidade, pobres e ricos, homens e mulheres, adultos e crianças”. Os autores acreditam que a peste tenha provocado a “maior catástrofe populacional da história do ocidente”.

E qual a ligação entre a peste e crise econômica?

O elevado número de mortes ocorrida em função da peste resultou na acentuada queda da mão de obra disponível para o trabalho no campo. Se antes o problema era a falta de terras cultiváveis, agora, não há força de trabalho para fazer produzir as terras existentes, como se não

bastasse, muitos camponeses, como reação à pressão exercida pela nobreza, abandonam as terras em direção a novas oportunidades na cidade.

O déficit de mão de obra no campo é tão grande, que ocasiona mais uma vez, uma queda vertiginosa na produção agrícola. Daí a velha combinação: queda na produção agrícola, escassez de alimentos, agravamento da fome ou novos surtos de fome, alta nos preços das mercadorias, etc.; enfim a desordem econômica.

Os conflitos de ordem política, a exemplo dos conflitos bélicos ocorridos entre a França e Inglaterra, “conhecidos como Guerra dos Cem Anos (1337-1453)”, aparecem como fator de agravamento da crise econômica; mais uma vez é feito destaque apontando a *crise* como uma crise predominantemente econômica; teriam ocorridos desdobramentos políticos que teriam impactado na crise, tornando mais grave o quadro de desordem econômica.

ALVES e OLIVEIRA (2010) sustentam que houve revoltas no campo e nas cidades; elas se opunham aos “privilégios tradicionais da aristocracia rural”.

Para ambos os autores, as revoltas populares não definem a crise; elas afloraram em meio à crise, também no século XIV, no campo e na cidade. Muito embora as revoltas não definam a crise, elas contribuíram “para aprofundar ainda mais o processo de desagregação do sistema feudal”.

Como se lê:

A fome, a peste e a guerra despovoaram os campos e provocaram escassez de mão de obra, uma vez que grande parte das pessoas que não tinham sido vitimadas pela peste ou pela guerra haviam se deslocado para as cidades. A mão de obra, que era abundante no início da Baixa Idade Média, tornou-se rara e, conseqüentemente, mais bem remunerada. Nesse contexto, os senhores feudais ficaram enfraquecidos, pois deixaram de receber os tributos que garantiam as suas rendas. Houve, então, um recrudescimento da exploração do trabalho servil, precipitando uma série de revoltas nos campos. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 219).

O argumento sugerido pelos autores é de que a fome, a peste e a guerra criaram as condições históricas que fizeram emergir as revoltas nos campos; explicam que a desagregação do sistema feudal gerou uma baixa na renda senhorial; para que não houvesse queda na renda senhorial, muitos nobres intensificaram a pressão sobre os camponeses que, como respostas, se revoltaram.

As revoltas camponesas precipitaram-se por volta de meados do século XIV e contaram com uma “brutal reação por parte da nobreza”, pois reivindicavam em lingas gerais o fim dos privilégios da nobreza rural. As revoltas instalaram um clima de “medo” e “insegurança” entre a população.

As revoltas populares também foram motivadas pelo aumento das taxas feudais e ainda, os saques promovidos pelos soldados no campo; para os autores, estes eram indícios de que houvera ruptura na ordem social; caracterizam um estado de desordem social.

Portanto, vê-se que para os autores, a crise do século XIV foi deflagrada por fatores internos ao próprio sistema. A crise emerge no seio do próprio sistema e é também dentro dele que se desenvolvem os germes de uma nova sociedade, caracterizada por práticas cujos dispositivos se fazem presente por meio dos intercâmbios de comércio, da vida na cidade, da burguesia, das novas relações entre os vários grupos sociais, etc.

A crise é do sistema, mas o peso maior está na sua dimensão econômica. A fome, as epidemias, as guerras e revoltas seriam sintomas da crise, a forma como ela se apresenta ou se exterioriza no campo social.

Conexões com a história não menciona os termos retração, depressão ou contração econômica. Para os autores, não houve, no que tange ao período de crise, uma depressão econômica, ou seja, a crise econômica não significou depressão econômica, mas conduziu a uma imediata paralisação da fase de expansão do sistema e a falência de alguns elementos que funcionavam como elementos de sustentação do sistema, culminando assim na sua desestruturação.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado?

A mudança do eixo dinâmico da sociedade europeia, dos campos para a cidade, aparece como uma evidência, um sinal de mudança na ordem social. Dessa forma: “os grupos sociais que constituíam o setor excluído dos privilégios feudais (burguesia, urbana, artesãos e camponeses) passaram a questionar a ordem social e a pôr em xeque a função social da nobreza.”

Os autores defendem que: “Apesar das guerras, da peste e dos conflitos sociais que aconteceram no século XIV, o período não foi de depressão econômica.” (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 221). Eles mencionam a crise econômica, mas não a qualificam, nem a definem como depressão econômica. Para eles, depressão

econômica implica em declínio econômico, mas pensam que, nesse caso, não se pode caracterizar o período como um período de declínio econômico, pois, para eles, embora a economia feudal tenha entrado em colapso, houve, paralelamente, o desenvolvimento de outra diretriz econômica, ou seja, no mesmo instante em que o feudalismo ruía, a economia europeia era reinventada sob novas bases estruturais cujos elementos iniciais vinham se consolidando desde os séculos XII e XIII e tinha na intensificação do comércio seu principal campo de ação.

A nova ordem social em construção trazia para o centro da cena a burguesia, em detrimento da nobreza, que vai perdendo paulatinamente prestígio e poder; o burguês vinculava-se à vida na cidade e à atividade comercial:

A partir do enfraquecimento dos laços feudais e do declínio do poder da aristocracia, os burgos passaram a conquistar sua independência, por meio de guerras contra o senhorio ou da compra da liberdade, e seus habitantes, os burgueses, tornaram-se cada vez mais poderosos. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 221).

Portanto, no que tange a função historiográfica que a crise do século XIV desempenha no esquema explicativo apresentado na obra *Conexões com a história*, a tônica dominante permanece a mesma: a crise do século XIV serve para explicar o declínio do feudalismo como parte do processo de transição para uma nova sociedade, cujas bases iniciais estariam no desenvolvimento do comércio e da vida urbana.

Na obra analisada, verifica-se que, segundo os autores, houve dois grandes momentos na transição: o da expansão e o da crise feudal. A fase da expansão havia dado início ao crescimento do setor comercial e ao desenvolvimento das cidades. A ascensão desses elementos ocorreu em detrimento do declínio do setor rural; este, aos poucos foi deixando de ocupar o status de principal núcleo de produção, posicionando a burguesia numa relação de antagonismo com a nobreza. Assim a desestruturação da velha ordem já estava em curso pela própria superação que esses novos elementos impunham ao sistema; mesmo assim, foi necessário o colapso do feudalismo para que esses valores assumissem a dianteira na construção das bases estruturais da nova ordem social que marcaria os séculos vindouros; tal falência foi deflagrada pela crise do século XIV, que significou a própria crise do sistema feudal.

CAPÍTULO IX

A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS *HISTÓRIA* (COLEÇÃO I) E *HISTÓRIA EM MOVIMENTO* (COLEÇÃO II)

Esse capítulo compreende a análise sobre a "crise do século XIV" nas seguintes coleções: *História* (2005), coleção 1, e *História em movimento* (2010), coleção 2; ambas de autoria de Gislane Campos Azevedo e Reinaldo Seriacopi. Para tanto, foram considerados excertos oriundos do Livro VIII (AZEVEDO; SERIACOPI, 2005) e excertos oriundos do Livro XI (AZEVEDO; SERIACOPI, 2010); ambas as coleções ocupam, respectivamente, o 8º e o 11º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? A crise emerge no século XIV, pondo fim ao processo de “florescimento ocorrido na Europa entre os séculos XI e XIII”. A crise do século XIV foi uma crise de ordem econômica e social, de proporções profundas, e responsáveis pela irrupção de revoltas, fomes, mortes, etc.

A crise ocorre em função de uma conjunção de fatores; dentre eles AZEVEDO e SERIACOPI (2005; 2010) apontam: “a instabilidade econômica decorrente da conquista de territórios do Império Bizantino pelos turco-otomanos a partir do século XIV”; as “secas prolongadas que prejudicaram a agricultura e deixaram parte da população sem alimentos”; as fomes de 1315 e 1316 e a peste negra.

As desordens econômicas, as secas, as fomes e a peste são apresentadas como fatores responsáveis pela emergência da crise do século XIV. Ao lançar mão da expressão “as crises que atingiram o continente nesse período provocaram uma insatisfação generalizada entre a população”, os autores acabam por sugerir a relação entre as crises e os fatores e vice-versa, deixando subentender que tais fatores seriam, em certa medida, expressões de certas crises sociais setorializadas e de curta duração, a exemplo da crise agrícola e das fomes 1315 e 1316 (mencionadas como certo tipo de crise social); a peste negra também configuraria um tipo específico de crise social.

Observa-se que em *História* e em *História em Movimento*, AZEVEDO e SERIACOPI (2005; 2010) apresentam a “crise do século XIV” como uma crise maior que as outras (de cunho

setorial), uma crise geral, resultante de uma série de outras crises ou mesmo, da convergência de uma conjunção de fatores.

Os autores sustentam que o feudalismo “foi a forma de organização política, social e econômica dominante na Europa ocidental durante a Idade Média”.

Definir o século XIV como um período de crises e de grande crise e ao relacionar a crise do século XIV como uma crise predominantemente econômica e social equivale considerar que a crise significou a falência de todo um sistema (o sistema feudal). O abalo na organização da vida econômica e social difundiu-se, deteriorando as bases de sustentação de todo um modo de vida. Os autores não apresentam o feudalismo como um sistema propriamente dito, pelo menos nos termos aqui apresentado, mas sim como uma forma de organização de todos os setores da vida; seu fim significaria o colapso de todo esse modo de organização.

E o que foi a crise econômica e social e qual seus impactos nas sociedades medievais? A princípio o documento dá conta de que a crise foi o abalo sofrido pela Europa ocidental, sobretudo na área econômica e social e caracterizou-se de modo geral pela suspensão do ritmo de expansão, ou seja, desenvolvimento que a Europa vinha vivendo desde o século XI. No texto, os autores sustentam que a crise é definida como processo de “retração da economia europeia”.

Se a crise foi profunda, então equivale dizer que a expressão que melhor traduz a ideia de crise é retração profunda da economia europeia ou profunda retração da economia europeia.

Significa dizer que aquela economia que vivia em expansão, teve seu desenvolvimento suspenso e a partir daí os números da produção agrícola assumiram uma tendência declinante, ou seja, de declive.

A crise é apontada também como tendo uma dimensão ligada à queda da produção de alimentos. Ora, a queda na produção de alimentos pode ser apontada como uma evidência de declive nos números e indicadores econômicos, o que pode sinalizar ou não um quadro de paralisação, retração ou expansão da economia. Portanto é como se o documento definisse a crise como sendo uma violenta retração na economia europeia e se valesse da queda da produção de alimentos para reafirmar o quadro de retração econômica.

A retração teria se originado então da queda na produção de alimentos ou a queda na produção de alimentos teria sido um indicador da retração econômica?

Se a segunda hipótese for verdadeira então quando o texto menciona o declínio do comércio entre Ocidente e oriente, em função do fechamento da rota de comércio com os

bizantinos (cujos mercados teriam sido conquistados no processo de dominação e conquista árabe), também apareceria como evidência da retração. Então se tem: a) a queda na produção de alimentos; b) declínio nos números do comércio com o oriente.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? AZEVEDO e SERIACOPI (2005; 2010) não fazem um detalhamento explicativo de todo o processo da crise, mas deixam algumas pistas. Para eles, a instabilidade econômica, secas, fomes e pestes teriam provocado crise geral da seguinte maneira: Os autores consideram que houve uma crise geral, de caráter econômico e social, com determinantes muito mais econômicos; e que houve “crises setorializadas”, ou seja, crises localizadas, envolvendo os mais variados setores da vida europeia. Nesse sentido, a crise geral – crise do século XIV – se esboça a partir de uma crise no setor agrícola, daí a queda na produção de alimentos e os consequentes desdobramentos de várias outras crises sociais.

A crise geral definida como “violenta retração da economia europeia”, dá nome à “crise do século XIV”; nasce no campo econômico e expande-se para os mais diversos setores da vida social.

AZEVEDO e SERIACOPI (2005; 2010) mencionam uma crise comercial. Para eles, a crise comercial envolveu a suspensão do comércio entre ocidente e oriente (com o Império Bizantino).

Quando falam em crise de produção de alimentos referem-se à queda na produção de víveres (alimentos).

Segundo eles, a crise geral teria sido um resultado direto da crise comercial (crise no comércio entre ocidente e oriente) e da crise de produção (produção de alimentos). Ambos tiveram um impacto negativo (e de forma bem acentuada) na vida econômica europeia, caracterizando um quadro de retração econômica, pondo fim, ou suspendendo a fase de florescimento até então em curso.

O documento aponta um estágio de agravamento da crise. Para eles, a crise é agravada em função da peste negra, revoltas (urbanas e camponesas) e guerras (a exemplo da Guerra dos Cem Anos). Estas últimas estão relacionadas à ideia de crise política e social.

O esquema explicativo fica assim: houve uma crise econômica (produção agrícola e comércio) essa crise, no mesmo instante em que se expandiu para outros setores, também passou a intensificar seu ritmo, assumindo proporções generalizantes, desencadeando um

quadro de grave crise social (instabilidade social, pestes e revoltas) e crise política (instabilidade política e guerras).

A peste negra aparece no documento como tendo sido a principal responsável pelo agravamento da crise; mas o texto não explica como isto se deu, ou seja, as condições desse agravamento. Em que medida então se pode atribuir, de fato, à peste negra a responsabilidade pelo agravamento da crise? O texto faz menção à elevada mortandade produzida pela peste: “25 milhões de pessoas, ou seja, quase um terço de toda a população europeia”.

Os autores argumentam que a crise na produção de alimentos levou a população a uma situação de penúria, provocando e disseminando a fome em grandes proporções, o que resultou na morte de um número elevado de pessoas.

A fome também aparece como um aspecto da vida social resultante da crise na produção de alimentos. Ela está inserida no quadro das crises que a crise econômica teria produzido.

As obras não explicam muito bem a relação entre o elevado índice de mortandade e o desencadeamento da crise geral, mas acenam que elas teriam, de alguma forma, impactado negativamente na oferta de mão de obra necessária à produção de alimentos e isso teria tornado mais grave a crise do setor agrícola.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado? Para AZEVEDO e SERIACOPI (2005; 2010), a crise teria produzido de modo indireto (como resultado das sublevações) o enfraquecimento das relações feudais. Eles sustentam que o enfraquecimento das relações feudais teria marcado o fim da Idade Média (séculos XIV e XV). A crise então, desta maneira, teria corroborado significativamente para tal fato.

Segundo os autores, as revoltas sociais teriam motivado a intensificação dos processos de centralização iniciados desde o século XI. As obras não mencionam o fim sistema feudal, mas, embora, não se expressem nesses termos, falam no fim da Idade Média e apontam que a retração geral da economia europeia, ocorrida principalmente ao longo do século XIV, teria sido uma condição indispensável para isto.

Os autores finalizam o assunto destacando o papel das revoltas populares no contexto da crise do século XIV. Para eles, as revoltas sociais foram oriundas da “insatisfação generalizada entre a população”; também se somaram à crise geral, na medida em que foram responsáveis pelo enfraquecimento das relações feudais e “contribuíram para o processo de centralização administrativa em torno dos reis”; dois pontos indispensáveis à emergência do

Estado moderno; portanto, a “crise do século XIV” é utilizada para explicar o fim da Idade Média.

CAPÍTULO X

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *A ESCRITA DA HISTÓRIA*

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *A escrita da história*, de autoria de Renan Garcia Miranda e Flávio de Campos; Para tanto, foram considerados excertos oriundos do Livro IX (MIRANDA; CAMPOS, 2005); a coleção ocupa o 9º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do Século XIV”? No livro didático *A escrita da história*, a crise está diretamente relacionada às “Más colheitas, fome, declínio populacional, pestes, estagnação da produção, desemprego, inflação, guerras devastadoras, abandono de aldeias e rebeliões violentas nas cidades e nos campos.” (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 129), ocorridas não num período de tempo qualquer, mas sim no intervalo de tempo situado ao longo dos séculos XIV e XV, com ênfase predominante no século XIV.

Os autores (MIRANDA; CAMPOS, 2005) também fazem alusão à ideia de crise como catástrofes: “Para a religiosidade medieval tais catástrofes provocaram histeria, alimentavam superstições populares e aceleravam transformações.” (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 129).

O termo catástrofe é empregado no texto como sinônimo da palavra crise, ou seja, no texto, as catástrofes servem para designar a crise. Nesse sentido, a “crise do século XIV” dá nome a um conjunto de catástrofes que, segundo os autores, se abateram sobre população europeia (Europa Ocidental) ao longo de todo o século XIV e início do século XV.

Assim, as “más colheitas, fome, declínio populacional, pestes, estagnação da produção, desemprego, inflação, guerras devastadoras, abandono de aldeias e rebeliões violentas nas cidades e nos campos”, todas integram o conjunto de catástrofes que designam a crise.

Se catástrofe dá nome a crise e se a “crise do século XIV” define-se pelas “más colheitas, fome, declínio populacional, pestes, estagnação da produção, desemprego, inflação, guerras devastadoras, abandono de aldeias e rebeliões violentas nas cidades e nos campos”, portanto, estas fomes, pestes, revoltas, guerras, são, elas mesmas, as catástrofes que definem a crise.

Como conjunto de catástrofes, a crise implica destruição e sugere a ocorrência de calamidades de grande monta (atingindo um grande número de pessoas de uma dada região ou localidade). A crise, nesse aspecto, estaria vinculada a um desordenamento nos mais variados setores da vida (aspectos da vida), pondo fim ou destruindo a solidez e a ordem social (desordem econômica, social, política, etc.), produzindo um clima de instabilidade (a instabilidade ou o quadro de instabilidade faz parte dos efeitos diretos da crise, a crise fez deixar de ser estável ou acabou com a estabilidade, produziu insegurança, acabando com a segurança).

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? No texto, a crise é apresentada como detentora de uma dinâmica interna própria (a dinâmica própria aparece como qualificativo da crise). Isso equivale dizer que quanto ao grau de gravidade, a crise (na dinâmica por ela mesma engendrada) projetou-se em escala ascendente, ou seja, a fase inicial (mais amena) teria sido superada pelo seu agravamento (fase de maior severidade da crise).

Em *A escrita da história*, MIRANDA e CAMPOS (2005) sustentam que o agravamento da crise se dá pela ação de determinantes econômicos, tais como: queda na produção de alimentos e de manufaturados, elevação (sistemática) dos preços e inflação, etc. Tais apontamentos sugerem um quadro de desabastecimento.

Duas parecem ser as explicações dos autores para o desabastecimento. A primeira atribui uma parcela da responsabilidade à falta de conhecimento técnico no trato agrícola e à falta de mão de obra para o trabalho no campo (explicação formulada para justificar a queda na produção de alimentos); a segunda atribui outra parcela de responsabilidade à falta de mão de obra necessária à produção de manufaturados. A falta de mão de obra somada à falta de conhecimentos técnicos para o trato com a terra teria provocado uma escassez, não só na oferta de alimentos, mas também na oferta de produtos manufaturados. A elevação dos preços seria resultante desse processo e desencadearia um quadro inflacionário grave, configurando uma desordem econômica.

Aqui se precisam refletir dois pontos. A ausência de conhecimento técnico pressupõe um déficit educacional, ou seja, pressupõe que não há investimento em tecnologia capaz de promover a superação das limitações existentes e isso pressupõe paralisação em relação ao desenvolvimento intelectual nas sociedades medievais. Há aí então a tese de que as sociedades medievais experimentaram, ao longo do século XIV e início do século XV, uma estagnação no ritmo de desenvolvimento intelectual.

O segundo ponto está na escassez de mão de obra. Os argumentos apresentados pelos autores nos permitem concluir pela ausência de mão de obra, tanto para o trabalho na terra (agricultura) quanto para aquele voltado para a produção de manufaturados. Então qual teria sido a razão da escassez de mão de obra?

MIRANDA e CAMPOS (2005) inserem a peste negra no contexto da “crise do século XIV”. O que se pode concluir é que a abordagem da peste negra teria sido inserida na forma de explicar a queda drástica na oferta de mão de obra. Assim, as mortes pela peste teriam afastado os trabalhadores dos campos e das fábricas. Mas não poderia ser um número qualquer, para que a peste impactasse na produção, ela teria que ter sido de grande monta. Talvez por isso os autores façam menção à elevada mortandade; segundo eles: “pelas estimativas mais conservadoras, a peste teria varrido um terço da população europeia”.

Para Miranda e Campos (2005), a peste não deu origem à crise, mas o que deu origem à crise foi a escassez de mão de obra. A peste deu origem à escassez em função da elevada taxa de mortandade por ela provocada.

O elevado número de mortes pela peste fez: a produção de alimentos e mercadorias baixarem muito em quantidades elevadas e alguns preços dispararam (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 129). Ela aparece relacionada como fator de agravamento da crise, pois a elevada mortandade prejudicou sobremaneira a oferta de mão de obra e isso afetou a produção, tanto setor agrícola, quanto na indústria manufatureira.

Como combinam esses vários elementos - “más colheitas, fome, declínio populacional, pestes, estagnação da produção, desemprego, inflação, guerras devastadoras, abandono de aldeias e rebeliões violentas nas cidades e nos campos” - no esquema explicativo da crise?

Em síntese, a “crise do século XIV” constituiu-se, enfim, da confluência de um conjunto de catástrofes (calamidades de grande monta) responsável pelo desordenamento de diversos aspectos da vida social. O dispositivo que teria acionado o quadro de crise teria sido a desorganização da produção em função da falta de oferta de mão de obra para o trabalho nos campos e cidades.

No texto, o esquema explicativo da crise funciona da seguinte maneira. Na sua face inicial a crise foi marcada pela desorganização da produção (desorganização da vida econômica). Houve um tempo de más colheitas. Estas más colheitas promoveram uma estagnação da produção, pondo fim à tendência de crescimento da economia.

Tal situação da vida econômica agravou-se ainda mais com a queda na produção. O texto defende que a queda na produção deveu-se à falta de mão de obra tanto para o trabalho no campo (lavoura) quanto na fábrica. Como consequência, houve queda tanto na produção de alimentos quanto na de produtos manufaturados. A queda na produção conduziu à escassez de oferta e rápida elevação nos preços dos alimentos e mercadorias.

A peste entra como parte do quadro de agravamento da crise (primeira fase), pois o elevado número de mortes por ela gerado acabou por afetar de forma ainda mais grave a produção.

Na sua segunda fase de agravamento da crise foi marcada pela desorganização social. No texto a desorganização social aparece como desdobramento da desorganização da vida econômica.

No quadro da desorganização social inclui-se: rebeliões (nos campos e nas cidades) e guerras. As guerras e rebeliões intensificaram o desabastecimento, pois elas propiciavam saques e a devastação de campos e cidades, além da paralisação no cultivo de alimentos e da destruição das plantações.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado? Em A escrita da história, a “crise do século XIV” é explorada como objeto historiográfico construído para explicar como se deu o desmantelamento das instituições medievais e a emergência dos sinais que marcariam uma nova ordem social.

Partindo do esquema verificado, pode-se considerar que o desmantelamento teria tido início pelo colapso da vida econômica; esse teria precipitado convulsões sociais que, no mesmo instante em que eram produzidas, também desencadeavam seu agravamento. Portanto, a ideia predominante é a de que a paralisação e o colapso da vida econômica puseram fim ao feudalismo.

Os autores também relacionam a Idade Média ao feudalismo. Assim, o feudalismo aparece como imprescindível às sociedades medievais. Em Miranda e Campos, como em quase todas as coleções até aqui apresentadas, o fim do Feudalismo significa o fim da Idade Média; portanto, o intervalo de tempo que marca a crise, ou seja, o século XIV, define-se como um tempo de transição, de colapso de um sistema já deteriorado pela emergência dos dispositivos que caracterizariam um novo sistema.

Vale destacar que MIRANDA e CAMPOS (2005) mencionam uma economia comercial. Não negligenciam a existência de uma economia de mercado, de uma vida

comercial, de um mercado monetário, e a produção de manufaturados; no entanto, consideram que mesmo essa economia (insipiente) de mercado não teria sobrevivido à *crise*. Em *A escrita da história*, ela, a economia de mercado, é incorporada ao feudalismo; é vista de dentro do feudalismo.

Pensa-se que isto abre espaço para que se conclua que a “crise do século XIV” foi antes de tudo uma crise econômica, ou seja, foi no campo da economia a manifestação mais aguda da crise e a que mais influenciou os outros setores.

CAPÍTULO XI

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *SER PROTAGONISTA*

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *Ser protagonista*, de autoria de Fausto Henrique Gomes Nogueira e Marcos Alexandre Capellari. Para tanto, foram considerados excertos oriundos do Livro X (NOGUEIRA; CAPELLARI, 2010); a coleção ocupa o 10º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? No livro *Ser protagonista*, a “crise do século XIV” é uma expressão utilizada para designar a convergência de um conjunto de fatores que abalaram sobremaneira o clima de segurança e estabilidade das sociedades medievais da Europa ocidental, ao longo do século XIV; nesse conjunto, aparem relacionados à fome, à peste e às rebeliões.

Ao desenvolverem a temática da crise valendo-se da expressão “as crises do século XIV: fome, peste e rebeliões”, Nogueira e Capellari acabam por sugerir uma “crise” maior (a crise Europeia) caracterizada pela convergência dos desdobramentos de várias outras crises situadas em posições determinantes da vida econômica e social.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? Veja:

- A expansão europeia na Baixa Idade Média, tão vigorosa desde o ano 1000, começou a diminuir de intensidade no final do século XIII. No século XIV, a cristandade ocidental estava em crise.

Um dos problemas foi a fome. Após séculos de desmatamento, a maioria das florestas havia sido derrubada, e não havia novas terras para cultivar. Os campos já cultivados iam-se esgotando, à medida que as técnicas de plantio não eram eficientes para preservar a fertilidade do solo. Enquanto isso, a população não parava de crescer. Assim, os alimentos foram-se tornando cada vez mais escassos e caros.

O clima também não ajudava. A partir de 1315 houve anos de chuvas intensas, enquanto em outros ocorreram fortes geadas, seguidas de secas e tempestades. Grande parte das plantações foi devastada. Todos esses problemas trouxeram a fome de volta à Europa ocidental, após um século de relativa fartura.

Além da fome, outro fator impulsionou a crise na Europa: uma epidemia de peste bubônica, conhecida como Peste Negra.

Possivelmente trazida do Oriente por navios genoveses, a doença alastrou-se pelo continente. Passando pela Itália e pela França, chegou à península Ibérica e à Escandinávia. De 1347 a 1350, quando o surto diminuiu, estima-se que a peste tenha matado um terço da população europeia.

As pessoas abandonavam as cidades, onde os mortos se amontoavam pelas ruas. Nos campos, muitas aldeias ficaram desertas: os camponeses abandonaram suas casas com medo de serem contaminados. Entre os fugitivos estavam muitos servos, que dessa maneira se libertaram das obrigações que deviam aos senhores.

Ao contrário das doenças da desnutrição, típicas da pobreza, a peste atingiu igualmente ricos e pobres, camponeses e comerciantes, nobres e plebeus, provocando a desestruturação da vida cotidiana em inúmeras regiões. Muitos artistas e pedreiros morreram em poucas semanas, o que fez diminuir o número de novas pinturas e esculturas, enquanto as obras das grandes catedrais foram paralisadas. Corporações inteiras ficaram sem mestres, oficiais e aprendizes. Faltava mão de obra na cidade e no campo.

O desconhecimento das causas da doença aumentou o preconceito contra pessoas consideradas “perigosas” aos olhos dos europeus cristãos, como os judeus, os doentes de hanseníase e os suspeitos de feitiçaria. Essas pessoas foram, em muitos lugares, acusadas de causar a peste e de espalhá-la pelas cidades e aldeias. Houve perseguições e massacres marcando o início de uma era de intolerância que durariam três séculos. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 194).

- Após a grande mortandade causada pela Peste Negra, os servos sobreviventes que permaneceram em suas terras receberam dos senhores uma carga ainda maior de obrigações e tributos. O aumento de impostos atingiu também os trabalhadores urbanos.

Não demorou muito para estourar uma crise social, com rebeliões populares nas cidades e no campo. Na França, o movimento de maior destaque foram as jacqueries, iniciadas em 1358. Os camponeses exigiam a diminuição das obrigações feudais e dos impostos. Eles foram derrotados pelas tropas dos nobres.

Na Inglaterra houve uma revolta camponesa em 1381, também motivada pelo descontentamento com o aumento dos impostos. Após algumas vitórias, o movimento foi reprimido, e seu líder, Wat Tyler, morto. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 195).

- Outro fator que serviu para aumentar o despovoamento e a mortandade na Europa ocidental foi a Guerra dos Cem Anos, travada entre as coroas da França e da Inglaterra.

No início do século XIV, o rei inglês possuía vários feudos na França, e devia prestar obrigações de vassalagem ao rei francês. Essa era uma situação humilhante para um soberano poderoso como o rei da Inglaterra.

A região de Flandres também era um motivo de tensão entre as duas coroas. Politicamente, os senhores de Flandres prestavam vassalagem ao rei francês, mas, economicamente dependiam da lã inglesa para produzir tecidos, base de sua riqueza. Quando os burgueses flamengos se revoltaram contra seus senhores, pediram a proteção do rei inglês,

que enviou tropas para protegê-los. Tal fato desagradou aos franceses, que enviaram tropas para combater os invasores ingleses.

Após vários conflitos limitados, um fato novo veio deflagrar uma guerra de grandes proporções. Em 1328 morreu o rei da França, Carlos IV, sem deixar descendentes diretos. Seu parente mais próximo era seu primo Henrique III, rei da Inglaterra.

Os franceses, porém, negaram-se a aceitar um inglês como rei e coroaram o francês Felipe de Valois - Felipe VI -, um parente mais distante de Carlos IV.

Em 1337, Felipe VI, pretendendo enfraquecer o poder da Inglaterra no reino da França, invadiu o ducado inglês da Aquitânia. Henrique reagiu de imediato, declarando a guerra e reivindicando o trono francês. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 195).

Em síntese o esquema explicativo apresentado por Nogueira e Capellari evidencia três etapas de desenvolvimento da crise.

a) Segundo os autores, em primeiro lugar houve a fome; para eles a queda na produção agrícola, desencadeou a falta de alimentos; esta gerou desabastecimento, que por sua vez culminou na proliferação da fome. Os autores sustentam que a queda na produção de alimentos deveu-se aos seguintes fatores: escassez de terras para cultivo, esgotamento do solo e emprego de técnicas ineficientes de cultivo e destruição das plantações em função das desordens climáticas (chuvas intensas, fortes geadas, secas e tempestades). Evidentemente a queda na produção agrícola e o desabastecimento não teriam produzido calamidade social de tal monta se não fosse o agravante do crescimento populacional. NOGUEIRA e CAPELLARI (2010) mencionam que a população não parava de crescer. Ora, a queda na produção agrícola concomitante ao aumento populacional, somado aos fatores aqui apresentados, só poderia resultar numa escassez cada vez maior de alimentos; daí a fome.

b) Para os autores, em segundo lugar a peste veio e seus efeitos críticos estão na elevada taxa de mortes por ela provocada. Entende-se que alto índice de mortes resultantes da peste negra tenha contribuído para intensificar o clima de instabilidade e caos social.

c) Em terceiro e último lugar NOGUEIRA e CAPELLARI (2010) apontam as rebeliões populares. Segundo eles, as rebeliões ocorreram nos campos e cidades e foram motivadas, sobretudo, pela intensificação das obrigações feudais (aumento da carga de obrigações) e dos impostos, atingindo desta maneira, não somente os camponeses, mas também os trabalhadores ligados ao setor urbano. Para Nogueira e Capellari, os revoltosos, em linhas gerais, lutavam pela “diminuição das obrigações feudais e dos impostos”.

A Guerra dos Cem Anos é mencionada pelos autores ao contexto da crise, na medida em que, segundo eles, ela teria contribuído sobremaneira para o aumento do despovoamento dos campos e do aumento da mortandade. Pode-se concluir que a Guerra dos Cem Anos aparece no esquema explicativo com objetivo de esclarecer o processo de intensificação da crise. O texto supõe que a crise teria iniciado no setor de produção agrícola, mas à medida que os outros fatores críticos emergem, a exemplo da peste e das revoltas, ele vai, gradativamente, intensificando-se e atingindo os mais diversos setores da vida social. Os eventos políticos são mencionados em função do impacto por eles gerado no agravamento do quadro.

Assim como já igualmente percebido nas análises anteriores, a “crise do século XIV”, segundo Nogueira e Capellari, também pôs fim ao período de expansão europeia em curso “desde o 1000”.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado? Ao longo da explanação, Nogueira e Capellari não fazem uso da expressão “crise feudal”, nem associam a “crise do século XIV” a uma suposta crise do feudalismo. Para eles, havia uma sociedade feudal; as crises teriam emergido no seio desta sociedade, assim como os efeitos da crise, para esta sociedade também teriam convergido.

Muito embora os autores não lancem mão do uso da expressão “colapso do sistema feudal” ou “fim do feudalismo”, pode-se concluir que, na obra o conceito de “crise do século XIV” é utilizado para explicar em que contexto se deu a emergência da Idade Moderna; isso por que a forma como o conceito é desenvolvido nos passa a ideia de um mundo (ou “cenário”) em ruínas. O esfacelamento das relações feudais aparece como condição necessária à emergência do novo, ou seja, uma nova sociedade que passaria a funcionar alicerçada em novos valores, diferentes daqueles predominantes nas sociedades medievais.

CAPÍTULO XII

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *NOVA HISTÓRIA CRÍTICA*

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *Nova história crítica*, de autoria de Mario Schmidt. Para tanto, foram considerados excertos oriundos desta coleção posicionada como Livro XII (SCHMIDT, 2005) no corpus documental; portanto a coleção ocupa o 12º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? São três as passagens em que Schmidt menciona a “crise do século XIV”: a) “A economia feudal viveu um grande período de pobreza e morte que caracterizou a crise do século XIV.” (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, p. 90); b) “A terrível crise do século XIV, junto com a Peste Negra, matou milhões de europeus (mais de um terço da população) e quase paralisou a economia.” (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VII, p. 101); c) “Nós vimos que os europeus sofreram um bocado com a crise do século XIV. A fome, a guerra e a peste eram três companheiras de honra de uma dama vestida de negra chamada morte.” (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo IX, p. 114).

Vê-se que, para ele, a “crise do século XIV” é definida como tendo sido um período de depressão da economia feudal, marcado por acentuado declínio e quase paralisação da vida econômica; Ao contexto da crise SCHMIDT (2005) associa a fome, a peste e a guerra. Segundo o autor, a crise marcaria a suspensão da fase de expansão e crescimento pela qual a economia europeia vinha passando desde os séculos X, XI e XII.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? Veja:

A partir do século X, a população europeia cresceu com rapidez porque as pessoas conseguiam sobreviver um número maior de anos. Por vários motivos. As pestes que tinham sido tão devastadoras diminuíram de intensidade por quase 400 anos. Você sabe que o clima do planeta tem uma história e já mudou várias vezes nos últimos vinte mil anos. Parece que naquele tempo o clima da Europa se tornou um pouco mais quente e seco, o que favoreceu o aumento das plantações. Nós acabamos de ver que a economia cresceu por causa das invenções tecnológicas (rotação de culturas, charrua, etc.). Tudo isso aumentou a quantidade de bens produzidos e até mesmo os servos puderam ser beneficiados.

O aumento da população estimulava o aumento da produção. Percebeu a relação? Mais gente significava mais gente precisando comer e também mais gente produzindo alimentos. Uma das maneiras de ampliar a produção era a conquista de novas terras para plantar. Florestas derrubadas e pântanos drenados davam lugar a campos cultivados. É claro que esse processo não poderia durar para sempre. Realmente, no século XIV, já não havia tantas terras novas para se conquistar (ainda havia muitas áreas virgens, mas em regiões onde a população era pequena demais para explorá-las). As colheitas se tornaram insuficientes, a fome começou a se espalhar. Para piorar a situação, a peste negra começou a se espalhar pela Europa. Ela era transmitida pelas pulgas que viviam nos ratos e picavam os humanos. Em poucos anos, mais de um terço da população europeia tinha desaparecido. Cidades esvaziaram, campos cultivados e estradas foram invadidos pelo mato. A economia feudal viveu um grande período de pobreza e morte que caracterizou a crise do século XIV. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, p. 90).

Segundo SCHMIDT (2005) por volta do século X, houve não somente crescimento populacional, mas também crescimento econômico. Para ele, a população cresceu porque as pestes não haviam sido até então tão devastadoras, as pessoas viviam por mais tempo e as condições climáticas da Europa ainda favoreciam a prosperidade das plantações; já o crescimento econômico devia-se muito mais às inovações tecnológicas do período.

Para ele, o aumento da população estimulava o aumento da produção, pois, enquanto crescia o número de pessoas, também crescia o número de mão de obra disponível para o trabalho; por outro lado, maiores tornavam-se as necessidades da vida material (alimentação, vestuário, etc.).

Embora as condições de crescimento funcionassem numa dinâmica que envolvesse determinado nível de reciprocidade, o crescimento populacional demandou a conquista por novas terras para o plantio e produção de alimentos. A solução segundo SCHMIDT (2005, pp. 88-90) fora a expansão das áreas de cultivo por meio da derrubada de florestas e da drenagem de pântanos. Mas, como anteriormente mencionado, “[...] no século XIV, já não havia tantas terras novas para se conquistar (ainda havia muitas áreas virgens, mas em regiões onde a população era pequena demais para explorá-las).” (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, p. 90); o resultado de tudo isso foi uma drástica queda na produção de alimentos e assim “a fome começou a se espalhar”.

Para somar e tornar a situação ainda mais crítica, SCHMIDT (2005) menciona a emergência da peste negra. Segundo ele, a peste ceifou em poucos anos, mais de um terço das vidas que compunham a população europeia no período. As mortes resultantes da proliferação da peste agravaram, de certa maneira, o quadro de crise já instaurado.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado?

Foi preciso a crise para que a economia, mais tarde, voltasse a crescer, mas a partir de novas bases, não mais na condição de uma economia feudal.

SCHMIDT (2005) fala em crise econômica de âmbito também social. Para ele, a retomada do crescimento nos séculos XV e XVI, envolvia a construção de novas relações, a partir de novas condições da vida material, incompatíveis com os caracteres de uma economia nos moldes da economia feudal; são os sinais de uma nova ordem econômica.

Portanto, assim como exposto na análise de texto anterior (a exemplo do livro X), muito embora o autor não lance mão do uso da expressão colapso do sistema feudal ou fim do feudalismo, “a crise do século XIV” serve para designar o momento de transição vivido pela sociedade feudal; significou a superação das limitações impostas pelo próprio sistema em prol da valorização de novas práticas e dos novos seguimentos sociais emergentes no período, marco da passagem da Idade Média para a Idade Moderna.

CAPÍTULO XIII

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA*

Esse capítulo compreende a análise sobre a “crise do século XIV” na obra *História: uma abordagem integrada*, de autoria de Nicolina Luiza de Petta, Eduardo Aparicio Baez Ojeda e Luciano Delfini. Para tanto, foram considerados excertos oriundos desta coleção; a obra está posicionada no corpus documental como Livro XIII (PETTA; OJEDA; DELFINI, 2005); portanto a coleção ocupa o 13º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? No livro didático *História: uma abordagem integrada*, a “crise do século XIV” é definida como tendo sido a crise do próprio sistema feudal, ou seja, a crise do feudalismo, tal como os autores mencionam.

Por volta do século XIII, o feudalismo começou a apresentar as primeiras crises, revelando que seus pressupostos não atendiam às novas questões sociais. Os novos tempos, conhecidos como Idade Moderna, já se delineavam no horizonte. Esse período que encerra a época medieval, denominado Baixa Idade Média, teve seu início no século XI. (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, Capítulo V, p. 50).

Segundo OJEDA, PETTA e DELFINI (2005), as sociedades do período viviam um novo momento, marcado pela emergência de práticas que iam à contramão de um sistema que já não mais atendia aos interesses da época, destoando das mudanças já em curso. Então veio a crise como efeito direto dessa distonia.

A crise significou o colapso e o consequente fim de uma estrutura cujas características principais, segundo os autores, eram: “[...] o retorno ao campo e o abandono do comércio como principal atividade econômica; a concentração de terras, ou o predomínio de grandes propriedades; e o predomínio do trabalho servil.” (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, Capítulo V, p. 43). Eles sustentam que “A economia feudal baseava-se na atividade agrícola e a terra era o principal fator de riqueza.” (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, Capítulo V, p. 43).

A crise implicou o desmonte de tais pilares de sustentação da vida econômica das sociedades medievais e conseqüentemente a transição para uma nova ordem econômica marcada pelo comércio, a circulação monetária, maior autonomia política das cidades, etc.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? Em *História: uma abordagem integrada*, a crise teve início no setor de produção agrícola, ainda no século XIV, em função da emergência da crise agrícola. A crise agrícola aparece descrita como tendo sido caracterizada pela disparidade entre a produção agrícola e quantidade de alimentos necessários para suprir as necessidades alimentares de toda a população, ou seja, uma queda na produção agrícola de alimentos.

Segundo OJEDA, PETTA e DELFINI (2005), a crise agrícola pôs fim a um período de crescimento e avanço econômico no setor. Segundo eles, no final do século X houve um expressivo crescimento demográfico. Tal crescimento passou a exigir um relativo aumento na produção agrícola; a intensificação da produção foi conseguida de duas maneiras; primeiro, por meio do arroteamento, ou seja, avanço para as terras não cultiváveis (tais como florestas e pântanos), segundo, por meios de avanços nas técnicas de produção agrícola.

A saída encontrada resolveu provisoriamente, pelo menos pelo período de tempo em que foi possível a disponibilização de novas áreas de cultivo. No entanto, eles sustentam que, como o crescimento populacional seguiu de forma exacerbada, chegou o momento em que a produção de alimentos era significativamente inferior ao quantitativo populacional, demandando uma maior produção.

Como as saídas encontradas pelo setor agrícola não deram conta de atender a tais necessidades, a situação se agravou, então a falta de alimentos veio e, por fim, a fome. Segundo os autores “O crescimento populacional gerou um novo período de falta de alimentos, e a subnutrição crônica que vitimava a população pobre transformou-se, no século XIV, em inanição.” (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, Capítulo V, p. 50).

As revoltas camponesas aparecem situadas como fatores de agravamento da crise. Segundo os autores, a miséria se estendeu de tal maneira que a população reagiu por meio da “eclosão de inúmeras revoltas” por toda a Europa. No conjunto das reivindicações, estão a diminuição dos impostos e o relaxamento das obrigações feudais. Percebe-se que as revoltas não significaram a crise propriamente (a de se admitir que no esquema apresentado, elas fazem parte de seu contexto), mas, na verdade, elas são apresentadas como parte integrante do

“conjunto de fatores que desencadearam a crise do feudalismo”, fazem parte de seu contexto na medida em que colaboraram para o seu agravamento, intensificando o ritmo de falência múltipla por meio de desordens sociais. Percebe-se que o desenvolvimento da crise fez parte de um processo de falência cuja dinâmica de desenvolvimento foi paulatina.

As epidemias constituem o último fator apresentado por PETTA, OJEDA e DELFINI (2005) como responsável pelo desencadeamento da crise feudal. Segundo eles, a fome proveniente da subnutrição crônica provocada pela falta de alimentos deixou a população vulnerável às epidemias; segundo eles, “A mais grave delas foi a que ocorreu entre os anos de 1348 e de 1349, conhecida como a Grande Peste ou Peste Negra.” (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, Capítulo V, p. 50); para eles ela fora responsável pela morte de “cerca de um terço da população europeia”.

PETTA, OJEDA e DELFINI (2005) afirmam também que do ponto de vista político o feudalismo foi caracterizado pela descentralização, mas as novas necessidades sociais reivindicavam ações no sentido da promoção da centralização política. Eles nos sugerem o entendimento de que as ações em prol de uma maior centralização política intensificaram as disputas dinásticas, favorecendo as guerras; dentre elas, os autores destacam a Guerra dos Cem Anos entre franceses e ingleses que eclodiu no transcurso do século XIV.

A crise aparece então, descrita como resultado de uma conjunção de fatores que funcionam como parte integrante de outras crises mais setorizadas; no esquema apresentado pelos autores, é possível concluir que os efeitos de tais fatores (ou crises) convergem e eles culminam numa crise de âmbito mais geral e estrutural, a crise do feudalismo.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado?

Pensa-se que a função historiográfica que o conceito de crise do século XIV desempenha no esquema explicativo apresentado é a mesma que aparece em muitas das obras até aqui analisadas. A crise foi uma crise do sistema feudal e sua função historiográfica é explicar como se deu o processo de transição do feudalismo para o capitalismo.

Como dito anteriormente, a crise significou o colapso e o consequente fim de uma estrutura cujas características principais, segundo os autores, eram: “[...] o retorno ao campo e o abandono do comércio como principal atividade econômica; a concentração de terras, ou o predomínio de grandes propriedades; e o predomínio do trabalho servil.” (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, Capítulo V, p. 43), bem como sua

substituição por uma estrutura de organização da vida material marcada pelo predomínio do comércio, a busca por uma maior descentralização política, maior autonomia das cidades, concentração das atividades da vida no setor urbano, intensificação das trocas, substituição da servidão pelo trabalho assalariado, etc.

CAPÍTULO XIV

A CRISE DO SÉCULO XIV NO LIVRO DIDÁTICO *HISTÓRIA*

Esse capítulo compreende a análise sobre a *crise do século XIV* na obra *História*, de autoria de Divalte Garcia Figueira. Para tanto, foram considerados excertos oriundos dessa coleção; a obra está posicionada no corpus documental como Livro XIV (FIGUEIRA, 2005); portanto a coleção ocupa o 14º lugar na relação dos livros didáticos mais utilizados nas escolas brasileiras de ensino médio.

1º) Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? No livro didático *História*, a crise do século XIV é definida como tendo sido a crise do feudalismo propriamente dita: “A dissolução do feudalismo foi apressada no fim da Idade Média por uma sucessão de acontecimentos que geraram a chamada ‘crise do século XIV’.” (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 93).

O autor (FIGUEIRA, 2005) menciona que no transcurso dos séculos XI e XIII, o mundo feudal vivia um momento de estabilidade social e econômica, caracterizada, sobretudo, pelas transformações ocorridas no período, a exemplo do “aumento da produção agrícola e a diversificação das atividades econômicas”.

A sucessão de acontecimentos eclodidos ao longo do século XIV pôs fim a tal estabilidade, tornando o sistema instável economicamente e socialmente, obstaculizando o curso das mudanças até então em curso. Segundo FIGUEIRA (2005), a crise do século XIV culminou na dissolução do feudalismo. Em outras palavras, a crise pela qual o feudalismo passou ao longo do século XIV culminou na sua própria desestruturação, e por fim, seu colapso.

2º) Como é explicada a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”? FIGUEIRA (2005) explica a dinâmica de funcionamento da crise da seguinte maneira:

A produção de alimentos sempre foi deficiente no sistema feudal, de modo que a fome era uma ameaça constante. Entre 1315 e 1317, a situação se agravou e provocou surtos de fome em vários lugares da Europa.

A falta de estrutura das cidades para suportar o aumento populacional, associada ao problema da fome, acabou facilitando a propagação de uma série de epidemias. A pior de todas foi a chamada peste negra, que assolou a Europa entre 1348 e 1350 e matou cerca de um terço de toda a população.

Inúmeras guerras também contribuíram para aumentar a mortandade e tornar a situação na Europa ainda mais difícil. A maior delas foi, sem dúvida, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), travada entre as monarquias da Inglaterra e da França.

Sob a ação dos três flagelos do século XIV - a fome, a peste e a guerra -, a população diminuía e a mão de obra se tornava cada vez mais escassa. Isso levou os senhores feudais a aumentar a exploração sobre os camponeses. Em consequência, houve inúmeras revoltas, nas quais os camponeses rebelados queimavam propriedades e assassinavam senhores feudais. Em algumas cidades, se verificaram desordens e motins. (HISTÓRIA, livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 93).

Percebe-se que o ponto de partida para a crise foi a disparidade negativa entre o quantitativo de alimentos produzidos no setor agrícola e o quantitativo de alimentos necessário ao abastecimento do elevado contingente populacional do período. Pensa-se que não se trata de uma queda na produção agrícola propriamente dita, mas, levando-se em consideração que a população vinha crescendo de forma significativa desde o século XI, e que, as saídas encontradas (a exemplo da expansão do cultivo para áreas improdutivas como pântanos e florestas e ainda o incentivo a pequenas inovações técnicas) para aumentar a produção já não davam conta da demanda apresentada, chegou-se ao ponto em que o que se produzia era significativamente inferior ao que a demanda populacional necessitava para abastecer a todos; daí instaurou-se a fome. Figueira destaca os surtos de fome ocorridos “entre 1315 e 1317”.

Depois veio a peste. Segundo FIGUEIRA (2005), a peste dizimou “cerca de um terço de toda a população”. O autor sustenta que os efeitos catastróficos da peste se abateram de tal maneira sobre a população porque havia condições favoráveis; segundo ele a população já se encontrava fragilizada em função da fome, e ainda, soma-se a isto a falta de estrutura das cidades para suportar a pressão demográfica.

Repare o seguinte; para o autor, a crise na produção agrícola gerou desabastecimento e consequentemente a fome. A fome aparece como parte de uma crise social, consequência direta da falta de alimentos e, portanto, da crise no setor agrícola. A peste negra foi desenvolvida no texto como sendo um dos eventos responsáveis pelo agravamento da crise, tanto social quanto econômica, haja vista que ambas estão intrinsecamente relacionadas e evoluem na direção de uma crise do sistema feudal.

Em FIGUEIRA (2005), o terceiro fator de agravamento, e, portanto, também responsável pelo quadro de crise geral, foram as guerras. Segundo Figueira, elas “contribuíram para aumentar a mortandade e tornar a situação na Europa ainda mais difícil”; o autor situa como exemplo a Guerra dos Cem Anos.

Mas, de que maneira Figueira explica a ação da fome, peste e guerra sobre a emergência da crise geral ou crise do feudalismo?

Para Figueira, esses três fatores, a fome, a peste e a guerra contribuíram para desenvolvimento da crise do feudalismo na medida em que, a elevada mortandade por elas produzida, gerou uma diminuição drástica da mão de obra, inviabilizando e agravando a crise agrícola, pois a falta de mão de obra desencadeou uma acentuada queda na produção de alimentos, culminando numa rede viciosa de consequências ainda mais drásticas para o sistema. Nesse contexto, agravaram-se também as desordens e motins. Figueira diz que como respostas ao aumento da pressão exercida pelos senhores feudais sobre os camponeses, inúmeras revoltas sociais eclodem, no campo e nas cidades.

3º) Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha no esquema explicativo apresentado?

O renascimento comercial e urbano, ocorrido a partir do século XI, introduziu muitas novidades na organização da sociedade feudal. Surgiram diferentes grupos sociais, tais como a burguesia e os trabalhadores assalariados.

Criaram-se novas formas de enriquecimento, por meio do crescimento das atividades bancárias e do comércio de mercadorias. O comércio em grande escala e a produção para o mercado ganharam importância.

Essas novidades indicavam o lento aparecimento de um novo sistema econômico: o pré-capitalismo. Uma das características do novo sistema era o fato de sua economia estar baseada na moeda e não na troca de produtos, como ocorria antes. Aos poucos, ele ganhou espaços cada vez maiores na ordem feudal e começou a entrar em choque com ela. A antiga nobreza, rica em terras, adaptava-se com dificuldade à nova economia. Enquanto isso, comerciantes e banqueiros enriqueciam e começavam a disputar poder com os senhores feudais. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 93).

No esquema explicativo, percebe-se que a crise do século XIV exerce a função historiográfica de explicar como se deu o colapso do sistema feudal. No século XIV e muito em função das mudanças ocorridas na organização da vida material desde o século XI (fase de expansão), as estruturas feudais passaram a funcionar como entraves ao desenvolvimento em curso; a crise explica como se deu a desestruturação do sistema e eliminação dos entraves necessários para a ascensão de um novo sistema econômico, que Figueira chama de pré-capitalismo.

Para FIGUEIRA (2005), os caracteres desse novo sistema teriam emergido no seio da própria sociedade feudal, desenvolvido concomitante a ela, e ganhou cada vez mais espaço; foi

nesse momento que “começou a entrar em choque com ela”. A crise veio a contribuir com esse processo de transição, ou melhor, de substituição de um sistema por outro, pois a falência do feudalismo abriu campo para ascensão cada vez maior das forças e diretrizes pré-capitalistas; significou a crise do mundo feudal e “condenaram o feudalismo à dissolução”.

QUARTA PARTE – DISCUSSÃO: A CRISE DO SÉCULO XIV NOS ESQUEMAS INTERPRETATIVOS ESCOLARES E SEUS CORRESPONDENTES ACADÊMICOS: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

CAPÍTULO XV

A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS: DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As obras que integram o *corpus* documental da pesquisa foram perscrutadas a partir de três perguntas; elas funcionaram como questões analisadoras. As respostas obtidas definem as características do sistema explicativo da crise, segundo os livros didáticos. Discutam-se os resultados verificados em relação a cada uma delas.

I. Como é definido o conceito de “crise do século XIV”?

Sobre a primeira questão – Como é definido o conceito de “crise do século XIV”? Foi possível identificar o emprego de duas acepções para o termo, ou seja, dois conceitos; ambos distintos, mas relativamente próximos.

No que tange à primeira definição, o conceito de “crise do século XIV” pode ser sintetizado nos seguintes termos: gravíssimo retraimento das disposições expansivas do sistema feudal ou feudalismo, nos mais diversos setores de organização da vida, sobretudo aqueles, determinantes, voltados para o ordenamento da vida econômica e social; nesse sentido a crise significou a falência de elementos estruturais hegemônicos, imprescindíveis no funcionamento do sistema em vigor.

Nos textos, a menção ao “retraimento” é feita a partir do uso de outras expressões, tais como: “retração”, “depressão” ou mesmo “contração”.

Para os autores escolares de um modo geral, a “crise do século XIV” foi a crise do próprio feudalismo. Seu desenvolvimento foi contínuo e ininterrupto; ela surge circunscrita a determinado setor da vida prática, mas, aos poucos, intensifica-se até assumir um caráter de crise geral.

Nos textos escolares, a emergência da crise ocorre em função da confluência de múltiplos fatores; ela aparece descrita como tendo sido resultado do concurso de fatores que funcionam como parte integrante de outras crises (ou desordens) setorizadas.

Os livros didáticos ainda apresentam uma segunda definição para o conceito de “crise do século XIV”; tal definição pode ser assim resumida: é um termo utilizado para designar o período de grave instabilidade nos mais diversos setores da sociedade, com ênfase naqueles ligados ao ordenamento da vida econômica e social; teve como característica preponderante a precipitação de eventos caóticos, tais como desordens e outros de natureza desestabilizadora, correlacionados e interdependentes, cujos desenvolvimentos respondem por alterações drásticas nas condições de funcionamento do sistema em vigor, conduzindo-o ao colapso. Nas obras que empregam esta acepção, o termo “catástrofe” é empregado como sinônimo de “crise”, ou seja, no texto, as “catástrofes” servem para designar a “crise”.

Nesse sentido, a “crise do século XIV” dá nome ao conjunto de catástrofes que, segundo os autores, irromperam-se sobre a população europeia (especificamente a população da Europa ocidental) ao longo de todo o século XIV e início do século XV.

Em linhas gerais, essa segunda acepção, estabelece que a “crise do século XIV” constituiu-se da convergência de múltiplas catástrofes, ou seja, calamidades de grande monta, a exemplo das más colheitas, escassez de alimentos, fomes, elevação dos preços, pestes, guerras e rebeliões, etc., responsáveis pelo desordenamento (daí as desordens) de diversos setores da vida social e pela precipitação das mudanças que provocaram alterações drásticas no sistema, cuja culminância fora o desmantelamento de suas instituições, eliminando-se os entraves para o efetivo desenvolvimento de uma nova ordem social.

Verifica-se que de um jeito ou de outros e por mais distinções que possam existir entre a primeira e a segunda definição, no fim, ambas apontam “a crise do século XIV” como um “divisor de águas”, o limite entre o “velho” e o “novo”, o marco que assinala a superação (ou pelo menos o fim da preponderância) de algo que destoa e não mais condiz com as necessidades e reivindicações emergentes.

II. Como os livros didáticos explicam a dinâmica de funcionamento da “crise do século XIV”?

Sobre a segunda questão - Como os livros didáticos explicam a dinâmica de funcionamento da crise do século XIV? -, foi possível verificar o seguinte:

1. Nos livros didáticos, “a crise do século XIV” não é algo regular, mas sim dinâmico;

ela evoluiu em escala progressiva; sua trajetória de evolução é descrita como repleta de acidentes interdependentes e ativos.

Dizer que a crise é irregular e dinâmica significar entender que a crise não emerge como algo pronto, acabado, mas sim que ela foi se configurando paulatinamente, e à medida que vai se desenvolvendo, vai assumindo novos aspectos, tomando uma nova dimensão e ocupando um novo lugar no âmbito das estruturas vigentes na sociedade da época; sua evolução compreende a assimilação e corporificação dos efeitos daquilo que ela mesma houvera outrora produzido.

Os livros didáticos descrevem a crise como algo cujo desenvolvimento se deu num ritmo progressivo, ou melhor, foi caracterizada pela precipitação progressiva e constante de uma sucessão de acidentes no transcurso de sua trajetória, uns de maior e outros de menor monta.

No esquema explicativo que os livros didáticos apresentam é possível identificar mais precisamente, pelo menos três momentos que demonstram a evolução progressiva da crise; ela ocorre em três níveis. Há um primeiro momento, um segundo e um terceiro. O primeiro nível responde pela fase inicial; assinala o período de início da crise. O segundo e terceiro nível correspondem a primeira e a segunda fase de aprofundamento e alargamento da crise.

Ou seja, há um período de emergência da crise, depois, há a intensificação da crise que ocorre em duas etapas correlacionadas, correspondente aos níveis um e dois de seus estágios de exacerbação.

Os acidentes interdependentes são os eventos que caracterizam cada uma das fases do desenvolvimento da crise. Nos livros didáticos, são mencionados acidentes de maior e menor valor. No geral, os acidentes de maior importância sempre aparecem como produto de múltiplos outros acidentes de menor valor; geralmente operam a transição entre um e outro estágio de agravamento.

Os estágios de agravamento da crise dão sentido ao seu caráter progressivo; eles tornam ainda mais caótica a situação de instabilidade social e intensificam o processo, mas não são apresentados como sendo, eles mesmos, os responsáveis pela emergência da crise.

2. Nos livros didáticos, “a crise do século XIV” emerge no contexto de uma crise setorializada e aos poucos evolui para uma “crise geral” ou “grande crise”.

Tal caráter se mostra como sendo de suma importância pelo fato de que, enquanto setorializada, a crise opera de forma mais localizada, ou seja, restrita a determinados domínios da vida material e social, e, portanto, não reuniria elementos suficientes para promoção do colapso

do sistema; a falência do sistema somente se justificaria num quadro de crise geral, ou seja, uma crise capaz de atingir os mais diversos e amplos setores da vida social.

A fase “setorizada” da crise corresponde ao seu início; caracteriza o período de sua emergência. Já a fase de “crise geral” corresponde a um período marcado por sua expansão e por sua intensificação.

3. A **queda na produção agrícola** de alimentos é apresentada como responsável pela emergência da “crise do século XIV”.

Já foi dito antes que é possível identificar nos livros didáticos, pelo menos três fases de desenvolvimento da crise; pois bem, vale agora ressaltar que na descrição da fase inicial de seu desenvolvimento, observa-se a configuração de um processo cujos esquemas identificados podem ser subdivididos e reagrupados em dois núcleos que serão denominados de núcleo primário e núcleo secundário.

Serão iniciadas as discussões desse ponto pela reprodução do esquema “único” representativo do núcleo secundário.

ESQUEMA ÚNICO – NÚCLEO SECUNDÁRIO
(Figura 2 – Esquema 1)

Na sequência verificada – **queda na produção agrícola** → **escassez de alimentos** → **desabastecimento** → **fome** → **mortes pela fome** – a fome e, consequentemente, as mortes que dela derivam aparecem como consequência final da queda na produção agrícola de alimentos.

Nos textos, há uma tendência em enfatizar a escassez de alimentos, no entanto, há casos (muitos poucos) em que se menciona também a escassez de produtos oriundos do setor de produção artesanal, casos em que o desabastecimento diz respeito não apenas à falta de alimentos, mas também à restrição na oferta de manufaturados; também sugere que a fome teria sido precedida por uma alta drástica nos preços.

Vê-se que este esquema demonstra que a função narrativa da queda na produção agrícola é a de esclarecer como, ou de que maneira a crise originou-se e em que setor da vida social. Mostra que a crise atingira o setor rural primeiro, mais especificamente a produção agrícola, depois seguira, comprometendo outros setores.

Percebe-se que a queda na produção agrícola (ou de desorganização da produção no setor agrícola) responde pelo desencadeamento de uma sucessão de outros eventos interdependentes e desestabilizadores da ordem econômica e social, tais como escassez de alimentos, desabastecimentos, fome generalizada, e por fim, mortes. Alguns autores consideram tais percursos como sendo representativos de crises setorizadas, chegando a designá-los como tal; é por isso que em alguns casos se identificam expressões do tipo “crise agrícola”, “crise agrária”, entre outras.

Se a queda na produção agrícola de alimentos deu início a todo o processo da crise, a que se deve atribuir sua origem?

Os livros didáticos atribuem à origem da queda na produção agrícola a múltiplos fatores; eles não chegam de fato a um consenso sobre isto; diríamos que eles são até certo ponto confusos a este respeito.

Foi possível identificar vários esquemas que agregam múltiplos fatores; todos relacionados ao que se considera “núcleo primário” do sistema explicativo da crise; organizamo-los e agrupamo-los da seguinte maneira:

ESQUEMA A – NÚCLEO PRIMÁRIO
(Figura 3 – Esquema 2)

ESQUEMA B – NÚCLEO PRIMÁRIO
(Figura 4 – Esquema 3)

1ª) Conjunção de fatores; a primeira direção aparece expressa nos esquemas “A” (ESQUEMA – A) e “B” (ESQUEMA – B) do núcleo primário; estabelece que a responsabilidade pela **queda na produção agrícola** deveu-se a uma conjunção de fatores.

No esquema “A” os fatores são: **má qualidade do solo**, **escassez de terras** e **destruição da plantação**. Integram o esquema “B” os seguintes fatores: **má qualidade do solo**, **destruição da plantação**, **escassez de terras** e **limitações técnicas**.

Percebe-se que tanto o esquema “A” quanto no esquema “B” estabelecem que a destruição da plantação ocorra em função, sobretudo, dos fenômenos climáticos (a exemplo das chuvas intensas, secas constantes, tempestades, frio intenso, etc.); foram eles os responsáveis mais diretos pelas más colheitas. Ambos os esquemas guardam muitas semelhanças, e embora o esquema “B”, diferentemente do “A”, considere as limitações técnicas como algo relevante no processo (uma vez que elas aparecem incluídas como fator capaz de influenciar negativamente o setor), mesmo assim é possível considerá-los como esquemas que sinalizam numa mesma direção. A conjunção desses múltiplos fatores, juntos, respondem pela diminuição da produção agrícola.

ESQUEMA C – NÚCLEO PRIMÁRIO
(Figura 5 – Esquema 4)

ESQUEMA D – NÚCLEO PRIMÁRIO
(Figura 6 – Esquema 5)

2º) Falta de mão de obra; a segunda direção explicativa aparece expressa nos esquemas “C” (ESQUEMA – C) e “D” (ESQUEMA – D) do núcleo primário; estabelecem a falta de mão de obra para o trabalho como responsável pela queda na produção. Nesse caso, vale ressaltar que o esquema “D”, diferentemente do “C”, considera que as limitações técnicas somaram-se à falta de mão de obra na influência da queda na produção agrícola; ressalta-se que as limitações técnicas sozinhas não seriam capazes de fazê-lo. Em relação a este último ponto (o de que as limitações técnicas foram capazes de influenciar na queda na produção agrícola), o esquema “D” concorda com o esquema “B”.

Quando se procura saber acerca do papel exercido pelas mortes pela peste neste esquema explicativo, depara-se com o argumento de que o número elevado de mortes provocado pela peste tornou escassa a oferta de mão de obra; a peste negra é apontada como responsável pela elevação dos óbitos, deixando os setores de produção, sobretudo o setor agrícola, desprovido da força de trabalho necessária para fazer a economia funcionar em condições satisfatórias.

Ambos os esquemas, embora enfatizem que tal fato houvera atingido sobremaneira o campo, não desconsideram os efeitos na produção das manufaturas urbanas.

Percebe-se que o esquema explicativo “C” inclui as limitações técnicas, como forma de ressaltar que início da crise se deu no setor agrícola de produção e que por isso a “queda” se verificou muito mais neste setor.

Em ambos os esquemas, a peste tem participação preponderante, pois sem ela, o argumento da falta de mão de obra não se sustentaria. São os únicos esquemas em que a peste aparece como parte do sistema primário; nos outros esquemas, a peste aparece como um fator de agravamento da crise.

ESQUEMA E – NÚCLEO PRIMÁRIO
(Figura 7 – Esquema 6)

3ª) Destruição da plantação; integra a terceira direção e aparece expressa no esquema “E” (ESQUEMA – E) do núcleo primário; estabelece que a queda na produção agrícola ocorrera em função das perdas de colheitas – destruição da plantação – ocorridas devido a fenômenos climáticos desfavoráveis, tais como frio intenso, chuvas intensas, períodos contínuos de seca, etc. Esse esquema explica que em função do clima desordenado a plantação era constantemente destruída, daí a queda na produção de alimentos.

ESQUEMA F – NÚCLEO PRIMÁRIO
(Figura 8 – Esquema 7)

4ª) Escassez de terras; integra a quarta direção; aparece expressa no esquema “F” (ESQUEMA – F). Estabelece que a queda na produção agrícola ocorrera em função da escassez de terras. Segundo tal esquema, a população havia aumentado bastante em períodos anteriores ao século XIV, daí, chegou-se a um ponto que era preciso ampliar a área de plantio para que se pudesse produzir mais e em quantidade que desse para alimentar toda a população; só que isso não aconteceu; mesmo diante da ampliação das áreas de cultivo (fato ocorrido como saída para o impasse), não se conseguiu tal feito; a escassez de terras inviabilizava a intensificação da produção.

Vê-se que em linhas gerais, os autores escolares não chegam a um consenso em relação aos fatores que teriam motivado à queda na produção agrícola de alimentos. As explicações apontam quatro direções distintas, muito embora próximas umas das outras.

Os sistemas explicativos escolares atribuem à queda na produção agrícola de alimentos a responsabilidade pelo desencadeamento da crise, que, segundo eles, emerge a partir dela. É

daí que vem a ideia de que a crise se iniciou como crise setorializada, circunscrita ao setor de produção agrícola.

Nos esquemas explicativos reconhecidos, a queda na produção agrícola desempenha um papel único; é possível dizer que sem ela, a noção de “crise do século XIV”, no que concerne às definições verificadas, não se sustentaria, uma vez que ela aparece como acidente (ou agente) gerador de toda uma sucessão de outros eventos, conforme os esquemas demonstram.

4. Há uma primeira fase de agravamento da crise onde é possível estabelecer seus ritmos; a crise evolui de forma progressiva e contínua e em diferentes ritmos. Com a fome e consequentemente, as mortes por ela geradas, finalizam-se os esquemas que integram o núcleo primário do sistema explicativo da “crise do século XIV” e iniciam-se os esquemas que integram o núcleo secundário desse sistema, cuja função narrativa reside em explicar como se deu o processo de intensificação e alargamento da crise.

O sistema identificado demonstra que o ponto culminante de tal expansão foi a configuração de uma crise geral (ou crise generalizada), capaz de envolver os mais diversos setores da vida social. Ele nos mostra que há três níveis de desenvolvimento da crise. O primeiro, que corresponde ao momento de emergência da crise e o segundo e o terceiro níveis que correspondem a fases mais agudas. Desses, últimos, o segundo refere-se ao início do recrudescimento e o terceiro constitui uma fase final, último nível, etapa em que a crise atinge o seu ápice.

Já foi visto anteriormente o primeiro nível da crise ao se estudar os esquemas que apontam a queda na produção agrícola como responsável pela sua emergência; mas ainda resta esclarecer sobre os dois níveis restantes.

O que foi possível verificar em relação ao segundo estágio da crise?

Em relação ao segundo nível da crise foi possível reconhecer três variações explicativas; elas estão expressas nas sínteses que os seguintes esquemas representam:

1º) Não há dúvida, de que o esquema a seguir (ESQUEMA – A) é o mais recorrente (ou preponderante) em relação às explicações sobre o agravamento e propagação da crise. Nele observa-se a seguinte explicação: a peste veio e ela provocara um número tão grande de mortes que prejudicou a oferta de mão de obra; a falta de força de trabalho refletiu diretamente na produção, sobretudo na produção rural que dependia de um maior número de trabalhadores; a queda na produção gerara desabastecimento e com ele a fome e o aumento das mortes pela fome.

ESQUEMA – A
(Figura 9 – Esquema 8)

Será feito o contraste entre os esquemas “A” (representativo do segundo nível da crise) e “B” (esquema único, representativo do primeiro nível da crise) anteriormente apresentado. No “A”, tem-se a seguinte sequência de eventos: **peste** → **mortes pela peste** → **falta de mão de obra** → **queda na produção** → **desabastecimento** → **escassez** → **fome** → **mortes pela fome**. No esquema “B” (esquema único, representativo do primeiro nível da crise) a sequência é esta outra: **queda na produção** → **desabastecimento** → **escassez** → **fome** → **mortes pela fome**. Se fizermos um corte em ambos os esquemas, conforme o corte que aparece no esquema “A” acima mostrado (CORTE - Y), será visto que a sequência { **queda na produção** → **desabastecimento** → **escassez** → **fome** → **mortes pela fome** } se repete mais uma vez; percebeu-se, e isso demonstraremos ao longo das representações das sequências seguintes, que tal sequência – **queda na produção** → **desabastecimento** → **escassez** → **fome** → **mortes pela fome** – constitui um tipo “padrão” que se repete quase sempre na dinâmica de desenvolvimento da crise; tal reincidência desta ordem de eventos caracteriza seu processo de recrudescimento.

O esquema (ESQUEMA – A) estabelece que o primeiro momento de agravamento da crise se deu em função dos desdobramentos da peste. A peste havia acionado a ocorrência de uma sucessão de eventos desestabilizadores da ordem econômica e social. Evidentemente que

tal esquema só se verifica nas situações em que a peste não aparece como agente responsável pela proveniência da crise. Alguns autores mencionam a elevação dos preços como algo que acompanha o desabastecimento; também há os que mencionam a ocorrência de convulsões sociais como reflexo da insegurança e instabilidades sociais desencadeadas pela escassez de alimentos.

ESQUEMA – B
(Figura 10 – Esquema 9)

2º) O segundo esquema identificado (ESQUEMA – B) reproduz uma sequência que tem os fenômenos climáticos como elemento detonador; obviamente é um esquema muito pouco recorrente se comparado ao anterior; apresenta a seguinte configuração: **fenômenos climáticos** → **destruição da plantação** → **queda na produção agrícola** → **desabastecimento** → **fomes** → **mortes pela fome** → **convulsão social**. Obviamente que o desabastecimento pressupõe uma escassez anterior; portanto a sequência completa envolveria a inclusão da escassez de alimentos e, em alguns casos, escassez de outros produtos.

A sequência do esquema “B” (segunda sequência) deste segundo nível da crise guarda semelhanças e diferenças em relação a sequência do esquema “A” (primeira sequência). A diferença está no motivo responsável pela queda da produção agrícola. O esquema determina

que a queda da produção ocorrera, não em função da queda da oferta de mão de obra, mas devido aos fenômenos climáticos; o clima desfavorável teria promovido a destruição da plantação e com isso os resultados do setor rural passaram a declinar, provocando escassez e desabastecimento.

Não se acredita que a convulsão social também determine uma distinção entre ambos os esquemas, pois embora o esquema primeiro (ESQUEMA – A) não evidencie o termo, ele não a exclui, posto que os autores, muitas vezes, mencionam o estado de insegurança da população e as instabilidades como propulsoras de desordens sociais.

Sem dúvida, a semelhança mais contundente é a reprodução da mesma sequência anteriormente comentada (CORTE – Y). Vê-se que a sequência {**queda na produção** → **desabastecimento** → **escassez** → **fome** → **mortes pela fome**}, mesmo nesse caso, também se repete; é também um sinal de que a crise se agravava.

ESQUEMA – C
(Figura 11 – Esquema 10)

3º) O terceiro esquema (ESQUEMA – C) seria semelhante ou pelo menos muito próximo ao segundo (ESQUEMA – B), se não fosse o fator detonador. Enquanto no esquema “B” o elemento detonador do processo que dá origem à sequência são os fatores climáticos,

nesse terceiro esquema o agente propulsor do processo são as guerras. Os autores argumentam que com as guerras, cidades e campos são saqueados e as plantações são devastadas; o resultado de tudo isso não poderia ser outro, daí a queda na produção e os desabastecimentos. Vejamos a configuração completa desse esquema: **guerras → saques → destruição da plantação → queda na produção agrícola → desabastecimento → convulsão social → elevação dos preços → fomes → mortes pela fome.**

Observa-se mais uma vez a reprodução da sequência verificada nos casos e situações anteriores (CORTE – Y): **queda na produção → desabastecimento → escassez → fome → mortes pela fome.** Esta sequência confirma a crença na precipitação progressiva e expansiva da crise; ela é recorrente em todos os esquemas.

Observa-se que a situação se agrava sempre em torno de um mesmo ponto. Pestes, fenômenos climáticos e guerras só aparecem como fatores de agravamento da crise na medida em que funcionam como respostas para a queda na produção agrícola.

As variações intercalares não são muito significativas, posto que elas não rompam com o esquema lógico estabelecido e por isso não interfere de modo prejudicial à ordem sequencial apresentada. Sabe-se que a insegurança social e a instabilidade política são processos irreversíveis diante do quadro de grande crise instaurado; mas a questão ainda “fica no ar”, afinal, a queda da produção agrícola deve-se a quê?

Se a grande maioria diz que foi a peste quem deu início a tal quadro, enquanto uma pequena parte acredita em que fora os desastres climáticos e as guerras, então, um impasse existe, porque de duas a uma, ou realmente as pestes foram causadoras e nesse caso a maioria estaria certa, ou a falta de consenso denuncia a ausência de sustentação da ideia, já que se pode crer que todos os fatores, juntos, teriam de alguma maneira contribuído mais ou menos para a queda na produção, ou que a tese da queda na produção não se sustentaria, ou então que eles efetivamente não a explicam.

5. Há uma segunda (e última) fase de agravamento da crise; corresponde ao terceiro nível de desenvolvimento da crise; expressa toda sua extensão, efeitos e consequências.

Quais são os agentes postos em funcionamento no esquema explicativo desse terceiro e último nível de desenvolvimento da crise?

O sistema explicativo desenvolvido nos livros didáticos aponta dois fatores como responsáveis por mais esse momento de intensificação da crise: as revoltas populares e as guerras envolvendo disputas dinásticas.

O fator preponderante nessa etapa é o “caos” social instaurado, sobretudo em função da irrupção e multiplicação das revoltas populares nos campos e cidades, bem como das guerras.

Os conflitos populares e bélicos são descritos como sendo de natureza distinta. Os conflitos bélicos são as guerras; envolvem disputas dinásticas e são apresentadas como evidência de certo tipo de instabilidade política gerada pelas monarquias; o único exemplo que as obras mencionam a esse respeito é a Guerra dos Cem Anos. Os conflitos populares são as revoltas.

O argumento utilizado na maioria dos casos é o de que as revoltas e as guerras corroboraram para disseminação da desordem social e instabilidade política, pois além de gerarem muitas mortes, também contribuíram para a escassez, o desabastecimento e para alta no preço das mercadorias ao favorecerem a paralisação no cultivo de alimentos, os saques e a devastação de campos e cidades. É por isso que muitas obras consideram esta etapa como tendo sido uma etapa de manifestação de uma crise social e política.

O sistema identificado demonstra que o ponto culminante de tal expansão foi a configuração de uma crise geral ou crise generalizada, capaz de envolver os mais diversos setores da vida social, política e econômica. É uma etapa final do desenvolvimento da crise; seu desfecho marca o fim de toda uma ordem social vigente até então.

É possível perceber que as crises, social e política, são inseridas num contexto em que funcionam como elementos responsáveis pela “protuberância” das desordens econômicas.

Os textos escolares defendem que, no contexto da crise, as revoltas sociais nasceram, por um lado pela insatisfação generalizada da população em relação aos privilégios tradicionais da aristocracia rural, por outro, pela intensificação das obrigações feudais (aumento da carga de obrigações) e dos impostos, atingindo dessa maneira, não somente os camponeses, mas também os trabalhadores ligados ao setor urbano. Em certa medida, as rebeliões significavam a luta pela diminuição das obrigações feudais e dos impostos, portanto expressavam uma insatisfação geral.

6. O sistema que os livros didáticos adotaram para explicar a “crise do século XIV” enfatiza os determinantes econômicos, muito embora não deixem de mencionar os determinantes sociais e políticos.

São determinantes todos os fatores que respondem pela crise; não somente os fatores responsáveis pela sua emergência, mas também os que respondem pelo seu agravamento.

Nos livros didáticos, o sistema explicativo da crise estabelece determinantes econômicos, políticos e sociais.

Os textos escolares designam como “econômicas” as relações relacionadas ao desenvolvimento de atividades tais como a agricultura, o artesanato e o comércio; portanto, eles situam a produção agrícola como experiência de cunho econômico.

Na hierarquia dos fatores – modelada nos textos escolares –, são os determinantes econômicos que governam, subordinando todos os outros; pode-se dizer que eles constituem o ponto de sustentação da tese que o sistema exhibe, pois predominam de forma hegemônica.

Nas análises, verifica-se que a crise tem início com a queda na produção agrícola, também se observa que no segundo estágio (ou segundo nível da crise), em que ocorre a primeira fase de seu recrudescimento, os fatores sociais e políticos implicados, e só foram considerados na medida em que, foram capazes de tornar mais grave ainda a queda na produção; a situação se repetiu ainda no terceiro nível da crise.

O número de vezes que a chave { **queda na produção** → **escassez** → **desabastecimento** → **fome** → **mortes pela fome** } se repete demonstra que o peso recai todo na intensificação da crise de produção; que muitos denominam de “crise agrícola” e “crise econômica”.

Dessa maneira o sistema sustenta que o peso maior recai sobre os aspectos relacionados à sustentação econômica das sociedades. As revoltas populares, as guerras, e muitos outros fatores são indicativos de instabilidades e desordens políticas e sociais; explicam o aprofundamento e a intensificação da crise, mas o foco central está no declínio da economia e seus desdobramentos.

Os aspectos sociais e políticos aparecem, mas na medida em que corroboram para intensificar as desordens econômicas. O próprio desfecho da crise também reforça tal ideia.

III. Qual a função historiográfica que a “crise do século XIV” desempenha nos livros didáticos?

Nos livros didáticos, a “crise do século XIV” exerce uma função dupla; primeiro a de explicar como ocorreu o fim do feudalismo; segundo, a de explicar como ocorreu o processo de transição do sistema feudal para uma nova ordem social. A crise funciona como limite entre a Idade Média e o alvorecer de uma nova era, denominada, segundo terminologia escolar, de Idade Moderna.

Na literatura escolar o desenvolvimento da noção de “crise do século XIV” conserva relação com o conceito de feudalismo.

De um modo geral, quase todos os títulos estudados assumem o conceito de feudalismo segundo a definição proposta por Le Goff, na obra *A Civilização do Ocidente Medieval*; veja como exemplo, a síntese apresentada na coleção *História global: Brasil e geral*, de Gilberto Cotrim:

Neste livro, adotamos como referência o conceito elaborado pelo historiador francês Jacques Le Goff, especialista em História Medieval. Segundo ele, feudalismo é um sistema de organização econômica, social e política, no qual uma camada de guerreiros especializados – os senhores – , subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que trabalha na terra e lhes fornece com que viver. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 190).

Assumir o feudalismo como “sistema de organização, econômica, social e política” significa aceitar o fato de que ele possui características próprias, distintas dos demais sistemas, tanto no que diz respeito aos fatos que o precederam, quanto aos que o sucederam.

Os textos sustentam que a “crise do século XIV” foi uma crise do próprio sistema feudal.

Nessa perspectiva de entendimento, supõe-se que o fim do feudalismo significou o fim de toda a estrutura econômica, política e social, ou seja, a desestruturação e o consequente colapso do sistema; incluía-se ainda o fim dos vínculos de dependência e, por conseguinte, da servidão.

Segundo os livros didáticos, como se deu o fim do feudalismo e como a crise aparecesse nesse processo?

Os autores escolares mencionam a crise como parte de um contexto muito maior; ela marcou o desfecho de um processo de mudança que teria se iniciado desde o século XI e que fez parte das transformações que marcaram o fim da Idade Média.

A partir do século XI, a sociedade viveria o auge do modelo feudal. Mas também assistiria ao início de sua desintegração. Esse período marcado por amplas transformações da realidade europeia é chamado de Baixa Idade Média. As cidades, que passaram por um refluxo durante a Alta Idade Média, renasceram e se tornaram um importante local para a produção e o comércio e também para as práticas culturais. (HISTÓRIA: DAS

CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, p. 182).

Eles subdividem esse período em duas grandes fases, uma chamada de expansão, outra, denominada de “retração” ou “contração”, que em linhas gerais, nos textos, funciona como sinônimo de “encolhimento” ou “depressão”.

Em suas análises, limita-se em explicar a expansão e o encolhimento das disposições econômicas do sistema; portanto, os determinantes econômicos preponderam em detrimento de muitos outros. Para eles a fase de expansão começa no século XI e vai até aproximadamente o século XIII; já a fase de retração compreende os séculos XIV e XV.

A fase de expansão é definida como uma fase de desenvolvimento econômico: desenvolvimento do setor agrícola por meio do aumento da produção de alimentos, crescimento da produção artesanal, crescimento e intensificação do comércio local, crescimento do comércio de longa distância (a exemplo das rotas de comércio internacional tais como a rota comercial realizada através do mar do Norte e a rota comercial realizada através do mar Mediterrâneo), etc.

Ora, por que esse período que vai do século XI ao XIII é apontado como aquele que marca o início do fim da Idade Média? Crescimento da produção e intensificação dos intercâmbios comerciais não são expressões de otimismo econômico?

Acontece que os livros didáticos caracterizam o feudalismo como um sistema dotado de peculiar limitação no campo da produção agrícola e do comércio; veja como exemplo, o que Braick e Mota afirmam na coleção *História: das cavernas ao terceiro milênio*:

Um feudo buscava a autossuficiência, isto é, procurava produzir o necessário para a sobrevivência dos que nele viviam. Enquanto alguns servos cultivavam a terra e criavam porcos, galinhas e patos, outros produziam tecidos, sapatos, artefatos de madeira e de metal e o que mais fosse preciso. Uma vez que a produção destinava-se ao consumo interno, sem visar à obtenção de excedentes, a venda de bens agrícolas ou artesanais para fora dos feudos restringiu-se ao mínimo. Como resultado, o comércio sofreu um forte golpe. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, p. 142-145).

Vê-se que ao mencionarem o crescimento da produção e a intensificação do comércio, os autores não se referem aos episódios que integram o sistema feudal; se assim fosse, isso implicaria numa incongruência, pois o feudalismo, segundo as características destacadas nas

obras, não favorece semelhantes episódios; ele não é concebido como algo dinâmico e susceptível a mudanças.

Os autores, em sua grande maioria, entendem que novas práticas econômicas e sociais começam a se esboçar no interior do próprio sistema e com ele passam a coexistir; constituem os embriões de um novo modelo de funcionamento da vida material agindo internamente, em silêncio, como se fosse mesmo um de seus desdobramentos. O feudalismo não resistiria muito; tais práticas passaram a afetá-lo negativamente, uma vez que seu funcionamento seguia na contramão do sistema. A fase de expansão, sobretudo econômica, não significou uma expansão, nem mesmo o fortalecimento do sistema, mas, ao contrário, a protuberância de mudanças significativas, capazes de superá-lo.

Já o desfecho final ocorreria ao longo de todo o século XIV e início do século XV; nele, a crise desempenharia um papel fundamental: ela não somente agravaria as mudanças já em curso, mas também poria fim ao sistema vigente.

Com a eclosão das crises que o século XIV inaugura, o sistema feudal entra em colapso e não dá conta de se reerguer; desmoronavam-se também os entraves que obstaculizavam seu desenvolvimento de um novo sistema.

CAPÍTULO XVI

A CRISE DO SÉCULO XIV NOS LIVROS DIDÁTICOS: CORRESPONDENTES ACADÊMICOS

Os livros didáticos não foram os únicos, nem mesmo os primeiros a elegerem a “crise do século XIV” como objeto historiográfico; tal feito fora obra de especialistas vinculados a uma produção de cunho eminentemente acadêmico; só algum tempo depois é que o conceito ganharia sua versão escolarizada.

Há uma historiografia da “crise do século XIV”; seu percurso cronológico e teórico aparece expresso em algumas obras completas, tais como a de Henri Pirenne, *Histoire Économique et Sociale du Moyen-Age*, publicada na França em 1933, e a de Maurice Dobb, *Studies in the Development of Capitalism*, publicada na Inglaterra em 1945, em artigos de grande relevância acadêmica, a exemplo do texto de Édouard Perroy, intitulado “À l’origine d’une économie contractée: les crises du XIV^e siècle”, publicado na revista *Annales* em 1949 e do texto de Eugem A. Kosminsky, “Peut-on cosiderer le XIV et le XV siecles comme l’epoque de la decadence de l’economie europeenne?”, matéria que integra uma publicação feita em 1957, contendo um série de estudos em homenagem ao professor e historiador italiano Armando Saporì.

Pensa-se que estas obras representam de modo bastante significativo a primeira leva dos trabalhos responsáveis pelo tratamento da “crise do século XIV” como objeto historiográfico; eles foram precursores, ou seja, inauguraram um campo conceitual de análises que seria retomado na segunda metade do século XX, a partir da revisitação de suas obras por um grupo expressivo de historiadores.

No grupo dos correspondentes acadêmicos identificados, encontram-se alguns elementos que apontam para determinados aspectos das análises desenvolvidas por H. Pirenne e M. Dobb. Indicam não somente como ambos definem a ideia de “crise do século XIV”, mas também revelam os esquemas racionais por eles formulados, para descrever e explicar seu padrão de funcionamento.

I. A “crise do século XIV” segundo Henri Pirenne.

1. Sobre a concepção de “crise do século XIV” em H. Pirenne. Pirenne afirma: “Pode-se considerar o princípio do século XIV como o fim do período de expansão da economia medieval. Até então os progressos foram contínuos em todos os domínios.” (Pirenne, 1968, p. 197).

Segundo Pirenne, até o início do século XIV a economia medieval experimentara um progresso contínuo; houvera uma expansão em todos os setores da vida material. Essa expansão cessa, ou seja, paralisa-se logo no início do século XIV, caracterizando um quadro de estagnação da economia medieval.

Dentre os pontos elencados na argumentação a favor da ideia de que a economia medieval estivera até o início do século XIV em franca expansão, Pirenne destaca (1968, p. 198): a) o desenvolvimento da indústria e do comércio; b) as mudanças nas relações sociais a partir do advento das relações mercantis; c) o ressurgimento das rotas de comércio marítimo, mais ao norte (mar do Norte e o Báltico) e ao sul (Mediterrâneo e mar Negro) da Europa; d) o florescimento das cidades e da vida urbana; e) o desenvolvimento do capital e consequentemente a intensificação de uma economia monetária; f) o aumento populacional. Para Pirenne, tudo isso era expressão de certo “vigor” social.

Segundo ele, é durante os primeiros anos do século XIV que ocorre a suspensão de tudo isso. Pirenne não fala em “retrocesso”; pelo contrário, insiste em afirmar que não se trata de uma decadência, mas sim uma paralisação, pois segundo ele, “não se continua progredindo”. Isto é tão verdade em relação ao ponto de vista do autor que ele acrescenta: “a Europa vive, por assim dizer, das posições adquiridas; a frente econômica estabiliza-se.” (Pirenne, 1968, p. 198).

Pirenne utiliza-se de outro termo para se referir à estagnação da economia medieval do início do século XIV: “interrupção do impulso econômico”; assim ele a denomina.

A ideia de que no início do século XIV houvera uma interrupção do impulso econômico parece ter sido reforçada pela reunião de outras evidências elencadas por ele, tais como o fim da expansão do comércio exterior (pelo menos até a primeira metade do século XV, quando ocorre advento dos grandes descobrimentos), a relativa paralisação da vida comercial, tanto no comércio continental quanto no comércio marítimo, falência financeira de algumas casas monetárias, a decadência das feiras de Champanha, já no início do século, e por fim, a paralisação no crescimento populacional. Sobre esse último aspecto ele escreve: “É também o momento em que a população deixa de crescer, e essa interrupção constitui o sintoma de maior

significação do estado de uma sociedade estabilizada e de uma evolução que chegou ao apogeu.” (Pirenne, 1968, p. 200).

Vê-se que a paralisação no crescimento da população é apontada como um sintoma de maior significação; isso porque anteriormente ele destaca o crescimento populacional como sendo indício de saúde e vigor social.

Então o apogeu da economia medieval, para Pirenne vai até o início do século XIV, exatamente quando se desenha o quadro de uma estagnação da economia medieval: “...o mundo entra em um período em que se conserva mais do que se cria e em que o descontentamento social parece revelar, por sua vez, o desejo e a impotência de melhorar uma situação que já não corresponde inteiramente às necessidades dos homens.” (Pirenne, 1968, p. 199). Entende-se que as necessidades humanas são outras e que as condições materiais em curso já não respondem ou atendem às expectativas dos grupos sociais.

Na concepção de Pirenne (1968, p. 200) o século XIV foi assolado por uma série de “catástrofes”. Se houve interrupção no progresso da vida material, coube a elas a maior parcela da responsabilidade: “se o século XIV não continua progredindo, as catástrofes que o assolaram são em grande parte responsáveis por esses acontecimentos”.

O que aconteceu no início do século XIV que fez paralisar a situação de progresso em que vivia a Europa ocidental? Quais teriam sido estas “catástrofes” de que fala Pirenne?

Pirenne (1968, p. 200-201) elenca pelo menos quatro e as correlaciona a dois tipos de calamidades, uma de ordem natural e outra política: a “Fome” de 1315 a 1317, a “Peste Negra”, a “Guerra dos Cem Anos” e as “Lutas Sociais” da cidade e do campo.

A terrível fome que dizimou a Europa de 1315 a 1317, causou maiores estragos, segundo parece, do que qualquer das anteriores. As cifras que, por acaso, se conservaram no que se refere a Ypres, permitem apreciar a sua extensão. Do começo de maio até meados de outubro de 1316, sabemos que o magistrado comunal mandou enterrar 2794 cadáveres, número enorme se nós pensarmos que os habitantes eram aproximadamente uns 20.000. (Pirenne, 1968, p. 200).

A expressão “terrível” é utilizada como superlativo para a fome ocorrida ao longo das duas primeiras décadas do século XIV. A ela, atribui-se a morte de um grande número de pessoas. Segundo Pirenne ela teria “dizimado” a Europa no período de 1315 a 1317. Para ter-se uma ideia da extensão das mortes, Pirenne apresenta o exemplo em relação ao obituário da fome em Ypres, cidade localizada numa província da Flandres Ocidental, onde, segundo ele,

de uma população de vinte mil habitantes, em até meados do período relacionado, pouco mais de duas mil e setecentas teriam morrido de fome; se for acrescido aí a outra metade do tempo em relação ao período relacionado (de 1315 a 1317), então se tem um total de pouco mais de cinco mil e quinhentas mortes (pelo menos um quarto da população).

Se a fome inaugurou o ciclo de mortes do período, pior foi a mortandade provocada pela Peste.

Trinta anos mais tarde, um novo desastre, ainda mais espantoso, a peste negra, assolou o mundo, que apenas estava se refazendo do primeiro choque. De todas as epidemias que a História menciona, esta foi, indiscutivelmente, a mais atroz. Calcula-se que, de 1347 a 1350, desaparecera uma terça parte da população europeia; veio depois um longo período de carestia, cujos efeitos assinalaremos mais adiante. (Pirenne 1968, p. 200).

Para Pirenne, “a peste negra marcou não só uma interrupção, mas também um retrocesso no aumento da população”; isto em relação à Europa ocidental, cujo movimento demográfico foi distinto do da Europa oriental, onde, segundo ele, “observou-se um progresso patente”.

Se o crescimento populacional é indício de expansão econômica, tal como aludido por Pirenne e por esta pesquisa mencionada numa citação em parágrafo anterior, seu declínio bem poderia significar, no mínimo, um sinal de estagnação.

A essas calamidades, devida à natureza, a política acrescentou outras de idêntica crueldade. A Itália, durante todo o século, foi dividida por lutas civis. A Alemanha foi presa de uma anarquia política permanente. A guerra dos Cem Anos, enfim, e principalmente, arruína a França e esgota a Inglaterra. Assim, as circunstâncias pesaram de forma angustiante na vida econômica. O número dos consumidores restringiu-se e o mercado perdeu parte do seu poder de absorção. (Pirenne, 1968, p. 201).

No quadro de catástrofes inventariadas, a Fome e a Peste Negra, são classificadas como sendo calamidades devidas à natureza, já a Guerra dos Cem Anos e as Lutas Sociais ocorridas na cidade e no campo, são apresentadas como calamidades devidas à política.

No capítulo sobre as transformações dos séculos XIV e XV, Pirenne reserva a primeira parte à abordagem daquilo que ele intitula por “catástrofes e perturbações sociais”. Fiz o exercício de tentar distinguir no texto, tudo aquilo que poderia estar relacionado à ideia de catástrofes e à ideia de perturbações sociais.

Tudo indica que as “catástrofes” são as “calamidades devidas à natureza”; a fome e a

peste integram esse grupo. Já as “perturbações sociais” servem para designar as “calamidades devidas à política”; em geral, as guerras e as revoltas sociais: “essas desgraças agravaram indiscutivelmente as perturbações sociais, pelo que o século XIV contrasta tão violentamente com o anterior; mas a causa principal deve-se procurar na própria organização econômica”. (Pirenne, 1968, p. 201).

Segundo Pirenne, no século XIV, as perturbações sociais agravaram-se vertiginosamente. E, muito embora, as perturbações sociais fossem reflexos do descontentamento popular, para não dizer político, a causa principal estava na dinâmica de funcionamento da própria organização econômica; ou seja, o modo como a organização econômica funcionava motivou o descontentamento nas populações urbanas e rurais.

Em síntese, a “crise do século XIV” em Pirenne pode ser definida como sendo um fato marcado pela convergência dos efeitos provenientes das calamidades desestabilizadoras da vida social, sobretudo a Fome, a Peste, as Guerras e as Lutas Sociais irrompidas ao longo do século XIV, na Europa ocidental. Significou a paralisação da economia medieval e a irrupção de muitos outros distúrbios em relação à ordem social.

Há duas menções acerca dos efeitos destas catástrofes na vida econômica. Num primeiro momento Pirenne (1968, p. 200) menciona que “um longo período de carestia sobreveio depois da peste”, mais adiante, os efeitos das guerras e lutas sociais nas relações de mercado. A elevação dos preços, a restrição do consumo e a paralisação do mercado aparecem como sintomas de uma alteração subida na vida economia.

2. Sobre como Hanri Pirenne descreve e explica o esquema de funcionamento da “crise do século XIV”. Nele identificamos o seguinte esquema:

ESQUEMA A
(Figura 12 – Esquema 11)

Para Pirenne, as catástrofes e o agravamento das desordens sociais tiveram como “causa principal” alguns fatores assentados “na própria organização econômica”.

Segundo Pirenne, teria ocorrido então uma alteração súbita na vida econômica; os sintomas são evidentes: carestia, fragilização nas relações de mercado, elevação dos preços, restrição do consumo, paralisação do mercado, etc.

A organização econômica é afetada drasticamente e a causa estava nos impactos gerados pelas catástrofes naturais (fome e peste) e políticas (guerras e revoltas sociais) na vida social. Para ele, as primeiras preponderaram, ao passo que as segundas (as que o autor classifica como tendo sido de natureza política) foram resultado da intensificação do descontentamento social; uma, produto da natureza, outra, das realizações humanas.

Na hierarquia dos eventos apontados por Pirenne, observa-se que o primeiro impacto negativo a atingir a organização da vida material, fora obra da natureza. A fome e a peste sobrevieram e sua chegada provocou uma alteração no movimento de expansão em curso, produzindo desordens econômicas nos mais diversos setores da vida material (agricultura, comércio, artesanato, etc.); depois, as revoltas sociais e as guerras, com destaque para a Guerra dos Cem Anos, acabaram por agravar ainda mais a desordem econômica. O resultado que se seguiu foi a paralisação do crescimento até então em curso desde os séculos anteriores.

Em Pirenne, o crescimento populacional é apenas um indicativo do qual o autor se vale para expressar a dimensão do vigor ou da paralisação econômica; Pirenne não o aponta como tendo sido responsável pela estagnação econômica, ao contrário, o fim da propulsão na economia medieval teria motivado uma queda populacional.

Dentre os problemas detectados pode-se destacar o fato de que Pirenne atribui um peso muito grande à fome e à peste. Ele não esclarece, ou pelo menos não explicita a proveniência da fome, apenas constata sua emergência; menciona o contexto de uma de uma crise famélica, mas não estabelece sua origem dela.

O esquema não é completo, deixa brechas. Ele também não se preocupa em explorar as questões relacionadas à origem da peste. Pensa-se que situar a fome no rol dos acontecimentos de ordem natural é disponibilizar argumentos para sustentação da ideia de “castigo divino”. É preciso uma explicação social para a fome. Talvez esta seja uma lacuna grave na explicação de Pirenne. Ele fala em catástrofes naturais, mas não esclarece o sentido natural das catástrofes.

II. A “crise do século XIV” segundo Maurice Dobb.

1. Sobre a concepção de “crise do século XIV” em M. Dobb. No conjunto das obras elencadas para estudo da historiografia da “crise do século XIV”, inclui-se *A evolução do capitalismo*, de Maurice Dobb.

A primeira edição da obra foi publicada em 1945, na Inglaterra, com título original *Studies in the Development of Capitalism*.

Utilizou-se a edição brasileira de 1965 publicada pela Zahar Editores, com tradução de Affonso de Blacheyre e revisão de Cássio Fonseca; uma tradução originária da edição revista, publicada em 1963, por Rowledge and Kegan Paul, Ltda., em Londres.

A publicação dessa obra de Dobb se situa em relação ao fato de que, já, em 1945, bem na passagem do final da primeira metade para o início da segunda metade do século XX, as análises em torno das concepções de “crise” vinham ganhando espaço na historiografia acadêmica.

Na obra, Maurice Dobb não é alheio à ideia de que, no século XIV a Europa ocidental fora palco de uma grave crise, cujos desdobramentos respondem por uma série de outras tantas crises responsáveis por distonias que assumiram grandes proporções, culminando numa crise geral (ou grande crise).

Certamente é verdade que o século XIV testemunhou uma crise da antiga ordem feudal, seguindo bem nos calcanhares do surgimento das cidades corporativas com grande medida de autonomia local, política e econômica, bem como uma influência grandemente aumentada nos negócios nacionais. Nessa crise o modo de produção feudal, baseado na servidão, foi seriamente abalado e atingiu um adiantado estado de desintegração, cujos efeitos foram vistos na malaise da economia senhorial do século seguinte. A menos que identifiquemos o fim do feudalismo com o processo de comutação – assunto sobre o qual falaremos mais adiante – não poderemos, no entanto, falar ainda do fim do sistema medieval e ainda menos do destronamento da classe dominante medieval. Também é verdade, e de importância excepcional para qualquer compreensão adequada dessa transição, que a desintegração do modo de produção feudal já alcançara um estágio adiantado antes do modo de produção capitalista se desenvolver, e que tal desintegração não prosseguiu em qualquer ligação íntima com o crescimento do novo modo de produção no seio do antigo. (Dobb, 1965, p. 33).

Como se vê, Dobb (1965, p. 33) acredita que o século XIV, foi um tempo de crises; mas para ele, o que entrara em crise de fato fora a antiga ordem feudal.

Pensa-se que, em Dobb, a “crise do século XIV” funciona como resposta à seguinte questão: a que se deve a ruína do feudalismo enquanto sistema econômico?

Para ele, a crise abalou seriamente o modo de produção feudal, conduzindo-o a um “adiantado estado de desintegração”.

É preciso ter claro que o emprego da expressão “adiantado” permite concluir que muito embora a crise tenha se desenvolvido em proporções graves, a desintegração por ela produzida em relação ao sistema, não fora total, mas sim parcial. Sugere que alguns aspectos ainda sobreviveriam por algum período de tempo.

Com a crise, o sistema feudal sofrera um golpe, senão fatal, mas decisivo. Não significou o “fim do sistema medieval”, nem tampouco o “destronamento da classe dominante medieval”; mas, mesmo assim, jamais voltaria a se reerguer.

Para Dobb (1965, p. 88), a “desintegração final do modo de produção feudal só viria com o século da guerra civil inglesa”, ou seja, no século XVII.

Os termos “sistema feudal” e “sistema medieval” foram empregados no mesmo sentido em que os são por Dobb; ambos designam o feudalismo ou modo de produção feudal.

O que é preciso entender por feudalismo ou modo de produção feudal, segundo Maurice Dobb?

Primeiro: o feudalismo foi um *sistema econômico*. Sobre o conceito de economia, escreve Sweezy (1967, p.31):

A economia, todos o sabem, é uma Ciência Social; basta consultar um catálogo universitário para nos convenceremos disso. Seus temas são tomados ao campo da produção e distribuição de mercadorias e serviços de que as pessoas necessitam e desejam. Partindo dessas duas premissas, parecerá legítimo concluir que a Economia estuda as relações sociais (interpessoais) da produção e distribuição. Quais essas relações, como se modificam, seu lugar no conjunto das relações sociais, são os objetos de que se ocupa. (Sweezy, 1967, p.31).

Dizer que o feudalismo foi um sistema econômico implica o entendimento de que ele compreendeu não somente a produção e a distribuição de mercadorias e serviços, mas também as relações sociais a elas correspondentes. Em Dobb (1965) os termos economia feudal e sistema feudal também estão associados a essa ideia de feudalismo.

Segundo: o feudalismo foi um modo de produção. Para Dobb (1965) o Feudalismo foi um modo de produção; daí descende o vocábulo modo de produção feudal.

Escreve Dobb:

Por modo de produção ele [alusão a Marx] não se referiria apenas ao estado da técnica – ao que chamou o estado das forças produtivas – mas ao modo pelo qual os meios de produção eram possuídos, e às relações sociais entre os homens resultantes de suas ligações com o processo de produção. (Dobb, 1965, p. 18).

Dizer que o feudalismo foi um modo de produção implica o entendimento de que ele compreendeu não somente a produção e a distribuição de mercadorias e serviços, mas também as relações sociais a elas correspondentes, num dado momento e estado de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção.

Terceiro: enquanto sistema econômico e modo de produção específico, o feudalismo apresenta caracteres próprios, ou seja, distinto dos sistemas e modos de produção que o precederam e mesmo os ulteriores.

Escreve Dobb (1965, p. 23): “cada período histórico é modelado de acordo com a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação socioeconômica”.

Para Dobb “os sistemas jamais se encontram em sua forma pura”. Ele diz que os “elementos importantes de cada sociedade nova, embora não forçosamente embrião completo da mesma, acham-se no seio da anterior”. Obviamente que quando ele diz que “cada período histórico é modelado sob influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea”, o uso do “preponderante” e da “mais ou menos homogênea” deve-se a esse fato.

Pensar nessa perspectiva significa estabelecer o feudalismo como modo de produção característico ou preponderante das sociedades medievais da Idade Média. Por outro olhar, quais são os caracteres desse sistema ou modo de produção feudal?

Para Dobb, há uma forma clássica de modo de produção feudal, mas também outras duas, distintas do modelo clássico; ele menciona pelo menos três variações, o que demonstra que não se trata de um sistema invariável.

1º) modelo clássico: sua principal característica, segundo Dobb, foi o desenvolvimento do trabalho agrícola compulsório nas terras do senhorio;

2º) modelo descentralizado de posse hereditária: definem-se, tal como expresso por Dobb, as “formas de descentralização política pela posse hereditária”, ou seja, formas de “posse condicional da terra pelos senhores em algum tipo de ocupação da mesma pelos serviços prestados”;

3º) modelo estatal centralizado: são as “formas estatais bem centralizadas”, envolve as formas de “posse por um senhor com funções judiciárias ou semijudiciárias em relação à população dependente dele”.

Em Dobb (1965, p. 54), o conceito de feudalismo é idêntico ao de Servidão; e ainda, segundo ele destaca (1965, p. 52), está assentado na relação entre o senhor (aquele que detém a posse da propriedade, seja ela a terra ou oficina), o produtor direto (na terra o camponês e nas oficinas o artesão) e o “teor socioeconômico da obrigação que os liga entre si”.

Segundo Dobb em ambas as variações das formas de servidão, “a posse da terra em feudo” é possível identificar como sendo uma característica comum, presente em todos os modelos. Nesse aspecto é possível pensar numa suposta supremacia do campo sobre a cidade.

Dobb ainda define a servidão como sendo: “uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua própria vontade, para que satisfaça a certas exigências econômicas de um senhor”.

As exigências assumem a forma de “serviços a prestar” ou “taxas a pagar”. As taxas são pagas em dinheiro ou em artigos, em trabalho ou em “presentes”. Como a obrigação é imposta pressupõe-se a existência de uma força de coação. Dobb diz que esta força “pode ser a militar” ou “a do costume”, apoiado por um dispositivo jurídico.

Segundo Dobb:

a) na servidão o produtor direto desenvolve “sua agricultura e indústria rurais como produtor independente”, ou seja, “o produtor direto acha-se aqui em posse de seus meios de produção, das condições de trabalho materiais necessárias à realização de seu trabalho e a produção dos seus meios de subsistência”;

b) na servidão “o produtor direto não é livre”, ele se vê constrangido (seja por meio do trabalho forçado ou tributação) ao cumprimento de determinadas obrigações; c) na servidão feudal a produção é voltada “para as necessidades imediatas do domicílio ou coletividade em seu âmbito de aldeia, e não a um mercado mais amplo”.

Esse sistema de relações sociais, ao qual nos referimos como Servidão Feudal, associou-se na história, por uma série de motivos, a um baixo nível de técnica, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos, e o ato de produção em grande parte é individual em caráter; a divisão de trabalho (e daí a coordenação dos indivíduos na produção como um processo socialmente integrado) mostra-se em nível bem primitivo de desenvolvimento. (Dobb, 1965, p. 53).

Além disso, a esses Dobb ainda acrescenta outros elementos, tais como: limitação técnica (uso de instrumentos e técnicas rudimentares de produção), caráter individual da ação da produção, divisão do trabalho posicionada numa fase ainda bem iniciais de seu desenvolvimento, produção limitada, ou seja, voltada para as necessidades imediatas das famílias que residem no domicílio e na aldeia, e por fim, produção para consumo imediato, ou seja, voltada para a subsistência das famílias e não para o grande comércio (pode-se até pensar na ideia de um comércio restrito no âmbito da aldeia).

Esse sistema econômico feudal não subsistiu *ad infinitum*, mas fora superado pelo sistema econômico capitalista (ou modo de produção capitalista); assim escreve Dobb. Tal superação teria sido precedida por uma fase de declínio ou desagregação do sistema feudal.

O golpe sofrido pelo sistema fora resultante dos efeitos da crise pela qual passou a antiga ordem feudal; uma crise, segundo ele, com raízes econômicas (Dobb, 1965, p. 67), mas cujos “fatores políticos e sociais [também] desempenharam papel importante na determinação do curso dos acontecimentos”. (Dobb, 1965, p. 71, grifo meu). Tal foi a crise do século XIV.

Dobb sustenta que a crise que se abateu sobre as sociedades medievais da Europa ocidental ao longo do século XIV, abalou seriamente o modo de produção feudal, conduzindo-o a um “adiantado estado de desintegração”.

2. Sobre o esquema explicativo de M. Dobb acerca do sistema de funcionamento da “crise do século XIV”.

Defender que a crise teve raízes econômicas, não significa menosprezar os efeitos dos fatores políticos e sociais na intensificação da crise, mas implica em assumir a posição de que o elemento econômico, tal como definido no início desse capítulo, teve um papel determinante na emergência daquilo que se configurou como crise.

Em linhas gerais, é possível dizer que, para Dobb a crise foi antes de tudo uma crise econômica. Segundo ele: “uma crise da economia feudal”. Mas como ele explica o sistema de funcionamento dessa crise?

Dizer que a crise foi antes de tudo econômica implica lançar luz sobre as relações de produção e distribuição e seus desdobramentos no campo das relações sociais; seus deslocamentos na constituição de uma espécie de cartografia da crise.

Não só a produtividade do trabalho permanecia bem baixa na economia senhorial, tanto devido aos métodos em uso quanto à falta de incentivo ao trabalho, mas também, o rendimento da terra continuava tão modesto que levava algumas autoridades a sugerir uma tendência real do sistema de cultivo a resultar na exaustão do solo. A rotação primitiva, a falta de plantio suficiente de espécies com raízes e gramíneas plantadas como a luzerna, davam pouca oportunidade de recuperação ao solo depois de colhidas, e embora a fertilização com estrume fosse conhecida e praticada às vezes, a pobreza do camponês médio impedia que a adotasse em sua própria terra que “o solo cultivado pelo sistema medieval de plantio requeria para não perder seu poder produtivo”. Até o aprisco de suas próprias ovelhas [...]. (Dobb, 1965, p. 61).

Primeiro: na explicação do sistema de funcionamento da crise proposto por Dobb é possível relacionar aquilo que foi denominado de “agentes primitivos”. Os agentes primitivos são os dispositivos responsáveis pelos processos iniciais de toda uma sequência de eventos íntima e virtualmente relacionada; são os elementos de “primeira ordem”.

São dois os dispositivos identificados como agentes primitivos ou elementos de primeira ordem no esquema explicativo apresentado por Maurice Dobb em *Studies in the Development of Capitalism*. O primeiro é o que ele denomina de “baixa produtividade do trabalho”, o segundo, o “rendimento da terra desproporcional à expectativa da classe senhorial”.

Dobb menciona que a produtividade do trabalho era baixa devido a dois fatores: os métodos em uso e a falta de incentivo ao trabalho.

ESQUEMA A
(Figura 13 – Esquema 12)

ESQUEMA B
(Figura 14 – Esquema 13)

Em relação aos fatores motivadores do “baixo rendimento da terra”, ele aponta: o emprego de sistema de cultivo precário, limitação em relação às técnicas de plantio e cultivo e o uso de materiais rudimentares.

Segundo Dobb (1965, p. 61) o sistema senhorial compreendeu o emprego de um sistema de cultivo precário que culminou na exatidão do solo; esse, somado às limitações técnicas em relação ao plantio e cultivo agrícola e ao uso de materiais rudimentares, resultou num baixo rendimento da terra.

ESQUEMA C
(Figura 15 – Esquema 14)

A baixa produtividade do trabalho e o baixo rendimento da terra, tanto um quanto o outro (ambos agentes primitivos), foram, em parte, responsáveis pelo “esgotamento da renda feudal”. A outra parcela da responsabilidade coube, em primeiro lugar, às guerras e ao banditismo, seguidos, em segundo lugar, pelos festins e exibições.

Para Dobb, as guerras e o banditismo “podiam ser quase tomados como partes integrantes da ordem feudal”; ambos “espalhavam desperdício e devastação pelo país”, conduzindo ao esgotamento da renda feudal, nesse período.

O esgotamento da renda feudal reflete o que Dobb denomina de “limitações do próprio feudalismo como sistema de produção”, ou seja, uma ineficiência do próprio sistema.

Ao mesmo tempo, as necessidades da classe feudal dominante no sentido de uma renda crescente exigiam uma pressão maior e novas exigências sobre os produtores. Em primeiro lugar, havia uma tendência (que parece ter operado com mais vigor no continente do que na Inglaterra) para que o número de vassalos se multiplicasse, por um processo chamado subenfusão, para fortalecer o poderio militar dos senhores maiores. Combinado ao crescimento natural das famílias nobres e a um aumento no número de dependentes, isto aumentava as dimensões da classe parasítica que tinha de ser sustentada pelo trabalho excedente da população servil. Acresciam-se, a isto, os efeitos da guerra e banditismo, que podiam ser quase tomados como partes integrantes da ordem feudal e aumentavam as despesas das casas feudais e da Coroa ao mesmo tempo em que espalhavam o desperdício e devastação pelo país. Enquanto a tributação e pilhagem diminuía as forças produtivas, as exigências feitas ao produtor aumentavam. A série de cruzadas acarretou um esgotamento especial de rendas feudais nesse período e, à medida que avançou a idade da cavalaria, as extravagâncias das casas nobres adiantaram-se também, com seus festins e exibições custosas, emulando em seu culto à magnificência. De início, o crescimento do comércio, com a atração de artigos exóticos que tornava disponível e as possibilidades abertas de produzir um saldo para o mercado, reforçara a tendência a intensificar a pressão feudal sobre o campesinato e, como já observamos, o século XIII na Inglaterra se marcou por um aumento na obrigação de trabalho nas propriedades maiores do país e principalmente nas terras do clero. Uma narrativa contemporânea se queixa de que os senhores “estão destruindo os camponeses pelas exigências e tributos”, e “exigindo-lhes tributos pela força e opressão”. Foi provavelmente esta a raiz daquela transformação observada por Vinogradoff, ele ao dizer que “a vontade e a influência dos senhores são muito mais distintas e despóticas nos documentos da parte final dos séculos XIII e XIV do que nos registros anteriores”. Ao mesmo tempo, é possível que as propriedades menores, que deviam dispor de suprimento insuficiente de trabalho servil, possam ter exibido uma tendência a incentivar os arrendamentos em dinheiro pagos pelos ocupantes e a confiar para o cultivo na propriedade senhorial, onde fosse praticável, no trabalho assalariado de homens livres. Na França do século XII vemos ocasionalmente vozes como a do abade de Cluny denunciando os opressores do campesinato que, insatisfeitos com as obrigações costumeiras, apresentavam novas exigências. (Dobb, 1965, p. 63-64).

Contrariamente ao processo de esgotamento da renda senhorial em curso no período, a classe feudal dominante desenvolveu a necessidade de uma renda adicional. Três fatores agravaram a situação:

1º) a subenfeudação. A subenfeudação parece ter sido, segundo Dobb, o processo pelo qual o senhorio distribuía terras à nobreza, com objetivo de ampliar “o número de vassalos” e assim ver fortalecido o seu “poderio militar”. Pensa-se que é possível considerar tal processo como uma manobra por parte de alguns senhores para fortalecimento do poder político local. Com isso, impactaria na necessidade de aumento da renda senhorial? Isso haveria por provocar uma elevação no número de famílias senhoriais vivendo da renda gerada pelo mesmo número de terras cultiváveis.

2º) o “crescimento natural das famílias nobres”. Nesse caso Dobb se refere ao crescimento em relação à taxa de natalidade de cada família senhorial. Para Dobb, houve um aumento no número de dependes por família de nobres. O aumento populacional da classe de senhores passou a exigir uma renda maior; por isso a pressão tendeu a intensificar cada vez mais sobre a população servil que tinha que sustentá-la por meio de seu trabalho excedente. (Dobb, 1965, p. 63).

3º) o aumento das despesas das casas feudais e da Coroa. O aumento das despesas das casas feudais e da Coroa em função das guerras e da necessidade de combate ao banditismo.

Pesa ainda sobre a necessidade de renda adicional os impactos do comércio: “a atração de artigos exóticos que tornava disponível e as possibilidades abertas de produzir um saldo para o mercado”. (Dobb, 1965, p. 63-64).

Como os senhores responderam às necessidades de ampliação da renda senhorial?

Segundo Dobb, para obter essa “renda adicional” a classe senhorial primeiro intensificou a pressão feudal sobre o campesinato. Dobb explica a intensificação da pressão feudal sobre o campesinato da seguinte maneira: segundo ele, o tempo excedente era a fonte da qual a classe dominante feudal extraía sua renda; daí que o aumento da renda só poderia ser feito pelo aumento do tempo de trabalho excedente da classe servil. O tempo de trabalho excedente da classe servil era o tempo além daquele que se fazia necessário para prover à própria subsistência dela.

Dobb diz que nessa época do século XIV, como a produtividade de trabalho estava baixa e estacionária, não havia condições de aumento do produto excedente, a não ser que, para isso, subtraísse-se o tempo para produção de novo excedente, do tempo dedicado ao cultivo dos

campos destinados à sobrevivência do próprio produtor, resultando numa redução drástica das condições de subsistência dele e de sua família.

Para Dobb, isso acarretou a exaustão do trabalhador, culminando na diminuição de sua capacidade produtiva e no desaparecimento real da força de trabalho. A tributação e a pilhagem são dois outros elementos que também contribuíram para a diminuição da força produtiva.

O resultado dessa pressão maior foi não só exaurir a galinha que punha ovos de ouro para o castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais — uma deserção maciça por parte dos produtores, que se destinava a retirar do sistema seu sangue vital e provocar a série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV. A fuga dos vilões que deixavam a terra muitas vezes assumia proporções catastróficas tanto na Inglaterra quanto em outros lugares, e não apenas servia para aumentar a população das cidades crescentes, como e principalmente no continente contribuía para a continuação das quadrilhas de proscritos, da vagabundagem e *jacqueries* periódicas. (Dobb, 1965, p. 64-65)

O aumento das exigências concomitante à exaustão das forças do trabalhador e a consequente diminuição da capacidade produtiva da classe produtora produziu como resultado final, a fuga de um grande número de produtores “das propriedades senhoriais”. Para Dobb (1965, p. 64), tal fenômeno provocaria uma “série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV”.

A segunda resposta da classe senhorial às necessidades de ampliação de sua renda foi a intensificação dos arrendamentos em dinheiro. Equivale dizer que as famílias pagavam em dinheiro pelo uso da terra.

Por fim, uma terceira resposta se deu pela introdução de trabalho assalariado de homens livres para trabalho no cultivo das terras situadas na propriedade senhorial.

Nas explicações formuladas por Dobb, parece que, dentre as repostas forjadas pelos senhores às necessidades de ampliação da renda senhorial, o peso maior recaiu mesmo sobre a intensificação da pressão sobre os produtores diretos (servos e vilões). E é esse aspecto o que indica, mais precisamente, a origem do que ele chama de “crises dos séculos XIV e XV”.

Para ele, os séculos XIV e XV estiveram envoltos numa série de crises cuja origem teria sido o abandono das terras pelos camponeses e, por conseguinte, a falta de mão de obra para o trabalho agrícola.

Segundo Dobb, a fuga de produtores impactou tão drasticamente em relação ao

quantitativo de mão de obra disponível que alguns senhores passaram a fazer algumas concessões, impondo seus próprios limites em relação à intensificação da exploração feudal. Daí a emergência dos arrendamentos e dos pagamentos em dinheiro. Como exemplo desse processo, Dobb (1965, p. 65) menciona o desenvolvimento de “uma série de comunas rurais, formadas de uma associação de aldeias que, como as cidades que possuíam um prefeito e uma jurisdição própria”.

No passado, pelo menos até o ano de 1300, como menciona Dobb, não se verificou queda na renda senhorial, mas ao contrário, teria ocorrido um aumento na renda. Ele explica que no passado, período anterior à crise, a disponibilização de novas terras cultiváveis houvera sido adotada como uma saída viável à necessidade de ampliação da renda; no entanto reforça que esta medida só fora possível de ser implantada porque pelo menos até o século XIII, houve um aumento demográfico e com ele uma maior disponibilização de força de trabalho.

Segundo ele, com o aumento da população e uma maior oferta de mão de obra, essas novas terras podiam ser cultivadas e com isso chegou-se a um aumento considerável na renda senhorial. No entanto, essa situação teria mudado drasticamente após o ano de 1300.

Dobb (1965, p. 67) diz que após 1300, ou seja, século XIV, ocorrera uma queda expressiva no quantitativo populacional da região: “após 1300, no entanto, a população na maior parte da Europa ocidental, em vez aumentar como sucedera desde o ano 1000, parece ter entrado em declínio acentuado”.

Se houvesse incentivos ou meios de melhorar a terra, talvez a falta de mão de não impactasse tão negativamente na produtividade do trabalho; Dobb (1965, p. 66) assinala que “em geral havia pouco incentivo ou meios de melhorar a terra e existe bastante evidência de falta de terra no final do século XIII”.

Observa-se que a ausência de mão de obra resultante do declínio populacional, aparece como outro fator a influenciar a baixa produtividade do trabalho.

Dobb (1965, p. 67) diz não ter encontrado elementos suficientes que explicassem o declínio acentuado da população a partir do início do século XIV, mas destaca que “seu efeito imediato foi ameaçar a sociedade feudal com uma retração da renda e precipitar o que se pode chamar uma crise da economia feudal no século XIV”.

Tal declínio, tanto em números quanto em renda feudal, foi geralmente atribuído com exclusividade à devastação causada pelas guerras e pela peste. Estas foram claramente responsáveis por muita coisa, mas desde que

o declínio começou algumas décadas antes do início da Peste Negra, tornou-se claro que tinha também raízes econômicas. O efeito destruidor da peste deve ter sido facilitado pelo estado de subnutrição da população (a mortalidade advinda da pestilência sendo proporcionalmente maior entre as massas, ao que parece) e as crises de gêneros levaram à morte na proporção em que o fizeram devido à ausência de reservas. Há alguma indicação a sugerir que o declínio agrícola na Inglaterra surgiu logo após 1300, e provavelmente pela mesma altura na França. Na Inglaterra do século XIV o despovoamento dos campos e com ele a escassez de trabalhadores, chegara a tal ponto que antes mesmo da Peste Negra se registrava grande queda na renda feudal e uma tendência, em sentido oposto a melhorar a propriedade rural, a reduzir seu tamanho por meio de arrendamentos feitos aos camponeses. (Dobb, 1965, p. 67-68)

Dobb se coloca em oposição à ideia de que o declínio populacional, a queda na produção agrícola e a diminuição da renda senhorial teriam sido produto da “devastação” causada pelas guerras e pela peste. Para ele, o declínio começou antes mesmo do aparecimento da peste negra; uma e outra teriam contribuído para o agravamento da situação cujo início teve raízes econômicas.

Ele sustenta que a elevada mortandade decorrente da peste deveu-se em parte ao estado de penúria em que vivia a população, sobretudo após as privações vividas em função da crise de gêneros (provavelmente relacionada ao desabastecimento de víveres).

No esquema explicativo formulado por Dobb, os fatores políticos e sociais, tais como as guerras, a fome e a peste, não são ignorados pelo autor, tanto no que tange à problemática da crise, quanto no que diz respeito ao colapso do sistema como um todo, no entanto, ele estabelece que, na decisão final, os fatores econômicos exerceram papel preponderante.

Em síntese: o modelo explicativo de Dobb funciona em defesa da ideia de que o que mais pesou para o declínio do feudalismo foi sua “ineficiência como sistema de produção” acrescida das “necessidades de crescimento da renda da classe senhorial”. O esgotamento da renda feudal reflete o que Dobb denomina de “limitações do próprio feudalismo como sistema de produção”.

Não tem sido incomum atribuir ao efeito solvente da troca e do dinheiro não só uma influência excepcional, mas singular, na transformação da sociedade feudal para capitalista. Muitas vezes encontramos o quadro de uma economia mais ou menos estável que se desintegrava ao impacto do comércio agindo como força externa e desenvolvendo-se por fora do sistema que finalmente sobrepujou. Dão-nos uma interpretação da transição da ordem antiga para a nova, na qual se veem as sequências causais dominantes dentro da esfera de troca entre economia senhorial e o mundo exterior. A “economia natural” e a “economia de trocas” são duas ordens econômicas que não se podem misturar e a presença da última, ao

que nos dizem, é bastante para fazer a primeira dissolver-se. (Dobb, 1965, p. 55).

Dobb diz que houve uma influência “excepcional” do comércio sobre a estrutura do feudalismo. Tal perspectiva defende que o feudalismo fora uma economia mais ou menos estável e que teria se desintegrado em função do impacto que as relações de troca exerceram sobre ele.

Também sustenta que a transição do feudalismo para o capitalismo fora provocada “de fora para dentro”, ou seja, o surgimento e intensificação das atividades comerciais, fato ocorrido concomitante ao desenvolvimento do próprio sistema feudal, teria acabado por sufocar e desintegrar a ordem vigente (o sistema de servidão).

O revivescimento do comércio na Europa ocidental depois do ano 1100 e seu efeito perturbador sobre a sociedade feudal são coisa bem conhecida. Como o crescimento do comércio trouxe em sua esteira o comerciante e a coletividade comercial, que se nutriu como um corpo estranho dentro dos poros da sociedade feudal; como sobreveio uma circulação crescente do dinheiro através da troca, penetrando na autossuficiência da economia senhorial; como a presença do comerciante ou mercado incentivou uma inclinação crescente no sentido de permutar produtos excedentes no mercado – tudo isso, com grande riqueza de pormenores, já foi narrado muitas vezes. As consequências para a tessitura da ordem antiga foram bastante radicais. (Dobb, 1965, p. 54).

Dobb concorda que depois do século XI houvera um “revivescimento do comércio na Europa ocidental” e que fora o crescimento do comércio que inserira o comerciante e a coletividade comercial na sociedade medieval; afirma que a sociedade de comércio se apresentava como um “corpo estranho” dentro da sociedade feudal, demonstrando sua oposição em relação a ela, mas não crê que fora a intensificação da vida comercial, responsável pelo desordenamento do sistema.

São duas condições econômicas antagônicas. Enquanto a sociedade feudal se caracterizava por ser uma sociedade da “autossuficiência”, a do comércio se definia pela “circulação crescente do dinheiro através da troca”. Para Dobb, a sociedade de comércio se nutria da sociedade feudal.

A intensificação das trocas representaria a emergência do capitalismo e o agravamento das dificuldades que culminariam na falência do feudalismo. Segundo ele, o estudo comparado do impacto do comércio sobre a estrutura feudal nas diferentes partes da Europa tem levantado dúvidas no que diz respeito à validade dessa interpretação.

Para Dobb, o desenvolvimento do comércio e da economia de mercado dentro da ordem antiga implicou mudanças “radicas” na ordem do sistema feudal, mas daí atribuir a elas seu declínio, há uma distância que deve ser considerada.

O que vemos com toda a clareza faltar na interpretação tradicional é uma análise das relações internas do feudalismo como modo de produção e a parte por elas desempenhada na determinação da desintegração ou sobrevivência do sistema. E embora o desfecho real tenha de ser tratado como resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e essas relações internas do sistema, há um sentido em que as últimas podem ser tomadas como tendo exercido a influência decisiva. Conforme Marx observou, a *influência dissolvente* que o comércio terá sobre a ordem antiga depende do caráter desse sistema, ‘sua solidez e articulação interna’ e, em seguida, *o modo de produção que irá tomar o lugar do antigo é coisa que não depende do comércio, mas do caráter do próprio modo antigo de produção*. (Dobb, 1965, p. 60, grifo do autor).

Segundo ele, se forem analisadas as “relações internas do feudalismo como modo de produção e a parte por elas desempenhada na determinação da desintegração ou sobrevivência do sistema”, verificar-se-á que tais fatores internos exerceram uma influência decisiva no fim do modo de produção feudal.

Não descarta a influência exercida pelo mercado, mas para ele, foram as relações internas do feudalismo como modo de produção que influenciaram mais decisivamente na desintegração do sistema.

Para Dobb, o desfecho da crise tem de ser tratado como resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e essas relações internas do sistema. Destaca que o que mais pesou para o declínio do feudalismo foi sua ineficiência como sistema de produção, ou seja, suas limitações, acrescida das necessidades de crescimento da renda da classe dominante.

Pensar que as considerações sobre a análise proposta por Dobb, permite concluir que muito embora a “crise do século XIV” não tenha significado o fim definitivo da Idade Média, as mudanças por ela inaugurada culminariam na desintegração final do modo de produção feudal, por volta do século XVII.

Sínteses: observa-se que a história acadêmica dá o primeiro passo; é ela responsável pela formulação do conceito; no entanto é a história escolar quem o populariza, tornando-o parte de uma memória coletiva, não somente restrita aos círculos acadêmicos; é nesse processo que o livro didático desempenha um papel de suma importância.

A inserção da “crise do século XIV” como saber histórico escolarizado, no Brasil, é recente, isso se levando em consideração o fato de que, pelo menos, até os anos de 1980, as obras escolares não discutiam o conceito de “crise”, pelo menos no tange a esse viés de valorização dos determinantes econômicos; pensa-se que isso começa a ocorrer por volta de 1990 em diante.

Nas coleções analisadas, a ênfase recai nos determinantes econômicos. As crises econômicas são apresentadas como “divisor de águas”, marca o “limite” entre o início e o fim de uma época. Quase todas as obras mencionam a “crise econômica” como peça chave na passagem da Idade Média para as sociedades modernas.

Há a preponderância de uma história estrutural, onde os determinantes econômicos pesam sobremaneira no colapso anunciado. A “crise do século XIV” é desenvolvida como sinônimo de crise econômica; assinalam os episódios finais do sistema; explica parte do processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Os textos escolares enfatizam nesse processo, o exemplo caracterizado pelo fim dos laços de dependência e de servidão.

No estudo, verificou-se que a questão em torno do diálogo entre a historiografia escolar e a acadêmica deve ser relativizada. Pode-se dizer que em certa medida e no que tange a determinados aspectos da relação, o diálogo existe, pois, ao comparar os esquemas explicativos escolares com os esquemas explicativos de obras de referência como as de Pirenne e Dobb, encontram-se alguns correspondentes; porém é preciso também ter claro que esses correspondentes envolvem aspectos restritos e estão sujeitos às interpretações e os tipos de apropriação que os autores escolares fazem das obras.

A relação existente estabelece limites que esbarram nas especificidades que a escrita escolar impõe, pelo menos no que pese ao padrão de uniformização da escrita escolar.

Há limites muito bem definidos na relação de diálogo estabelecido. Pesa sobre isso o fato de que, na busca por um caminho próprio, as obras escolares acabam por sugerir alterações que tendem a não expressarem fielmente os pressupostos, proposições e os elementos presentes nas teses que as inspiraram (ou pelo menos de onde partiram). Desenvolvem algo similar ao que denominaria de “customização do conhecimento”, onde, valendo-se de fios até certo ponto frágeis, ocupam-se em coser esquemas originários de sistemas relacionados a teses diversas (observando-se limitações inerentes) na tentativa de produção de um esquema próprio (pelo menos em certa medida) capaz de reproduzir sínteses não genuínas e de acionar processos de produção de inferências que atuam na produção de esquemas hegemônicos, com forte poder de

persuasão e convencimento (muito em função da estrutura lógica com que são concebidos).

Em linhas gerais, pensa-se que se trata de um recurso ou dispositivo retórico do qual os livros didáticos (e os autores escolares) se valem no processo de apropriação do conhecimento histórico e de seu uso na elaboração do conhecimento histórico escolarizado; daí as banalizações e generalizações, de que tanto se fala, resultam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre múltiplos devires: ser professor, historiador e autor de livros didáticos. Entre múltiplas tessituras e distintos caminhos e trajetórias biográficas, ainda é possível detectar fios que ligam e conduzem a alguns “lugares” que, no que pese a constituição de suas respectivas subjetividades, caracterizam-se pela celebração de aspectos comuns no campo da formação, seja em se tratando da formação do professor, historiador, ou mesmo autor de textos escolares.

Entende-se que cada formação estabelece trajetórias distintas (seja em relação a cada sujeito e mesmo ao campo de formação) possuidoras de certas particularidades que tornam cada processo único. No entanto, também se entende que mesmo diante de suas especificidades, há “elos” de interdependência mútua que reverberam de modo a impactar positivamente ou negativamente nos processos que engendram e mesmo no produto de suas realizações.

Quando se busca esses elos de interdependência mútua ou pontos em comum, leva-se a refletir obrigatoriamente nos “saberes disciplinares” que os constituem.

O conceito de “saberes disciplinares” do qual se lançou é tal aquele formulado por Maurice Tardif:

São saberes que correspondem aos diversos campos do conhecimento, aos saberes de que dispõe a nossa sociedade, tais como se encontram hoje integrados nas universidades, sob a forma de disciplinas, no interior das faculdades e de cursos distintos. Os saberes disciplinares (por exemplo, matemática, história, literatura, etc.) são transmitidos nos cursos e departamentos universitários independentemente das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores. (Tardif, 2002, p. 38).

Como dito pelo autor, os saberes disciplinares constituem certo tipo de “saberes sociais” definidos e incorporados pela instituição universitária e “integram-se igualmente à prática docente através da formação (inicial e contínua) dos professores nas diversas disciplinas oferecidas pela universidade” (Tardif, 2002, p. 38). Neste caso, vê-se que aquilo que é válido em se tratando de formação de professor, não deixa de o ser, quando de sua aplicação à reflexão no campo da formação do historiador, entre outros.

Durante o processo de formação acadêmica, o estudioso é constantemente submetido a ações formativas que movimentam múltiplos saberes sociais, dentre eles, os saberes disciplinares relacionados como componente nos currículos dos cursos de formação de

licenciados e bacharéis em história; pode-se se dizer que o mesmo acontece em relação à formação dos sujeitos que se dedicam à escrita e organização de livros didáticos. Sobre este último, e porque também não dizer, primeiros, pesa o fato de que eles, em sua grande maioria, são egressos dos cursos de história ofertados pelas universidades brasileiras.

No caso da formação do profissional de história (licenciatura e bacharelado), o “saber disciplinar” correspondente ao campo do qual ora ele se ocupa é o dos estudos medievais, representado na disciplina (ou componente curricular) denominada “História Medieval”; tal componente integra, na condição de disciplina obrigatória, a grade curricular dos projetos que consubstanciam os cursos de formação de professores e historiadores das universidades brasileiras.

Nos cursos de história ofertados pelas instituições públicas de ensino superior do país, não há, uma grade curricular sequer, que não tenha relacionado à História Medieval como parte constitutiva do rol das disciplinas obrigatórias à obtenção dos respectivos títulos oferecidos.

Portanto o profissional egresso dos cursos de história, ao longo de seu processo de formação são postos a mobilizarem, em certa medida, determinados saberes no campo dos estudos medievais ou do estudo da Idade Média; saberes estes que, hoje, afetam, em certo grau e de certa maneira (salvo raríssimas exceções), a ação profissional e as múltiplas práticas dos mais diversos sujeitos que atuam em cada um desses campos, nos mais variados espaços de exercício de ação política e social; como assinala Tardif (2002, p. 34) “os processos de produção dos saberes sociais e os processos sociais de formação podem, então, ser considerados como dois fenômenos complementares no âmbito da cultura moderna e contemporânea”.

Posto isso, ressalta-se que na relação entre o “conhecimento histórico” (saber acadêmico) e o processo de produção do “conhecimento histórico escolarizado” (saber escolar), termos que denotam uma anterioridade do primeiro em relação ao segundo, consoante a natureza que professam.

Assim sendo, pode-se considerar que os saberes mobilizados na formação acadêmica em história envolvem um conjunto determinado de saberes, resultado de uma produção especializada no campo do conhecimento histórico.

No primeiro capítulo desse trabalho, ao se esclarecer sobre as redes de ensino da história, retoma-se a expressão apresentada por Nogueira e Nogueira (2006, p. 86), como síntese para definição do conceito de ensino, tomando-se como referência algumas noções que integram o

pensamento de Pierre Bordieu sobre a educação. Segundo Nogueira e Nogueira (2006, p. 86) o ensino é a “comunicação pedagógica”.

Vale reiterar que a parte substancial de toda comunicação é o seu conteúdo, ou seja, “aquilo que comunica” e que no âmbito do ensino de história, o “corpo” (ou conteúdo) de toda comunicação são os saberes (conhecimento histórico) postos em circulação, ou seja, difundidos pela ação comunicativa. Historicamente as sociedades têm forjado “lugares” que funcionam como parte de um sistema de difusão por onde esses diversos saberes circulam; já se disse que a exemplo do conhecimento histórico, esses “lugares” constituem redes de ensino da história.

Ora, as universidades, juntamente com suas bibliotecas e museus, integram uma dessas redes; seus cursos e departamentos configuram-se como espaços de exercício de ação política por onde os saberes transitam e por onde circulam saberes históricos específicos.

Assim, o conhecimento histórico oriundo do trabalho do historiador circula nos meios acadêmicos e nos cursos de formação universitária como parte de uma historiografia acadêmica (ou especializada) e contribuem de forma *sui generis* nos processos formativos, na medida em que constituem material teórico de referência e parte de uma bibliografia especializada de fundamental importância na vida acadêmica.

Na escrita escolar da história, a historiografia acadêmica ocupa um lugar distinto daquele outrora ocupado nos cursos de formação universitária; as obras (ou livros) que a constituem, são utilizadas como fontes de pesquisa histórica, ou seja, na busca por uma escrita afetada pelos processos de constituição dos saberes escolares que ensinam; os autores de livros didáticos lançam mão das teses da história, ou mesmo de determinadas proposições alusivas a determinadas teses que marcaram a produção historiográfica e que ainda hoje e muito em função disto, seguem a influenciar as novas gerações, numa ação ininterrupta de persistência da memória. É pensado que as teses escolares são produto dessa relação.

Acredita-se que o saber histórico escolarizado difere do acadêmico, mas também se pensa que ele não se constitui sem o necessário diálogo com este último, pois pesa sobre eles uma relação de interdependência, em que (no que pese a natureza das fontes que utilizam) atribui-se ao segundo, uma posição de anterioridade em relação ao primeiro.

Os livros didáticos, salvo raras exceções, lidam principalmente com obras de referência no campo da historiografia acadêmica especializada. Por isso, não é impossível identificar correspondentes acadêmicos nas proposições que integram suas teses; verificam-se “elos” que

revestem de sentido dialógico seus sistemas explicativos que, por força dos caracteres metodológicos adotados, só o são parcialmente.

Na persistência em reafirmar um padrão unilateral de verdade, as obras escolares acabam por sugerir alterações que tendem a não expressar fielmente os pressupostos, proposições e os elementos oriundos das teses que as inspiraram. Valendo-se de fios, até certo ponto frágeis, elas se ocupam em “coser” esquemas originários de teses diversas, na tentativa de desenvolvimento de uma explicação que, embora própria, mostra-se pouco hábil em superar as limitações da tradição presente na escrita dos livros didáticos.

Nos livros didáticos em circulação nas escolas públicas de ensino médio ao longo do período de vigência das duas primeiras versões do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), verifica-se a reverberação de elementos da historiografia acadêmica da primeira metade do século XX. Percebe-se o impacto de obras tais quais as de Maurice Dobb e Henri Pirenne na proposição de uma história explicativa cuja “espinha dorsal” denuncia um sistema de ideias caracterizado pela preponderância dos determinantes econômicos.

Há reverberações das ideias preconizadas por Dobb e Pirenne nos esquemas explicativos escolares; também se verifica a tentativa de construção de uma síntese genuína por parte dos autores escolares; uma síntese que mais se assemelha a um “sistema de permutas teóricas”, onde a relação dialógica se sujeita a restrições específicas.

Mencionado de outra maneira, percebe-se que na escrita escolar da história, os esquemas explicativos são sempre ou quase sempre elaborados como parte integrante de um sistema interpretativo maior, constitutivo de teses escolares marcadas por “sinais” que revelam a reverberação, não somente de temas, mas também de axiomas e sentenças inauguradas e instauradas pela tradição historiográfica originária dos círculos universitários. Como dito anteriormente, os livros didáticos não foram os únicos, nem mesmo os primeiros a elegerem a “crise do século XIV” como objeto historiográfico; tal feito fora inicialmente obra de especialistas vinculados a uma produção de cunho eminentemente acadêmico; só algum tempo depois é que o conceito ganharia sua versão escolarizada.

Quais seriam estes correspondentes? Considerando-se o contraste entre os livros escolares, as obras de Dobb e Pirenne, onde estariam as evidências de tais fatos?

Em Pirenne, as “transformações dos séculos XIV e XV”, expressão cujo significado foi utilizado no estudo como sinônimo válido para o vocábulo “crise”, define-se pela ruptura (ou paralisação) drástica da expansão pela qual vinham passando a sociedade e a economia

medieval desde o renascimento do comércio e da vida urbana, a partir do século XI. Pirenne situa o início do século XIV como o período que assinala tal ruptura; nele não há retraimento, mas paralisação da evolução que a economia medieval vinha experimentando, desde final do século XI e início do século XII. Em Pirenne evolução econômica significou a expansão concomitante das atividades agrícola, comercial e industrial.

Pirenne explica que, mesmo após a fundação dos reinos bárbaros, o intercâmbio entre Ocidente e Oriente prosseguiu e com isso, a economia não sofreu alterações significativas em relação ao equilíbrio econômico da antiguidade; mas, ao longo do século VII, ocorre a invasão do Islã; com a irrupção, os sarracenos conquistam o mar Mediterrâneo, fechando-o para a navegação ocidental. Segundo Pirenne, o fechamento do mar à navegação ocidental fez com que a vida econômica, calcada nos intercâmbios a partir dos mercados exteriores, não subsistisse, então, a partir do século VIII o comércio no Ocidente Europeu começa a desaparecer.

O fechamento do Mediterrâneo para a navegação ocidental interrompeu as relações mercantis entre Ocidente e Oriente, lançando a parte continental da Europa Ocidental, do ponto de vista social e econômico, em significativo isolamento se comparado às regiões e às localidades da Itália Bizantina, Veneza e as do mar do Norte e do mar Báltico.

Por outro lado, tal situação de isolamento fez também com que o comércio de exportação e importação desaparecesse, e isso fez com que a população buscasse na terra, seus meios de subsistência. Segundo ele, partir de então passa a predominar uma economia “exclusivamente agrícola”, com o estabelecimento de vínculos de dependência muito forte com a terra. Como diz Pirenne: “é a terra a única fonte de subsistência e a única condição da riqueza”. (Pirenne, 1968, p. 13); segundo Pirenne, foi desse fato que se originou o feudalismo enquanto uma “ordem econômica nova”.

Disso conclui-se que para ele a economia medieval não foi unicamente, desde o seu início, uma economia eminentemente feudal, mas que o feudalismo se desenvolveu como uma alternativa (ou resposta) ao isolamento econômico e social imposto pelo Islã a partir do fechamento do Mediterrâneo à navegação ocidental. É por isso que Pirenne situa seu aparecimento, na Europa Ocidental, como tendo sido no decorrer do século IX.

Ele ainda destaca que ao longo do período de isolamento, o feudalismo acabou por consolidar-se como sistema econômico preponderante na alta Idade Média.

Vê-se que para Pirenne, houve no período do feudalismo o predomínio de uma “economia latifundiária fechada”, ou seja, uma economia sem mercados externos. Essa economia era predominantemente agrícola, existia um comércio ocasional e um mercado local, mas não um comércio regular e nem um mercado externo caracterizado por constantes e intensos intercâmbios de exportação.

Pensando a cronologia estabelecida, pode-se concluir a partir de tal que, do início do século IX ao início do século XI, houve uma limitação da vida econômica à experiência feudal. Limitação essa que acaba tão logo o mar Mediterrâneo é reaberto à navegação e ao comércio ocidental.

Para Pirenne, é somente a partir do século XI que o comércio ocidental de exportação e importação vive seu renascimento e com ele também renasce a vida urbana. Segundo Pirenne, o renascimento do comércio ocidental e da vida urbana deveu-se, sobretudo à reabertura do Mediterrâneo ao comércio ocidental logo que o “domínio do Islã sobre suas águas terminou”. (Pirenne, 1968, p. 36).

Das regiões e das cidades portuárias, o comércio expande-se para o interior. A partir da penetração do comércio para o interior, as mudanças começam a ocorrer em toda ordem econômica, inclusive no setor agrícola que passa a sofrer uma reorientação em função do comércio praticado nos mercados não locais.

É nesse sentido que Pirenne fala em expansão da economia medieval. Em Pirenne, há uma expansão horizontal e vertical. Horizontal no sentido de que a partir do século XI a atividade econômica do Ocidente Europeu deixa de limitar-se à produção agrícola, pois renasce a atividade comercial e intensificam-se a produção industrial destinada aos intercâmbios de longa distância, e vertical no sentido de aumento no quantitativo da produção e dos negócios, pois, segundo Pirenne, houve crescimento vertiginoso do comércio, da indústria e dos negócios, em função do aumento da demanda a cada um deles.

O próprio setor rural expande sua produção em função da demanda oriunda do comércio de exportação. Antes da reabertura do Mediterrâneo à navegação ocidental e da retomada do comércio de longa distância, “a organização patriarcal dos grandes domínios era completamente alheia à ideia de lucro” (Pirenne, 1968, p. 74), a produção era destinada à prática de um comércio local ocasional, sem os atributos dos intercâmbios capitalistas, “incompatíveis com a situação do latifúndio medieval” (Pirenne, 1968, p. 70); segundo Pirenne, com o

renascimento do comércio e da vida urbana, ocorre um aumento significativo da demanda para o setor rural e os latifúndios veem-se forçados a produzirem mais:

A profunda transformação das classes rurais no decorrer do século XII e XIII não é somente consequência da crescente densidade da população. Deve-se, também, em grande parte, ao renascimento comercial e ao crescimento das cidades. A antiga organização senhorial que convinha a uma época em que a falta de mercados exteriores obrigava a consumir os produtos do solo no próprio lugar onde eram cultivados, teria necessariamente que desmoronar quando se estabelecem mercados permanentes que lhes garantissem vendas regulares. Foi isso que aconteceu no dia em que as referidas cidades começaram a absorver, por assim dizer, a produção dos campos que assegurava sua subsistência. (Pirenne, 1968, p.84).

Segundo ele, outro fator indicativo das mudanças foi o “progresso da circulação monetária nos campos”. Pirenne (1968, p. 85) nos chama a atenção para o fato de que “logo que a colheita se transforma em objeto de intercâmbio, seu preço se exprime e paga-se em numerário”.

Pirenne ressalta que o fim do sistema senhorial (ou feudalismo) ocorrera proporcionalmente ao avanço do comércio capitalista e deu-se primeiramente nas regiões litorâneas, localizadas mais ao sul, bem como nas proximidades dos rios e nas localidades cuja atividade comercial já era tradição:

É interessante observar que o abrandamento do regime senhorial foi proporcional ao desenvolvimento do comércio. Em outras palavras, foi muito mais rápido nas regiões de grandes cidades e de tráfico intenso, com a Lombardia, a Toscana, o norte da França, Flandres e as margens do Reno do que na Alemanha central ou na Inglaterra. Só em fins do século XIII, começa a alterar-se neste último país, o sistema solarengo, enquanto que, desde a metade do século XII, os sintomas de sua desagregação se multiplicam na região flamenga. Nesta, o progresso econômico provocou de maneira mais completa, ao que parece, do que em qualquer outra parte, o desaparecimento da servidão. (Pirenne, 1968, p. 89-90).

Toda essa expansão e crescimento se paralisam ao influxo das mudanças que o início do século XIV anuncia. É nesse sentido que se pode falar em “crise”. É nesse sentido que a ideia de “crise”, em Pirenne, serve para designar a ruptura (ou paralisação) drástica da expansão pela qual vinha passando a sociedade e a economia medieval desde o renascimento do comércio e da vida urbana, a partir do século XI, ou seja, o fim da evolução da economia medieval.

No Ocidente Europeu, as transformações que marcariam a superação já estavam em curso desde o final do século XI e início do século XII; elas tendiam a desembocar num tipo

específico de capitalismo. O latifúndio não deixaria de existir, como de fato se verificou, mas ele estaria subordinado à outra relação e outro sistema de produção cujo fim maior seria o abastecimento dos mercados em expansão. O latifúndio haveria de tornar-se uma unidade capitalista de produção. Só não foi assim desde o início da evolução econômica e social por conta das alterações que o século XIV inaugurara.

A paralisação econômica que se seguiu ao longo de todo o século XIV e início do XV também significou a paralisação na escalada capitalista; mas, segundo ele, não há dúvida de que os prejuízos maiores recaíram sobre o sistema feudal. A nova classe capitalista, que também já havia cooptado uma boa parte da nobreza, depois do curto período de estagnação, retoma a direção outrora traçada (a da evolução econômica), mas sem os entraves que as caracterizavam, uma vez que as relações impostas pelo antigo sistema senhorial não haviam sobrevivido aos abalos que o século XIV produzira.

Pirenne destaca que o que pôs fim a essa evolução econômica foram as catástrofes (calamidades) de cunho natural e política tais como a fome, a peste e a Guerra dos Cem Anos, bem como as perturbações sociais, a exemplo das insurreições urbanas e rurais. Segundo Pirenne, as calamidades naturais e políticas, bem como as perturbações sociais respondem pela interrupção do impulso econômico.

Para ele, as mudanças em curso desde que o comércio exterior passou a estender sua área de influência alteraram sobremaneira o funcionamento da organização econômica, alimentando descontentamentos e provocando desordens sociais localizadas; as calamidades de ordem natural, bem como as catástrofes políticas agravaram ainda mais o estado de desordem social, intensificando o esgotamento das relações no âmbito do sistema feudal.

Vale ressaltar, que Pirenne, ao considerar não somente a agricultura, mas também comércio e a indústria (sobretudo a de tecido e lã), no âmbito de uma economia medieval, ele acaba por estabelecer a coexistência de duas práticas reguladoras da vida social e econômica, uma feudal e outra capitalista.

Pirenne preconiza a presença capitalista no âmbito da economia medieval: “nossas fontes, por deficientes que sejam não permitem duvidar de que o capitalismo se firmou desde o século XII.” (Pirenne, 1968, p. 168).

No passado, período anterior aos anos de 1980, os livros didáticos valiam-se muito mais da narração. Em geral, suas comunicações didáticas eram do tipo descritivo, mas de caráter narrativo. Atualmente elas são muito mais do tipo descritiva, mas de caráter explicativo. Os

livros didáticos se ocupam muito mais em explicar do que em narrar os acontecimentos históricos.

Nos sistemas explicativos escolares, os livros didáticos (seus autores) se valem das teses da história acadêmica (ou universitária), elas constituem seu ponto de partida. As teses escolares são estruturadas e mesmo organizadas seguindo-se a elaboração de uma cadeia racional de ideias.

O exame dos textos mostra que na elaboração dessa espinha dorsal responsável pela sustentação da cadeia racional de ideias que estrutura e organiza o texto, bem como dos fundamentos que configuram a base de sustentação teórica das teses que propõem, no caso específico da “crise do século XIV”, permitem-se uma aproximação e influência muito maior com as teses e os sistemas de ideia de Dobb, do que de Pirenne.

Considerando-se o contraste entre os livros escolares e as obras de Dobb e Pirenne, onde estariam as evidências de tais fatos?

1º) Os livros didáticos estabelecem uma noção difusa do termo “crise do século XIV”. Para designar o termo, os livros didáticos brasileiros estabelecem uma noção até certo ponto genérica da “crise do século XIV”. De modo geral, a noção dominante é a de que a “crise do século XIV” foi a crise geral do feudalismo, caracterizada preponderantemente por forte “retração” (ou retraimento) da economia feudal.

1. No decorrer dos séculos XIV e XV, após um longo período de relativa prosperidade, a economia da Europa Ocidental passou por uma violenta crise. Entre as causas da retração, podemos citar os efeitos da peste negra, introduzida na Europa por volta de 1348. Provavelmente de origem oriental, a peste foi responsável pela morte de milhares de pessoas. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Unidade II, Capítulo XI, p.186).
2. *Segunda fase (séculos XIV e XV) – marcada por um processo de depressão (ou contração) na Europa ocidental, decorrente das crises econômica, política e religiosa, que serão estudadas neste capítulo.* (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 218).
3. Chegamos, assim, aos séculos XIV e XV, marcados, em sociedades da Europa ocidental, por uma série de momentos críticos, que traduzem a depressão e o esgotamento do sistema feudal. Foi, em grande parte, a própria expansão econômica e populacional das sociedades cristãs medievais, a partir do século XI, que contribuiu para essas crises. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 221).
4. Apesar das guerras, da peste e dos conflitos sociais que aconteceram no século XIV, o período não foi de depressão econômica. Muitos

setores se beneficiaram dessa situação e souberam tirar vantagens dela, como os mercadores favorecidos pela abertura das rotas marítimas comerciais – iniciados durante os séculos XII e XIII -, que estavam em pleno florescimento. Em geral, a economia europeia recuperou-se em pouco tempo e já no século XV conseguiu se reconstituir sobre novas bases estruturais. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Unidade III, Capítulo IX, p. 221).

No que diz respeito a esse aspecto, verifica-se uma aproximação muito maior com Dobb do que com Pirenne. A evidência maior reside no fato de que Pirenne não fala em “retraimento” da economia feudal, mas sim “paralisação” dos progressos em curso na economia medieval.

Pirenne não recorre ao emprego da expressão “crise do século XIV”, mas isso não significa a ausência da ideia de crise no sistema explicativo por ele formulado. Em Pirenne, a noção de crise aparece expressa num outro vocabulário que ele registra nos seguintes termos: “transformações dos séculos XIV e XV”.

Para Pirenne (1968, p. 197), o início do século XIV assinalou “o fim do período de expansão da economia medieval” e de progressos que até então haviam sido contínuos em todos os domínios, significou a paralisação drástica da expansão pela qual vinha passando a sociedade e a economia medieval, desde o renascimento do comércio e da vida urbana ocorrida a partir do século XI. Tal fato, por mostrar-se como tendo sido um grave fator desestabilizador do equilíbrio em relação a uma tendência da ordem vigente, assume, por assim dizer, um sentido de “crise”.

Em Pirenne, não houve retraimento, mas sim paralisação, ou seja, fim da evolução da economia medieval; dito de outra maneira, “uma crise na economia feudal”, caracterizada por profundas transformações nos rumos da economia medieval.

Por outro lado, Dobb recorre de forma bem objetiva ao emprego do termo. Tal fato aparece expresso na seguinte passagem descrita por ele (Dobb, 1965, p. 67): “à primeira vista, parece ter existido alguma ligação e, de qualquer modo, seu efeito imediato foi ameaçar a sociedade feudal com uma retração da renda e precipitar o que se pode chamar uma crise da economia feudal no século XIV.” Observa-se que a expressão “crise da economia feudal no século XIV” é objetivamente empregada pelo autor. Para Dobb, a “crise do século XIV” foi uma crise da economia feudal.

O resultado dessa pressão maior foi não só exaurir a galinha que punha os ovos de ouro para o castelo, mas provocar, pelo desespero, um movimento de emigração ilegal das propriedades senhoriais – uma deserção maciça

por parte dos produtores, que se destinava a retirar do sistema seu sangue vital e provocar a série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV. (Dobb, 1965, p. 64).

Vê-se que o termo – crise do século XIV –, em Dobb, denota o emprego de uma unidade de tempo que compreende não somente o século XIV, mas também o século XV e envolveu o desenvolvimento não somente de uma, mas várias outras crises explicadas como parte de uma “crise geral”; mais uma vez, Dobb reforça a ideia de crise da economia feudal.

Pirenne não fala em “retraimento” da economia medieval, mas sim paralisação; a economia também não é definida como uma economia eminentemente feudal, pois Pirenne menciona um tipo capitalista de economia medieval de cujo protagonismo se vê imbuída uma nova classe de “homens novos”. É por isso que, no que diz respeito à noção do termo – crise do século XIV – empregada nos livros didáticos, verifica-se que há uma aproximação maior com a noção empregada por Dobb do que com o termo equivalente desenvolvido por Pirenne, pois Dobb considera o período como tendo sido um período de retraimento e mesmo encolhimento (contração) da economia feudal. Observa-se que em Dobb a expressão “economia feudal” aparece como sinônimo de “economia medieval”; daí conclui-se que para ele, em cada período histórico sempre haverá um sistema governante. Como dito antes, para Dobb, a “crise do século XIV” foi uma crise da economia feudal.

2º) Os livros didáticos estabelecem uma unidade de tempo. No trato da “crise do século XIV”, os livros didáticos brasileiros estabelecem uma unidade de tempo geralmente expressa em “séculos” e em conformidade com uma cronologia escolar tradicional, com limites muito bem definidos.

Nos livros didáticos, a “crise do século XIV” se desenvolveu ao longo de todo o século XIV e início do século XV; está posicionada numa subdivisão da Idade Média que os textos didáticos denominam de “Baixa Idade Média”.

No que diz respeito a esse aspecto, verifica-se que os livros didáticos refletem um ponto de vista semelhante ao de Dobb e de Pirenne. Dobb (1965, pp. 49-108) situa a “crise do século XIV” como tendo ocorrido durante os séculos XIV e XV; indicativo de unidade de tempo anteriormente estabelecida por Pirenne (1968, pp. 197-226) ao tratar das transformações dos séculos XIV e XV.

3º) Os livros didáticos estabelecem o feudalismo como modo de produção exclusivo. Nos livros didáticos, cada período de desenvolvimento das sociedades humanas tem como

marco histórico determinante (na estrutura de organização da vida material e nas relações que delas emergem), o império de um modo de produção específico.

No que diz respeito a esse aspecto, verifica-se que nos livros didáticos prepondera um ponto de vista semelhante ao de Dobb.

Em Dobb, tal fato aparece estritamente relacionado ao desenvolvimento da noção de “capitalismo” por ele adotada.

Em *A evolução do capitalismo*, Dobb adota uma orientação de cunho marxista. A opção teórica por ele adota aparece muito claramente expressa nessas duas passagens da obra:

1. Em terceiro lugar, temos o significado inicialmente conferido por Marx, que não baseava a essência do Capitalismo nem num espírito de empresa nem no uso da moeda para financiar uma série de trocas com objetivo de ganho, mas num determinado modo de produção. Por modo de produção ele não se referia apenas ao estado da técnica — ao que chamou o estado das forças produtivas — mas ao modo pelo qual os meios de produção eram possuídos, e às relações sociais entre os homens resultantes de suas ligações com o processo de produção. Desse modo, o Capitalismo não era apenas um sistema de produção para o mercado — um sistema de produção de mercadorias, como Marx o denominou — mas um sistema de acordo com o qual a força de trabalho ‘se transformara a si própria em uma mercadoria’ e se vendia e comprava no mercado, como qualquer outro objeto de troca. Seu requisito histórico era a concentração da propriedade dos meios de produção em mãos de uma classe, consistindo de apenas uma parte pequena da sociedade, e o aparecimento consequente de uma classe destituída de propriedade, para a qual a venda de sua mão de obra era a fonte única de sua subsistência. A atividade produtiva era por isso suprida por ela, não em virtude de compulsão ou obrigação legal, mas na base de um contrato salarial. Toma-se claro que tal definição exclui o sistema de produção artesanal independente, onde o artesão possuía seus próprios e modestos implementos de produção e empreendia a venda de seus próprios artigos. Nisto não existia qualquer divórcio entre a propriedade e o trabalho, e a não ser onde o artesão recorria em qualquer medida ao emprego de diaristas, era a venda e compra de artigos inanimados, e não da mão de obra humano, o que constituía sua preocupação primária. O que diferencia o uso desta definição quanto às demais é que a existência do comércio e do empréstimo de dinheiro, bem como a presença de uma classe especializada de comerciantes ou financistas, ainda que fossem homens de posses, não basta para constituir uma sociedade capitalista. Os homens de capital, por mais aquisitivos, não bastam — seu capital tem de ser usado na sujeição da mão de obra à criação da mais-valia na produção. (Dobb, 1965, p. 18-19).
2. Por outro lado, se torna claro que, na medida em que nosso conhecimento se enriqueceu pela extensão da pesquisa na história econômica moderna das últimas décadas, a definição do Capitalismo em uso real na historiografia marchou cada vez mais no sentido daquela inicialmente adotada e desenvolvida por Marx. (Dobb, 1965, p. 21-22).

Vê-se que nele, o capitalismo é definido como “modo de produção” específico, característico de certo estágio e estado de desenvolvimento da vida material. Se acrescentar a este aspecto do sistema de ideias de Dobb, outro, então se verificará mais claramente, em que os livros didáticos a ele se assemelham.

O que se acha implicado numa concepção do Capitalismo como a por nós adotada é que, a não ser por intervalos comparativamente breves de transição, cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação socioeconômica. Daí mostrar-se mais esclarecedor em qualquer dado período tratarmos em termos de um sistema homogêneo, e ignorarmos as complexidades da situação, pelo menos como primeira aproximação, do que seria o contrário. Nosso interesse principal não estará no primeiro aparecimento de alguma forma econômica nova, nem o simples aparecimento da mesma justificará uma descrição do período posterior por um nome novo. De importância muito maior será a etapa quando a forma nova tenha atingido proporções que lhe permitam imprimir sua marca no todo da sociedade e exercer uma influência principal na modelagem da tendência de desenvolvimento. Também, é verdade que o processo de modificação histórica, em sua maior parte, é gradual e contínuo.” (Dobb, 1965, p. 23).

Dobb enfatiza que “cada período histórico é modelado sob a influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea” e por isso, segundo ele, deve ser caracterizado de acordo com a natureza do tipo predominante de relação socioeconômica que possua. É desse argumento que se valem os livros didáticos ao estabelecerem os elementos característicos de cada período histórico. Consideram que cada período histórico é possuidor de caracteres definidores de uma forma econômica exclusiva, cuja influência (sobre os demais elementos) se dá de forma hegemônica.

Assim os livros didáticos estabelecem, seguindo-se uma tendência similar à estabelecida por Dobb a partir de uma orientação de cunho marxista, para cada tempo histórico um modo de produção específico. É nesse sentido que se partindo de tal concepção de pensamento presume-se que, se há um “modo de produção capitalista”, também há um “modo de produção feudal”. Mas como explicar a presença de práticas capitalísticas no âmbito de um sistema que não é classificado como sistema capitalista de produção? A análise superficial desta questão nos inclinaria a crer que, nesse aspecto os livros didáticos estariam mais próximos de Pirenne do que de Dobb, uma vez que seu sistema de ideias agrega no âmbito da economia medieval, tanto práticas consideradas eminentemente feudais, como outras de caráter eminentemente

capitalista; mas essa seria uma conclusão precipitada, pois o olhar mais atento e detalhado mostra que não é bem assim.

Para Dobb, não é possível, dois modos de produção coexistir, com tanta intensidade, num mesmo tempo histórico. A retomada do desenvolvimento do comércio a partir do final do século XI e início do século XII, bem como a existência de núcleos de produção artesanal manufatureira não são suficientes para caracterizar certo tipo de capitalismo nesse período. Para ele, o comércio e a indústria de fato fizeram parte do mundo medieval, mas dentro de um sistema institucional e jurídico senhorial, ou seja, vinculados à classe dos senhores e a um sistema de subordinação fiel tradições feudais.

Numa sociedade predominantemente agrícola as relações decisivas estarão ligadas à posse da terra e como a divisão do trabalho e a troca deverão mostrar-se pouco desenvolvidas, o trabalho excedente tenderá a ser executado diretamente como obrigação pessoal, ou tomar a forma da entrega de certa cota de seu produto, pelo cultivador, como tributo em forma natural, a um senhor das terras. O crescimento da indústria, que acarreta a invenção de novos e variados instrumentos de produção, produzirá novas classes e, por criar problemas econômicos novos, requererá formas novas de apropriação do trabalho excedente em benefício dos donos dos novos instrumentos de produção. A sociedade medieval se caracterizava pela execução obrigatória do trabalho excedente pelos produtores, que se achavam na posse de seus próprios instrumentos primitivos de cultivo e estavam ligados à terra. A sociedade moderna, por contraste, se caracteriza por uma relação entre o trabalhador e o capitalista, que toma uma forma puramente contratual e se mostra indistinguível, em aparência, de qualquer das outras transações múltiplas de mercado livre de uma sociedade de trocas. A transformação da forma medieval de exploração do trabalho excedente para a moderna não foi processo simples que possa ser apresentado como uma tabela genealógica de descendência direta, mas ainda assim entre os remoinhos desse movimento a vista pode distinguir certas linhas de direção do fluxo. Tais linhas incluem não apenas modificações na técnica e o aparecimento de novos instrumentos de produção, que aumentaram grandemente a produtividade do trabalho, mas uma crescente divisão do trabalho e, por consequência, o desenvolvimento das trocas, bem como uma crescente separação do produtor quanto à terra e aos meios de produção e seu aparecimento como um proletário. (Dobb, 1965, p. 29).

Para Dobb, a sociedade feudal era predominantemente agrícola; ao afirmar tal fato ele não nega a presença do comércio naquela sociedade, mas também considera que esse comércio esteve circunscrito no âmbito do próprio sistema feudal, e não parte de outro sistema. Talvez seja por esse motivo que ele utilize a expressão “predominantemente agrícola” e não “exclusivamente agrícola”.

Para ele, (Dobb, 1965, p. 29), nesse sistema feudal: a) as relações decisivas se prendem à posse da terra; b) há pouca divisão do trabalho assim como pouco desenvolvido são os sistemas de trocas; c) há uma produção de excedente, mas ele faz parte de um sistema de obrigações tradicional, onde o produtor direto (ou cultivador) repassa parte da produção (na forma natural) ao senhor das terras como pagamento de um imposto. Segundo Dobb, a sociedade moderna é diferente de tudo isso; nela há um contrato que regula as relações “entre o trabalhador e o capitalista”.

Ainda defende que (Dobb, 1965, p. 29) “a transformação da forma medieval de exploração do trabalho excedente para a moderna” exigiria quatro outras coisas: primeiro, o aumento da “produtividade do trabalho”; segundo, uma maior “divisão do trabalho”; terceiro, intensificação das permutas e quarto, a “separação do produtor quanto à terra e aos meios de produção e seu aparecimento como um proletário”.

Em linhas gerais, Dobb acredita que o início de tais mudanças não teria ocorrido antes dos séculos XV e XVI, por isso não se pode crer que o desenvolvimento de uma forma econômica moderna tenha se dado antes desse período.

Quando examinamos a história do capitalismo concebida desse modo, toma-se claro que devemos datar sua fase inicial na Inglaterra, não no século XII como faz Pirenne (que pensa principalmente na Holanda), nem mesmo no século XIV com seu comércio urbano e ligas artesanais como fizeram outros, mas na segunda metade do século XVI e início do XVII, quando o capital começou a penetrar na produção em escala considerável, seja na forma de uma relação bem amadurecida entre a capitalista e a assalariados, ou na forma menos desenvolvida da subordinação dos artesãos domésticos que trabalham em seus próprios lares para um capitalista ao chamado ‘sistema de trabalhar caseiro’. (Dobb, 1965, p. 29).

Tais apontamentos são desenvolvidos porque o autor acredita que houve um período de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A substituição de um sistema antigo por outro novo implicaria necessariamente na desintegração do primeiro. Dobb (1965, p. 33) não acredita que a desintegração do sistema feudal tenha se dado como consequência de “qualquer ligação íntima com o crescimento do novo modo de produção no seio do antigo”. Para ele, a ideia do feudalismo ter sucumbido em função da pressão do capitalismo não se sustenta, nem mesmo a ideia de que o capitalismo teria originado no seio mesmo do próprio feudalismo.

Nesse aspecto, a posição dos livros didáticos é semelhante à de Dobb, pois eles falam em comércio, assim como falam no desenvolvimento dos negócios e da indústria, mas não

afirmam serem esses caracteres de um sistema capitalista; ao contrário, tudo é desenvolvido no bloco de temas classificados como parte de uma história medieval e não moderna. Quando eles iniciam a abordagem dos temas relacionados à “Expansão comercial e marítima europeia”, bem como ao “Mercantilismo” e à “Formação dos Estados Modernos”, aí sim, eles passam a lançarem mão com maior frequência do termo “Capitalismo”. Daí conclui-se que a periodização estabelecida nos livros didáticos é semelhante àquela apresentada por Dobb e distinta da apresentada por Pirenne.

A síntese completa da concepção de feudalismo postulada por Dobb aparece expressa da seguinte forma:

Evitando a prolixidade, postularemos a definição de feudalismo que nos propomos adotar doravante. A ênfase dessa definição estará não na relação jurídica entre vassalos e soberano, nem na relação entre produção e o destino do produto, mas naquela entre o produtor direto (seja ele artesão em alguma oficina ou camponês na terra) e seu superior imediato, o senhor, e o teor socioeconômico da obrigação que os liga entre si. De conformidade com a noção de capitalismo examinado no capítulo anterior, tal definição caracterizará o feudalismo primordialmente como um “modo de produção” e isto formará a essência de nossa definição. Como tal, será virtualmente idêntica àquilo que geralmente queremos dizer por servidão – uma obrigação imposta ao produtor pela força e independentemente de sua própria vontade, para que satisfaça a certas exigências econômicas de um senhor, quer tais exigências tomem a forma de serviços a prestar, ou taxas a pagar em dinheiro ou artigos em trabalho ou no que o Dr. Neilson chamou ‘presentes para a despesa do senhor’. Essa força coatora pode ser a militar, possuída pelo superior feudal, ou a do costume apoiado por algum tipo de processo jurídico, ou a força da lei. Tal sistema de produção contrasta, de um lado, com a escravidão em que (como Marx o exprimiu) ‘o produtor direto acha-se aqui em posse de seus meios de produção, das condições de trabalho materiais necessárias a realização de seu trabalho e a produção dos seus meios de subsistência. Ele empreende sua agricultura e indústria rurais e a elas ligadas como produtor independente’, enquanto ‘o escravo trabalha com condições de trabalho pertencentes a outrem’. Ao mesmo tempo, a servidão implica que ‘a relação de propriedade se deve afirmar como relação direta entre dominadores e servos, de modo que o produtor direto não é livre’ – ‘uma falta de liberdade que pode ser modificada da servidão com trabalho forçado até o ponto de uma simples relação tributária’. Ela contrasta com o capitalismo em que, sob este último, o trabalhador não é mais um produtor independente em primeiro lugar (como sob escravidão), mas acha-se divorciado de seus meios de produção e da possibilidade de prover a sua própria subsistência, mas em segundo lugar (diversamente da escravidão), sua relação com o dono desses meios que o emprega é puramente contratual (um ato de venda ou assalariamento terminável em curto prazo) — diante da lei, ele é livre tanto para escolher seu senhor ou patrão quanto para trocá-lo, não estando ainda sob qualquer obrigação, a não ser aquela imposta por um contrato de serviço, de contribuir com trabalho ou pagamento para um patrão. Esse sistema de relações sociais, ao qual nos referimos como Servidão Feudal, associou-se na história, por uma série de motivos, a um baixo nível de técnica, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos, e o ato de produção em grande

parte é individual em caráter; a divisão do trabalho (e daí a coordenação dos indivíduos na produção como um processo socialmente integrado) mostra-se em nível bem primitivo de desenvolvimento. Historicamente, foi também associado (e por motivo semelhante) a condições de produção para as necessidades imediatas do domicílio ou coletividade em seu âmbito de aldeia, e não a um mercado mais amplo; embora a ‘economia natural’ e a servidão estejam bem longe de limítrofes, como veremos adiante. O ápice de seu desenvolvimento se caracterizou pela atividade agrícola executada na propriedade do patrão ou senhor, muitas vezes em escala considerável, por serviços de trabalho compulsório. Mas o modo de produção feudal não se restringiu a essa forma clássica. Finalmente, este sistema econômico se ligou, pelo menos durante parte de sua história e muitas vezes em suas origens, a formas de descentralização política, com a posse condicional da terra pelos senhores em algum tipo de ocupação da mesma por serviços por eles prestados e (mais geralmente) com a posse por um senhor com funções judiciárias ou semijudiciárias em relação à população dependente dele. (Dobb, 1965, p. 52-54).

Dizer que o feudalismo foi um modo de produção implica o entendimento de que ele compreendeu não somente a produção e a distribuição de mercadorias e serviços, mas também as relações sociais a elas correspondentes, num dado momento e estado de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Enquanto sistema econômico e modo de produção específico, o feudalismo apresenta caracteres próprios, ou seja, distinto dos sistemas e modos de produção que o precederam e mesmo os posteriores. Escreve Dobb (1965, p. 23): “cada período histórico é modelado sob influência preponderante de uma forma econômica única, mais ou menos homogênea, e deve ser caracterizado de acordo com a natureza desse tipo predominante de relação socioeconômica”.

Do mesmo modo, os livros didáticos estabelecem o feudalismo como um sistema econômico próprio segundo características, senão idênticas, pelo menos semelhantes às relacionadas por Dobb; não significa afirmar que não haja diferenças; elas efetivamente existem.

No livro didático, o conceito de feudalismo predominante é semelhante ao de Dobb, mas não idêntico. Somada à definição apresentada por Dobb eles acrescentam ainda noções desenvolvidas por Le Goff e Duby, expressas da seguinte maneira:

1. Neste livro, adotamos como referência o conceito elaborado pelo historiador francês Jacques Le Goff, especialista em História Medieval. Segundo ele, feudalismo é um sistema de organização econômica, social e política, no qual uma camada de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que trabalha na terra e lhes fornece com que viver. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 190).
2. Neste livro, trabalhamos com a definição de feudalismo elaborada pelo historiador francês Jacques Le Goff, especialista em história medieval.

Um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes fornece com que viver. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIII, p. 224).

3. Jacques Le Goff e George Duby especialistas em Idade Média, dividem a sociedade da Alta Idade Média em três grandes ordens. A primeira compreendia os integrantes do clero, que cuidavam da fé cristã; a segunda reunia os senhores feudais (nobreza), responsáveis pela guerra e pela segurança; a última ordem era aquela constituída pelos servos, que trabalhavam para sustentar toda a população. (HISTÓRIA, Unidade IV, capítulo XII, p. 70-71).

Em linhas gerais, o Feudalismo é definido como tendo sido um sistema de organização econômica, social e política, predominante na Europa ocidental durante a Idade Média; nele, há uma ordem de senhores que constituem uma camada de guerreiros especializados, há o clero, e há os servos que respondem pelo trabalho na terra. Nos livros didáticos, o feudalismo é apontado como tendo surgido em substituição ao escravismo greco-romano. Suas características variavam, de acordo com cada região. Dentre suas características, os livros didáticos apontam:

1. Em linhas gerais, do ponto de vista econômico, o sistema feudal, em sua formação, era caracterizado pelo predomínio da produção para consumo local, comércio bastante reduzido ou até quase inexistente e ausência ou baixa utilização de moeda. O feudo, unidade de produção agrária, pertencia a uma camada de senhores feudais, que eram membros do alto clero ou nobres guerreiros. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Unidade III, Capítulo 8, p. 206-209).
2. O trabalho na sociedade feudal estava baseado na servidão, relação que mantinha os trabalhadores (servos, ou vilãos ou aldeãos) presos à terra e subordinados a uma série de obrigações em impostos feudais e serviços. Nessa época era comum que as pessoas nascessem, vivessem e morressem sem jamais sair do mesmo lugar, atreladas às obrigações para com o senhor do feudo. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Unidade III, Capítulo 8, p. 206-209).
3. A exploração do trabalho servil era legitimada pela Igreja. Para ela, cada membro da sociedade tinha funções a cumprir em sua passagem pela terra, o que disseminava uma mentalidade favorável à condição subordinada dos servos. Segundo essa mentalidade, era função do servo trabalhar, do clérigo rezar e do nobre proteger militarmente a sociedade. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Unidade III, Capítulo 8, p. 206-209).
4. Os senhores feudais, por sua vez, estabeleciam entre si relações de suserania e vassalagem. Isso ocorria, por exemplo, quando um nobre doava terras a outro nobre, em troca de ajuda em guerras e outras obrigações, como tributos. O senhor que doava o feudo tornava-se suserano, comprometendo-se a proteger militarmente o nobre que recebera a terra. Este passava a ser vassalo daquele, obrigado a prestar,

principalmente, ajuda militar ao primeiro. Um suserano poderia ter diversos vassallos, e cada vassallo outros tantos, de forma que diversos senhores feudais, nobres guerreiros de uma região, assumiam um compromisso mútuo de defesa. Também ocorria de um nobre tornar-se suserano não por doar terras, mas por fazer outros tipos de concessão: por exemplo, ceder ao vassallo o direito de explorar pedágios em pontes ou estradas, ou recolher taxas numa aldeia ou região. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Unidade III, Capítulo 8, p. 206-209).

5. O processo de formação do feudalismo, por abranger uma área muito extensa, não foi idêntico em todos os lugares da Europa ocidental. No entanto, é possível identificar algumas características comuns ocorridas em várias regiões, que correspondem, atualmente, a França, Alemanha, Inglaterra e parte da Itália. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).
6. Enfraquecimento do poder real (ou central) e fortalecimento dos poderes dos senhores locais ou regionais; (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).
7. (...) existência de vínculos pessoais de obediência e proteção entre os mais poderosos e os mais fracos; (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).
8. (...) declínio das atividades comerciais urbanas e fortalecimento da vida rural (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).
9. (...) uso generalizado de trabalho servil no campo. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).
10. Durante o feudalismo, com o enfraquecimento dos governos centralizados na Europa ocidental, o poder político era controlado predominantemente pelos senhores feudais. Estes eram detentores de extensões de terras – os feudos – e governavam seus domínios exercendo autoridade administrativa, judicial e militar. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).
11. Tinha na agricultura sua principal atividade produtiva... (HISTÓRIA, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 109).
12. Baseava-se em uma sociedade rigidamente hierarquizada, na qual os indivíduos encontravam-se subordinados uns aos outros por laços de dependência pessoal... (HISTÓRIA, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 109).
13. Uma pequena elite formada por grandes senhores de terra e pelo alto clero ocupava o topo da sociedade... (HISTÓRIA, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 109).
14. O poder político estava fragmentado entre os senhores feudais e o rei... (HISTÓRIA, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 109).
15. Havia uma grande massa de camponeses presos à terra; eram os servos da gleba, que viviam sob o domínio dos senhores feudais, garantindo-lhes o sustento. (HISTÓRIA, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 109).
16. As forças produtivas no feudo eram pouco desenvolvidas. A população trabalhadora era pequena (e reduzida pelas pestes e guerras), a tecnologia era limitada, as estradas ruins e perigosas. Tudo isso tornava a vida difícil, com muito trabalho e pouca recompensa. Durante séculos, a maioria da população viveu com poucos recursos e à beira da morte por fome. Por causa disso, quase toda a produção do feudo

era consumida pelos próprios moradores. Sobrava pouco para vender. Não é difícil compreender que o comércio e o dinheiro tinham pouca importância. Afinal de contas, havia pouco a comprar, não é mesmo? Agora, atenção. Durante séculos, o comércio e as cidades foram pouco desenvolvidos, mas isso não significa que tivessem desaparecido da Europa. Havia inclusive longas rotas comerciais de longa distância (comércio de sal, por exemplo). (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Capítulo VI, p. 83-85).

17. Na sociedade feudal, a classe dominante era formada pelos senhores feudais. Estamos falando principalmente de nobres com títulos como duque, barão, conde, marquês e visconde. O privilégio do senhor feudal não vinha exatamente da propriedade da terra, mas do direito (e poder) de cobrar tributos feudais de quem vivia em seus domínios. Os principais direitos feudais estavam relacionados com o uso da terra, mas era possível cobrar tributos feudais sobre um moinho ou uma estrada, por exemplo. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Capítulo VI, p. 86-88).

Segundo Dobb (1965), esse sistema econômico feudal não subsistiu *ad infinitum*, mas fora superado pelo sistema econômico capitalista (ou modo de produção capitalista). Para ele, tal superação teria sido precedida por uma fase de declínio ou desagregação do sistema feudal.

O golpe sofrido pelo sistema fora resultante dos efeitos da crise pela qual passou a antiga ordem feudal; uma crise, segundo ele, com raízes econômicas (Dobb, 1965, p. 67), mas cujos “fatores políticos e sociais [também] desempenharam papel importante na determinação do curso dos acontecimentos”. (Dobb, 1965, p. 71). Tal foi a crise do século XIV.

Dobb sustenta, como dito anteriormente, que a crise que se abateu sobre as sociedades medievais da Europa ocidental ao longo do século XIV, abalou seriamente o modo de produção feudal, conduzindo-o a um “adiantado estado de desintegração”.

É bem verdade que Dobb situa o modo de produção capitalista como sendo posterior ao modo de produção feudal; por outro lado ele não descarta a ideia de que “em qualquer período da história os elementos característicos, tanto dos períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados” de forma bastante complexa:

Em nossa preocupação com a definição de um sistema econômico, não devemos deixar implicado que as fronteiras entre os sistemas devam ser traçadas nas páginas da história como uma linha divisória bem clara. Como insistiram corretamente aqueles que desconfiam de toda a falação sobre épocas, na realidade os sistemas jamais se encontram em sua forma pura, e em qualquer período da história os elementos característicos, tanto dos períodos anteriores, quanto dos posteriores, podem ser achados, às vezes, misturados numa complexidade extraordinária. Elementos importantes de cada sociedade nova, embora não forçosamente embrião completo da mesma, acham-se no seio da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova. (Dobb, 1965, p. 23).

4º) Os livros didáticos estabelecem uma unidade de lugar. Nos livros didáticos, a “crise do século XIV” é situada como tendo atingido não toda a Europa, mas sim sua parte Ocidental (Ocidente Europeu), também denominada Europa Ocidental.

1. *Chegamos, assim, aos séculos XIV e XV, marcados, em sociedades da Europa ocidental, por uma série de momentos críticos, que traduzem a depressão e o esgotamento do sistema feudal. Foi, em grande parte, a própria expansão econômica e populacional das sociedades cristãs medievais, a partir do século XI, que contribuiu para essas crises. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 221).*
2. São muitas as consequências desta multiplicação de guerras na Europa Ocidental. Diversas cidades foram saqueadas e inúmeras plantações, devastadas. A desorganização da produção provocou crises de abastecimento e alta no preço dos alimentos. A insegurança prejudicou a atividade comercial. *(HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XV, p. 141-142).*
3. *No decorrer dos séculos XIV e XV, após um longo período de relativa prosperidade, a economia da Europa Ocidental passou por uma violenta crise. Entre as causas da retração, podemos citar os efeitos da peste negra, introduzida na Europa por volta de 1348. Provavelmente de origem oriental, a peste foi responsável pela morte de milhares de pessoas. Acredita-se que em três meses um terço da população europeia tenha sido dizimado. Uma das consequências imediatas da mortandade foi a desorganização da produção e, com isso, a fome generalizada. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Unidade II, Capítulo XI, p.186).*
4. *Esse caráter eterno e inquestionável da ordem social seria abalado pelo crescimento comercial, ocorrido na Europa ocidental a partir do século XI. A multiplicação de mercadores, banqueiros e artesãos afetou a hierarquia da sociedade medieval. Pouco a pouco, surgiram outras formas de organização social, baseadas em diferentes critérios, como os profissionais. O mundo do trabalho, até então identificado com as atividades agrícolas, passou a englobar também aquelas dedicadas ao comércio e ao artesanato. Apesar disso, o modelo das três ordens se manteve como referência na sociedade medieval. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Unidade III, Capítulo VIII, p. 136-137).*
5. *A relação entre atividades humanas e alterações na natureza é mais perceptível hoje, mas isso não significa que seja um fato restrito à atualidade. O período entre o século XIV e a primeira metade do século XV foi marcado por mudanças climáticas que ajudaram a precipitar uma grave crise econômica e social que atingiu profundamente a população da Europa Ocidental. Fome, surtos de epidemias, guerras e revoltas foram alguns dos sintomas dessa crise. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).*
6. *No contexto desse período turbulento, houve também uma série de conflitos entre França e Inglaterra, conhecidos como Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que agravou ainda mais a crise econômica pela qual passava a Europa Ocidental. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA,*

Unidade III, Capítulo IX, p. 214).

7. Em meio à crise generalizada que se abateu sobre a Europa Ocidental no século XIV estouraram também revoltas populares, no campo e na cidade, contribuindo para aprofundar ainda mais o processo de desagregação do sistema feudal. Essas revoltas foram respostas à tentativa dos senhores feudais de manterem suas rendas acentuando a exploração da mão de obra servil. (*CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Unidade III, Capítulo IX, p. 219*).

Tanto em Pirenne quanto em Dobb, a unidade de lugar estabelecida é a mesma.

Vejam:

1. Em Pirenne (PRÓLOGO):

Procurei, nesta obra, expor ao público o caráter e o movimento geral da evolução social e econômica da Europa Ocidental, desde os fins do Império Romano até meados do século XV. Esforcei-me por considerar esta vasta extensão como um todo único, cujas partes, embora diferentes, estão em constante comunicação umas com as outras; isto é, adotei um ponto de vista internacional, procurando, antes de tudo, determinar o caráter essencial do fenômeno que descrevia, dando menos importância às formas particulares que assumiu, não só em diferentes países, mas também em partes diversas do mesmo país. Com tal objetivo, tive, naturalmente, que dar preferência aos países onde a atividade econômica se desenvolveu mais rápida e completamente durante a Idade Média, tais como a Itália e os Países Baixos, cuja influência, direta ou indireta, no resto da Europa, pode-se descrever com frequência. (Pirenne, 1968, p. 6).

1. Em Dobb:

2. Após 1300, no entanto, a população na maior parte da Europa ocidental, em vez de aumentar como sucedera desde o ano 1000, parece ter entrado em declínio acentuado. (Dobb, 1965, p. 67, grifo meu).
3. O revivescimento do comércio na Europa ocidental depois do ano 1100 e seu efeito perturbador sobre a sociedade feudal são coisa bem conhecida. Como o crescimento do comércio trouxe em sua esteira o comerciante e a coletividade comercial, que se nutriu como um corpo estranho dentro dos poros da sociedade feudal; como sobreveio uma circulação crescente do dinheiro através da troca, penetrando na autossuficiência da economia senhorial; como a presença do comerciante ou mercado incentivou uma inclinação crescente no sentido de permutar produtos excedentes no mercado – tudo isso, com grande riqueza de pormenores, já foi narrado muitas vezes. As consequências para a tessitura da ordem antiga foram bastante radicais. (Dobb, 1965, p. 54, grifo meu).

5º) Os livros didáticos reiteram a ideia de que, na Idade Média, o Ocidente Europeu vivera desde o final do século XI ao término do século XIII, uma fase de expansão nos mais variados setores da vida material. Esse é um aspecto presente em Dobb e em Pirenne; ambos consideram esse período como tendo sido um período de expansão da vida material.

Exemplos (livros didáticos):

1. A partir do século XI, a Europa passou a viver um período de relativa tranquilidade social e crescimento populacional. A economia expandiu-se em vários setores. Os limites impostos pelo sistema feudal começaram a ser rompidos. As cruzadas reabriram o Mediterrâneo aos europeus, o comércio ganhou impulso e as cidades cresceram. Nem mesmo as crises do final do período medieval conseguiram deter as transformações que vinham ocorrendo. Como se processaram essas transformações? É possível afirmar que elas marcaram a passagem para um 'novo tempo'? (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XV, p. 138).

1. Vimos como a sociedade cristã medieval, a partir do século XI, vivenciou uma expansão econômica e populacional. Com o desenvolvimento agrícola, comercial e artesanal, a economia se fortaleceu e se diversificou. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Unidade VI, Capítulo XV, p. 141).

1. No período da Baixa Idade Média, surgiram inovações tecnológicas que possibilitaram o aumento da produtividade agrícola. O moinho hidráulico foi aperfeiçoado e desenvolveram-se a charrua, uma espécie de arado que revolia o solo mais profundamente, e novas formas de atrelar os animais, o que aumentou o poder de tração. Também foi difundida a prática da rotação de culturas, segundo a qual parte da terra ficava em repouso, para que não se esgotassem os nutrientes do solo. Outra novidade foi a ampliação da área cultivada. Extensas áreas florestais foram derrubadas e deram lugar a lavouras. A maior oferta de alimentos favoreceu o crescimento populacional e permitiu a geração de excedentes para uma atividade comercial cada vez mais intensa. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Unidade II, Capítulo XI, p.181-182).

1. A partir de meados do século XIII, com o aparecimento de banqueiros, cambistas e usuários das mais variadas origens, ocorreu uma expansão de crédito, o que veio favorecer as atividades comercial e manufatureira, nitidamente urbanas. Desenvolveram-se também o comércio marítimo costeiro e o terrestre, realizados a curta ou longa distância. As feiras que ocorriam na região de Champagne atraíam negociantes de várias partes da Europa. Caravanas de mercadores compravam e vendiam peles, mel, cera, trigo, madeira, minerais, vinho, sal e tecidos. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Unidade II, Capítulo XI, p.181-182).

1. O mundo do trabalho também assistiu transformações importantes durante a Baixa Idade Média. Nos domínios dos senhores, foram abolidas algumas obrigações servis, e os camponeses, principalmente após o século XII, passaram a exigir pagamento em dinheiro ou em parte do excedente agrícola. Alguns deles conseguiram obter rendas vendendo seus excedentes nos mercados locais, enquanto outros abandonaram as lavouras e se especializaram na produção artesanal e no comércio. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Unidade II, Capítulo XI, p.181-182).

Para Pirenne, significou a evolução da economia medieval; segundo ele, é um período em que o capitalismo origina-se, produzindo efeitos capazes de mobilizar mudanças no sistema de produção e de trocas do feudalismo.

Para Dobb, foi um período de expansão da economia feudal, gerando alterações no âmbito do próprio sistema, a exemplo da ampliação do comércio e da intensificação das trocas monetárias.

6º) Os livros didáticos estabelecem que a crise do século XIV foi uma crise do feudalismo, e que somada aos efeitos provocados pelos desenvolvimentos do comércio e da indústria e das transformações anunciadas desde os séculos XI e XII, responderiam pelo fim do feudalismo.

Os livros didáticos defendem que a crise do século XIV foi uma crise do sistema feudal; ela, juntamente com as mudanças econômicas em curso desde os séculos XI e XII, respondem pelo fim do sistema feudal. Segundo eles, a crise marca um período de transição do feudalismo para o capitalismo, do mesmo modo que assinala a passagem da Idade Média para a Idade Moderna, considerando-se a periodização por eles adotada.

Em Pirenne, observa-se que a crise (considerando-se as ideias relacionadas às transformações dos séculos XIV e XV) significou uma paralisação do crescimento da economia medieval, em todos os sentidos.

Nesse aspecto, a opinião expressa, nos livros didáticos, distingue-se daquela apresentada por Pirenne. Os textos escolares exploram a ideia de retraimento da economia medieval. Para eles, a economia medieval foi uma economia estritamente feudal; eles não negam o desenvolvimento do comércio, o aumento das transações monetárias e a expansão das atividades mercantis, bem como as associações comerciais, etc., mas consideram que tais mudanças foram efeitos relacionados à própria estrutura do sistema; que cresceram e tornaram-se mais importantes que elas. Tal ponto de vista é semelhante à ideia defendida por Dobb. O ponto de vista de Dobb vai nessa direção.

Dobb não vê possibilidade em se pensar a economia medieval como uma economia capitalista. Para Pirenne, “o capitalismo se firmou desde o século XII”; é por isso que ele preconiza a existência de um capitalismo medieval. Olhando nessa perspectiva ver-se-á que nele (Pirenne, 1968), o capitalismo faz parte de uma economia medieval: “Nossas fontes por deficientes que sejam não nos permitem duvidar de que o capitalismo se firmou desde o século XII.” (Pirenne, 1968, p. 168).

A indústria e o comércio, as relações mercantis, o desenvolvimento do capital e a economia monetária não são apresentados por Pirenne como algo alheio ou fora da economia medieval. Pode-se entender que para ele a economia medieval em expansão era tudo isso; ou seja, tudo isso fazia parte de uma economia medieval em plena expansão, ou como ele diz, em pleno “vigor social”. Segundo ele, a crise teria interrompido esse processo até então em curso. A expansão econômica seria retomada ao longo dos séculos XVI e XVII.

O sentido empregado por Dobb na definição do termo “capitalismo” torna inconcebível a crença num “capitalismo medieval”. Nos termos, como ele define, o conceito é inapropriado crer que tenha havido capitalismo na Idade Média.

Para Dobb, é um período de transição e de colapso do sistema por conta de suas ineficiências e não de fatores externos.

Em linhas gerais, é possível dizer que, para Dobb a crise foi antes de tudo uma crise econômica. Segundo ele: “uma crise da economia feudal”. Dizer que a crise foi antes de tudo econômica implica lançar luz sobre as relações de produção e distribuição e seus desdobramentos no campo das relações sociais; seus deslocamentos na constituição de uma espécie de cartografia da crise.

O aumento das exigências concomitante à exaustão das forças do trabalhador e a consequente diminuição da capacidade produtiva da classe produtora produziu, como resultado final, a fuga de um grande número de produtores “das propriedades senhoriais”. Para Dobb (1965, p. 64), tal fenômeno provocaria uma “série de crises nas quais a economia feudal iria achar-se mergulhada nos séculos XIV e XV”.

Nas explicações formuladas por Dobb, parece que, dentre as repostas forjadas pelos senhores às necessidades de ampliação da renda senhorial, o peso maior recaiu mesmo sobre a intensificação da pressão sobre os produtores diretos (servos e vilões). E é esse aspecto o que indica, mais precisamente, a origem do que ele chama de “crises dos séculos XIV e XV”.

Para ele, os séculos XIV e XV estiveram envoltos numa série de crises cuja origem teria sido o abandono das terras pelos camponeses e, por conseguinte, a falta de mão de obra para o trabalho agrícola.

No passado, pelo menos até o ano de 1300, como menciona Dobb, não se verificou queda na renda senhorial, mas ao contrário, teria ocorrido um aumento na renda. Ele explica que no passado, período anterior à crise, a disponibilização de novas terras cultiváveis houvera sido adotada como uma saída viável à necessidade de ampliação da renda; no entanto reforça

que esta medida só fora possível de ser implementada porque pelo menos até o século XIII, houve um aumento demográfico e com ele uma maior disponibilização de força de trabalho.

Dobb (1965, p. 67) diz não ter encontrado elementos suficientes que explicassem o declínio acentuado da população a partir do início do século XIV, mas destaca que “seu efeito imediato foi ameaçar a sociedade feudal com uma retração da renda e precipitar o que se pode chamar uma crise da economia feudal no século XIV”.

Para Dobb, o desfecho da crise tem de ser tratado como resultado de uma interação complexa entre o impacto externo do mercado e essas relações internas do sistema.

Destaca que o que mais pesou para o declínio do feudalismo foi sua ineficiência como sistema de produção, ou seja, suas limitações, acrescida das necessidades de crescimento da renda da classe dominante.

Para Dobb, muito embora a “crise do século XIV” não tenha significado o fim definitivo da Idade Média, as mudanças por ela inaugurada culminariam na desintegração final do modo de produção feudal, por volta do século XVII.

Na definição da noção de crise do século XIV adotada, bem no sistema explicativo adotado, os livros didáticos optam por uma aproximação maior com ideias propostas por Dobb.

Em linhas gerais, parece que os autores dos livros escolares tendem à defesa da ideia de que houve uma crise econômica de grandes proporções e que ela, conduziu ao colapso do Sistema Feudal, marcando a falência das estruturas até então em vigor, pondo fim ao *Feudalismo* e contribuindo para a dissolução do chamado Mundo Feudal.

Percebe-se que os textos escolares tendem modelar certa hierarquização de ideias, organizando-as em sequências de acontecimentos que giram em torno de um ritmo marcado pela noção de nascimento, crescimento e morte, equivalente à ideia de início, meio e fim, ou mesmo, estruturação, apogeu e desestruturação (ou declínio).

Por outro lado, apontam a questão econômica como sendo a questão central; constroem uma interpretação cujos fundamentos pressupõem certo determinismo a respeito das conclusões sobre o período. Apontam a “crise” como sendo, de um lado, o resultado do colapso das estruturas feudais, e de outro, o prenúncio de uma nova época, caracterizada pelo surgimento do capitalismo e pelo nascimento das monarquias nacionais.

No modelo explicativo, defendem a ideia de que a “crise do século XIV” conduziu ao colapso do sistema feudal, por conta da falência nas relações de produção.

FONTES

ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a história**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.

BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.

BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.

CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da história**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Escala Educacional, 2005.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 8. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. 1. ed. (Volume único) São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.

NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes; CAPELLARI, Marcos Alexandre. **Ser protagonista história**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Edições SM, 2010.

OJEDA, Eduardo Aparício Baez; PETTA, Nicolina Luíza de; DELFINI, Luciano Emídio. **História: uma abordagem integrada**. 1 ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.

SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. **História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

SCHMIDT, Mário Furley. **Nova História crítica**. 1. ed. (Volume único) São Paulo, SP: Editora Nova Geração, 2005.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Ática, 2010.

SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.

VICENTINO, Cláudio Roberto; DORIGO, Gianpaolo Franco. **História geral e do Brasil**. 1. ed. (Volume 1) São Paulo, SP: Editora Scipione, 2010.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. A história nossa de cada dia: saber escolar e saber acadêmico na sala de aula. In: MONTEIRO, Ana Maria F.C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Org.) **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS MEDIEVAIS. ABREM. Texto de apresentação institucional. (n.d.).

Disponível em: <<http://www.abrem.org.br/paginas.php?id=1>>.

Acesso em: 11 ago. 2014.

ALMEIDA, Milton José de. **Imagens e sons: a nova cultura oral**. São Paulo: Cortez, 1994.

ALMEIDA, Néri de Barros. L'histoire médiévale au Brésil: Du parcours solitaire à l'inclusion dans Le champ des sciences humaines. In: MÉHU, Didier; ALMEIDA, Néri de Barros; CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo (dir.) **Pourquoi étudier le Moyen Âge?** les médiévistes face aux usages sociaux du passé. Paris: Publications de la Sorbonne, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O tempo da história**. Lisboa: Relógio D'Água, 1992.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 18. ed. Rio de Janeiro, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental: história, geografia**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: história. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: ensino médio: ciências humanas e suas tecnologias. Brasília, DF: MEC/ SEMT, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Programa Livro Didático. Tabela [extraída da página do FNDE] com os dados estatísticos da evolução do PNLD Ensino Médio – 2004 a 2012. 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-dados-estatisticos>>. Acesso em: 29 Out. 2012.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus**. Diário Oficial União, Poder Executivo, 12 ago. 1971.

Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>.

Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN [1996]**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>.

Acesso em: 14 ago. 2012.

BRASIL. Decreto nº 91.542, de 19 de agosto de 1985. **Decreta instituído o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD [1º grau]**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 1985. Seção 1, p. 12178 Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=218965>>.

Acesso em: 30 jun. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Conselho Deliberativo. Resolução nº 38, de 15 de outubro de 2003. **Institui o Plano Nacional do Livro para o Ensino Médio**. Disponível em:

<<http://www.fnde.gov.br/index.php/pnld-legislacao>> Acesso em: 29 out. 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. **Cria o Instituto Nacional do Livro (INL)**. Diário Oficial União [DOU], Poder Executivo, 21 dez. 1937.

Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

BURKE, Peter. **A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa**. In: BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista – EDUSP, 1992.

CASTRO, J. A. **O processo de gasto público do programa do livro didático**. Brasília: IPEA, 1996.

CASSIANO, Célia Cristina Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil: a criação do PNLD à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)**. 2007. 252f. Tese (Doutorado em Educação: História, Política, Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), São Paulo, 2007.

Disponível em: < <http://www.abrale.com.br/wp-content/uploads/tese-celia-cassiano1.pdf> >.

Acesso em: 25 de jun. de 2013. p. 10.

CIAMPI, Helenice. **A história pensada e ensinada: da geração das certezas à geração das incertezas**. São Paulo: EDUC, 2000.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, 1965.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo, SP: Melhoramentos; Fundação Nacional de Material Escolar, 1978.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2010.

FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da história ensinada**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: reflexões e aprendizados**. Campinas, SP: Papirus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987.

HOLLANDA, Guy de. **Um quarto de século de programas e compêndios de História**. Rio de Janeiro: MEC/INEP, 1957.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992.

MACEDO, José Rivair (Org.). **Os estudos medievais no Brasil**. Catálogo de dissertações e teses – Filosofia, História e Letras (1990-2002). Porto Alegre: EDUFRGS, 2003.

MACEDO, José Rivair. **Os estudos de história medieval no Brasil: tendências e perspectivas**. Notandum (USP), v. 21, p. 95-104, 2009.

MACEDO, José Rivair. História medieval: repensando a Idade Média no ensino de história. In: KARNAL, Leandro (Org.) **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACEDO, José Rivair. **Os Estudos Medievais no Brasil: tentativa de síntese**. Reti Medievali Rivista, v. 7, n. 1, gennaio-giugno, 2006.

Disponível em: <http://www.storia.unifi.it/_RM/rivista/saggi/RivairMacedo.htm>.

Acesso em: 18 ago. 2014.

MALERBA, Jurandir. **A história escrita: teoria e história da historiografia**. São Paulo, SP: Contexto, 2006.

MARROU, Henri-Irénée. **Do conhecimento histórico**. 3. ed. Tradução de Rui Belo. Lisboa: Editorial Aster, 1974.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. **Professores de história, entre saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **A biblioteca “fora do tempo”: políticas governamentais de bibliotecas públicas no Brasil, 1937-1989**. 1994. 221 f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes/Curso de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade de São Paulo, 1994. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000083832&loc=2004&l=f74b3e0b410941df>>. Acesso em 20 de out. 2012.

PEREIRA, Nilton Mullet. **Imagens da Idade Média na Cultura Escolar**. Revista Aedos, v. 02, 2009.

PERNOUD, Régine. **Idade Média: o que não nos ensinaram**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

PERNOUD, Régine. **O mito da Idade Média**. Lisboa: Europa-América, 1977.

PIRENNE, Henri. **História econômica e social da Idade Média**. São Paulo, SP: Mestre Jou, 1968.

PORTAL DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. Ministério da Educação. Página de abertura do website. Disponível em:

<<http://www.fn-de.gov.br/programas/livro-didatico>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. A alta Idade Média entre os séculos XIX e XX: da nação à etnogênese. In: PEREIRA, Nilton Mullet; ALMEIDA, Cybele Crossetti de; TEIXEIRA, Igor Salomão (Org.). **Reflexões sobre o medievo**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. Rede luso-brasileira de estudos medievais. In: CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E TECNOLOGIA. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil. Grupo de pesquisa: Rede Luso-Brasileira de Estudos Medievais, 2012.

Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5416178870759242>>.

Acesso em: 04 abr. 2014.

SILVA, Marcos. **Avaliar a avaliação: um caminho para aperfeiçoar o programa nacional do livro didático**. Educação em Revista, Belo Horizonte, p. 399-405, 12 dez. 2007.

SILVA, Marcos. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar história no século XXI:** em busca do tempo entendido. Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel; SALIM, Maria Alayde de Alcantara (org.). **Ensino de história:** seus sujeitos e suas práticas. Vitória, ES: GM Gráfica e Editora, 2006.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes & formação profissional.** 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

VÁSQUEZ, Josefina Zoraida; AIZPURU, Pilar G. (Org.) **La Enseñanza de la Historia.** In: EDUCATIONAL PORTAL OF THE AMERICAS. Portal Digital Library: Interamer, 1994.

Disponível em:

<http://webcache.googleusercontent.com/searchq=cache:r01jArA5mt0J:www.educoas.org/Portal/bdigital/contenido/interamer/interamer_29/artc5/lugar.aspx%3Fculture%3Den+&cd=10&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ANEXO

MEMORIAL DESCRITIVO DAS FONTES E *CORPUS* DOCUMENTAL

O *corpus* documental da pesquisa é constituído por uma coletânea de textos extraídos de quatorze livros didáticos que compõem o conjunto das fontes utilizadas.

As análises foram desenvolvidas tomando-se como referência os textos que integram este *corpus* documental, do *Livro I* ao *Livro XIV*.

Os textos foram selecionados utilizando-se como critério a relação de aproximação com a matéria da pesquisa e com as questões que norteiam o estudo.

O livro *História global: Brasil e geral*¹ (Livro I), volume 1, possui 21 capítulos, distribuídos em 7 unidades temáticas que integram a obra.

A unidade I intitula-se *Refletindo sobre a História*; possui apenas o capítulo 1 denominado *Tempo e história*.

A unidade II intitula-se *Pré-História*; é constituída pelo capítulo 2 denominado *Origem humana*, capítulo 3 denominado *As primeiras sociedades* e capítulo 4 denominado *Primeiros povos da América*.

A unidade III intitula-se *As primeiras civilizações*; ela é constituída pelo capítulo 5 denominado *Povos da Mesopotâmia*, o capítulo 6 denominado *Egípcios* e o capítulo 7 denominado *Hebreus, fenícios e persas*.

A unidade IV intitula-se *Antiguidade Clássica*; é constituída pelo capítulo 8 denominado *Gregos* e capítulo 9 denominado *Romanos*.

A unidade V intitula-se *Bizâncio, islã e povos africanos*; é constituída pelo capítulo 10 denominado *Império Bizantino*, capítulo 11 denominado *Mundo islâmico* e capítulo 12 denominado *Povos africanos*.

A unidade VI intitula-se *Idade Média Ocidental*; é constituída pelo capítulo 13 denominado *Reinos germânicos e Império Carolíngio*, capítulo 14 denominado *Feudalismo*, capítulo 15 denominado *Igreja e cultura medieval* e capítulo 16 denominado *Séculos finais da Idade Média*.

¹ COTRIM, Gilberto. **História global: Brasil e geral**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

A unidade VII, última, intitula-se *Idade Moderna: o mundo nos séculos XV e XVI*; ela é constituída pelo capítulo 17 denominado *Renascimento cultural*, capítulo 18 denominado *Reformas religiosas*, capítulo 19 denominado *Expansão europeia e conquista da América*, capítulo 20 denominado *O impacto da conquista da América* e, por fim, o capítulo 21 denominado *Mercantilismo e sistema colonial*.

O livro está posicionado como *Livro I*; ocupa a 1ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade VI.

Reprodução do texto *Formação do feudalismo: elementos romanos e germânicos*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Feudalismo* (capítulo 14):

Analizando as sociedades da Europa ocidental, especialmente entre os séculos X e XIII, os historiadores observaram algumas características comuns entre elas. Para identificá-las, elaboraram conceitos como o de feudalismo. Esse termo, entretanto, tem gerado muitos debates e recebido distintas definições.

Neste livro, adotamos como referência o conceito elaborado pelo historiador francês Jacques Le Goff, especialista em História Medieval. Segundo ele, feudalismo é um sistema de organização econômica, social e política, no qual uma camada de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campestre que trabalha na terra e lhes fornece com que viver. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 190).

Reprodução do texto *Características gerais: organização política, social e econômica*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Feudalismo* (capítulo 14):

O processo de formação do feudalismo, por abranger uma área muito extensa, não foi idêntico em todos os lugares da Europa ocidental. No entanto, é possível identificar algumas características comuns ocorridas em várias regiões, que correspondem, atualmente, a França, Alemanha, Inglaterra e parte da Itália.

- Enfraquecimento do poder real (ou central) e fortalecimento dos poderes dos senhores locais ou regionais;
- Existência de vínculos pessoais de obediência e proteção entre os mais poderosos e os mais fracos;
- Declínio das atividades comerciais urbanas e fortalecimento da vida rural;
- Uso generalizado de trabalho servil no campo.

Veja, então, um esboço dessas características, sempre considerando que elas variaram no tempo e nas diferentes regiões em que se manifestaram. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).

Reprodução do tópico *Poder político local*, texto que integra o capítulo intitulado *Feudalismo* (capítulo 14):

Durante o feudalismo, com o enfraquecimento dos governos centralizados na Europa ocidental, o poder político era controlado predominantemente pelos senhores feudais. Estes eram detentores de extensões de terras – os feudos – e governavam seus domínios exercendo autoridade administrativa, judicial e militar. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 191).

Reprodução do tópico *As relações de trabalho*, texto que integra o capítulo intitulado *Feudalismo* (capítulo 14):

Na sociedade feudal, predominava a produção agrícola e pecuária, que tinha como principal unidade produtora o senhorio (extensão de terra pertencente a um senhor feudal) e como forma de trabalho, a servidão. Isso não significa que a economia feudal fosse exclusivamente agrária. O comércio tinha certa relevância e era praticado nas feiras locais, para onde os camponeses levavam seus excedentes de produção, que eram, em geral, trocados, por exemplo, por artigos do artesanato urbano. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 192).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo denominado *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

A partir do século XI a Europa ocidental passou a viver um período de relativa tranquilidade social. As Cruzadas reabriram o Mediterrâneo aos europeus, o comércio ganhou impulso e as cidades cresceram.

Nem mesmo as sucessivas crises do século XIV conseguiram deter as transformações que vinham ocorrendo.

Os limites impostos pelo sistema feudal começaram a ser rompidos.

Como se processaram essas transformações? É possível afirmar que elas marcaram a passagem para um 'novo tempo'? (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 218).

Reprodução do texto *Baixa Idade Média: o declínio do feudalismo*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

O período compreendido entre os séculos XI e XV é conhecido como Baixa Idade Média. De acordo com muitos historiadores, a Baixa Idade Média pode ser dividida em duas grandes fases:

- Primeira fase (séculos XI e XIII) – caracterizada pelo processo de expansão de diversos setores da vida na Europa ocidental. Entre as transformações que revelam essa expansão, podemos citar:

ampliação das culturas agrícolas, renascimento comercial e urbano e fortalecimento da burguesia.

- Segunda fase (séculos XIV e XV) – marcada por um processo de depressão (ou contração) na Europa ocidental, decorrente das crises econômica, política e religiosa, que serão estudadas neste capítulo.

Os acontecimentos e as transformações que ocorreram nessas duas fases desencadearam o declínio do feudalismo, provocando a transição para uma nova sociedade e que se convencionou como o fim da Idade Média. Vamos analisar cada uma dessas fases. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 218).

Reprodução do texto *Expansão: os séculos de desenvolvimento*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Do século XI ao século XIII, a Europa ocidental viveu um período de relativa paz. Entre os fatores que contribuíram para isso, destacam-se:

- O fim das sucessivas ondas de invasões;
- O direcionamento do espírito guerreiro da nobreza para a luta contra pagãos e muçulmanos, por meio das Cruzadas.

Isso proporcionou o crescimento populacional e a retomada do desenvolvimento das atividades econômicas. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 218).

Reprodução do tópico *Desenvolvimento agrícola*, texto que integra a parte denominada *Expansão: os séculos de desenvolvimento*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Até o século XI, a produção agrícola atendia modestamente às necessidades da população europeia. As técnicas e os instrumentos utilizados na agricultura eram simples. A partir desse século, no entanto, as condições gerais do mundo rural passaram por mudanças significativas.

No plano das relações de trabalho, em diversas regiões, os servos – por meio de várias revoltas – conseguiram aliviar o peso de algumas obrigações, como a telha e a corveia. As relações servis começaram a se modificar, e surgiram arrendamentos de terra entre servos e senhores feudais.

Também houve mudanças nas formas de uso da terra (sistemas rotativos), a ampliação do cultivo agrícola, com a ocupação de novas áreas de campos e florestas e a expansão de novas culturas, como as de aveia, ervilha etc. Ao mesmo tempo, aperfeiçoaram-se técnicas e instrumentos, o que aumentou a produtividade. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 218).

Reprodução do ponto intitulado *Rotas comerciais*, parte constitutiva do tópico denominado *Crescimento populacional e econômico*, texto que integra a parte *Expansão: os*

séculos de desenvolvimento, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

O comércio ganhou significativo impulso com o aumento da produção agrícola, o desenvolvimento do artesanato urbano e o maior contato com os povos orientais. Alguns historiadores denominam esse processo um renascimento comercial.

Esse crescimento da atividade comercial não se restringiu, porém, ao comércio local, pois se desenvolveram também grandes rotas de comércio internacional, com destaque para duas:

- Rota comercial do norte – realizada através do mar do Norte, passava por cidades como Dantzig, Lübeck, Hamburgo, Bremen, Bruges, Londres e Bordeaux. O comércio dessa rota era comandado pela Liga Hanseática, associação de comerciantes alemães constituída no século XIII.
- Rota comercial do sul – realizada principalmente através do mar Mediterrâneo, tendo como portos mais importantes os de Barcelona, Marselha, Gênova, Veneza, que se dedicavam principalmente à importação de especiarias (cravo, canela, noz-moscada, pimenta) e artigos de luxo (perfumes, tecidos de seda, porcelana, marfim) do Oriente.

Interligando essas rotas, havia uma extensa rede de vias terrestres. Aos poucos, nos principais cruzamentos dessas vias, foram sendo organizadas grandes feiras comerciais. Entre elas, destacavam-se as feiras das regiões de Champagne (França) e Flandres (França e Bélgica), das cidades de Veneza e Gênova (Itália) e de Colônia e Frankfurt (Alemanha). (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 219).

Reprodução do texto *Expansão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Chegamos, assim, aos séculos XIV e XV, marcados, em sociedades da Europa ocidental, por uma série de momentos críticos, que traduzem a depressão e o esgotamento do sistema feudal. Foi, em grande parte, a própria expansão econômica e populacional das sociedades cristãs medievais, a partir do século XI, que contribuiu para essas crises. Com o desenvolvimento agrícola, comercial e artesanal, a economia se fortaleceu e se diversificou, de tal modo que a própria essência do *feudalismo* (*sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária, fragmentada politicamente*) foi atingida. De dentro dela, e em concorrência com ela, desenvolvia-se um segmento urbano, mercantil, que buscava outros valores (...). Assim, desta sociedade feudo-burguesa (*sic*) (...) emergiam as cidades, as universidades, a literatura laica, (...) as monarquias nacionais. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 221, grifo do autor).

Reprodução do tópico *Crise agrícola e fome*, texto que integra a parte denominada *Depressão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

No início do século XIV, ocorreu na Europa ocidental uma séria crise no setor da produção agrícola. Isso se deveu a diversas condições.

- As terras de boa qualidade tinham se tornadas raras devido à expansão agrícola, e a ocupação de solos menos férteis pela agricultura resultaram em queda da produtividade.
- A ampliação de áreas agricultáveis era dificultada por muitos nobres feudais, que resistiam à derrubada das florestas para fins agrícolas, pois elas eram o ambiente natural para a caça (esporte favorito da nobreza) e fonte de produtos como madeira e cera.
- Em várias regiões europeias, houve também perdas de colheita, provocadas por fatores climáticos (frio intenso, às vezes, secas), guerras, técnicas inadequadas de cultivo, etc.

O conjunto desses fatores ocasionou uma grave escassez de alimentos. Em consequência, milhares de pessoas morreram de fome, enquanto outras sobreviveram em grave estado de subnutrição. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 221-222).

Reprodução do ponto intitulado *Peste negra*, parte constitutiva do tópico denominado *Crise agrícola e fome*, texto que integra a parte denominada *Depressão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Enfraquecida pela fome e a subnutrição, enorme parcela da população europeia tornou-se vítima de moléstias contagiosas, como a peste negra (1347-1350), epidemia do Oriente levada à Europa por um navio genovês onde havia os agentes propagadores da doença.

A moléstia provocava infecção pulmonar, que geralmente levava à morte. Como não se conhecia remédio contra ela, os doentes contaminados eram isolados, para evitar novos contágios.

A peste negra espalhou-se rapidamente, ocasionando grande epidemia; houve sucessivos surtos durante o século XIV, na Europa ocidental. Calcula-se que um terço dessa população tenha morrido vitimado pela doença. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 222).

Reprodução do tópico *Guerras e crise social*, texto que integra a parte denominada *Depressão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Esse período final da Idade Média foi vivenciado num clima de insegurança e intranquilidade social nas sociedades europeias, devido a diversos conflitos bélicos internos.

Durante certo tempo, as lutas da cristandade contra muçulmanos e pagãos haviam canalizado o espírito guerreiro da nobreza feudal. As Cruzadas, por exemplo, tinham funcionado, em grande medida, como válvula de escape para essa agressividade dos nobres cavaleiros cristãos. Na segunda metade do século XIII, porém, elas chegaram ao fim. Sem um inimigo externo, esse espírito guerreiro deu origem a conflitos internos, isto é, dentro do próprio mundo cristão.

São muitas as consequências dessa multiplicação de guerras na Europa ocidental. Diversas cidades foram saqueadas, e inúmeras plantações, devastadas. A desorganização da produção provocou crises de abastecimento e alta no preço dos alimentos. A insegurança prejudicou a atividade comercial.

Intranquilos, a burguesia e os camponeses se revoltaram contra a exploração pela nobreza feudal e a incapacidade dos reis de garantir a ordem e proteger a população. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 222).

Reprodução do ponto intitulado *Guerra dos Cem Anos*, parte constitutiva do tópico denominado *Guerras e crise social*, texto que integra a parte *Depressão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Entre os conflitos desse período, merece destaque a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre França e Inglaterra, cujas causas foram a sucessão dinástica na França e a disputa pela rica região de Flandres, onde se desenvolvia manufatura de lã.

A Guerra dos Cem Anos foi uma sequência de combates com diversas interrupções. Em períodos diferentes, ingleses e franceses obtiveram vitórias significativas. Por fim, o exército francês conseguiu expulsar os ingleses de praticamente todos os territórios da França.

Essa longa guerra prejudicou a vida econômica da França e da Inglaterra, empobrecendo grande parcela da nobreza feudal. Após seu término, a autoridade do rei estava fortalecida – o que, posteriormente, possibilitou a construção de uma monarquia centralizada. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 222-223).

Reprodução do tópico *Crise religiosa e divisão*, texto que integra a parte denominada *Depressão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

Em 1309, o papa Clemente V transferiu a sede da Igreja Católica para a cidade francesa de Avignon, buscando manter boas relações com o rei da França e fugir das perturbações políticas que agitavam a Itália. Foi uma decisão que, anos mais tarde, traria sérias consequências ao universo da Igreja Católica e da fé cristã. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 222-223).

Reprodução do ponto intitulado *Grande Cisma do Ocidente*, parte constitutiva do tópico denominado *Crise religiosa e divisão*, texto que integra a parte *Depressão: os séculos de crise*, matéria posicionada no capítulo *Séculos finais da Idade Média*: (capítulo 16):

A mudança da sede do papado provocou grave crise dentro da Igreja, entre os anos de 1378 e 1417. Nesse período, conhecido como o Grande Cisma do Ocidente, a Igreja foi governada por dois papas, um em Roma e outro em Avignon. Somente em 1418, com a realização do Concílio de Constância, a Igreja recuperou sua unidade, elegendo um novo papa, sediado em Roma, para comandar a cristandade católica.

A crise religiosa colaborou para gerar insegurança e desorientação entre os membros da cristandade, fazendo surgir várias doutrinas contrárias aos dogmas da Igreja Católica. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro I, Unidade VI, Capítulo XVI, p. 223).

O livro *História global: Brasil e geral*² (Livro II), volume único, possui 57 capítulos, distribuídos em 15 unidades temáticas que integram a obra.

A unidade I intitula-se *Refletindo sobre a História*; possui apenas o capítulo 1 denominado *Tempo e história*.

A unidade II intitula-se *Pré-História*; é constituída pelo capítulo 2 denominado *Origem humana*, capítulo 3 denominado *As primeiras sociedades* e capítulo 4 denominado *Primeiros povos da América*.

A unidade III intitula-se *Antiguidade Oriental*; é constituída pelo capítulo 5 denominado *Povos da Mesopotâmia*, capítulo 6 denominado *Egípcios* e capítulo 7 denominado *Hebreus, fenícios e persas*.

A unidade IV intitula-se *Antiguidade Clássica*; é constituída pelo capítulo 8 denominado *Gregos* e capítulo 9 denominado *Romanos*.

A unidade V intitula-se *Idade Média Oriental*; é constituída pelo capítulo 10 denominado *Império Bizantino* e capítulo 11 denominado *Mundo Islâmico*.

A unidade VI intitula-se *Idade Média Ocidental*; ela é constituída pelo capítulo 12 denominado *Reinos germânicos e Império Carolíngio*, capítulo 13 denominado *Feudalismo*, capítulo 14 denominado *Igreja e cultura medieval* e capítulo 15 denominado *Os séculos finais da Idade Média*.

² COTRIM, Gilberto. **História global**: Brasil e geral. 8. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

A unidade VII intitula-se *Idade Moderna*; é constituída pelo capítulo 16, denominado *Renascimento*, capítulo 17, denominado *Reforma Religiosa*, capítulo 18, denominado *Expansão europeia e conquista da América*, capítulo 19, denominado *O impacto da conquista* e capítulo 20, denominado *Mercantilismo e sistema colonial*.

A unidade VIII intitula-se *Brasil Colônia*; ela é constituída pelo capítulo 21 denominado *Início da colonização*, capítulo 22 denominado *Administração portuguesa e Igreja católica*, capítulo 23 denominado *Economia açucareira*, capítulo 24 denominado *Condições da escravidão africana*, capítulo 25 denominado *Domínio espanhol e Brasil holandês*, capítulo 26 denominado *Expansão territorial e seus conflitos* e capítulo 27 denominado *Mineração*.

A unidade IX intitula-se *O mundo em transformação (séculos XVII-XVIII)*; é constituída pelo capítulo 28 denominado *Antigo Regime e Revolução Inglesa*, capítulo 29 denominado *Iluminismo e despotismo esclarecido*, capítulo 30 denominado *Revolução Industrial*, capítulo 31 denominado *Estados Unidos: da colonização à independência* e capítulo 32 denominado *Revolução Francesa*.

A unidade X intitula-se *O mundo no século XIX*; é constituída pelo capítulo 33 denominado *Era Napoleônica e Congresso de Viena*, capítulo 34 denominado *Independência das colônias da América espanhola e do Haiti*, capítulo 35 denominado *Revoluções liberais, nacionalismos e unificações*, capítulo 36 denominado *Expansão do imperialismo* e capítulo 37 denominado *América no século XIX*.

A unidade XI intitula-se *O Brasil no século XIX*; ela é constituída pelo capítulo 38 denominado *Independência política do Brasil*, capítulo 39 denominado *Primeiro Reinado (1822-1831)*, capítulo 40 denominado *Período regencial (1831-1840)*, capítulo 41 denominado *Segundo Reinado (1840-1889)*, capítulo 42 denominado *A crise do império* e capítulo 43 denominado *A instituição da república*.

A unidade XII, intitula-se *O mundo na primeira metade do século XX*; é constituída pelo capítulo 44 denominado *Primeira Guerra Mundial*, capítulo 45 denominado *Revolução Russa*, capítulo 46 denominado *Crise do capitalismo e regimes totalitários* e capítulo 47 denominado *Segunda Guerra Mundial*.

A unidade XIII, intitula-se *O Brasil na primeira metade do século XX*; é constituída pelo capítulo 48 denominado *Sociedade e economia na primeira República*, capítulo 49 denominado *Revoltas na Primeira República* e capítulo 50 denominado *Era Vargas*.

A unidade XIV, intitula-se *O mundo contemporâneo*; é constituída pelo capítulo 51 denominado *Pós-guerra*, capítulo 52 denominado *Descolonização e conflitos regionais*, capítulo 53 denominado *Socialismo: das revoluções à crise* e capítulo 54 denominado *Países ricos e pobres e a globalização*.

A unidade XV, última, intitula-se *O Brasil contemporâneo*; ela é constituída pelo capítulo 55 denominado *Período democrático*, capítulo 56 denominado *Governos militares* e, por fim, capítulo 57 denominado *A volta do processo democrático*.

O livro está posicionado como Livro II; ocupa a 2ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes às unidades VI e VII.

Reprodução do texto *Feudalismo: características gerais do Ocidente europeu*³, tópico que integra o capítulo denominado *Feudalismo* (capítulo 13):

A insegurança provocada pelas invasões dos séculos IX e X levou os europeus ocidentais a buscar proteção. Houve grande migração das cidades para o campo, caracterizando um processo de ruralização que já se havia iniciado nos séculos anteriores. Em muitas regiões, construíram-se vilas fortificadas e castelos cercados por muralhas. Pessoas com menos recursos, que não tinham como se proteger por si, procuraram a ajuda de nobres e guerreiros; os camponeses que pediam a proteção dos senhores de terra foram submetidos à servidão.

Analisando as sociedades da Europa Ocidental, sobretudo entre os séculos X e XIII, os historiadores observaram algumas características comuns entre elas. Elaboraram conceitos para identificá-las e explicá-las, como o de feudalismo. Este termo, entretanto, tem gerado muitos debates e recebido muitas definições.

Neste livro, trabalhamos com a definição de feudalismo elaborada pelo historiador francês Jacques Le Goff, especialista em história medieval. *Um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes fornece com que viver.*

Vamos conhecer neste capítulo alguns dos elementos básicos que caracterizaram as sociedades feudais, considerando que houve variações no tempo e nas diferentes regiões. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XIII, p. 224, grifo do autor).

³ Além da introdução, o texto é constituído das seguintes partes: 1º) poder político; 2º) sociedade dividida; 3º) produção econômica.

Reprodução do texto “*Poder político*”, ponto que integra o tópico denominado *Feudalismo: características gerais do Ocidente europeu*, parte integrante do capítulo intitulado *Feudalismo* (capítulo 13):

Durante o predomínio do feudalismo, os governos centralizados da Europa Ocidental enfraqueceram-se. O poder político passou a ser dividido com os senhores feudais, detentores de grandes extensões de terras que governavam seus domínios exercendo autoridade administrativa, judicial e militar. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XIII, p. 224).

Reprodução do texto *Produção econômica*, ponto que integra o tópico denominado *Feudalismo: características gerais do Ocidente europeu*, parte integrante do capítulo intitulado *Feudalismo* (capítulo 13):

Na sociedade feudal predominou a produção de bens agrícolas e pastoris, que tinha como principal unidade produtora o senhorio (extensão de terra) e como forma de trabalho, a servidão. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XIII, p. 224).

Reprodução do texto intitulado *Idade Média: invenção de um conceito*, matéria posicionada do capítulo intitulado *Igreja e cultura medieval* (capítulo 14):

Foi o pedagogo alemão Christoph Keller, em latim Cellarius (1638-1707), que consagrou a divisão da história ocidental em Antiga, Medieval e Moderna e divulgou a ideia de que o período medieval nada produziu de importante.

Keller ou Cellarius escreveu três manuais: um de História Antiga (1685), um de História da Idade Média (1688) e um de História Nova (1696).

A Idade Média, segundo Keller, estende-se da época do imperador Constantino (324) até a tomada de Constantinopla pelos turcos (1453). Se, em vez da primeira data, adotarmos a da tomada de Roma pelo chefe germânico Odoacro, em 476, teremos a periodização adotada nas escolas.

Keller fixou a ideia de que o período intermediário entre a Antiguidade e a Época Moderna foi um período não só estéril, mas de retrocesso: a Idade das Trevas. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XIV, p. 132).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo denominado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

A partir do século XI, a Europa passou a viver um período de relativa tranquilidade social e crescimento populacional. A economia expandiu-se

em vários setores. Os limites impostos pelo sistema feudal começaram a ser rompidos. As cruzadas reabriram o Mediterrâneo aos europeus, o comércio ganhou impulso e as cidades cresceram. Nem mesmo as crises do final do período medieval conseguiram deter as transformações que vinham ocorrendo. Como se processaram essas transformações? É possível afirmar que elas marcaram a passagem para um 'novo tempo'? (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 138).

Reprodução do texto *Baixa Idade Média: as fases de expansão e de contração*, tópico que integra o capítulo denominado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

O período compreendido entre os séculos XI e XV é conhecido como Baixa Idade Média; de acordo com muitos historiadores, pode ser dividido em duas grandes fases:

- Primeira fase (séculos XI a XIII) – caracterizada pelo processo de expansão de diversos setores da vida da Europa Ocidental. Entre as transformações que revelam essa expansão, podemos citar: ampliação das culturas agrícolas, renascimento comercial e urbano, surgimento e fortalecimento da burguesia.
- Segunda fase (séculos XIV e XV) – marcada por um processo de depressão (ou contração) na Europa Ocidental, decorrente das crises econômica, política e religiosa, que serão estudadas neste capítulo.

Os acontecimentos e as transformações que ocorreram nessas duas fases desencadearam o processo de declínio do feudalismo, provocando a transição para uma nova sociedade a partir do fim da Idade Média. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 138).

Reprodução do texto *Expansão*, ponto que integra o tópico denominado *Baixa Idade Média: as fases de expansão e de contração*, parte integrante do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Do século XI ao XIII, a Europa Ocidental viveu um período de relativa paz. Entre os fatores que contribuíram para isso, destacam-se:

- O fim das sucessivas ondas de invasões;
- O direcionamento do espírito guerreiro da nobreza para a luta contra pagãos e muçulmanos, por meio das Cruzadas.

Isso proporcionou o crescimento populacional e a retomada do desenvolvimento das atividades econômicas. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 138).

Reprodução do texto *Desenvolvimento agrícola*, parte constitutiva do ponto denominado *Expansão*, que integra o tópico denominado *Baixa Idade Média: as fases de*

expansão e de contração, parte do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Até o século XI, a produção agrícola atendia modestamente às necessidades da população europeia. As técnicas e os instrumentos utilizados na agricultura eram simples e primitivos. A partir desse século, as condições gerais do mundo rural passaram por mudanças significativas.

Os servos, organizando diversas revoltas, conseguiram aliviar o peso de algumas obrigações, como a talha e a corveia. As relações servis começaram a se modificar. Surgiram arrendamentos de terra entre servos e senhores feudais.

Além disso, ampliou-se o cultivo agrícola com a ocupação de novas áreas de campos e florestas, surgindo novas culturas, como as de aveia, ervilha, vinha etc. Ao mesmo tempo, aperfeiçoaram-se técnicas que aumentaram a produtividade. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 138-139).

Reprodução do texto *Crescimento populacional e econômico*, parte constitutiva do ponto denominado *Expansão*, que integra o tópico denominado *Baixa Idade Média: as fases de expansão e de contração*, parte do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Neste cenário de expansão, houve crescimento demográfico por toda a Europa. [...]

O comércio ganhou significativo impulso com o aumento da produção agrícola, o desenvolvimento do artesanato urbano e o maior contato com os povos orientais.

Além do comércio local, desenvolveram-se também grandes rotas de comércio internacional, destacando-se:

- Rota comercial do norte – realizada através do mar do Norte, passava por cidades como Dantzig, Lübeck, Hamburgo, Bremen, Bruges, Londres e Bordéus. O comércio dessa rota era comandado pela Liga Hanseática, associação de comerciantes alemães constituída no século XIII.
- Rota comercial do sul – realizada principalmente através do mar Mediterrâneo, tendo como portos mais importantes os de Barcelona, Marselha, Gênova, Veneza, Túnis, Trípoli e Constantinopla. Os comerciantes mais atuantes eram os de Gênova e Veneza, que se dedicavam, sobretudo, à importação de especiarias (cravo, canela, noz-moscada, pimenta) e artigos de luxo (perfumes, tecidos de seda, porcelana, marfim) do Oriente.

Interligando essas rotas, havia uma extensa rede de vias terrestres. Aos poucos, nos principais cruzamentos dessas vias, foram sendo organizadas grandes feiras comerciais. Entre elas, destacavam-se as feiras das regiões de Champagne (França) e Flandres (França e Bélgica), das cidades de Veneza e Gênova (Itália) e Colônia e Frankfurt (Alemanha).

A expansão do comércio impulsionou o aumento da produção artesanal, levando os artesãos a se organizarem em corporações do ofício, também

conhecidas como guildas ou grêmios. As corporações tinham como objetivo defender os interesses dos artesãos, regulamentar o exercício da profissão e controlar o fornecimento do produto. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 139-140).

Reprodução do texto *Depressão: crises econômica, política e religiosa*, tópico que integra o capítulo denominado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Vimos como a sociedade cristã medieval, a partir do século XI, vivenciou uma expansão econômica e populacional. Com o desenvolvimento agrícola, comercial e artesanal, a economia se fortaleceu e se diversificou. No entanto, *a própria essência do feudalismo (sociedade fortemente estratificada, fechada, agrária, fragmentada politicamente) foi atingida. De dentro dela, e em concorrência com ela, desenvolvia-se um segmento urbano, mercantil, que buscava outros valores (...). Assim, desta sociedade feudo-burguesa (...) emergiam as cidades, as universidades, a literatura laica, (...) as monarquias nacionais.*

Os séculos XIV e XV, marcados por uma série de crises, traduzem o esgotamento do sistema feudal. Vejamos alguns marcos dessas crises. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 141, grifo do autor).

Reprodução do texto *Crise econômica*, ponto que integra o tópico denominado *Depressão: crises econômicas, política e religiosa*, parte integrante do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

No fim do século XIII, as terras de boa qualidade tinham se tornado raras e a ocupação dos solos menos férteis resultaram na queda da produtividade. Além disso, muitos nobres feudais resistiam à derrubada das florestas para fins agrícolas, pois elas eram o ambiente natural à caça (esporte favorito da nobreza) e a fonte de produtos como madeira, mel, cera etc.

Em várias regiões europeias houve perdas de colheita, provocadas por fatores climáticos (frio intenso), guerras, técnicas inadequadas de cultivo etc., o que ocasionou escassez de alimentos. Em consequência, milhares de pessoas morreram de fome, enquanto outras sobreviveram em grave estado de subnutrição. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 141).

Reprodução do texto *Peste negra*, parte constitutiva do ponto denominado *Crise econômica*, que integra o tópico denominado *Depressão: crises econômica, política e religiosa*, parte do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Enfraquecida pela fome, enorme parcela da população europeia tornou-se vítima de moléstias contagiosas, como a peste negra (1347-1350), epidemia trazida do Oriente por um navio genovês contaminado.

A moléstia provocava uma infecção pulmonar, que geralmente levava à morte. Desconhecendo-se remédio contra ela, os doentes contaminados eram isolados, para evitar novos contágios.

A peste negra espalhou-se rapidamente, ocasionando grande epidemia; houve sucessivos surtos durante o século XIV. Calcula-se que um terço dessa população europeia tenha morrido vitimado pela doença. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 141).

Reprodução do texto *Crise política*, ponto que integra o tópico denominado *Depressão: crises econômica, política e religiosa*, parte integrante do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Durante certo tempo, as lutas da cristandade contra muçulmanos e pagãos canalizaram o espírito guerreiro da nobreza feudal. As Cruzadas, por exemplo, funcionavam como válvula de escape para a agressividade dos nobres e cavaleiros cristãos. Em fins do século XII, porém, elas chegaram ao fim.

Sem um inimigo externo, desencadearam-se conflitos internos, isto é, no próprio mundo cristão.

São muitas as consequências desta multiplicação de guerras na Europa Ocidental. Diversas cidades foram saqueadas e inúmeras plantações, devastadas. A desorganização da produção provocou crises de abastecimento e alta no preço dos alimentos. A insegurança prejudicou a atividade comercial.

Intranquilos, a burguesia e os camponeses se revoltaram contra a exploração pela nobreza feudal e a incapacidade dos reis de garantir a ordem e proteger a população. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 141-142).

Reprodução do texto *Guerra dos Cem Anos*, parte constitutiva do ponto denominado *Crise política*, que integra o tópico denominado *Depressão: crises econômica, política e religiosa*, parte do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Entre os conflitos desse período, merece destaque a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), entre a França e a Inglaterra, que teve como causas a sucessão dinástica e a disputa pela rica região de Flandres, onde se desenvolveu a manufatura de lã.

A Guerra dos Cem Anos foi uma consequência de combates com diversas interrupções. Em períodos diferentes, ingleses e franceses obtiveram vitórias significativas. Por fim, o exército francês conseguiu expulsar os ingleses de praticamente todos os territórios da França.

Essa longa guerra prejudicou a vida econômica da França e da Inglaterra, empobrecendo grande parcela da nobreza feudal. Após seu término, a autoridade do rei estava fortalecida – o que, possibilitou a construção de uma monarquia centralizada. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 142).

Reprodução do texto *Crise religiosa*, ponto que integra o tópico denominado *Depressão: crises econômica, política e religiosa*, parte integrante do capítulo intitulado *Os séculos finais da Idade Média* (capítulo 15):

Em 1309, o papa Clemente V transferiu a sede da Igreja católica para a cidade francesa de Avinhão, buscando manter boas relações com o rei da França e fugir das perturbações políticas que agitavam a Itália.

A mudança de sede do papado provocou grave crise dentro da Igreja, entre os anos de 1378 e 1417. Neste período, conhecido como o Grande Cisma do Ocidente, a Igreja foi governada por dois papas, um em Roma e outro em Avinhão. Somente em 1418, com a realização do Concílio de Constância, a Igreja recuperou sua unidade, elegendo um novo papa, sediado em Roma, para comandar a cristandade católica.

A crise religiosa colaborou para gerar insegurança e desorientação entre os membros da cristandade, fazendo surgir várias doutrinas contrárias aos dogmas da Igreja católica. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VI, Capítulo XV, p. 142 -143).

Reprodução do texto de introdução à unidade VII:

A Europa, nos séculos XV e XVI, foi palco de grandes transformações, convencionalmente consideradas marcos da Modernidade. Na política, ocorreu a centralização do poder, que acompanhou a formação dos Estados modernos. Na cultura, houve o movimento humanista e o Renascimento. Na religião, quebrou-se a unidade cristã com a reforma protestante. Na economia, com o capitalismo nascente, romperam-se muitas relações feudais.

Nesse período, a expansão marítimo-comercial europeia levou à 'descoberta' e conquista de outros continentes, como a América. A expansão europeia permitiu que esses eventos históricos fossem se articulando numa escala mundial. (HISTÓRIA GLOBAL: BRASIL E GERAL, Livro II, Unidade VII, p. 147).

O livro *História: das cavernas ao terceiro milênio*⁴ (Livro III), volume 1, que trata “Das origens da humanidade à Reforma Religiosa na Europa”, possui 15 capítulos, distribuídos da seguinte maneira: uma introdução e mais 2 unidades temáticas.

A parte introdutória intitula-se *O fazer histórico*; é constituída pelo capítulo 1, denominado *A construção da história*.

⁴ BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 2. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.

A unidade I intitula-se *Dos primeiros humanos ao legado cultural do helenismo*; é constituída pelo capítulo 2 denominado *Da origem do ser humano à formação dos primeiros Estados*, capítulo 3 denominado *A identidade do homem americano*, capítulo 4 denominado *Mesopotâmia, Egito e o Reino de Cuxe*, capítulo 5 denominado *Hebreus, fenícios e persas*, capítulo 6 denominado *Grécia: berço da civilização ocidental* e capítulo 7 denominado *O esplendor de Roma*.

A unidade II intitula-se *A construção dos sentidos*; ela é constituída pelo capítulo 8 denominado *Alta Idade Média*, capítulo 9 denominado *Nascimento e expansão do Islã*, capítulo 10 denominado *A civilização bizantina*, capítulo 11 denominado *Baixa Idade Média*, capítulo 12 denominado *A consolidação das monarquias na Europa moderna*, capítulo 13 denominado *O Renascimento cultural e científico*, capítulo 14 denominado *A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo* e, por fim, capítulo 15 denominado *A Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica*.

O livro está posicionado como Livro III; ocupa a 3ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Dessa obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade II.

A reprodução do texto *Idade Média: uma nova concepção*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor* (capítulo 8):

A Idade Média é um período da história europeia que se estende da segunda metade do século V até a primeira metade do século XV.

No longo processo, do século VI ao VIII, em que a Europa ocidental lutou para superar a fragmentação do império e a deterioração da civilização greco-romana, surgiu um novo modelo de organização sociopolítica que só floresceria séculos mais tarde. Nela prevaleceram os elementos remanescentes greco-romanos, as tradições dos povos migrantes e a cultura cristã, em seu conjunto uma configuração bem diferente da Antiguidade clássica.

Em virtude dessas características, alguns pensadores do século XVII consideravam o período um retrocesso cultural, a “idade das trevas”, para eles um tempo no qual a humanidade foi subjugada pela ignorância e pelo arbítrio da Inquisição.

Embora essa concepção sobre a Idade Média ainda esteja presente, ela é rejeitada pela grande maioria dos historiadores. Alguns deles, na tarefa de combater o preconceito presente nos escritos sobre a Idade Média, elaboraram estudos em que ressaltam os avanços técnicos alcançados no período, a exemplo do aumento do emprego de pedra e ferro nas

construções, do progresso no domínio marítimo, do desenvolvimento da cartografia, do aperfeiçoamento das engrenagens dos moinhos d'água, entre outros.

No ano 476, escolhido para marcar o início da Idade Média, ocorreu a deposição do último soberano do Império Romano do ocidente, Rômulo Augústulo. Em 1453, a conquista da cidade de Constantinopla pelos turcos, derradeiro baluarte do Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, marcou o fim da Idade Média. Os quase mil anos entre os dois eventos são geralmente divididos em dois períodos, Alta Idade Média (século V ao X) e Baixa Idade Média (século XI ao XV). (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo VIII, p.139).

Reprodução do texto *A Europa dos feudos*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor* (capítulo 8):

A nova onda de migrações intensificou a insegurança política e acelerou o processo de descentralização iniciado com o declínio de Roma. Os nobres passaram a julgarem-se donos das terras que defendiam e administravam em nome do rei. Os camponeses e trabalhadores livres de cada região consideravam o nobre como o senhor local e o único a quem deviam prestar obediência e serviços. A expansão do trabalho servil, o fortalecimento do poder dos nobres e a consagração das relações de dependência e fidelidade no meio aristocrático são algumas das características do sistema que se estruturou na Europa a partir do século IX, conhecido como feudalismo.

Não há, entre os historiadores, um acordo sobre a conceituação ideal de feudalismo. Optamos por utilizar o conceito proposto por Jacques Le Goff, um dos maiores especialistas em história da Idade Média [...] (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo VIII, p.141).

Reprodução do texto *Feudalismo: heranças germânicas e romanas*, ponto que integra o tópico denominado *A Europa dos feudos*, parte integrante do capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor* (capítulo 8):

Feudo é sinônimo de benefício. Significa um bem ou direito cedido a alguém em troca de fidelidade e várias obrigações, em especial militares. Imediatamente após o juramento de fidelidade, incorporava-se a cerimônia da homenagem, estabelecendo-se então uma relação de pessoa a pessoa. A fidelidade era a base sobre a qual se firmavam os laços feudais, e neles ficavam estabelecidos os direitos e as obrigações de ambas as partes.

Aquele que cede o bem se torna suserano, e quem o recebe passa a ser seu vassalo. A relação de vassalagem normalmente ocorria 'de cima para baixo', isto é, seguindo a hierarquia da nobreza. A terra, o bem mais valioso, passou a ser concedida como feudo; quem a recebia tornava-se um senhor feudal. Formou-se desse modo uma cadeia de proprietários de terras, ligados uns aos outros por laços de suserania e vassalagem. Todos eles vivam da renda e do trabalho dos camponeses, situados na base da pirâmide social.

O rei, no topo da hierarquia, era em geral (mas nem sempre) o mais rico e o mais poderoso dos senhores, mas sua autoridade efetiva se limitava a seus próprios feudos. Após o desmoronamento do poder central, a aplicação da justiça e das demais atribuições do governo ficava a cargo de cada senhor feudal, dentro de seus limites territoriais. Não existiam códigos de leis de âmbito geral. Assim, predominava o direito consuetudinário, ou seja, as normas seguidas nos feudos originavam-se de usos e costumes tradicionais de cada povo.

O cerimonial transcrito abaixo, representativo do relacionamento estabelecido entre nobres, determinava as condições para a doação dos feudos, em um sistema de reciprocidade. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo VIII, p.141-142).

A reprodução do texto Camponeses, ponto que integra o tópico denominado *A sociedade feudal*, parte integrante do capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor* (capítulo 8):

Embora os feudos produzissem basicamente para a própria subsistência, existiu um mínimo de atividade comercial. Portanto, não podemos dizer que houve total retrocesso a uma economia 'natural'. Mas sem dúvida ocorreu escassez generalizada de moedas, em razão da pequena circulação, da distribuição desigual da renda e da tendência ao entesouramento da aristocracia. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Unidade II, Livro III, Capítulo VIII, p.146).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo denominado *Baixa Idade Média* (capítulo 11):

A partir do século XI, o modelo de organização política, econômica e social de parte da sociedade europeia vivia seu apogeu. Ao mesmo tempo, assistia, lentamente, ao seu declínio. Nesse período, conhecido como Baixa Idade Média, mudanças decisivas começaram a ocorrer; as cidades revigoraram-se e tornaram-se um importante local para a produção e a troca de mercadorias, para a difusão do conhecimento e também para as práticas culturais.

Segundo o medievalista Jacques Le Goff, as cidades contemporâneas guardam semelhanças importantes com as cidades medievais, mais até do que em relação às cidades da Antiguidade. O medo da violência e da morte mostra-nos como nossos temores e reações diante deles são semelhantes aos de nossos antepassados que viveram na Idade Média. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.181).

Reprodução do texto denominado *O crescimento da economia*, tópico posicionado no capítulo *Baixa Idade Média* (capítulo 11):

No período da Baixa Idade Média, surgiram inovações tecnológicas que possibilitaram o aumento da produtividade agrícola. O moinho hidráulico

foi aperfeiçoado e desenvolveram-se a charrua, uma espécie de arado que revolia o solo mais profundamente, e novas formas de atrelar os animais, o que aumentou o poder de tração. Também foi difundida a prática da rotação de culturas, segundo a qual parte da terra ficava em repouso, para que não se esgotassem os nutrientes do solo. Outra novidade foi a ampliação da área cultivada. Extensas áreas florestais foram derrubadas e deram lugar a lavouras. A maior oferta de alimentos favoreceu o crescimento populacional e permitiu a geração de excedentes para uma atividade comercial cada vez mais intensa.

Embora a vida econômica da Idade Média se baseasse principalmente na produção agrícola de subsistência, desde os primórdios do período medieval, comerciantes e artesãos asseguraram, ainda que em bases precárias, a produção e a circulação de bens entre os domínios senhoriais. Essas pessoas habitavam os burgos, lugares fortificados que impulsionaram a retomada da vida urbana. O estilo de vida de seus habitantes, os burgueses, mostrava-se bem diferente daquele que ocorria nos feudos.

De início, os burgos surgiram em pontos estratégicos dos feudos e permaneceram sob controle dos nobres. Mas logo tiveram condições de comprar sua autonomia – e o desenvolvimento econômico foi acelerado a partir do crescimento da vida urbana. Já no século XIII, antigos núcleos de origem romana haviam sido revitalizados e muitos burgos tinham se transformado em cidades importantes.

As cidades da Baixa Idade Média não atingiram as dimensões das cidades antigas, pois tiveram uma quantidade bem menor de habitantes. Elas destinavam uma área para cada setor que compunha a vida em sociedade: a religião, a administração pública e o comércio.

Havia a catedral, o palácio episcopal, o palácio municipal e os centros comerciais reunidos em ruas estreitas, que levavam a uma praça central. Os edifícios, na maioria, eram baixos. Somente nas regiões centrais, habitadas pela crescente burguesia, construía-se os edifícios mais altos.

As indústrias manufatureiras (indústria aqui entendida como um conjunto das atividades que participam da fabricação de produtos manufaturados a partir de matérias-primas) se expandiram nesse período em resposta às necessidades de vestuário e moradia e às exigências das constantes guerras. Além de se dedicar ao comércio, os burgueses também emprestavam dinheiro a juros, contrariando as normas da Igreja Católica, que proibiam a usura. Muitas obras religiosas foram levadas adiante com o patrocínio de famílias burguesas em troca de recompensas espirituais. As generosas doações não impediram, porém, que a Igreja medieval visse com suspeita os comerciantes e perseguisse ativamente os não cristãos, em particular os judeus.

A partir de meados do século XIII, com o aparecimento de banqueiros, cambistas e usuários das mais variadas origens, ocorreu uma expansão de crédito, o que veio favorecer as atividades comercial e manufatureira, nitidamente urbanas. Desenvolveram-se também o comércio marítimo costeiro e o terrestre, realizados a curta ou longa distância. As feiras que ocorriam na região de Champagne atraíam negociantes de várias partes da Europa. Caravanas de mercadores compravam e vendiam peles, mel, cera, trigo, madeira, minerais, vinho, sal e tecidos.

O mundo do trabalho também assistiu transformações importantes durante a Baixa Idade Média. Nos domínios dos senhores, foram abolidas algumas obrigações servis, e os camponeses, principalmente após o século XII, passaram a exigir pagamento em dinheiro ou em parte do excedente

agrícola. Alguns deles conseguiram obter rendas vendendo seus excedentes nos mercados locais, enquanto outros abandonaram as lavouras e se especializaram na produção artesanal e no comércio.

Nos burgos, desenvolveram-se as corporações de ofício. Responsáveis pela organização e distribuição de determinados produtos manufaturados, essas associações típicas da sociedade medieval reuniam profissionais do mesmo ramo, desde os mestres de perícia reconhecida até os aprendizes. Seu objetivo era proteger o artesão tanto da concorrência do estrangeiro quanto da dos colegas de ofício.

Todas essas mudanças provocadas pelo incremento comercial, manufatureiro e urbano ocasionaram o confronto entre as visões de mundo dos senhores feudais, por um lado, e dos comerciantes e artesãos, por outro. A questão da riqueza talvez tenha sido um dos pontos centrais de controvérsia. A riqueza, para um senhor feudal, se associava ao número de seus vassalos diretos, isto é, dependentes e agregados que viviam dentro de suas propriedades. Já para a burguesia, riqueza significava poupança e investimentos adquiridos com a administração de seus bens. Para os nobres, tudo isso era sinônimo de avareza. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.181-182).

Reprodução do texto denominado *Peste e rebeliões: a agonia da ordem feudal*, tópico posicionado no capítulo *Baixa Idade Média* (capítulo 11):

No decorrer dos séculos XIV e XV, após um longo período de relativa prosperidade, a economia da Europa Ocidental passou por uma violenta crise. Entre as causas da retração, podemos citar os efeitos da peste negra, introduzida na Europa por volta de 1348. Provavelmente de origem oriental, a peste foi responsável pela morte de milhares de pessoas. Acredita-se que em três meses um terço da população europeia tenha sido dizimado. Uma das consequências imediatas da mortandade foi a desorganização da produção e, com isso, a fome generalizada.

A concentração urbana e a falta de higiene favoreceram a propagação da epidemia. Grande quantidade de lixo ficava espalhada pelas cidades medievais e o esgoto corria pelas ruas, contribuindo para a disseminação da doença. Mas a população desconhecia isso. Apavorados, muitos procuravam as causas da peste em explicações sobrenaturais e até mesmo preconceituosas.

O tema da peste e da morte tornou-se recorrente nas produções artísticas medievais. Um exemplo é a obra *Decamerão*, concluída em 1353, pelo escritor italiano Giovanni Boccaccio. *Decamerão* é uma coleção de contos ambientados nos terríveis anos da peste negra. Dez jovens, fugindo da epidemia, refugiam-se em ricas mansões florentinas, onde passam os dias a contar histórias satíricas e irreverentes.

Enquanto alguns olhavam com ódio para os doentes e estrangeiros, responsabilizando-os pelas epidemias, outros começaram a ver o mundo de um modo diferente, questionando a ordem feudal. Associada à crise econômica, a mudança de mentalidade contribuiu para profundas modificações políticas, econômicas, sociais e culturais, que resultaram no colapso de muitas estruturas do sistema em vigor. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.186).

Reprodução do texto *Uma crise, várias soluções*, ponto que integra o tópico denominado *Peste e rebeliões: a agonia da ordem feudal*, parte integrante do capítulo intitulado *Baixa Idade Média* (capítulo 11):

As secas, a diminuição da produção agrícola (em consequência da morte de muitos camponeses) e a fome agravaram ainda mais a situação. Nos campos vazios, os sobreviventes exigiram melhores condições de trabalho e uma parcela maior da produção. A resposta dos senhores foi a imposição de medidas restritivas visando dificultar a saída dos servos dos senhorios. Ao mesmo tempo, nas cidades, os reis tentavam impor aos artesãos os antigos salários, anteriores à epidemia.

Mas era impossível voltar no tempo. Os trabalhadores urbanos rebelaram-se contra a ordem feudal em levantes como o dos jornaleiros belgas (1323-1328). Na França, o campesinato sublevou-se em 1358, num movimento que ficou conhecido como *jacqueries* e que deu seu nome às revoltas rurais dos séculos seguintes, que foram reprimidas com ferocidade. Tais mobilizações ameaçaram a própria sobrevivência da nobreza e do clero.

Enquanto as revoltas e a fuga dos camponeses se multiplicavam, apesar da repressão, nas cidades cresciam as diferenças entre os ricos mercadores e os mestres das corporações. Estes tentavam controlar desde a etapa da produção até o preço final das mercadorias. Mas isso era impossível: o comércio internacional obtinha lucros crescentes. Os produtos orientais difundidos pelas cruzadas alcançavam altos preços, em boa parte graças à existência de grande número de intermediários entre o Oriente e as praças de comércio no Ocidente.

A crise generalizada obrigou as várias categorias sociais a buscar uma resposta. A dos oprimidos do campo e da cidade foram as *jacqueries* e os levantes urbanos. A da nobreza foram os conflitos dinásticos, que ofereciam a oportunidade de obter novos feudos. O mais grave foi a Guerra dos Cem Anos, travada entre a nobreza da França e da Inglaterra. O conflito estendeu-se de 1337 a 1453, alternando tempos de combates e de tréguas em meio a rebeliões camponesas e à mortandade causada pela peste.

Outra resposta, apoiada pela burguesia comercial, baseava-se no fortalecimento do poder dos reis para restabelecer a ordem e abrir novos mercados. Para algumas nações, isso implicava uma política de expansão marítima. Esse projeto atraiu muita gente das cidades que não pertencia às fileiras dos burgueses ricos, aventureiros que sonhavam em conhecer novas terras, ver de perto as maravilhas descritas por Marco Polo (1254-1324) e outros viajantes e, ao mesmo tempo, fazer fortuna nessas regiões exóticas. Todos os sonhos pareciam possíveis, na mesma medida em que a natureza e a sociedade já não pareciam tão sem surpresas, tão definidas e imutáveis. Os novos atores, movidos pela curiosidade e pela conjuntura, fervilhando de descobertas e possibilidades, não conseguiam – e nem tentaram – evitar os choques com a velha ordem nobiliárquica e eclesiástica.

Os presságios de uma nova ordem estavam a caminho. Em breve a 'Europa do latim' deixaria de existir. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.187-188).

Reprodução do texto *A Guerra dos Cem Anos*, parte integrante do capítulo intitulado *Baixa Idade Média* (capítulo 11):

A Guerra dos Cem Anos foi um conflito que opôs os interesses da França aos da Inglaterra. Uma das razões para o início da guerra foi a disputa pela região de Flandres. No norte da França. Essa área, importante produtora de tecidos e centro comercial, estava ligada à França por laços de vassalagem, mas vinculada economicamente à Inglaterra, da qual obtinha lã.

A guerra também foi motivada por uma contestação dinástica. O rei francês Carlos IV morreu em 1328 sem deixar descendentes. Eduardo III, soberano da Inglaterra e sobrinho do rei francês, reivindicou o trono, mas foi preterido por Felipe de Valois, que assumiu o comando da França como Felipe VI.

A Monarquia inglesa, mais forte e consolidada que a francesa, conseguiu importantes vitórias no início do conflito. Em 1415, exércitos ingleses invadiram a França e ocuparam a cidade de Paris. Posteriormente, com a assinatura do Tratado de Troyes, o poder político francês foi entregue ao rei inglês Henrique V. O tratado também estabeleceu a divisão do território da França, cujo norte ficou submetido ao domínio inglês.

Os franceses reagiram com rigor contra as determinações do tratado. Em 1429, a camponesa Joana D'Arc, à frente de um exército, liderou a vitória sobre os ingleses em Orléans. Comandados pelo rei Carlos VII, os exércitos franceses conseguiram outras vitórias importantes. Os ingleses foram expulsos regiões da Gasconha, da Normandia e da Guiana. A batalha de Castillon, ocorrida em 1453, marcou o fim da guerra. Um dos resultados do conflito foi o fortalecimento da Monarquia francesa, que impôs seu domínio aos senhores feudais. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XI, p.188).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo denominado *A consolidação das monarquias na Europa moderna* (capítulo 12):

As monarquias modernas surgiram como uma alternativa à crise que anunciou o fim do feudalismo na Baixa Idade Média. O estabelecimento de um novo modelo de Estado, mais centralizado, ocorreu graças ao apoio da nobreza e da burguesia aos reis.

A monarquia é hoje um sistema de governo adotado por mais de 40 países. A mais antiga e famosa Monarquia em vigor é a da Inglaterra. Entre os britânicos, ela é bastante popular e representa um símbolo de tradição e poder. Grande parte deles é favorável à continuidade do regime monárquico. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro III, Unidade II, Capítulo XII, p.195).

O livro *História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas*⁵ (Livro IV), volume 1, que trata “Das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas”, possui 23 capítulos, distribuídos em 6 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *A história antes da escrita*; é constituída pelo capítulo 1 denominado *Como a história começou* e capítulo 2 denominado *A ocupação da América*.

A unidade II intitula-se *Povos da Antiguidade*; é constituída pelo capítulo 3 denominado *Orientes próximos: sociedades, reinos, impérios*, capítulo 4 denominado *O mundo grego* e capítulo 5 denominado *O mundo romano*.

A unidade III intitula-se *A cristandade medieval em conflito com o Islã*; é constituída pelo capítulo 6 denominado *A formação do mundo medieval*, capítulo 7 denominado *Nascimento e expansão do Islã*, capítulo 8 denominado *O apogeu do feudalismo*, capítulo 9 denominado *A espiritualidade medieval* e capítulo 10 denominado *Outono medieval*.

A unidade IV intitula-se *O nascimento do mundo moderno*; ela é constituída pelo capítulo 11 denominado *O encontro dos mundos*, capítulo 12 denominado *As várias Áfricas*, capítulo 13 denominado *Américas conquistadas*, capítulo 14 denominado *Faces do Renascimento*, capítulo 15 denominado *Tempos das Reformas* e capítulo 16 denominado *O absolutismo em marcha*.

A unidade V intitula-se *Sociedades coloniais na era do mercantilismo*; ela é constituída pelo capítulo 17 denominado *Impérios e sociedades coloniais*, capítulo 18 denominado *A colonização na América portuguesa*, capítulo 19 denominado *A América portuguesa em expansão* e capítulo 20 denominado *A África nos tempos do tráfico atlântico*.

A unidade VI intitula-se *Guerra e paz na época moderna*; é constituída pelo capítulo 21 denominado *Tempo de guerras*, capítulo 22 denominado *Tradição e mudanças na vida cotidiana*, capítulo 23 denominado *Inglaterra revolucionária*.

O livro está posicionado como Livro IV; ocupa a 4ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade III.

⁵ SANTOS, Georgina dos; FERREIRA, Jorge; VAINFAS, Ronaldo; FARIA, Sheila de Castro. **História: das sociedades sem Estado às monarquias absolutistas**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Saraiva, 2010.

Reprodução do texto *O que foi o feudalismo*, tópico posicionado no capítulo intitulado *A formação do mundo medieval* (capítulo 6):

Em fins do século IX, ocorreram novas invasões na Europa ocidental, sobretudo de *vikings* ou normandos (ao norte), húngaros (a leste) e sarracenos (na península Ibérica e ao sul da península Itálica). Essa nova onda de invasões, somada à ruralização e à descentralização política, propiciaram a formação do feudalismo.

Grande parte das características do mundo feudal, entretanto, já estava presente no Império Carolíngio: as terras concedidas (condado, marca, ducado) em forma de benefício (feudo) deram origem aos senhores feudais. Alojados em castelos geralmente situados em terrenos elevados, os senhores detinham o monopólio da função militar e exerciam, por direito, amplos poderes sobre a população camponesa.

Desde o século IV, homens e mulheres procuravam o campo para fugir das invasões, esvaziando as cidades, o que gerou um processo de ruralização. Em busca de proteção, colocavam-se à mercê dos guerreiros, que os usavam para os trabalhos agrícolas nas terras onde haviam se instalado. Formava-se, assim, o campesinato medieval.

O regime senhorial chegou a contar com diversos tipos de trabalhadores: escravos, homens livres, ex-escravos e até uns poucos assalariados. A consolidação desse regime acabou nivelando a população camponesa, no século XI, na mesma condição: eram todos servos. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo VI, p. 116).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *O apogeu do feudalismo*, (capítulo 8):

No século XIII, o feudalismo atingiu o seu auge.

Ao mesmo tempo, cresciam as cidades e os europeus voltavam a navegar no Mediterrâneo.

O capítulo vai contar a história desse renascimento urbano e comercial, estimulado pelas Cruzadas e por uma Igreja cada vez mais poderosa. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo VIII, p. 135).

Reprodução do texto *A sociedade feudal*, tópico posicionado no capítulo intitulado *O apogeu do feudalismo* (capítulo 8):

A formação da sociedade feudal ocorreu no final da Alta Idade Média (séculos V a X), mas seu amadurecimento somente se deu entre os séculos XI e XV, durante a chamada Baixa Idade Média.

Nessa sociedade, o alto clero e a nobreza possuíam interesses comuns e concentravam em suas mãos o poder e a propriedade das terras, embora a Igreja estivesse acima de tudo e de todos.

Existiam dois tipos de relação social na sociedade feudal, ambas legitimadas pela Igreja: as de vassalagem, que uniam os nobres cavaleiros por compromissos de lealdade pessoal, e as de servidão, que asseguravam a exploração dos camponeses.

Desde o século IX, fontes literárias e administrativas descreviam o mundo medieval como uma sociedade de ordens, composta de três segmentos, com funções hierarquizadas e distintas: orar, combater e trabalhar. Aos religiosos cabia rezar pelo bem dos cristãos, inspirando o amor a Deus; aos guerreiros competia proteger a Igreja e defender a sociedade dos mais diferentes perigos; aos camponeses restava a tarefa de garantir a sobrevivência material da sociedade, realizando os serviços braçais.

Para o clero, o esquema das três ordens era um símbolo da harmonia social, no qual cada segmento exercia uma função necessária para a sociedade. Esse modelo, na prática, submetia os guerreiros e os camponeses aos sacerdotes, pois o clero era considerado a primeira entre todas as ordens.

A justificativa dessa hierarquia era religiosa. Os sacerdotes se julgavam superiores aos cavaleiros porque dedicavam a vida a Deus, orando, conservando sua castidade e, portanto, exercendo as vocações mais valorizadas pelos cristãos. Alguns religiosos cumpriam à risca esse papel; outros, nem tanto.

À grande parte dos camponeses cabia a obrigação de trabalhar nos campos. Na época, existia uma crença generalizada de que o trabalho era uma herança do pecado original. Na *Bíblia*, no livro do “Gênesis”, podia-se ler que Adão, depois de expulso do paraíso por ter cedido à tentação de Eva, recebera de Deus, como castigo, o fardo de trabalhar. O modelo das três ordens transformava a sociedade feudal em algo criado e desejado por Deus, inibindo qualquer contestação aos poderes estabelecidos.

Esse caráter eterno e inquestionável da ordem social seria abalado pelo crescimento comercial, ocorrido na Europa ocidental a partir do século XI. A multiplicação de mercadores, banqueiros e artesãos afetou a hierarquia da sociedade medieval. Pouco a pouco, surgiram outras formas de organização social, baseadas em diferentes critérios, como os profissionais. O mundo do trabalho, até então identificado com as atividades agrícolas, passou a englobar também aquelas dedicadas ao comércio e ao artesanato. Apesar disso, o modelo das três ordens se manteve como referência na sociedade medieval. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo VIII, p. 136-137).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *Outono medieval* (capítulo

10):

A Europa do século XIV foi marcada por desgraças e tragédias: a 'grande fome', a 'peste negra' e a multiplicação das guerras entre nobres e levantes camponeses. O resultado maior foi a crise do feudalismo e do regime senhorial. O capítulo vai explicar como e por que isso ocorreu. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 163).

Reprodução do texto *O flagelo da peste negra*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Outono medieval* (capítulo 10):

No noroeste da Europa, entre a primavera e o outono de 1315, ocorreram chuvas intensas, pouco comuns para essa época do ano. Os campos de cereais ficaram inundados e as sementes ficaram atrofiadas ou apodreceram. Com isso o preço do trigo, usado para fazer pães, disparou.

Entre 1315 e 1317, essa situação se agravou e boa parte da Europa foi atingida pela chamada grande fome. Enfraquecidos pela falta de alimentos, os que sobreviveram acabaram contraindo vários tipos de moléstias. Dentre elas, a peste negra, que dizimou grande parte da população europeia.

Acredita-se que a peste tenha chegado à Europa por Gênova, na Itália, em 1347, quando mercadorias eram trazidas do Oriente pelo eixo que ligava os mares Negro e Mediterrâneo. Um navio originário de Caffa, entreposto genovês no mar Negro, teria trazido a bordo os ratos que espalharam o mal pela Europa. A doença seguia no rastro das rotas comerciais, cada vez mais dinâmicas. Na primavera de 1348, a peste atingiu as demais cidades italianas, atravessou os Alpes e se alastrou pelo sul do continente. No mesmo ano, chegou também à península Ibérica e alcançou o norte europeu, aterrorizando escoceses e ingleses. Em 1349, invadiu o Sacro Império e a Europa oriental.

Cerca de um terço da população europeia morreu em decorrência da peste negra; algumas aldeias simplesmente desapareceram. Somente no século XVI a população da Europa conseguiu recuperar os números que possuía antes da peste. Na Inglaterra, por exemplo, uma população estimada em 3,7 milhões de habitantes, em 1348, caiu para 2,25 milhões, em 1377.

Os conhecimentos médicos da época foram insuficientes para combater a epidemia. As tentativas de salvar os doentes frequentemente misturavam procedimentos médicos e místicos, como, por exemplo, lançar vinagre sobre moedas e letras de câmbio; acender fogueiras purificadoras nas encruzilhadas das cidades contaminadas; borrifar enxofre e perfumes fortes para desinfetar casas e roupas; usar máscara em forma de cabeça de pássaro, cujo bico exalava substâncias aromáticas.

Somente no século XIX descobriu-se que a peste negra era um tipo de peste bubônica, inicialmente transmitida por pulgas. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 164).

Reprodução parcial do texto intitulado *Cólera divina*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Outono medieval* (capítulo 10):

A cólera divina foi a explicação mais comum para a epidemia. Os pintores da época retratavam a doença com a representação de Deus disparando flechas sobre os humanos, punindo-os por seus pecados. Muitos acusaram os judeus pelo flagelo, por julgarem que esse povo teria sido responsável pela crucificação de Jesus. Outros acusavam os leprosos. Na ânsia de aplacar a ira divina, multiplicaram-se os cortejos de flagelantes, penitentes que desfilavam com o torso nu, açoitando as próprias costas. Os mais resignados elegeram São Roque como advogado celeste para os males da peste.

Apesar dos exercícios de mortificação, a peste prosseguiu implacável, passando de rua para rua, de quarteirão para quarteirão, e assim foi durante anos seguidos. Quando dava uma trégua, reaparecia de forma atenuada para logo irromper de modo explosivo. Ao menos no norte da península Itálica, a peste negra se compôs de seis epidemias sucessivas! O mesmo ocorreu em outras partes da Europa.

Atenuada por curtos intervalos, a peste dominou o século XIV e adentrou o XV, espalhando a morte por toda parte. As obras de arte da época registraram com detalhes o medo das multidões, representando danças macabras, ossos e caveiras, e, sobretudo, a própria morte, geralmente simbolizada por uma caveira. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p.165).

Reprodução do texto *Nobre em conflito: a Guerra dos Cem Anos*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Outono medieval* (capítulo 10):

Além da peste negra, o século XIV também conheceu a mais longa guerra da Idade Média, travada entre a monarquia francesa e a inglesa, que ficou conhecida como a Guerra dos Cem Anos. Na verdade, a guerra durou entremeada de curtas tréguas, 116 anos, de 1337 a 1453.

O conflito começou com a disputa pela Coroa francesa: Carlos IV, rei da França, morreu em 1328 sem deixar filhos homens. Eduardo III, rei da Inglaterra, julgava-se o seu legítimo herdeiro, porque era sobrinho do falecido rei. Ao mesmo tempo, boa parte da nobreza francesa apoiava Filipe de Valois, primo do rei, que assumiu o trono como Filipe VI, provocando a reação do rei inglês.

Na época, as guerras não eram conflitos entre Estados nacionais, mas entre nobres, príncipes e reis por tronos, títulos e domínios territoriais onde pudessem cobrar impostos. Por isso, não é surpresa que um rei inglês cobiçasse acumular a Coroa da França, com todas as vantagens e privilégios que conquistaria. Mas para isso ele precisava do apoio da nobreza francesa.

Afinal, o poder dos reis confrontava-se com o poder dos senhores feudais, os grandes duques e condes. Esse jogo de alianças era feito de acordo com as tradições feudais, incluindo as lealdades vassálicas e os interesses econômicos imediatos, como o controle de rotas comerciais ou a cobrança de impostos. Foi o que aconteceu na Guerra dos Cem Anos, que, por isso mesmo, é um bom exemplo da guerra medieval. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 166).

Reprodução do texto *A crise do feudalismo*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Outono medieval* (capítulo 10):

A fome, a peste e as guerras causaram estragos sem precedentes na sociedade europeia no final da Idade Média. A população vivia em completo desamparo.

Além de enfrentar o período de guerras, nos tempos de trégua a população era assaltada pelas companhias de soldados mercenários que roubavam os poucos víveres de camponeses e mercadores e atacavam as mulheres. A eles juntavam-se os bandidos e os camponeses falidos, que atacavam as terras senhoriais, destruindo estábulos e moinhos, ampliando a miséria de toda a comunidade e arruinando a economia rural.

Motivados pela situação, muitos senhores feudais e, sobretudo, camponeses abandonavam as terras e se refugiavam nas cidades. Em algumas regiões, aldeias inteiras foram deixadas para trás. No Sacro Império, as terras desertas eram transformadas em pastagem comum.

O abandono das terras e a mortalidade diminuía ainda mais as rendas senhoriais, já afetadas pela diminuição da mão de obra e pela queda na produção agrícola. Além disso, a nobreza perdeu influência sobre seus dependentes e teve o seu poder enfraquecido. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 168).

Reprodução parcial do texto intitulado *Reação senhorial*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Outono medieval* (capítulo 10):

As guerras trouxeram mudanças significativas à sociedade feudal. A cavalaria, símbolo da 'arte da guerra' na Idade Média, perdeu sua importância com a valorização dos arqueiros e a chegada das armas de fogo, em especial os canhões. Como a formação dos exércitos não dependia mais da estrutura feudal, assentada em laços vassálicos, mas sim de soldados que serviam à realeza em troca de um soldo, o poder militar dos senhores feudais ficou cada vez mais reduzido.

Eles procuraram aumentar suas rendas impondo multas e taxas, além de impedir que os camponeses deixassem as terras arrendadas. Em 1349, no auge da peste na Inglaterra, o rei Eduardo III proibiu o aumento dos valores pagos pelo trabalho de camponeses e artesãos das cidades.

As taxas e os impostos tornaram-se um enorme flagelo para a população, cujo descontentamento resultou em uma série de revoltas. Na França, em 1358, surgiram as chamadas *jacqueries*, que uniram os camponeses contra as novas imposições senhoriais, tomando várias cidades no norte e no sul.

No século XV, a falta de mão de obra nos campos acabou estimulando certa melhoria na vida dos trabalhadores rurais, favorecendo o pagamento de salários e o arrendamento de terras aos camponeses. A ocupação de terras ainda não cultivadas deu origem a uma nova aristocracia rural, formada por homens livres, que fizeram fortuna criando gado e empregando mão de obra assalariada. Criou-se, assim, uma nova dinâmica, com a produção de excedentes agrícolas e a criação de animais para o abastecimento das cidades.

No plano externo, a cristandade ficou novamente ameaçada pelos muçulmanos desta vez pelos turcos otomanos. Ultrapassaram o mar Negro, avançaram sobre a península Balcânica e ensaiaram a conquista do Mediterrâneo oriental. Paralelamente ao avanço turco, os europeus deslocavam o eixo comercial do Mediterrâneo para Atlântico, iniciando as grandes navegações da época moderna. A relação entre o avanço turco e o início da expansão pelo Atlântico é, porém, assunto para outro capítulo. (HISTÓRIA: DAS SOCIEDADES SEM ESTADO ÀS MONARQUIAS ABSOLUTISTAS, Livro IV, Unidade III, Capítulo X, p. 169-170).

O livro *História: das cavernas ao terceiro milênio*⁶ (Livro V), volume 1, que trata “Das origens da humanidade à reforma religiosa na Europa”, possui 17 capítulos, distribuído da seguinte maneira: uma introdução e mais duas unidades temáticas.

A parte introdutória intitula-se *O fazer histórico*; é constituída pelo capítulo 1 denominado *A construção da história*.

A unidade I intitula-se *Dos primeiros humanos ao legado cultural do helenismo*; é constituída pelo capítulo 2 denominado *As explicações sobre a origem do homem*, capítulo 3 denominado *A identidade do homem americano*, capítulo 4 denominado *Das aldeias pré-históricas aos primeiros Estados*, capítulo 5 denominado *Egito*, capítulo 6 denominado *Mesopotâmia*, capítulo 7 denominado *As civilizações hebraica e fenícia*, capítulo 8 denominado *O legado da Grécia para a civilização ocidental* e o capítulo 9 denominado *O esplendor de Roma*.

A unidade II intitula-se *A construção dos sentidos*; ela é constituída pelo capítulo 10 denominado *Alta Idade Média*, capítulo 11 denominado *Nascimento e expansão do islamismo*, capítulo 12 denominado *A civilização bizantina*, capítulo 13 denominado *Baixa Idade Média*, capítulo 14 denominado *A consolidação das monarquias na Europa moderna*, capítulo 15 denominado *O Renascimento cultural e científico*, capítulo 16 denominado *A expansão ultramarina europeia e o mercantilismo* e, por fim, capítulo 17 denominado *A Reforma Protestante e a Contrarreforma Católica*.

O livro, neste corpus, está posicionado como Livro V; ocupa a 5ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade II.

Reprodução do texto *Idade Média: trevas ou luz?* Tópico posicionado no capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor?* (Capítulo 10):

O período conhecido como Idade Média diz respeito a uma fase da história europeia, de cerca de mil anos, que se estende da segunda metade do século V até a primeira metade do século XV.

⁶ BRAICK, Patrícia do Carmo Ramos; MOTA, Myriam Becho. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.

Do século VI ao VIII, a Europa ocidental lutou para superar as desordens causadas pela fragmentação do império e pela deterioração da civilização greco-romana. Nesse processo, um novo modelo de organização política começou a criar raízes, a partir dos remanescentes greco-romanos, das tradições dos povos migrantes e da perspectiva cristã. Porém, seriam necessários séculos para que esta nova civilização florescesse.

Tais fatores contribuíram para que alguns pensadores do século XVI considerassem o período um retrocesso cultural, artístico e intelectual, quando comparado à Antiguidade Clássica. O próprio termo 'Idade Média', escolhido pelos renascentistas, aponta para um sentido pejorativo. Essas ideias foram reafirmadas pelos iluministas do século XVIII. Para eles, a Idade Média era a idade das trevas, um tempo sombrio no qual a humanidade, subjugada pela ignorância e contaminada pela peste, viveu oprimida sob o terror das fogueiras da Inquisição.

Embora essa concepção ainda esteja presente, ela é rejeitada pela grande maioria dos historiadores.

No ano 476, escolhido para marcar o início da Idade Média, ocorreu a deposição do último soberano do Império Romano do Ocidente, Rômulo Augústulo. Em 1453, a conquista pelos turcos da cidade de Constantinopla, derradeiro baluarte do Império Romano do Oriente ou Império Bizantino, marca o fim da Idade Média. Os quase mil anos entre os dois períodos, Alta Idade Média (século XI ao XV) e Baixa Idade Média (séculos XI ao XV). Somados, eles correspondem à longa gestação do mundo moderno.

As magníficas catedrais erguidas na França e em outros países dão testemunho da intensa religiosidade desse período. Homens e mulheres de diversas localidades da Europa adquiriram a consciência de formar um povo único, uma entidade que pretendia espalhar e prefigurar a ordem celeste: a cristandade.

Procurando combater o preconceito tradicionalmente presente nos escritos sobre a Idade Média, alguns estudiosos contribuíram para a elaboração de uma nova perspectiva dessa época destacando, por exemplo, o avanço tecnológico acontecido no período, como o aumento da utilização de pedra e ferro nas construções, o progresso no domínio marítimo, por meio da construção de navios com maior capacidade, o desenvolvimento da cartografia e o aperfeiçoamento de instrumentos de navegação. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, p. 138-139).

Reprodução do texto *A Europa dos feudos*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor?* (Capítulo 10):

A nova onda de migrações intensificou a insegurança política e acelerou o processo de descentralização iniciado com o declínio de Roma. Os nobres passaram a julgarem-se donos das terras que defendiam e administravam em nome do rei. Os camponeses e trabalhadores livres de cada região consideravam o nobre como o senhor local e o único a quem deviam prestar obediência e serviços. A expansão do trabalho servil, o fortalecimento do poder dos nobres e a consagração das relações de dependência e fidelidade no meio aristocrático são algumas das características do sistema que se estruturou na Europa a partir do século IX, conhecido como feudalismo.

Ainda não há, entre os historiadores, um acordo sobre a conceituação ideal de feudalismo. Aqui usaremos o conceito proposto por um dos maiores especialistas em História da Idade Média.

Feudo é sinônimo de benefício. Significa um bem ou direito cedido a alguém em troca de fidelidade e várias obrigações, em especial militares. Imediatamente após o juramento de fidelidade, incorporava-se a cerimônia da homenagem, estabelecendo-se então uma relação de pessoa a pessoa. A fidelidade era a base sobre a qual se firmavam os laços feudais, e neles ficavam estabelecidos os direitos e as obrigações de ambas as partes.

Aquele que cede o bem se torna suserano, e quem o recebe passa a ser seu vassalo. A relação de vassalagem normalmente ocorria “de cima para baixo”, isto é, seguindo a hierarquia da nobreza. A terra, o bem mais valioso, passou a ser concedida como feudo; quem a recebia tornava-se um senhor feudal. Formou-se desse modo uma cadeia de proprietários de terras, ligados uns aos outros por laços de suserania e vassalagem. Todos eles vivam da renda e do trabalho dos camponeses, situados na base da pirâmide social.

O cerimonial a seguir transcrito, representativo do relacionamento estabelecido entre nobres, determinava as condições para a doação dos feudos, em um sistema de reciprocidade:

O rei, no topo da hierarquia, era em geral (mas nem sempre) o mais rico e o mais poderoso dos senhores, mas sua autoridade efetiva se limitava a seus próprios feudos. Após o desmoronamento do poder central, a aplicação da justiça e das demais atribuições do governo ficava a cargo de cada senhor feudal, dentro de seus limites territoriais. Não existiam códigos de leis de âmbito geral. Assim, predominava o direito consuetudinário, ou seja, as normas seguidas nos feudos originavam-se de usos e costumes tradicionais de cada povo. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, p. 142-143).

Reprodução do texto *Feudalismo: heranças germânicas e romanas*, ponto que integra o tópico denominado *A Europa dos feudos*, parte integrante do capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor?* (Capítulo 8):

Um feudo buscava a autossuficiência, isto é, procurava produzir o necessário para a sobrevivência dos que nele viviam. Enquanto alguns servos cultivavam a terra e criavam porcos, galinhas e patos, outros produziam tecidos, sapatos, artefatos de madeira e de metal e o que mais fosse preciso. Uma vez que a produção destinava-se ao consumo interno, sem visar à obtenção de excedentes, a venda de bens agrícolas ou artesanais para fora dos feudos restringiu-se ao mínimo. Como resultado, o comércio sofreu um forte golpe. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, p. 144-145).

Reprodução do texto intitulado *O que é feudalismo*, de autoria de Le Goff citado por Braick e Mota, matéria posicionada no capítulo *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor?* (Capítulo 8):

Um sistema de organização econômica, social e política baseado nos vínculos de homem a homem, no qual uma classe de guerreiros especializados – os senhores –, subordinados uns aos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência, domina uma massa campesina que explora a terra e lhes fornece com que viver. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, p. 143).

Reprodução do texto *A sociedade feudal*, tópico posicionado no capítulo intitulado *Alta Idade Média: em busca de uma vida melhor?* (Capítulo 10):

Embora os feudos produzissem basicamente para a própria subsistência, existiu um mínimo de atividade comercial. Portanto, não podemos dizer que houve total retrocesso a uma economia 'natural'. Mas sem dúvida ocorreu uma escassez generalizada de moedas, devido à pequena circulação, à distribuição muito desigual da renda e à tendência ao entesouramento da aristocracia. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo X, pp. 145-149).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *Baixa Idade Média* (capítulo 13):

A partir do século XI, a sociedade viveria o auge do modelo feudal. Mas também assistiria ao início de sua desintegração. Esse período marcado por amplas transformações da realidade europeia é chamado de Baixa Idade Média. As cidades, que passaram por um refluxo durante a Alta Idade Média, renasceram e se tornaram um importante local para a produção e o comércio e também para as práticas culturais. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo XIII, p. 182).

Reprodução do texto *A bolsa e a vida*, tópico posicionado no capítulo *Baixa Idade Média* (capítulo 13):

Embora a vida econômica da Idade Média se baseasse principalmente na produção agrícola de subsistência, não faltaram, nesse período, habilidade técnica, econômica de mercado e produção de excedentes. Isso quer dizer que o sistema feudal não se mostrou incompatível com o comércio e a indústria. Ao contrário, desde os primórdios do período medieval, comerciantes e artesãos asseguraram, ainda que em bases precárias, a produção e a circulação de bens entre os domínios senhoriais. Essas pessoas habitavam os burgos, lugares fortificados que impulsionavam a retomada da vida urbana. O estilo de vida de seus habitantes, os burgueses, mostrava-se bem diferente daquele que ocorria dentro dos feudos, e suas atividades estariam entre os fatores responsáveis pela destruição do próprio sistema feudal.

De início, os burgos surgiram em pontos estratégicos dos feudos e permaneceram sob o controle dos nobres. Mas logo tiveram condições de

comprar sua autonomia – e o desenvolvimento econômico foi acelerado a partir do crescimento da vida urbana. Em meados do século XII, uma cidade como Paris, capital do reino da França, ainda continha espaços abertos que podiam ser utilizados para a produção de alimentos. Com anos depois, antigos núcleos de origem romana haviam sido revitalizados, muitos burgos tinham se transformado em cidades importantes e as atividades de seus habitantes ganhavam um espaço físico, econômico e social cada vez maior.

As indústrias manufatureiras (indústria aqui entendida como um conjunto das atividades que participam da fabricação de produtos manufaturados a partir de matérias-primas) se expandiram nesse período em resposta às necessidades de vestuário e moradia e às exigências das constantes guerras. Além de se dedicar ao comércio, os burgueses também emprestavam dinheiro a juros, contrariando as normas da Igreja Católica, que proibiam a usura. Muitas obras religiosas foram levadas adiante com o patrocínio de famílias burguesas em troca de recompensas espirituais. As generosas doações não impediram, porém, que a Igreja medieval visse com suspeita os comerciantes e perseguisse ativamente os não cristãos, em particular os judeus.

A partir de meados do século XIII, com o aparecimento de banqueiros, cambistas e usuários das mais variadas origens, ocorreu uma expansão de crédito, o que veio favorecer as atividades comercial e manufatureira, nitidamente urbanas. Desenvolveram-se também o comércio marítimo e o terrestre, realizados a curta ou longa distância. O comércio marítimo de cabotagem ou navegação costeira pode ser caracterizado como de curta distância, pois, na época, os oceanos permaneciam praticamente desconhecidos dos navegadores. O comércio terrestre se realizava ora em mercados locais (comércio de curta distância), ora em feiras periódicas ou fixas, as quais atraíam caravanas de mercadores de toda a Europa. Os caminhos também passaram a ser trilhados por pessoas de todas as origens, que buscavam a salvação através de peregrinações aos grandes centros religiosos do período medieval: Roma, na Península Itálica, e Santiago de Compostela, no norte da Espanha.

O mundo do trabalho também assistiu a transformações importantes durante a Baixa Idade Média. Nos domínios dos senhores, foram abolidas algumas obrigações servis, e os camponeses, principalmente após o século XII, passaram a exigir pagamento em dinheiro ou em parte do excedente agrícola. Alguns deles conseguiram obter rendas vendendo seus excedentes nos mercados locais, enquanto outros abandonaram as lavouras e se especializaram na produção artesanal e no comércio.

Nos burgos, desenvolveram-se as corporações de ofício. Responsáveis pela organização e distribuição de determinados produtos manufaturados, essas associações da sociedade medieval reuniam profissionais do mesmo ramo, desde os mestres de perícia reconhecida até os aprendizes.

O seu objetivo essencial era proteger o artesão, não só contra a concorrência do estrangeiro, mas também contra a dos colegas. Os estatutos das corporações determinavam: “Reserva-lhe exclusivamente o mercado da vila e fecha-o aos produtores do estrangeiro; cuida, ao mesmo tempo, de que nenhum membro da profissão possa enriquecer-se em detrimento de outros”.

Todas essas mudanças provocadas pelo incremento comercial, manufatureiro e urbano provocaram o confronto entre as visões de mundo dos senhores feudais, por um lado, e dos comerciantes e artesãos, por outro. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo XIII, pp. 183-185).

Reprodução do texto *Pestes e rebeliões: a agonia da ordem feudal*, tópico posicionado no capítulo *Baixa Idade Média* (capítulo 13):

No decorrer dos séculos XIV e XV, após um longo período de relativa prosperidade, a economia da Europa Ocidental passou por uma violenta crise. Entre as causas da retração, podemos citar os efeitos da peste negra, introduzida na Europa por volta de 1348. Provavelmente de origem oriental, a peste foi responsável pela morte de milhares de pessoas. Acredita-se que um quarto da população europeia tenha sido dizimado, o que provocou a desorganização da produção e, com isso, a fome generalizada. As narrativas da peste são dramáticas, como mostra Giovanni Boccaccio (1313-1375) no livro *Decameron* [...]

A concentração urbana e a falta de higiene favoreceram a propagação da epidemia. Grande quantidade de lixo ficava espalhada pelas cidades medievais e o esgoto corria pelas ruas, contribuindo para a disseminação da doença. Mas a população desconhecia isso. Apavorados, muitos procuravam as causas da peste em explicações sobrenaturais e até mesmo preconceituosas.

Para alguns grupos sociais – separados por quase sete séculos –, tanto a peste negra quanto a aids representava castigos divinos ao pecado. Na desordem social causada pelos efeitos das doenças, logo foram apontados os maiores culpados. A peste negra foi atribuída à ação dos leprosos, judeus e estrangeiros; no caso da aids, a culpa recaiu sobre os homossexuais. Em ambos os momentos, ocorreram atos de violência contra os supostos responsáveis.

Enquanto alguns olhavam com ódio para os doentes e estrangeiros, responsabilizando-os pelas epidemias, outros começaram a ver o mundo de um modo diferente, questionando a ordem feudal. Associada à crise econômica, a mudança de mentalidade contribuiu para profundas modificações políticas, econômicas, sociais e culturais, que resultaram no colapso de muitas estruturas do sistema em vigor. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo XIII, pp. 189-191).

Reprodução do texto *Uma crise, várias soluções*, tópico posicionado no capítulo *Baixa Idade Média* (capítulo 13):

As secas, a diminuição da produção agrícola (devido à morte de muitos camponeses) e a fome agravaram ainda mais a situação. Nos campos vazios, os sobreviventes exigiram melhores condições de trabalho e uma parcela maior da produção. A resposta dos senhores foi a imposição de medidas restritivas visando dificultar a saída dos servos dos feudos. Ao mesmo tempo, nas cidades, os reis tentavam impor aos artesãos os antigos salários, anteriores à epidemia.

Mas era impossível voltar no tempo. Os trabalhadores urbanos se rebelaram contra a ordem feudal em levantes como o dos jornaleiros belgas (1323-1328). Na França, o campesinato sublevou-se em 1358, num movimento que ficou conhecido como jacqueries e que deu seu nome às revoltas rurais dos séculos seguintes. Tais mobilizações ameaçaram a

própria sobrevivência da nobreza e do clero. Foram reprimidos com ferocidade.

Enquanto as revoltas e a fuga dos camponeses se multiplicavam, apesar da repressão, nas cidades cresciam as diferenças entre os ricos mercadores e os mestres das corporações. Estes tentavam controlar desde a etapa da produção até o preço final das mercadorias. Mas isso era impossível: o comércio internacional obtinha lucros crescentes. Os produtos orientais difundidos pelas cruzadas alcançavam altos preços, em boa parte devido à existência de grande número de intermediários entre o oriente e as praças de comércio no ocidente.

A crise generalizada obrigou as várias categorias sociais a buscar uma resposta. A dos oprimidos do campo e da cidade foram as *jacqueries* e os levantes urbanos. A da nobreza foram os conflitos dinásticos, que ofereciam a oportunidade de obter novos feudos. O mais grave foi a Guerra dos Cem Anos, travada entre a nobreza da França e da Inglaterra. O conflito estendeu-se de 1337 a 1453, alternando tempos de combates e de tréguas em meio a rebeliões camponesas e à mortandade causada pela peste.

Outra resposta, apoiada pela burguesia comercial, baseava-se no fortalecimento do poder dos reis para restabelecer a ordem e abrir novos mercados. Para algumas nações, isso implicava uma política de expansão marítima. Esse projeto atraiu muita gente das cidades que não pertencia às fileiras dos burgueses ricos, aventureiros que sonhavam em conhecer novas terras, ver de perto as maravilhas descritas por Marco Polo (1254-1324) e outros viajantes e, ao mesmo tempo, fazer fortuna nessas regiões exóticas. Todos os sonhos pareciam possíveis, na mesma medida em que a natureza e a sociedade já não pareciam tão sem surpresas, tão definidas e imutáveis. Os novos atores, movidos pela curiosidade e pela conjuntura, fervilhando de descobertas e possibilidades, não conseguiam – e nem tentaram – evitar os choques com a velha ordem nobiliárquica e eclesiástica.

Os presságios de uma nova ordem estavam a caminho. Em breve a 'Europa do latim' deixaria de existir. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo XIII, p. 191-192).

Reprodução do texto intitulado *A Guerra dos Cem Anos*, matéria posicionada no capítulo *Baixa Idade Média* (capítulo 13):

A Guerra dos Cem Anos pode ser compreendida no contexto da formação dos Estados nacionais europeus. O motivo do atrito entre a França e a Inglaterra foi a disputa sobre a região de Flandres, importante produtora de tecidos e centro comercial, ligada à França por laços de vassalagem, mas economicamente à Inglaterra, da qual obtinha a lã.

Outra razão da guerra foi a disputa pelo trono francês, reivindicado por Henrique III, da Inglaterra, que, no entanto, era neto de Felipe IV (morto em 1328).

Em 1415, o Exército da Inglaterra invadiu a França, ocupou a cidade de Paris e aprisionou o rei Carlos VI. Posteriormente, com a assinatura do Tratado de Troyes, o poder político francês foi entregue a Henrique V, de Lancaster. O tratado estabeleceu também a divisão do território da França, estando o norte sob domínio inglês.

Os franceses reagiram com rigor contra as determinações do tratado. Em 1429, a camponesa Joana D'arc, à frente de um exército, comandou a vitória sobre os ingleses em Orléans.

Em 1453 foi firmada a paz entre a França e Borgonha. No ano seguinte, Paris foi libertada, e os ingleses, gradualmente derrotados. (HISTÓRIA: DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO, Livro V, Unidade II, Capítulo XIII, p.192).

O livro *História: geral e do Brasil*⁷ (Livro VI), volume 1, possui 9 capítulos, distribuídos em 3 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *Os primeiros agrupamentos humanos*; é constituída pelo capítulo 1 denominado *Em busca de nossos ancestrais* e capítulo 2 denominado *A ocupação do continente em que vivemos*.

A unidade II intitula-se *Civilizações antigas*; é constituída pelo capítulo 3 denominado *A vida em cidades*, capítulo 4 denominado *A Grécia antiga* e capítulo 5 denominado *A civilização romana*.

A unidade III intitula-se *A Europa, periferia do mundo*; é constituída pelo capítulo 6 denominado *O Império Bizantino, o Islã e o panorama mundial*, capítulo 7 denominado *O surgimento da Europa*, capítulo 8 denominado *Economia, sociedade e cultura medieval* e capítulo 9 denominado *O mundo às vésperas do século XVI*.

O livro, neste corpus, está posicionado como Livro VI; ocupa a 6ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade III.

Reprodução do texto introdutório da parte denominada *Baixa Idade Média*; parte integrante do capítulo intitulado *O surgimento da Europa* (capítulo 7):

No período que vai do século XI ao século XV chamado de Baixa Idade Média, começaram a se configurar algumas transformações no feudalismo.

As origens dessas mudanças estão no esgotamento da autossuficiência produtiva, progressivamente abalada pelas transformações em curso na Europa, sendo a principal delas o surto demográfico verificado a partir dos séculos X e XI. Com a diminuição progressiva no ritmo das invasões, que caracterizaram praticamente toda a Alta Idade Média, as condições de vida se tornaram mais estáveis, o que provocou gradativo, mas significativo,

⁷ VICENTINO, Cláudio Roberto; DORIGO, Gianpaolo Franco. **História geral e do Brasil**. 1. ed. (Volume 1) São Paulo, SP: Editora Scipione, 2010.

aumento de população. Na Inglaterra, por exemplo, a população teria passado de 1,5 milhão, no século XI, para 3,7 milhões, no início do século XIV. Nas áreas de domínio italiano, o salto no mesmo período foi de 5 milhões para 10 milhões; e na França, a população aumentou de 6 milhões para 15 milhões naquele intervalo de três séculos.

A expansão demográfica desdobrou-se em inúmeros efeitos produtivos e sociais. Exigiu aumento das áreas cultivadas, para ampliar a produção, além de um desenvolvimento comercial mais vigoroso, ativando as trocas locais, desbancando a tendência ao imobilismo feudal das unidades produtivas autossuficientes. A intensificação da circulação de produtos (grãos, ovos, aves, gado, peixes, lã, ferramentas etc. impulsionou também diversos setores artesanais). Muitos deles haviam continuado ativos na Alta Idade Média, servindo a nobreza e o alto clero: armeiros que trabalhavam para os nobres guerreiros; ourives, pintores e construtores, que trabalhavam na edificação de catedrais e castelos etc. Inovações técnicas aplicadas aos trabalhos agrícolas também ganharam força, como a utilização dos arados de ferro, mais fortes e eficientes que os de madeira usados até então, e o aperfeiçoamento de moinhos hidráulicos. As terras cultiváveis foram ampliadas por meio do aterramento de pântanos e da derrubada de florestas.

O aumento populacional, aliado às elevadas taxas cobradas pelos senhores territoriais, deixou muitos aldeões à margem da atividade rural. Muitos procuraram outras oportunidades de sobrevivência, alguns foram expulsos dos feudos. Essa marginalização social não ficou restrita aos servos, atingindo também senhores. Nobres sem-terra, vítimas do direito de primogenitura, que dava apenas ao filho mais velho as terras e os títulos paternos, vagavam pela Europa como cavaleiros andantes. Ofereciam seus préstimos militares a outros senhores em troca de terras ou de rendas.

Muito mais numerosos e igualmente excluídos, os servos tentavam sobreviver ocultando-se em bosques e reocupando antigos centros urbanos abandonados. Por vezes, quando encontrados, eram perseguidos pelos nobres. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo 7, p. 196).

Reprodução do texto denominado *O renascimento comercial europeu*; um dos tópicos que integram a parte denominada *Baixa Idade Média* (uma das subdivisões do capítulo 7):

Paulatinamente, as cidades medievais foram assumindo o papel de entroncamento das rotas comerciais, primeiro com produtos de luxo originados de pontos diversos do Oriente (que mesmo em pequenas quantidades rendiam elevados lucros) e sal e, depois, com produtos de consumo geral, como cereais e madeira.

A rota do Mediterrâneo, antigo caminho das Cruzadas, logo se tornou a mais importante e lucrativa. Partia das cidades italianas de Gênova e Veneza e atingia centros comerciais do Mediterrâneo oriental. Essas cidades prosperaram muito, em especial porque seus comerciantes praticamente conquistaram o monopólio sobre os produtos provenientes do Oriente, como sedas e especiarias (pimenta e outros temperos). Paralelamente, desde o século XII organizavam-se no norte da Europa as hansas, ou associações de mercadores. Na Inglaterra, destacava-se a *Merchants of the Staple*, associação que controlava a venda de lã (seu mais forte produto) e a importação de produtos oriundos flamengo: originário de Flandres, atual Bélgica, da região flamenga.

Logo aconteceria a reunião de diversas hansas no norte da atual Alemanha, dando origem à Liga Hanseática, cujas poderosas cidades (Hamburgo, Brêmen, Llibeck, Rostock), habitadas principalmente por povos germânicos, passaram a controlar todo o comércio dos mares do Norte e Báltico. Seus comerciantes traziam trigo e pescado, importantes para a população que continuava a crescer, e madeiras, fundamentais para os empreendimentos de construção naval, além de outros produtos.

Dessa forma, consolidavam-se dois polos comerciais na Europa da Baixa Idade Média: um italiano e outro germânico. A ligação desses dois polos se fazia por rotas terrestres que convergiam para as planícies de Champanhe, região no centro da França. Lá se realizavam grandes feiras, onde os comerciantes do norte encontravam os do sul, constituindo centros de articulação do crescente comércio europeu.

O desenvolvimento comercial e as transações financeiras tornaram necessária a utilização em larga escala de moedas, o que gerou a introdução de letras de câmbio e o desenvolvimento de atividades bancárias em geral. A terra deixou de ser a única fonte de riqueza e, nesse contexto, surgiu um novo grupo social, o dos mercadores. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo 7, p. 199-200).

Reprodução do texto denominado *O renascimento urbano na Europa*; um dos tópicos que integram a parte denominada *Baixa Idade Média* (uma das subdivisões do capítulo 7):

Ao longo das novas rotas comerciais, multiplicavam-se os burgos, isto é, as cidades. Muitas vezes, tratava-se de antigas cidades romanas abandonadas, que foram sendo reocupadas e voltavam a prosperar. Outras vezes, eram aglomerados que surgiam nas encruzilhadas de rotas comerciais terrestres, em regiões de feiras ou às margens de rios. Cercados de muralhas defensivas, os burgos têm sua denominação derivada do germânico *burgs* para o latim *burgs*, que significa “pequena fortaleza”.

Havia também as aglomerações formadas em torno de antigos castelos, que extrapolaram os limites das muralhas originais. Nesse caso, como se originavam em terras pertencentes aos senhores feudais, que compunham a camada social dominante, elas ficavam submetidas a sua autoridade e, frequentemente, à cobrança de impostos. Com a expansão do comércio e da vida urbana, os habitantes dos burgos começaram a buscar autonomia, derivando daí o movimento comunal, que significou a luta pela emancipação dos burgos, entre os séculos XI e XIII, até então submetidos à autoridade e à cobrança de impostos dos senhores feudais.

Um burgo podia ter sua independência de forma pacífica, quase sempre mediante pagamento de uma indenização ao nobre ou bispo local, porém, no caso de resistência dos senhores feudais, era necessário apoio externo, comumente por meio da intervenção real, que, nessa época, ganhava cada vez mais força, (...). As Cartas de Franquia eram os documentos que formalizavam a autonomia dos burgos, determinando isenção de pedágios, direitos senhoriais e outras obrigações, autorizando seus habitantes, os “burgueses”, a cobrar impostos e organizar tropas e concedendo-lhe independência administrativa e judiciária.

À medida que as cidades iam obtendo sua autonomia, as atividades mercantis tendiam a crescer, dando origem a instituições como as corporações de mercadores e as de ofício.

As corporações de mercadores, também chamadas guildas, tinham por objetivo agrupar os negociantes locais para garantir o monopólio do comércio. As corporações de ofício reuniam os trabalhadores por especialidade, estabelecendo para seus membros a exclusividade de produção e definindo padrões de trabalho, visando à qualidade dos produtos, além de procurar evitar a concorrência dentro do burgo.

As corporações de ofício tinham uma organização fortemente hierarquizada, sendo controladas pelos mestres-artesãos, que não só realizavam o trabalho como também eram os proprietários das oficinas (muitas vezes localizadas em suas casas), das ferramentas, das matérias-primas e do conhecimento técnico necessário à produção. Abaixo do mestre, vinham os companheiros ou oficiais jornaleiros, trabalhadores especializados, com ganhos estipulados pelo mestre.

Por fim, vinham os aprendizes, que, em troca do trabalho, recebiam alimentação, alojamento, vestuário e o aprendizado que lhes possibilitaria eventualmente se transformar em oficiais e, mediante autorização da corporação do seu ofício, em mestres.

Dessa forma, e ao contrário do que ocorria nos feudos, existia certa mobilidade social na atividade artesanal, mesmo que bastante reduzida no caso dos mestres, devido à dimensão do mercado urbano e ao controle da corporação exercido por eles.

Apesar desse dinamismo urbano, existia uma limitação cultural, típica da época, que dificultava o desenvolvimento dos negócios. Essa limitação referia-se ao pensamento cristão com base na filosofia denominada escolástica, que condenava o lucro e a prática da usura, considerados pecados capitais.

Essa mentalidade influenciava as corporações de ofício ao defender o “justo preço”, que estipulava que cada mercadoria deveria ser vendida pelo preço da matéria-prima somado ao valor da mão de obra empregada. Rejeitando-se a possibilidade de lucro, inibia-se o acúmulo de capital (dinheiro e outros bens) e, evidentemente, de novos investimentos na produção, criando-se assim um freio ao crescimento econômico.

De qualquer forma, e a despeito das limitações, o comércio foi se difundindo. Embora lento, o enriquecimento dos comerciantes e de uma parcela dos mestres levou-os a controlar com exclusividade certas atividades comerciais e artesanais, a exemplo dos mercadores das hansas e dos mestres empregadores, indicando o processo de formação de um novo grupo social em ascensão: a burguesia. Observe-se, porém, que essa burguesia medieval é completamente distinta da burguesia que se formaria nos séculos XVIII e XIX. Além de o termo “burgueses” referir-se, originalmente, ao conjunto dos habitantes dos burgos (cidades), até mesmo os mercadores, artesãos e banqueiros enriquecidos nessa época medieval tinham atuações próprias e diferentes daquelas da classe que geralmente designamos por esse termo. As metas predominantes da burguesia medieval eram a busca da riqueza fundiária e a integração à nobreza, com a aquisição de terras (feudos) e títulos de cavaleiro. Quadro muito diferente dos burgueses capitalistas cujo ganho nas atividades econômicas destinava-se, essencialmente, ao reinvestimento de capital.

A expansão do trabalho remunerado e da vida urbana, a possibilidade de lucros individuais (apesar das restrições religiosas) e uma economia monetarizada dependente da atividade mercantil, ou seja, do comércio são elementos que nos permitem identificar, ao longo da Baixa Idade Média, transformações mais amplas das relações e estruturas sociais e econômicas,

como veremos nos capítulos seguintes. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo 7, pp. 200-202).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *Economia, sociedade e cultura medieval* (capítulo 8):

A estrutura econômica, social, política e cultural que predominou na Europa Ocidental durante a Idade Média, em substituição ao escravismo greco-romano, essa foi chamada pelos historiadores de feudalismo. É importante ressaltar que esse sistema não foi imóvel e muito menos estagnado. Ao contrário, formou-se durante a Alta Idade Média (do século V ao X) e, especialmente a partir do século XI, durante o período que costuma ser denominado Baixa Idade Média (do século XI ao XV), mostrou seu dinamismo, com o desenvolvimento das cidades e das atividades artesanais e comerciais. Destaque-se ainda que as características do feudalismo variassem de região para região e de época para época ao longo dos séculos. Ao mesmo tempo, os vizinhos da Europa Ocidental - muçulmanos e bizantinos - tiveram outras formas de organização social e econômica, e a unidade imperial ou estruturas em califados permitia-lhes desenvolver intensamente o comércio. No período do feudalismo, as sociedades árabes e bizantinas tiveram grande desenvolvimento, e Bizâncio viveu seu auge.

Em linhas gerais, do ponto de vista econômico, o sistema feudal, em sua formação, era caracterizado pelo predomínio da produção para consumo local, comércio bastante reduzido ou até quase inexistente e ausência ou baixa utilização de moeda. O feudo, unidade de produção agrária, pertencia a uma camada de senhores feudais, que eram membros do alto clero ou nobres guerreiros.

O trabalho na sociedade feudal estava baseado na servidão, relação que mantinha os trabalhadores (servos, ou vilãos ou aldeãos) presos à terra e subordinados a uma série de obrigações em impostos feudais e serviços. Nessa época era comum que as pessoas nascessem, vivessem e morressem sem jamais sair do mesmo lugar, atreladas às obrigações para com o senhor do feudo.

A sociedade feudal baseava-se na existência de dois grupos sociais principais - senhores e servos -, podendo ser caracterizada como estamental, na medida em que as categorias eram claramente definidas e não era comum haver qualquer tipo de mobilidade. O estamento inferior, a camada produtiva e dominada constituída pelos servos, formava a maioria da população. Destaque-se que além desse quadro geral, dependendo da região e ao longo do tempo, existiram desde aqueles mais subordinados à servidão e submissos às tributações, até aqueles poucos com maior liberdade, inclusive a tais obrigações.

A exploração do trabalho servil era legitimada pela Igreja. Para ela, cada membro da sociedade tinha funções a cumprir em sua passagem pela terra, o que disseminava uma mentalidade favorável à condição subordinada dos servos. Segundo essa mentalidade, era função do servo trabalhar, do clérigo rezar e do nobre proteger militarmente a sociedade.

Os senhores feudais, por sua vez, estabeleciam entre si relações de suserania e vassalagem. Isso ocorria, por exemplo, quando um nobre doava terras a outro nobre, em troca de ajuda em guerras e outras obrigações, como tributos. O senhor que doava o feudo tornava-se suserano,

comprometendo-se a proteger militarmente o nobre que recebera a terra. Este passava a ser vassalo daquele, obrigado a prestar, principalmente, ajuda militar ao primeiro. Um suserano poderia ter diversos vassalos, e cada vassalo outros tantos, de forma que diversos senhores feudais, nobres guerreiros de uma região, assumiam um compromisso mútuo de defesa. Também ocorria de um nobre tornar-se suserano não por doar terras, mas por fazer outros tipos de concessão: por exemplo, ceder ao vassalo o direito de explorar pedágios em pontes ou estradas, ou recolher taxas numa aldeia ou região.

Para marcar essa relação de dependência, realizava-se uma cerimônia, a homenagem, durante a qual o senhor que recebia o benefício - por exemplo, a concessão de uma área territorial - fazia um juramento de fidelidade diante de uma relíquia religiosa ou perante os evangelhos.

Tratava-se de uma teia de relações em forma de pirâmide, em cuja base estavam senhores feudais menos poderosos e ricos que eram somente vassalos; no meio estavam nobres vassalos de um e suseranos de vários; e, no topo, geralmente, um senhor feudal mais poderoso que todos: o rei.

Ao longo dos séculos, na progressiva complexidade de relações medievais de dependência e fidelidade entre senhores, surgiram até mesmo reis vassalos de outros suseranos. O fundamental, já que havia uma fragmentação de poderes nas mãos dos senhores e um poder central fraco, é que as relações de suserania e vassalagem garantiam a coesão mínima entre os membros do grupo social dominante, o que era indispensável para enfrentar as ameaças que pudessem subverter a ordem estabelecida, especialmente por parte dos servos.

Os reis feudais não se caracterizavam por suas funções políticas e administrativas, mas principalmente pelos militares. No caso de agressão externa, como era comum durante a Alta Idade Média, o rei atuava como chefe militar de um exército formado por centenas de nobres e seus cavaleiros e tropas auxiliares. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo 8, pp. 206-209).

Reprodução do texto intitulado *As origens dos estados modernos*. O material recortado constitui parte integrante do capítulo intitulado *O mundo às vésperas do século XVI* (capítulo 9):

Neste capítulo, vamos investigar o processo de formação das monarquias centralizadas europeias, as maneiras como os reis europeus procuravam legitimar seu poder e os obstáculos que encontravam perante o clero, a nobreza e os camponeses. Você conhecerá parte dos conflitos, das mazelas e dos desafios enfrentados pela população medieval, como a peste negra. Por fim, verá qual o contexto histórico às vésperas de 1500 nos territórios asiáticos, africanos e americanos.

A quem interessava essa centralização europeia? Quais os seus resultados? E fora da Europa: havia o mesmo processo histórico? Quais dados poderiam ser elencados para justificar o título da unidade a que este capítulo pertence? E na atualidade, quais dados, você apontaria para justificar os Estados Unidos como centro da dinâmica mundial?

O desenvolvimento comercial e urbano da Europa encontrou sérios obstáculos em algumas estruturas feudais. A diversidade regional e política, típica do feudalismo, com os vários feudos e seus poderes locais,

constituía um estorvo ao comércio, na medida em que diversos senhores interferiam nas relações comerciais, cobrando impostos dos mercadores. Além disso, inexistia uniformidade territorial de leis, unidade monetária legal ou mesmo de pesos e medidas na Europa, dificultando as transações comerciais. Dessa forma, para o grupo de burgueses europeus, ou seja, os comerciantes, artesãos e banqueiros, seria conveniente um poder centralizado que impusesse normas e facilitasse o comércio, sobrepondo-se aos poderes locais. Assim, para garantir a autoridade do monarca, contribuíram para a formação de um exército mercenário a serviço do Estado.

Ao mesmo tempo, os diversos reis europeus tinham interesse em promover a centralização política como forma de reforçar sua autoridade, sobrepondo-se à nobreza e limitando o poder da Igreja. A comunhão de interesses entre rei e burgueses acabou levando à gradativa aproximação de ambos durante a Baixa Idade Média, o que transformaria inteiramente as relações políticas e desencadearia o processo de formação das monarquias centralizadas. Outro resultado importante foi que o exército do rei acabou servindo também aos interesses senhoriais, à nobreza, pois garantia a ordem contra as rebeliões rurais e mantinha a maior parte dos privilégios feudais. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo 9, p. 225-226).

Reprodução do texto intitulado *O reino francês*. O material recortado constitui um dos tópicos dedicados à abordagem do tema *Formação das monarquias centralizadas na Europa*, parte integrante do capítulo *O mundo às vésperas do século XVI* (capítulo 9):

O processo de centralização francês contou com a atuação dos reis da dinastia capetíngia, fundada em 987 por Hugo Capeto e estendendo-se até 1328.

O primeiro dos reis capetíngios destacável para o processo centralizador francês foi Filipe Augusto ou Filipe II (1180-1223). Usando como pretexto a necessidade de combater os ingleses que ocupavam o norte da França, esse monarca iniciou a cobrança de impostos em todo o território francês, seguida da montagem de um poderoso exército que garantiria o poder real e o domínio de um território unificado.

Tinha início assim a transformação da monarquia feudal, centrada nos feudos e comandada pelos suseranos e vassalos locais, em Estado centralizado.

Após derrotar os ingleses, Filipe II utilizou seu poder armado para impor-se à nobreza. Nomeou fiscais reais, que percorriam todo o reino cobrando impostos e fazendo as leis e a justiça real prevalecerem sobre as dos nobres locais. Aliado da burguesia, o rei vendia Cartas de Franquia aos burgos que quisessem se libertar do controle dos senhores feudais e aceitar a proteção real. De outro lado, para os senhores territoriais, a força monárquica acabava servindo para garantir o poderio e os privilégios da nobreza, mantendo a ordem e a subordinação servil.

Luís IX, que reinou de 1226 a 1270, levou adiante o processo de centralização, organizando uma rede de tribunais reais e instituindo uma moeda de circulação nacional. Participou da Sétima e da Oitava Cruzadas, ambas fracassadas, falecendo na última delas. Após sua morte, foi canonizado pela Igreja como São Luís.

O reinado de Filipe IV, o Belo, de 1285 a 1314, deu continuidade ao empreendimento iniciado pelos antecessores. herdando um Estado já fortalecido, Filipe IV preocupou-se com sua legitimação. Em 1302, criou a assembleia dos Estados Gerais sob o primado da soberania real. Essa assembleia era composta por representantes do clero, da nobreza e comerciantes das cidades. As camadas pobres da população francesa não participavam da assembleia, cujo caráter era meramente consultivo, ou seja, não tinha poder de tomar decisões ou criar leis. Além disso, não se reunia periodicamente: era convocada conforme a vontade do monarca.

Apoiado pela assembleia, Filipe IV aprovou a taxação sobre os bens da Igreja. Teve início uma grave crise, envolvendo a participação do papa, que chegou até a ameaçar o rei de excomunhão. Quando o papa morreu, em 1303, Filipe IV interferiu na escolha do sucessor. Impôs o nome de um francês, que viria a ser o papa Clemente V, e forçou a transferência da sede da Igreja de Roma para a cidade de Avignon, no sul da França.

O episódio iniciou o período que foi denominado por contemporâneos como cativo de Avignon (em referência ao texto bíblico do cativo da Babilônia do século VI A.C.): durante 70 anos os papas submeteram-se à autoridade do rei da França, o que demonstra claramente o fortalecimento desses monarcas. A nomeação de outro papa em Roma, no mesmo período, desencadeou o Cisma do Ocidente, com a divisão da autoridade suprema da Igreja católica entre dois papas. Para a Igreja, tal situação só foi superada no início do século XV.

Para a França, embora diversos fatores contribuíssem para a formação de um sólido Estado centralizado, a Guerra dos Cem Anos suspendeu o fortalecimento do poder monárquico no país, ainda que temporariamente. Pela longa duração da guerra (1337-1453), intermediada por vários períodos de paz, historiadores do século XIX lhe deram o nome de Guerra dos Cem Anos.

Em meio aos efeitos do confronto e necessitando da nobreza para ampliar seu exército para uma guerra particularmente violenta e prolongada, a monarquia francesa teve que fazer certas concessões aos nobres e passou por um relativo enfraquecimento. A insatisfação da burguesia com as primeiras derrotas na guerra, a fome generalizada no país e a peste negra dificultaram a situação. Finalmente, eclodiram as rebeliões camponesas, denominadas *jacqueries* (uma alusão à expressão francesa *jacques bonhomme*, que equivale em português a “joão-ninguém”); a mais importante delas ocorreu em 1358 e caracterizou-se pela invasão de castelos e por assassinatos de senhores. Foram duramente reprimidas pelas forças da ordem, encabeçadas pelo Estado e seus nobres. (HISTÓRIA: GERAL E DO BRASIL, Livro VI, Unidade III, Capítulo 9, p. 226-227).

O livro *Conexões com a história*⁸ (Livro VII), volume 1, intitulado *Das origens do homem à conquista do Novo Mundo*, possui uma introdução e mais 12 capítulos, distribuído em 4 unidades temáticas.

A introdução intitula-se *A produção do conhecimento histórico*; é constituída pelos seguintes temas: a) *A história e o historiador*; b) *Tempo, memória e história*.

⁸ ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Letícia Fagundes de. **Conexões com a história**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2010.

A unidade I intitula-se *Da pré-história às primeiras civilizações do oriente*; é constituída pelo capítulo 1 denominado *A pré-história humana*, capítulo 2 denominado *Civilizações do Nilo e da Mesopotâmia*, capítulo 3 denominado *Índia e China* e capítulo 4 denominado *Hebreus, fenícios e persas*.

A unidade II intitula-se *A Antiguidade clássica: Grécia e Roma*; é constituída pelo capítulo 5 denominado *A civilização grega* e o capítulo 6 denominado *Roma e a Antiguidade Tardia*.

A unidade 3 intitula-se *A Idade Média: ocidente e oriente*; é constituída pelo capítulo 7 denominado *A formação da Europa feudal*, capítulo 8 denominado *A civilização árabe e os reinos africanos* e capítulo 9 denominado *O outono da Idade Média*.

A unidade 4 intitula-se *A aurora dos tempos modernos*; é constituída pelo capítulo 10 denominado *A civilização do renascimento*, capítulo 11 denominado *Sociedade e cultura dos nativos americanos* e, por fim, o capítulo 12 denominado *O absolutismo e a formação do Estado moderno*.

O livro, neste corpus, está posicionado como Livro VII; ocupa a 7ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade III.

Reprodução do texto que define o conceito de *Alta Idade Média*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

Alta Idade Média. Período da história europeia que se estende, na divisão clássica, do século V ao século X. A Baixa Idade Média, segundo essa mesma periodização, se inicia no século XI e termina no século XV. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, capítulo VII, p. 165).

Reprodução do tópico *O feudalismo*, texto que integra o tema 4 denominado *Sociedade e economia na ordem feudal*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

A relação de vassalagem implicava obrigações recíprocas entre ambas as partes. De um lado, o vassalo devia se unir ao suserano nas operações militares e auxiliá-lo financeiramente em ocasiões específicas. Devia ainda

prestar ajuda política e jurídica, participando do tribunal senhorial. De outro lado, o suserano devia proteção e respeito ao seu vassalo, assumindo a criação de seus filhos e demonstrando sua gratidão.

Cada senhor feudal era vassalo de outro senhor mais poderoso, formando uma espécie de pirâmide onde, no topo, se encontrava a figura do monarca. Entre o rei e a base da pirâmide de vassalos havia uma hierarquia de barões, duques e condes que ocupavam diferentes graus de prestígio e de poder. Assim, os membros nobreza medieval, de um modo ou de outro, conservavam laços de dependência entre si. Esse conjunto laços pessoais entre nobres, criados a partir da doação do feudo, é o que chamamos feudalismo.

O resultado dessa ampla rede de relações aristocráticas foi a fragmentação da sociedade medieval em inúmeros senhorios, que abrangiam grande parte do continente europeu. O vínculo entre as diversas regiões dependia principalmente da ação da Igreja e da fé católica. Se a figura do rei não era mais capaz de preservar a unidade política, o catolicismo conseguiu reunir todos os senhores sob o teto da mesma igreja. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, capítulo VII, p. 174).

Reprodução do tópico *O aumento da produção agrícola*, texto que integra o tema 5 denominado *Transformações do feudalismo*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

A partir do século XI, a inovação dos instrumentos de produção agrícola, associada a novos métodos de exploração da terra, resultou no crescimento da produtividade rural e, por consequência, no aumento da população europeia.

A primeira inovação técnica foi o uso de uma nova forma de atrelar os animais de tração. A atrelagem passou a ser feita pelo dorso do animal, e não mais pelo pescoço, permitindo deslocar mais peso. O novo sistema possibilitou a utilização da charrua, tipo de arado que revolia mais profundamente o solo. Por fim, a difusão do moinho d'água e a introdução dos moinhos de vento facilitaram a moagem dos grãos.

Outra importante inovação agrícola foi a adoção do sistema trienal de cultivo, em vez do tradicional sistema bienal. A terra passou a ser cultivada em três lotes. O primeiro era semeado com cereais de inverno, o segundo com cereais de primavera e o último permanecia em repouso. Nos anos seguintes, alternavam-se os cultivos. Com esse sistema, obtinham-se duas colheitas ao ano, ampliando a reserva de alimentos.

O cultivo de novas espécies de leguminosas alterou a qualidade nutricional da dieta de alimentos, gerando um impacto positivo na população. A transformação foi mais significativa para as mulheres. As gestantes e as mulheres em fase de aleitamento necessitavam de uma dieta mais rica em ferro, abundante nas leguminosas. A mortalidade feminina diminuiu e, em consequência, cresceu o número de crianças que se desenvolveram até a idade adulta. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo VII, p. 180).

Reprodução do tópico *A revitalização do comércio*, texto que integra o tema 5 denominado *Transformações do feudalismo*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

Enquanto a produção de um excedente agrícola possibilitava o crescimento demográfico, as Cruzadas ampliavam os limites territoriais de ocupação do continente europeu. Os dois acontecimentos permitiram que uma parcela da população fosse liberada do trabalho no campo e passasse a se dedicar ao comércio. A quantidade de pessoas envolvidas na atividade comercial não era grande, mas foi suficiente para que esse segmento experimentasse importância cada vez maior.

O mercado interno cresceu. Comerciantes vendiam o excedente da produção local em torno dos castelos e das vilas. O comércio a longa distância também se intensificou. Mercadores de diversas regiões utilizavam duas grandes rotas comerciais europeias. A primeira, no sul, dominada pelos italianos de Veneza e Gênova, era uma rota marítima que fazia uso do Mar Mediterrâneo. A segunda era uma rota terrestre, localizada no norte da Europa em torno da região de Flandres, comandada pelos alemães.

As feiras surgiram no cruzamento dessas grandes rotas comerciais. Durante os séculos XII e XIII uma das mais importantes feiras medievais se localizava na região de Champagne, no centro da França. Produtos adquiridos nas regiões norte e sul do continente europeu eram negociados nessa feira. No sul, ao longo do Mar Mediterrâneo, predominavam as mercadorias vindas do Oriente, como perfumes, sedas e especiarias. No norte da Europa, em torno do eixo de Flandres (na atual Bélgica), circulavam produtos como grãos, peles e madeira. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo VII, p. 180).

Reprodução do tópico *O crescimento de outras atividades*, texto que integra o tema 5 denominado *Transformações do feudalismo*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

Outra mudança importante foi o desenvolvimento do artesanato, no qual se destacava a produção dos tecidos de lã. Os grandes centros produtores se encontravam na Itália, em Flandres e na Inglaterra. A importância econômica das oficinas de fundição de metais também cresceu. As oficinas produziam desde ferramentas agrícolas até armas e armaduras, usadas pelos cavaleiros nos torneios ou pelos senhores medievais nas guerras.

Com a revitalização do comércio, o uso da moeda disseminou-se. Como cada país tinha a sua própria moeda, era necessário trocá-la, ou seja, fazer o câmbio. A profissão de cambista deu origem aos bancos. Os primeiros banqueiros se estabeleceram nas prósperas cidades italianas, mas logo o ofício apareceu em outras cidades. Os principais serviços prestados pelos banqueiros eram o câmbio, o empréstimo a juros e o depósito. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo VII, p. 181).

Reprodução tópico *A expansão das cidades medievais*, texto que integra o tema 5 denominado *Transformações do feudalismo*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

Entre os séculos X e XIII, os limites dos territórios habitados na Europa Ocidental se expandiram geograficamente, gerando transformações significativas na dinâmica social e econômica. Levas populacionais partiam em direção aos centros urbanos ou ainda para aquelas regiões que se formavam ao redor das feiras comerciais.

Podemos medir essa movimentação demográfica observando o crescimento da população urbana. Por volta do ano mil, nenhuma cidade da Europa Ocidental tinha mais de 10 mil habitantes. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo VII, p. 181).

Reprodução do texto *As corporações de ofício*, ponto que integra o tópico denominado *A expansão das cidades medievais*, do tema 5 *Transformações do feudalismo*; matéria posicionada no capítulo intitulado *A formação da Europa feudal* (capítulo 7):

Na cidade se encontravam diferentes ofícios, como de artesãos, comerciantes, intelectuais, joalheiros, pedreiros e açougueiros. Para se proteger da concorrência, os artesãos se organizavam nas chamadas guildas ou corporações de ofício. A corporação fiscalizava o funcionamento de cada ofício nas cidades: regulamentava a quantidade de horas trabalhadas, o valor do salário, a qualidade da mercadoria e sua circulação, além de controlar a contratação de mão de obra. Para exercer o seu ofício, o trabalhador precisava ser aceito como membro da corporação. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo VII, p. 181).

Reprodução do texto *Uma época de crise*, matéria de introdução ao capítulo denominado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

No decorrer de sua história, a humanidade atravessou diversos períodos de crise. Na Europa, o período que vai de 1300 a 1450 pode ser caracterizado como uma época de crise generalizada. A peste e as guerras entre facções da aristocracia criaram um clima de insegurança geral e levaram os camponeses a abandonar o campo. Diversas regiões foram assoladas por surtos de fome e a consequência disso foram mais mortes.

Para uma parte da população, essas calamidades foram interpretadas como um castigo divino que se abatia sobre suas cabeças. O clima reinante era de pessimismo e melancolia: a arte e a cultura do período testemunharam a obsessão das pessoas pela morte, a sensação de viver num mundo envelhecido e prestes a desaparecer.

A crise generalizada levou ao rompimento de tênue equilíbrio que sustentava a sociedade feudal. As revoltas no campo e nas cidades contestavam os privilégios tradicionais da aristocracia rural.

Na Europa Oriental, o surgimento de uma nova potência militar, o Império Otomano, lançou um novo desafio à Europa Ocidental. Os otomanos conquistaram o que restou do Império Bizantino e passaram a dominar a parte oriental do Mediterrâneo, bloqueando o acesso às rotas comerciais do oriente.

A crise que marcou esse período, no entanto, permitiu uma renovação da sociedade. Ela abriu caminho para a expansão comercial e o desenvolvimento das cidades, retomando um movimento que já havia se iniciado no século XII. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 210).

Reprodução do tópico *As mudanças climáticas*, texto que integra o tema 1 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

Hoje em dia é muito comum ver na televisão e ler nos jornais, nas revistas e na internet reportagens sobre fenômenos climáticos que causam muitos distúrbios na vida das pessoas: secas prolongadas, chuvas intensas, calor ou frios rigorosos fora de época etc. Para muitos estudiosos, esses fenômenos estão relacionados à intensa atividade e interferência humanas no ambiente.

A relação entre atividades humanas e alterações na natureza é mais perceptível hoje, mas isso não significa que seja um fato restrito à atualidade. O período entre o século XIV e a primeira metade do século XV foi marcado por mudanças climáticas que ajudaram a precipitar uma grave crise econômica e social que atingiu profundamente a população da Europa Ocidental. Fome, surtos de epidemias, guerras e revoltas foram alguns dos sintomas dessa crise.

A partir do ano 1000, o fim das grandes migrações e as melhorias nas técnicas agrícolas conduziram a uma expansão constante dos terrenos cultivados na Europa Ocidental e, conseqüentemente, ao aumento da população. A tendência ao crescimento, contudo, não conseguiu manter-se por muito tempo e atingiu o seu limite no século XIV devido, principalmente, a dois fatores. Em primeiro lugar, à incapacidade de manter o equilíbrio entre a expansão da produção agrícola e o crescimento populacional: a população tinha crescido mais do que a capacidade de produzir alimentos. Em segundo lugar; a transformação das florestas em áreas cultiváveis, necessárias para o aumento da produção, contribuiu para a ocorrência de mudanças climáticas que levaram à extinção de plantas e animais. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).

Reprodução do ponto *A agricultura e a fome*, parte constitutiva do tópico *As mudanças climáticas*, texto que integra o tema 1 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

As mudanças climáticas que começaram a assolar a Europa por volta de 1315 caracterizavam-se por períodos consecutivos de chuvas torrenciais e

frio intenso. As alterações de temperatura prejudicaram o ténue equilíbrio da produção agrícola medieval: ficavam comprometidas as vinhas, a produção do sal (que necessitava do calor, pois era feita por evaporação) e, principalmente, a produção de cereais como trigo e cevada, que constituíam a base da alimentação da população medieval.

A escassez de alimentos fez os preços se elevarem abruptamente. Para dar um exemplo, em Antuérpia (cidade situada na Bélgica atual), importante região de distribuição agrícola, o preço do trigo aumentou cerca de 320 % no período de sete meses. Entre 1301 e 1314 houve falta generalizada de alimentos, e entre 1315 e 1317 uma grande fome atingiu o norte da Europa. Em 1316, a França e a região de Flandres (equivalente ao norte da Bélgica atual) perderam entre 5% e 10% de seus habitantes, vitimados pela fome, que foi devastadora naquele ano. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 211).

Reprodução do ponto *Doença e história*, parte constitutiva do tópico *O ressurgimento da peste negra*, texto que integra o tema 1 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

Não foi a primeira vez, com tudo que uma nova doença altamente contagiosa e mortal surgiu. Estima-se, por exemplo, que a pandemia de gripe espanhola de 1918 tenha dizimado entre 20 a 40 milhões de pessoas em todo o mundo. No século XIV, uma epidemia de peste atingiu várias áreas da Europa Ocidental. Com a fome, a peste contribuiu para uma grande mortandade e para abalar as estruturas sociais, políticas e econômicas do continente.

A peste negra, como era chamada, já havia atingido a Europa entre os séculos V e VI, sendo esse um dos motivos que impulsionaram a queda do Império Romano do Ocidente. Por volta dos anos 1330, a epidemia reapareceu na região da Mongólia e chegou aos portos italianos pelas rotas comerciais do Oriente, alastrando-se, em pouco tempo, por toda a Europa.

A peste negra tinha alto poder de transmissão e de letalidade, levando à morte em poucos dias. Pesquisas genéticas recentes feitas em diferentes locais de sepultamento na França confirmaram que a doença era causada pela bactéria *Yersinia pestis*. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 212).

Reprodução do ponto *A peste se espalha pela Europa*, parte constitutiva do tópico *O ressurgimento da peste negra*, texto que integra o tema 1 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

A metade do século XIV marcou o início da série de surtos epidêmicos que, a partir de então, foram recorrentes na Europa durante mais de um século, transformando a peste numa pandemia. Calcula-se que cerca de 20 milhões de pessoas ou aproximadamente um terço da população europeia tenha sido vitimado pela peste, naquela que foi uma das piores pandemias da história do Ocidente.

O primeiro desses surtos ocorreu entre 1348 e 1350 e provocou pânico e desespero na população. Aldeias inteiras desapareceram, e cidades tiveram parte de sua população dizimada. A peste atingia indiscriminadamente campo e cidade, pobres e ricos, homens e mulheres, adultos e crianças. Eram tantos mortos que não havia espaço suficiente para sepultar todos, como nos descreve o italiano Giovanni Boccaccio, que se inspirou na epidemia da peste negra para escrever o livro *Decamerão*. Na introdução, Boccaccio narra os acontecimentos que se passaram na cidade de Florença (Itália), em 1348. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 213).

Reprodução do tópico A guerra dos Cem Anos, texto que integra o tema 1 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

No contexto desse período turbulento, houve também uma série de conflitos entre França e Inglaterra, conhecidos como Guerra dos Cem Anos (1337-1453), que agravou ainda mais a crise econômica pela qual passava a Europa Ocidental.

A Guerra dos Cem Anos foi deflagrada em virtude das rivalidades políticas e econômicas entre os dois reinos, em especial as pretensões inglesas ao trono francês. No início da guerra, os ingleses venceram importantes batalhas, situação que depois se inverteu. A França, auxiliada por Joana d'Arc, uma jovem camponesa, conseguiu reverter a guerra a seu favor, expulsando os ingleses definitivamente de seu território. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 214).

Reprodução do ponto *Os efeitos da Guerra*, parte constitutiva do tópico *A Guerra dos Cem Anos*, texto que integra o tema 1 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

As turbulências causadas pela guerra, além de agravarem o quadro de crise econômica e demográfica, ajudaram a desencadear conflitos no campo e nas cidades, contribuindo para desestabilizar o sistema feudal. A Guerra dos Cem Anos significou uma ruptura importante: contribuiu para fomentar o sentimento nacional nascente nessa época; levou à formação de exércitos profissionais no lugar dos cavaleiros medievais e impulsionou novas técnicas de guerra (introdução dos arqueiros, da infantaria e das armas de fogo, que originaram a artilharia). (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 215).

Reprodução do ponto que define o conceito de “crise”, parte constitutiva do tópico *A desagregação do sistema feudal*, texto que integra o tema 2 denominado *A crise do feudalismo: revoltas urbanas e camponesas*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

O conceito de crise indica um período de mudança de um sistema social que pode pôr em risco a existência dele ou se seus mecanismos essenciais de reprodução. A crise pode abranger fatores políticos, institucionais, culturais, demográficos, climáticos, entre outros. As crises podem ser breves, médias ou de longa duração, estendendo-se por décadas ou séculos. Também podem ser deflagradas por fatores internos (crises endógenas) ou por fatores externos (crises exógenas). No caso do feudalismo, podemos dizer que a crise foi, sobretudo, endógena, pois entre o século XIV e o XV o sistema feudal atingira o seu limite de desenvolvimento e gerara dentro de si os elementos que acabariam por destruí-lo: as cidades e uma nova camada social, a burguesia. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 219).

Reprodução do tópico *A desagregação do sistema feudal*, texto que integra o tema 2 denominado *A Crise do feudalismo: revoltas urbanas e camponesas*, matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

Em meio à crise generalizada que se abateu sobre a Europa Ocidental no século XIV estouraram também revoltas populares, no campo e na cidade, contribuindo para aprofundar ainda mais o processo de desagregação do sistema feudal. Essas revoltas foram respostas à tentativa dos senhores feudais de manterem suas rendas acentuando a exploração da mão de obra servil.

A fome, a peste e a guerra despovoaram os campos e provocaram escassez de mão de obra, uma vez que grande parte das pessoas que não tinham sido vitimadas pela peste ou pela guerra haviam se deslocado para as cidades. A mão de obra, que era abundante no início da Baixa Idade Média, tornou-se rara e, conseqüentemente, mais bem remunerada. Nesse contexto, os senhores feudais ficaram enfraquecidos, pois deixaram de receber os tributos que garantiam as suas rendas. Houve, então, um recrudescimento da exploração do trabalho servil, precipitando uma série de revoltas nos campos.

Nas cidades, a burguesia enriquecida pela vitalidade do comércio e dos negócios urbanos pôde afirmar-se tanto adquirindo parte das terras perdidas pela nobreza, como firmando casamentos convenientes com membros dessa camada social. Outro aspecto importante foi a ascensão da parte dos camponeses que passou a formar uma pequena elite rural. Eles haviam enriquecido aproveitando o despovoamento das terras e das vilas para adquirir propriedades. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 219).

Reprodução do ponto *A crise e a cidade*, parte constitutiva do tópico *A desagregação do sistema feudal*, texto que integra o tema 2 denominado *A crise econômica e demográfica*, matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

Podemos dizer que houve uma inversão da tendência que prevalecia desde então: a produção rural passou a organizar-se em função do mercado urbano. Com o declínio da aristocracia feudal e a ascensão da burguesia urbana, o eixo dinâmico da sociedade europeia passou dos campos para as cidades.

Dessa forma, tinha início uma dinâmica social até então rara no rígido sistema social das ordens medievais, ou seja, as chances de mobilidade social tornaram-se viáveis. Os grupos sociais que constituíam o setor excluído dos privilégios feudais (burguesia, urbana, artesãos e camponeses) passaram a questionar a ordem social e a pôr em xeque a função social da nobreza. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 219).

Reprodução do ponto *As revoltas camponesas*, parte constitutiva do tópico *A desagregação do sistema feudal*, texto que integra o tema 2 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

No ano de 1358, no reino da França, estouraram violentas sublevações camponesas, resultando numa brutal reação por parte da nobreza. Essas revoltas, genericamente conhecidas como Jacqueries, nasceram como um movimento espontâneo que rapidamente evoluiu para uma contestação generalizada dos privilégios da nobreza rural. Na Inglaterra e na Itália, também aconteceram rebeliões do mesmo tipo, opondo nobres e camponeses numa terrível onda de violência.

Os motivos que inflamaram o levante foram o aumento das taxas feudais e os saques promovidos pelos soldados no campo. Durante a Guerra dos Cem Anos, os longos períodos de combate eram intercalados por períodos de paz, durante os quais os soldados, sem rumo, vagavam pelos campos pilhando e matando os camponeses. Essa situação, além do sentimento generalizado de insegurança, provocou a revolta. Uma vez que os nobres não garantiam mais a segurança da sociedade, os camponeses entenderam que a ordem social havia se rompido, pois era somente o dever de defender os mais fracos que justificava os privilégios e os benefícios tradicionais dos nobres.

A revolta espalhou-se pela área próxima à cidade de Paris e atingiu as regiões da Picardia, Normandia e Champagne, no norte da França. Ao final, os nobres controlaram a situação com certa facilidade, favorecidos por sua superioridade militar e pela ajuda que receberam de nobres de outras regiões da França. A repressão foi violenta. Cerca de 20 mil camponeses morreram na revolta, a maior parte deles enforcada, decapitada ou queimada viva. (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 220).

Reprodução do ponto *As revoltas urbanas*, parte constitutiva do tópico *A desagregação do sistema feudal*, texto que integra o tema 2 denominado *A crise econômica e demográfica*; matéria posicionada no capítulo intitulado *O outono da Idade Média* (capítulo 9):

Aos conflitos no campo seguiram-se outros também nas cidades, formando uma espécie de aliança entre a burguesia e os camponeses contra a nobreza e o clero. Outras revoltas urbanas, como as dos assalariados de Florença (1378), a dos tecelões de Gand (1381) e a dos pobres de Paris (1382), ocorreram também contra as famílias ricas que governavam as cidades.

As revoltas estavam relacionadas ao controle da administração das cidades, que estavam em processo de afirmação. As desavenças nasciam

principalmente entre aqueles que tinham conquistado certo prestígio, mas cujo status social não correspondia ao status econômico. Ou seja, a burguesia citadina, que havia conquistado capital econômico, passou a reivindicar também poder político. Em toda parte, o descontentamento espontâneo dos despossuídos foi explorado em proveito da burguesia, que aspirava a unir o poder econômico ao poder político. As revoltas urbanas, assim como as camponesas, foram esmagadas.

As revoltas populares não provocaram uma ruptura social significativa. A aristocracia permaneceu sendo a camada social dominante, desfrutando de privilégios e excedendo poder sobre os governos locais.

Apesar das guerras, da peste e dos conflitos sociais que aconteceram no século XIV, o período não foi de depressão econômica. Muitos setores se beneficiaram dessa situação e souberam tirar vantagens dela, como os mercadores favorecidos pela abertura das rotas marítimas comerciais – iniciados durante os séculos XII e XIII –, que estavam em pleno florescimento. Em geral, a economia europeia recuperou-se em pouco tempo e já no século XV conseguiu se reconstituir sobre novas bases estruturais (CONEXÕES COM A HISTÓRIA, Livro VII, Unidade III, Capítulo IX, p. 221).

O livro *História*⁹ (Livro VIII), volume único, possui 83 capítulos, distribuídos em 13 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *A força do conhecimento e da criatividade*; ela é constituída pelo capítulo 1 denominado *O nascimento da humanidade*, capítulo 2 denominado *A revolução verde* e capítulo 3 denominado *Vinte mil anos antes de Cabral*.

A unidade II intitula-se *A urbanização*; é constituída pelo capítulo 4 denominado *Mesopotâmia: uma encruzilhada de povos*, capítulo 5 denominado *A civilização do Nilo*, capítulo 6 denominado *A milenar cultura chinesa*, capítulo 7 denominado *Índia: tradição e modernidade*, capítulo 8 denominado *Fenícios: mercadores do Mediterrâneo*, capítulo 9 denominado *Os persas e seu império* e capítulo 10 denominado *Os hebreus e o monoteísmo*.

A unidade III intitula-se *Direito e democracia*; é constituída pelo capítulo 11 denominado *A formação da Grécia antiga*, capítulo 12 denominado *O mundo grego*, capítulo 13 denominado *O helenismo*, capítulo 14 denominado *Roma: das origens à República*, capítulo 15 denominado *A República em crise* e capítulo 16 denominado *O Império Romano*.

A unidade IV intitula-se *Diversidade e religiosidade*; é constituída pelo capítulo 17 denominado *A Ásia durante o período medieval*, capítulo 18 denominado *O mundo árabe e o Império Islâmico*, capítulo 19 denominado *Os reinos africanos*, capítulo 20 denominado *O Império Bizantino*, capítulo 21 denominado *A Europa medieval e o Império Carolíngio*,

⁹ SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. *História*. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.

capítulo 22 denominado *O mundo feudal*, capítulo 23 denominado *Igreja e poder* e capítulo 24 denominado *O renascimento comercial e urbano*.

A unidade V intitula-se *Soberania e Estado Nacional*; é constituída pelo capítulo 25 denominado *As monarquias nacionais europeias*, capítulo 26 denominado *O humanismo e o Renascimento*, capítulo 27 denominado *A Reforma Protestante*, capítulo 28 denominado *A expansão marítima europeia*, capítulo 29 denominado *A formação dos impérios coloniais* e capítulo 30 denominado *Os Estados Modernos e o absolutismo*.

A unidade VI se intitula *Diversidade cultural*; é constituída pelo capítulo 31 denominado *A América que Colombo encontrou*, o capítulo 32 denominado *Nossos índios em 1500*, capítulo 33 denominado *A colonização espanhola na América*, capítulo 34 denominado *A colonização portuguesa* e capítulo 35 denominado *O Governo-Geral e os jesuítas*.

A unidade VII se intitula *O trabalho*; é constituída pelo capítulo 36 denominado *O tráfico negreiro*, capítulo 37 denominado *A escravidão na colônia portuguesa*, capítulo 38 denominado *Os engenhos de açúcar*, capítulo 39 denominado *O avanço da colonização*, capítulo 40 denominado *As invasões holandesas* e capítulo 41 denominado *Os bandeirantes e a conquista do Sul*.

A unidade VIII intitula-se *A luta pela felicidade*; ela é constituída pelo capítulo 42 denominado *O iluminismo*, capítulo 43 denominado *A Revolução Industrial*, capítulo 44 denominado *A formação dos Estados Unidos*, capítulo 45 denominado *A Revolução Francesa*, capítulo 46 denominado *O Império Napoleônico*, capítulo 47 denominado *A independência da América espanhola*, capítulo 48 denominado *O ouro das Minas Gerais*, capítulo 49 denominado *Conflitos na colônia portuguesa* e capítulo 50 denominado *Revolutas emancipacionistas*.

A unidade IX se intitula *Política e participação*; é constituída pelo capítulo 51 denominado *A transferência da corte portuguesa*, capítulo 52 denominado *A Independência do Brasil*, capítulo 53 denominado *O Primeiro Reinado*, capítulo 54 denominado *O período Regencial*, capítulo 55 denominado *Revolutas regenciais*, capítulo 56 denominado *Revoluções burguesas na Europa*, capítulo 57 denominado *Estados Unidos: expansão e imperialismo* e capítulo 58 denominado *O imperialismo e o neocolonialismo*.

A unidade X se intitula *Terra: a questão agrária*; ela é constituída pelo capítulo 59 denominado *O Segundo Reinado*, capítulo 60 denominado *A febre do café*, capítulo 61 denominado *O fim da escravidão*, capítulo 62 denominado *A proclamação da República*,

capítulo 63 denominado *O mundo em transformação*, capítulo 64 denominado *A Primeira Guerra Mundial*, capítulo 65 denominado, *A Revolução Russa*, capítulo 66 denominado *O Brasil no início do século XX* e capítulo 67 denominado *A República dos cafeicultores*.

A unidade XI se intitula *Meios de comunicação de massa*; é constituída pelo capítulo 68 denominado *As revoltas tenentistas e Revolução de 1930*, capítulo 69 denominado *Estados Unidos: dos anos loucos ao New Deal*, capítulo 70 denominado *A ascensão do totalitarismo*, capítulo 71 denominado *A Segunda Guerra Mundial*, capítulo 72 denominado *O governo de Getúlio Vargas* e capítulo 73 denominado *A Guerra Fria*.

A unidade XII se intitula *Violência*; é constituída pelo capítulo 74 denominado *As revoluções socialistas*, capítulo 75 denominado *Contra a violência do colonialismo: a independência da África e da Ásia*, capítulo 76 denominado *Ditadura e violência na América Latina*, capítulo 77 denominado *Brasil: anos de democracia* e capítulo 78 denominado *Anos de violência no Brasil: a ditadura militar*.

A unidade XIII se intitula *Ética*; é constituída pelo capítulo 79 denominado *Duas décadas de crise*, capítulo 80 denominado *O fim do bloco comunista*, capítulo 81 denominado *O conflito árabe-israelense*, capítulo 82 denominado *O mundo globalizado e a guerra contra o terror* e, por fim, capítulo 83 denominado *O Brasil neoliberal*.

O livro, nesse corpus, está posicionado como Livro VIII; ocupa a 8ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade II.

Reprodução do tópico *Como surgiu o feudalismo*, texto que integra capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 22):

O feudalismo foi a forma de organização política, social e econômica dominante na Europa ocidental durante a Idade Média. Mesmo não tendo se manifestado de maneira idêntica em todas as regiões do continente, pode-se dizer que, de modo geral, são estas as suas características fundamentais:

- Tinha na agricultura sua principal atividade produtiva;
- Baseava-se em uma sociedade rigidamente hierarquizada, na qual os indivíduos encontravam-se subordinados uns aos outros por laços de dependência pessoal;
- Uma pequena elite formada por grandes senhores de terra e pelo alto clero ocupava o topo da sociedade;

- O poder político estava fragmentado entre os senhores feudais e o rei;
- Havia uma grande massa de camponeses presos à terra; eram os *servos da gleba*, que viviam sob o domínio dos senhores feudais, garantindo-lhes o sustento.

O feudalismo começou a se estruturar por volta do século VIII, no Reino Franco, propagando-se depois para outras regiões da Europa ocidental. Uma das razões para esse começo entre os francos foi o fato de os governantes carolíngios terem colocado em prática, com modificações, um antigo costume dos povos germânicos: a *vassalagem*. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 109).

Reprodução do ponto *As subdivisões do feudo*, parte constitutiva do tópico *Suserania e vassalagem*, texto que integra o capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 22):

Como as guerras eram constantes e aumentar o número de cavaleiros e de soldados não era tarefa simples, os senhores feudais deram início a um amplo processo de subenfeudação de suas terras. Ou seja, eles passaram a ceder partes de seus feudos a cavaleiros que, dessa maneira, tornavam-se também senhores feudais, assumindo a responsabilidade de cuidar da defesa do território e de formar seus exércitos. Assim, um grande senhor feudal era ao mesmo tempo vassalo do rei e suserano dos cavaleiros aos quais concedia feudos.

Essa subenfeudação assumiu proporções tão amplas que chegava a ser difícil saber quem era o suserano principal. Às vezes, até mesmo um rei era vassalo de outro rei. Havia também situações em que uma pessoa chegava a receber feudos de mais de um suserano, o que a tornava vassalo de mais de um senhor feudal.

Tudo isso promoveu a divisão da classe senhorial em dois segmentos: a alta nobreza, constituída por príncipes, duques, condes, barões, comandantes de castelos (castelões) e membros do alto clero - eram os *magnates* ou *optimates*; e a baixa nobreza, formada por simples cavaleiros e religiosos de poucas posses, como os cônegos, que estavam em contato direto com os camponeses. Era a alta nobreza que detinha o poder econômico e militar. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 111).

Reprodução do ponto *O rei perde poder*, parte constitutiva do tópico *Suserania e vassalagem*, texto que integra o capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 22):

Todas essas transformações, que se estenderam pelos séculos VIII a XI, contribuíram para o fortalecimento dos grandes senhores feudais. Eles detinham o poder em seus feudos, nos quais o rei quase não tinha autoridade. Eram os senhores que cobravam os impostos e cuidavam da aplicação da justiça, sem nenhuma interferência de um Estado centralizado, que não chegou a existir. Dessa forma, o rei assumia um papel secundário, tornando-se um entre muitos senhores feudais. (HISTÓRIA, Unidade IV, Livro VIII, Capítulo XXII, p. 111).

Reprodução da parte introdutória do capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 24):

Você já ouviu falar da Síndrome Respiratória Aguda Grave - Sars? Trata-se de uma doença transmitida por vírus que só se tornou conhecida em 2003, quando provocou a morte de cerca de quinhentas pessoas na Ásia em poucos meses. A Organização Mundial de Saúde - OMS - classificou-a como a primeira grande epidemia do século XXI e alertou sobre o risco de a doença ficar fora de controle.

Na Idade Média eram frequentes as epidemias que fugiam ao controle. Uma delas foi a Peste Negra, que matou cerca de 25 milhões de europeus no século XIV em razão das péssimas condições de higiene das cidades da época. Como veremos neste capítulo, a partir do século XI as cidades voltaram a crescer na Europa. Essa expansão, contudo, ocorreu de forma desordenada, criando condições para a propagação da Peste Negra e de outras doenças. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 120).

Reprodução do tópico *O novo milênio*, parte integrante do texto que constitui o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 24):

Os últimos anos do século X foram de crescente terror para a população europeia. Com frequência cada vez maior, previsões catastróficas, alimentadas pelo misticismo e pela ignorância, circulavam pelo continente anunciando o Apocalipse: para muitas pessoas o mundo acabaria com a chegada do ano 1000, quando se completaria o primeiro milênio depois de Cristo.

Entretanto, como bem sabemos o mundo não acabou naquele momento. Pelo contrário: em fins do século X ocorreu uma sensível diminuição das invasões por povos como os vikings. Ao mesmo tempo, diminuiu momentaneamente a mortandade por epidemias, pois a população vivia disseminada nos feudos, o que dificultava a propagação das doenças infectocontagiosas. Tudo isso gerou estabilidade e crescimento demográfico. Assim, a Europa chegou ao século XI revigorada e em crescimento. Ao longo dos três séculos seguintes, o continente experimentaria profundas transformações.

Diversas inovações tecnológicas facilitaram a vida do camponês. Uma delas foi a invenção da charrua, arado de ferro que, por seu peso, revolvía melhor a terra e fazia nela sulcos mais profundos do que os do antigo arado de madeira. Para puxar a charrua, os camponeses passaram a utilizar a força do cavalo, bem mais veloz do que o boi.

Outro avanço tecnológico significativo ocorreu com o surgimento dos moinhos de água, utilizado para moer cereais. Como um único moinho substituíu a força de quarenta trabalhadores, esses engenhos se espalharam rapidamente pela Europa a partir do século XI.

Entre os séculos XII e XIII os árabes introduziram na península Ibérica os moinhos de vento. Rapidamente adotados no resto do continente, esses engenhos se revelaram indispensáveis para a manutenção dos sistemas de diques e canais. Graças a eles, muitas regiões pantanosas foram drenadas e transformadas em áreas para plantio.

O próprio modo de cultivar a terra passou por mudanças. A rotação biennial foi substituída pela rotação triennial de culturas: o terreno era dividido em três partes e, a cada ano, uma delas descansava, enquanto nas outras se revezavam o plantio de legumes e o de cereais, evitando, assim, o rápido empobrecimento do solo.

Esses avanços tecnológicos elevaram de forma expressiva a qualidade e a quantidade da produção agrícola. Comendo melhor e momentaneamente livre das epidemias e das invasões, a população aumentou substancialmente. Calcula-se que entre os anos 1000 e 1300 o número de habitantes da Europa tenha saltado de 42 milhões para 73 milhões.

Ao mesmo tempo, o excedente agrícola passou a ser vendido em quantidades cada vez maiores, reaquecendo o comércio, que decaíra nos séculos anteriores. Esse processo fez com que o dinheiro voltasse a circular (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 120).

Reprodução do ponto *O renascimento comercial*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 24):

Outro fator que estimulou a circulação de mercadorias foram as Cruzadas. Ao retornar à Europa, muitos cruzados de origem nobre traziam consigo produtos do Oriente de grande aceitação no mercado europeu, principalmente especiarias - como cravo, canela, pimenta e noz-moscada - e seda da China.

O aumento da oferta desses produtos aguçava o desejo dos europeus ricos de ostentá-los como símbolo de poder e riqueza. Atentos a esses novos hábitos de consumo, os mercadores de cidades da península Itálica, como Gênova e Veneza, e mais tarde de outras regiões do continente, intensificaram o comércio com o Oriente para trazer esses artigos até a Europa. Sobre essa atividade (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 121, grifo do autor).

Reprodução do texto intitulado *Os mercadores reativam a economia*, matéria posicionada no capítulo 24:

No cenário da Europa medieval, a possibilidade de obter lucro com a compra e venda de mercadorias locais ou provenientes de regiões longínquas deu origem a diversos tipos de comerciantes ambulantes: mascates, mercadores de feira, grandes mercadores, etc.

Inicialmente, essas pessoas faziam suas compras e vendas em regiões próximas umas das outras. Com as Cruzadas, o interesse por maiores lucros foi atiçado e os comerciantes passaram a percorrer toda a Europa. Nesses negócios, eram deixadas de lado as divergências religiosas. Até mesmo os muçulmanos, condenados como infiéis pela Igreja, tornaram-se parceiros comerciais dos europeus.

Procurando garantir seus lucros e organizar-se como grupo, os mercadores criaram algumas associações. A maior de todas foi a *Grande Hansa Germânica*, ou *Liga Hanseática*, que em 1356 chegou a reunir cerca de 150 cidades do Sacro Império Romano-Germânico. Entre as medidas

adotadas por ela destacam-se a criação de regras comuns de comércio e a padronização de pesos e medidas.

Graças às atividades mercantis, surgiram também os primeiros seguros contra perda ou roubo de carga e se disseminou o uso de instrumentos comerciais e financeiros, como letras de câmbio e registros de contabilidade. As atividades bancárias foram reativadas, sob o controle principalmente de judeus, lombardos e integrantes da Ordem dos Templários - ordem de cavalaria surgida com as Cruzadas -, e se espalharam por diversas regiões da Europa. Os empréstimos a juros, condenados pela Igreja, tornaram-se frequentes, e os mercadores, inicialmente desprezados pelos nobres, conquistaram espaço e posição social. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 121).

Reprodução do ponto *As cidades voltam a crescer*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 24):

A intensificação do comércio permitiu o aparecimento de feiras regulares nos cruzamentos das rotas comerciais percorridas pelos mercadores, como as de Champagne (na atual França), Flandres (Bélgica atual), Sevilha (península Ibérica) e Pisa (península Itálica), entre outras. O afluxo de pessoas aumentou tanto que os locais onde se realizavam algumas feiras acabaram se transformando em cidades.

Outros centros urbanos surgiram a partir da expansão dos burgos, aglomerações formadas em torno de abadias ou de castelos. Nesse processo, as cidades passaram a ter importância cada vez maior na vida da sociedade medieval. Uma das expressões dessa crescente importância foram as catedrais góticas.

Os moradores dos burgos eram conhecidos como burgueses. Muitos deles eram mercadores e artesãos sem nenhum vínculo ou obrigação para com o senhor feudal. Por isso no século XI o termo burguês acabou se transformando em sinônimo de pessoa livre. Posteriormente, o termo passou a designar cada vez mais indivíduos pertencentes a grupos sociais detentores de dinheiro e dos meios de produção, como comerciantes, banqueiros e empresários.

Entre 1100 e 1300 surgiram na Europa ocidental cerca de 140 novos centros urbanos. Como essas cidades se constituíam quase sempre dentro de feudos, seus habitantes tinham de pagar taxas e impostos aos senhores. Interessados em conquistar sua independência, os burgueses lutavam para obter as chamadas *cartas de franquia*.

Com essas cartas, os moradores de uma cidade poderiam administrá-la por conta própria, seja por meio de um conselho ou assembleia, seja pela eleição de um prefeito. Ao conquistar autonomia, os núcleos urbanos passaram a ser chamados na França de *comunas*; em Portugal e na Espanha, de *conselhos*; na península Itálica, de *repúblicas*; e na região da atual Alemanha, de *cidades-livres*. (HISTÓRIA, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 122).

Reprodução do ponto *A economia urbana*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 24):

Tanto as cidades novas como as antigas - agora reanimadas pelo comércio - assumiram forte caráter econômico, transformando-se em zonas de produção artesanal e em centros comerciais. Além dos negociantes, elas começaram a ser procuradas por senhores feudais endividados e por servos e vilões que fugiam da opressão dos feudos.

No campo, além de trabalhar na terra, os camponeses estavam acostumados a produzir artigos como sapatos, roupas, ferramentas e armas. Isso porque o enfraquecimento do comércio em toda a fase anterior obrigava os feudos a auto abastecerem-se desses produtos. Assim, ao chegar à cidade, muitos desses camponeses passaram a se dedicar a atividades manufatureiras nas pequenas oficinas existentes.

Esses estabelecimentos funcionavam com base em uma divisão simples e hierárquica do trabalho. Dono do empreendimento cabia ao *mestre* o lucro obtido com a venda das mercadorias. Abaixo dele, na qualidade de empregados, estavam os oficiais ou jornaleiros.

Havia também os *aprendizes*, trabalhadores que geralmente ingressavam na oficina ainda crianças ou adolescentes para aprender um ofício. Seus pais custeavam a aprendizagem por um período de dois a doze anos, com o objetivo de verem seus filhos transformados em mestres.

A partir de meados do século XII, os mestres passaram a se congregar nas chamadas corporações de ofício, associações nascidas com o objetivo de defender os interesses coletivos das diferentes categorias profissionais, como a dos sapateiros, a dos marceneiros, a dos tecelões, etc.

No início, as corporações tinham como preocupação garantir a qualidade das mercadorias e impedir que as oficinas produzissem em excesso para evitar a queda do preço final dos artigos. Com o tempo, elas passaram a funcionar como um sistema que inibia a ascensão profissional dos trabalhadores mais pobres - os oficiais.

Isso porque as exigências para que uma pessoa se tornasse mestre eram cada vez mais rigorosas: além de pagar uma taxa, os candidatos deveriam comprovar que eram filhos legítimos e tinham de produzir uma peça a ser avaliada por uma comissão de mestres. O título só seria concedido caso a peça fosse considerada uma *obra-prima*.

Nas oficinas têxteis que se instalavam nas cidades, algumas atividades - como tecelagem, costura e bordado - eram realizadas geralmente por homens. Já as mulheres tosavam, cardavam, retiravam as irregularidades dos tecidos e ainda se encarregavam do acabamento das vestimentas. Em outros ramos, como os da metalurgia e da construção civil, as mulheres faziam serviços pesados: muitas trabalhavam como pedreiras, carpinteiras, ferreiras, etc. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXII, pp. 122-124).

Reprodução do ponto *Anos de fome e peste*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 24):

Todo esse florescimento ocorrido na Europa entre os séculos XI e XIII, contudo, sofreu sério abalo a partir do século XIV. Por essa época, uma conjunção de fatores levou os europeus a enfrentar uma profunda crise

econômica e social que transformou o continente em palco de inúmeras revoltas e lugar de desolação, medo, fome e morte.

Um desses fatores foi a instabilidade econômica decorrente da conquista de territórios do Império Bizantino pelos turco-otomanos a partir do século XIV. Os bizantinos eram parceiros comerciais da Europa ocidental e seu declínio fez com que a economia europeia se retraísse.

Além disso, nesse período, a sociedade europeia foi assolada por secas prolongadas que prejudicaram a agricultura e deixaram parte da população sem alimento. Em 1315 e 1316 a fome foi tão grande que, segundo alguns relatos, muitas pessoas recorreram ao canibalismo no Sacro Império Romano-Germânico.

Para piorar, em meados do século XIV, a Europa viveu uma das maiores catástrofes da sua história: a Peste Negra. A doença, conhecida modernamente como peste bubônica, chegou em 1347 por meio de um navio genovês vindo do Oriente e espalhou-se rapidamente pelo continente.

A enfermidade era transmitida pela pulga de ratos contaminados e pelo contato com pessoas infectadas. (...) as péssimas condições de vida e de higiene de boa parte da população facilitaram a proliferação da doença, que é letal.

Calcula-se que entre as décadas de 1340 e 1350 a Peste Negra tenha matado cerca de 25 milhões de pessoas, ou seja, quase um terço de toda a população europeia. Muito do terror provocado pela epidemia foi descrito pelo escritor Giovanni Boccaccio (1313-1375) em sua obra *Decamerão*.

As crises que atingiram o continente nesse período provocaram uma insatisfação generalizada entre a população. No campo, senhores feudais tentavam, sem sucesso, impedir a fuga de camponeses para os centros urbanos, e, para compensar seus prejuízos, aumentavam os impostos. Nas cidades, a alta burguesia impedia os artesãos de tentar conquistar maior espaço nas decisões políticas dos governos municipais.

Toda essa situação provocou revoltas urbanas e camponesas em diversos lugares da Europa. Tais sublevações enfraqueceram as relações feudais e contribuíram para o processo de centralização administrativa em torno dos reis. Havia algum tempo estes já vinham tentando afirmar o poder das monarquias na Europa (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 125-126).

Reprodução da parte introdutória do capítulo intitulado *As monarquias nacionais europeias* (capítulo 25):

Existem atualmente 193 Estados soberanos no mundo. Todos contam com unidade territorial, sistemas jurídico e econômico unificados e mecanismos centralizados de arrecadação de impostos para custear as despesas com saúde, educação, forças armadas, funcionalismo público, etc.

Tal forma de organização é fenômeno relativamente recente na História. Durante a Idade Média na Europa ocidente, por exemplo, muitas das atividades hoje atribuídas ao Estado, como a cobrança de impostos, a defesa territorial e a aplicação da justiça, estavam sob a responsabilidade dos senhores feudais, que concentravam um enorme poder em suas mãos dentro dos limites de suas propriedades.

Essa situação começou a mudar a partir do século XI, quando teve início um lento processo de centralização do poder nas mãos dos reis e começou a amadurecer a ideia de nação. A formação das primeiras monarquias nacionais europeias é o tema deste capítulo. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade IV, Capítulo XXV, p. 129).

Reprodução do tópico *A afirmação do poder real*, parte integrante do texto que constitui o capítulo *As monarquias nacionais européias* (capítulo 25):

O renascimento comercial e urbano iniciado no século XI na Europa ocidental, como vimos, deu lugar ao surgimento de um novo grupo social: a burguesia, formada principalmente por mercadores. Entretanto, a fragmentação política e econômica dos reinos em feudos dificultava a expansão dos negócios. Como poderiam os comerciantes calcular o preço de seus produtos se os senhores feudais dos lugares pelos quais eram obrigados a passar com suas mercadorias utilizavam moedas, pesos e medidas diferentes? Além disso, a quem se queixar contra os abusos praticados por esses senhores?

Reagindo a essa situação, os burgueses procuraram se aproximar dos reis, em busca de ajuda. Alguns monarcas, interessados no dinheiro da burguesia, passaram a adotar medidas em favor desse grupo social. Em algumas regiões, também os senhores feudais recorriam ao rei em busca de apoio militar para conter rebeliões camponesas em seus feudos, ou para intermediar disputas com outros senhores. Ao mesmo tempo, nas camadas baixas da sociedade muitas pessoas começaram a ver no soberano um defensor dos pobres contra a opressão dos senhores feudais.

Dessa forma, o rei foi deixando pouco a pouco de ser mais um senhor feudal entre muitos. Na qualidade de árbitro de disputas e protetor de certos grupos sociais, seu poder tornou-se cada vez maior.

A partir do século XI, de forma lenta e gradual, por meio da ação política ou da força, os monarcas submeteram à sua autoridade os poderes locais, centralizaram o comando do exército, estabeleceram fronteiras para seus territórios e colocaram os habitantes dessas regiões sob seu poder. Nasceram, assim, as monarquias nacionais europeias, também chamadas por alguns historiadores de monarquias feudais. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade V, Capítulo XXV, p. 129).

Reprodução do texto denominado *A Guerra dos Cem Anos*, parte integrante do capítulo *As monarquias nacionais européias* (capítulo 25):

Guerra dos Cem Anos é o nome pelo qual ficaram conhecidos os conflitos entre a Inglaterra e a França ocorridos entre 1337 e 1453. Entre os fatores que a desencadearam, destacam-se as disputas entre dinastias pelo controle da coroa da França e o desejo do governo da Inglaterra de dominar a região de Flandres, na Bélgica atual, produtora de tecidos e sob controle francês.

O conflito começou quando tropas inglesas invadiram a França visando unir as duas coroas - Eduardo III, rei da Inglaterra e neto de Filipe, o Belo, por parte de mãe, se dizia herdeiro legítimo do trono francês, que passara a ser disputado por vários pretendentes desde a morte de Filipe, em 1314. Durante o conflito, os dois reinos alternaram períodos de vitórias e

derrotas, mas a França acabou favorecida no balanço final, pois expulsou os ingleses de seu território e consolidou a monarquia.

Um dos pontos de apoio dessa consolidação foi como vimos à formação de um nacionalismo embrionário entre a população, para o qual muito contribuiu a ação de Joana d'Arc (1412-1431), jovem camponesa de 18 anos que se dizia enviada por Deus para salvar a França. Com essa mensagem, ela injetou novo ânimo no exército francês, colocando-se à sua frente numa época em que a França perdia o confronto.

Em 1430, Joana d'Arc foi capturada e condenada à morte na fogueira, acusada de heresia pelos ingleses. Canonizada mais tarde pela Igreja católica, é hoje considerada heroína do povo francês. (HISTÓRIA, Livro VIII, Unidade V, Capítulo XXV, p. 131).

O livro *A escrita da história*¹⁰ (Livro IX), Volume único, possui 27 capítulos distribuídos em 9 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *Nas fronteiras da antiguidade*; possui o capítulo 1 denominado *O hálito da vida*, capítulo 2 denominado *A antiguidade oriental*, capítulo 3 denominado *Grécia antiga* e capítulo 4 denominado *Roma, cidade aberta*.

A unidade II intitula-se *Idade Média, idade dos homens*; possui o capítulo 5 denominado *A formação da Idade Média* e capítulo 6 denominado *O mundo feudal*.

A unidade III intitula-se *A era dos impérios coloniais*; possui o capítulo 7 denominado *A conquista do novo mundo* e capítulo 8 denominado *O velho e o novo mundo sob duas majestades*.

A unidade IV intitula-se *O Antigo Regime e a América*; possui o capítulo 9 denominado *O império de Deus pelos ibéricos*, capítulo 10 denominado *A civilização do açúcar*, capítulo 11 denominado *Monarquias europeias* e capítulo 12 denominado *Nem tudo que reluz é ouro*.

A unidade V intitula-se *A era das revoluções e dos impérios*; possui o capítulo 13 denominado *Na velocidade das luzes*, capítulo 14 denominado *O diabo ronda as colônias*, capítulo 15 denominado *Nações e nacionalismo* e capítulo 16 denominado *A era dos impérios*.

A unidade VI intitula-se *A república no Brasil*; possui o capítulo 17 denominado *A costura da ordem* e capítulo 18 denominado *Fora da ordem*.

A unidade VII intitula-se *A era dos extremos*; possui o capítulo 19 denominado *Razão e revolução*, capítulo 20 denominado *O destino bate à sua porta* e capítulo 21 denominado *Retratos do Brasil*.

¹⁰ CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da história**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Escala Educacional, 2005.

A unidade VIII intitula-se *Moscou contra 007*; possui o capítulo 22 denominado *A segunda guerra*, capítulo 23 denominado *Pai patrão* e capítulo 24 denominado *Terra em transe*.

A unidade IX intitula-se *Aldeia global*; possui o capítulo 25 denominado *O autoritarismo em marcha*, capítulo 26 denominado *A esperança equilibrista* e, por fim, o capítulo 27 denominado *A globalização*.

O livro está posicionado como Livro IX; ocupa a 9ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Dessa obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade II.

Reprodução da introdução do tópico intitulado *O feudalismo*, parte integrante do capítulo denominado *O mundo feudal* (capítulo 6):

Os trabalhos agrícolas constituíam a principal atividade desenvolvida pelos homens. Terras férteis, ferramentas e técnicas adequadas, mão de obra abundante e clima favorável eram garantias de prosperidade ou, pelo menos, de sobrevivência para as sociedades humanas.

Durante o feudalismo, a paisagem europeia era essencialmente rural. As extensas florestas abrigavam, em seu interior, espaços quase sem árvores, clareiras mais ou menos vastas, onde se desenvolvia o cultivo da terra. (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 118).

Reprodução do ponto *A sociedade feudal*, parte constitutiva do tópico *O feudalismo*, texto que integra o capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 6):

A posse da terra passava a definir as diferenças entre os grupos sociais no período medieval. No topo da sociedade, figuravam os clérigos e os nobres, senhores dos domínios que cobriam o território europeu durante o período. A ambos cabia a direção da sociedade.

Os clérigos eram os portadores da tradição cristã e deviam zelar pela manutenção de seus princípios no seio da comunidade europeia. Deviam combater o mal e os pecados com as armas da doutrina religiosa.

Os nobres possuíam a direção militar da sociedade medieval. Empunhavam suas armas contra os inimigos da fé cristã e os agressores externos. Muitas vezes, no entanto, nobres cristãos lutavam entre si. Em defesa da honra - ultrajada pela quebra de algum acordo ou pela ofensa moral a alguma dama - ou pelo desejo de mais terras e riquezas.

A direção religiosa exercida pelos clérigos e a função guerreira dos nobres eram sustentadas pela posse de terras e pela atividade agrícola a cargo dos trabalhadores.

A Igreja era a maior proprietária de terras no período e seu patrimônio não cessava de crescer. Seus domínios não eram divididos em herança. Ao contrário, os nobres comumente deixavam parte de seus bens (em geral porções de terra) para a Igreja em testamentos, procurando, com a caridade, a salvação de suas almas.

Já a nobreza precisava de recursos para a aquisição de suas armas (espadas, escudos, armaduras, etc.) e cavalos. Terras e camponeses eram indispensáveis para a vida desses guerreiros. Quanto maior fosse a capacidade militar de um nobre, tanto maior sua possibilidade de conquistar mais domínios. A guerra constituía, portanto, uma forma regular de atividade econômica no feudalismo.

Em função disso, desenvolveram-se no interior da nobreza relações de subordinação pessoal e compromissos militares recíprocos. Desde o século IX, através de um acordo denominado contrato feudo-vassálico, nobres poderosos cediam a outros, em troca de auxílio militar, alguns benefícios, em geral terras, para que estes pudessem garantir seu sustento e sua condição social. O nobre que cedia o bem passava a ser designado por suserano. Aquele que recebia o feudo e obrigava-se a prestar auxílio militar a seu suserano chamava-se vassalo.

Abaixo dessas duas ordens sociais, a dos sacerdotes e dos guerreiros, figuravam todos os trabalhadores (servos, artesãos, pequenos camponeses e comerciantes), social e politicamente submetidos aos detentores de terras. Formavam a imensa maioria da população e eram encarregados de todas as atividades manuais necessárias à sua sobrevivência e ao sustento da nobreza e do clero.

O controle da fé e o controle das armas garantiam à nobreza e ao clero o poder sobre os demais grupos sociais do período. A divisão social (clero, nobreza e trabalhadores) e suas respectivas funções (oração, guerra e trabalho) eram justificadas como um ordenamento sagrado esclarecido a toda a sociedade por aqueles que se definiam como os intermediários entre Deus e os homens: o clero. Os trabalhadores deviam obediência a seus senhores guerreiros. Ambos deveriam estar subordinados à vontade de Deus transmitida pela Igreja. (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 118-119).

Reprodução do ponto *A agricultura, o comércio e as cidades*, parte constitutiva do tópico *O feudalismo*, texto que integra o capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 6):

Apesar da tendência à autossuficiência dos senhorios, as atividades mercantis nunca cessaram completamente. As trocas efetuavam-se em feiras, estabelecidas em geral nas proximidades de castelos, também chamados de burgos. Com a permissão da aristocracia senhorial, as feiras podiam instalar-se e até recebiam proteção em troca de taxas e tributos pagos aos senhores. Restritas a determinados locais e de frequência irregular, as transações comerciais garantiam o abastecimento de gêneros fundamentais, que não eram produzidos em todas as regiões — como o sal e os metais —, ou de artigos de luxo consumidos pela aristocracia.

A paz vivida na Europa a partir do século XI, com o fim das invasões dos *vikings*, muçulmanos e húngaros, favoreceu as atividades comerciais. As rotas terrestres e marítimas tornaram-se menos perigosas. A diminuição da mortandade forneceu um maior número de braços para os trabalhos

agrícolas, o que, num primeiro momento, representou um crescimento geral da produção. A Europa vivia uma expansão feudal.

Novas técnicas permitiram melhor aproveitamento das terras agrícolas, como o emprego da charrua, um arado de ferro que, pelo seu peso, cortava profundamente o solo, permitindo o cultivo inclusive dos pesados solos úmidos do norte da Europa, que ofereciam grande resistência ao arado leve.

Outro progresso foi a invenção da coalheira — arreio em forma de coleira para os cavalos, ao qual se atavam as peças do arado. O velho arreio de tipo canga era usado com vantagem nos bois, mas costumava sufocar os cavalos. Como os cavalos se movimentam mais depressa e têm maior energia do que os bois são mais valiosos no trabalho agrícola.

Duas outras invenções, o moinho d'água e o moinho de vento vieram facilitar a moagem do grão e contribuíram para uma maior produção agrícola.

Além disso, o aparecimento gradual do sistema de agricultura conhecido como dos três campos, particularmente no norte da Europa, fez crescer a produção. No sistema de dois campos, adotado anteriormente, metade da terra era cultivada no outono com o trigo de inverno, enquanto a outra metade ficava em repouso, para recuperar a fertilidade. Com o novo sistema, um terço da terra era plantado no outono com o trigo do inverno, um segundo terço era plantado na primavera seguinte com aveia e legumes, e o terceiro terço ficava em repouso.

As vantagens do sistema de três campos estavam na maior diversificação dos produtos e no fato de dois terços da terra ser cultivado.

Essas inovações, que só foram utilizadas gradualmente, aumentaram acentuadamente a produção e, com ela, a população. A expectativa de vida saltou de 25 anos, na Roma Antiga, para 35 anos, no mundo feudal. Entre os séculos X e XIV, a população da Europa saltou de 20 milhões de habitantes para 54 milhões.

A maior produção agrícola reduziu o número de mortes provocadas pela fome e pelas doenças causadas por deficiência alimentar. As terras agrícolas de uma aldeia senhorial já não eram capazes de abastecer a população em crescimento. Em consequência, os camponeses tiveram de colonizar terras virgens. Os senhores promoviam a transformação de áreas selvagens em terras agrícolas porque lhes aumentava a renda. As comunidades monásticas também se dedicaram com afinco a essa empresa. Seus esforços, nos séculos XI e XII, desbravaram para o cultivo vastas áreas do continente europeu.

O progresso na tecnologia agrícola e a colonização de novas terras modificaram as condições de vida na Europa. As trocas ocasionais tornaram-se mais constantes, transformando alguns pontos de encontro de comerciantes e feiras em cidades, locais permanentes de transações comerciais.

Além de verdadeiras aglomerações de comerciantes, as cidades desenvolveram também os diversos ramos do artesanato e toda uma série de serviços para receber e alojar os negociantes. Um provérbio medieval dizia: “O ar das cidades traz a liberdade”. De fato, encravadas no mundo feudal, resultantes do desenvolvimento dessa economia, as cidades acabaram por acelerar as alterações sociais do período. A vida urbana atraía parte dos trabalhadores rurais, estimulando a fuga de servos e o estabelecimento de artesãos. Pelo costume da época, todo servo que permanecesse um ano e um dia em determinada cidade, sem que seu senhor o reclamasse de volta ao seu domínio, passava a ser considerado livre. O

trabalho livre assalariado começava então a se desenvolver, minando um dos pilares da sociedade feudal. (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 121-122).

Reprodução do ponto *A crise do século XIV*, parte constitutiva do tópico *Visões do paraíso*, texto que integra o capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 6):

Entre permanências e modificações, emergiu a crise do século XIV. Más colheitas, fome, declínio populacional, pestes, estagnação da produção, desemprego, inflação, guerras devastadoras, abandono de aldeias e rebeliões violentas nas cidades e nos campos. Para a sociedade medieval, o período compreendido pelo século XIV e princípios do século XV foi uma era de adversidades. Para a religiosidade medieval tais catástrofes provocavam histeria, alimentavam superstições populares e aceleravam transformações.

Agravando a crise, a produção agrícola despencou. O uso limitado de adubos e o escasso conhecimento sobre conservação esgotaram o solo. Na economia comercial, a escassez da prata, por problemas técnicos no aprofundamento das minas, provocou a desvalorização das moedas e a inflação, que atingiu particularmente a nobreza feudal. Os preços dos produtos manufaturados de luxo, muito procurados pela nobreza, tiveram rápida elevação. Ao mesmo tempo, os tributos recolhidos pela nobreza aos camponeses diminuíram.

Os milhões de mortes resultantes da peste negra fizeram a produção de alimentos e mercadorias baixar muito e alguns preços dispararem. Os nobres tentaram lançar sobre os camponeses o peso da crise, quando o valor da terra caiu e a renda agrícola diminuiu. Uma lei decretada na Inglaterra em 1349 obrigou os camponeses a trabalhar para os senhores por salários fixos. Regulamentação semelhante de salários nos principados germânicos, espanhóis e portugueses agravou as tensões entre camponeses e nobres.

Essas tensões explodiram em rebeliões, já em 1323, bem antes da ocorrência da peste, os camponeses de Flandres haviam se rebelado contra a tentativa dos senhores de restabelecer velhas obrigações. A revolta durara cinco sangrentos anos. Em 1358, os camponeses franceses pegaram em armas em protesto contra os saques dos campos pelos soldados. Cerca de 20 mil deles morreram no levante conhecido como Jacquerie. Em 1381, os camponeses ingleses revoltaram-se contra a legislação que os prendia à terra e impunha novos tributos. Como as revoltas em Flandres e na França, o levante inglês também fracassou.

Numerosas guerras devastaram as cidades e os campos. Para que os exércitos inimigos não tivessem alimentos, não se cultivava nada. Os invasores, por sua vez, arrasavam as plantações que encontravam para abater o moral do inimigo, e grupos de soldados desligados do exército saqueavam as fazendas. A mais destruidora dessas guerras foi a Guerra dos Cem Anos (1337-1453) entre a França e a Inglaterra, envolvendo questões sucessórias e o domínio de Flandres. Durante seu transcurso, os reis franceses impuseram tributos que aumentaram significativamente as rendas do Estado e proporcionaram meios de organizar um exército profissional de soldados. A guerra contribuiu para acelerar a unidade nacional tanto entre os franceses como entre os ingleses.

Em meio à desorganização social que se seguiu, boa parte do poder se transferiu para as mãos daqueles que controlavam os exércitos e as rotas de

comércio. Monarcas militarizados suprimiram a independência do clero e as liberdades das universidades para afirmar seus poderes temporais. As universidades perderam seu caráter de associação internacional de estudiosos para se transformarem em organizações nacionalistas submissas aos monarcas e que censuravam "pensamentos perigosos" ao bom funcionamento dos estados nascentes. As instituições medievais mostravam então sinais claros de sua desmoralização. (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 129-130).

Reprodução do texto *A peste negra*, parte integrante do tópico *Visões do paraíso*, matéria que integra o capítulo intitulado *O mundo feudal* (capítulo 6):

Muitos acreditavam que até o olhar de um doente podia contaminar alguém. Para a maioria, no entanto, a epidemia era um castigo divino. Flagelantes iam de uma região a outra se batendo mutuamente com varas e chicotes, numa tentativa desesperada de agradar a Deus, que os teria amaldiçoado com a peste. Por vezes essa histeria voltava-se contra os judeus, acusados de terem causado a peste envenenando os poços. Ocorreram então massacres terríveis de judeus.

A peste bubônica; que ficou historicamente registrada como a peste negra, alastrou-se rapidamente por grande parte da Europa no século XIV. A proximidade entre as pessoas favoreceu a contaminação nas cidades, onde ocorreram os mais altos índices de mortalidade. Algumas viram metade de sua população desaparecer. Pelas estimativas mais conservadoras, a peste teria varrido um terço da população europeia. (A ESCRITA DA HISTÓRIA, Livro IX, Unidade II, capítulo VI, p. 129).

O livro *Ser protagonista história*¹¹ (Livro X), volume 1, possui uma introdução intitulada *O trabalho do historiador* e mais 19 capítulos distribuídos em 3 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *Antiguidade*; possui o capítulo 1 denominado *A origem da humanidade*, capítulo 2 denominado *Os seres humanos povoam a América*, capítulo 3 denominado *A sociedade do Egito Antigo*, capítulo 4 denominado *Os povos da Mesopotâmia*, capítulo 5 denominado *Hebreus e fenícios*, capítulo 6 denominado *A Grécia antiga* e capítulo 7 denominado *Roma: a cidade e o império*.

A unidade II intitula-se *O mediterrâneo medieval*; possui o capítulo 8 denominado *Alta Idade Média*, capítulo 9 denominado *Os estados cristãos*, capítulo 10 denominado *Islã* e capítulo 11 denominado *Cultura e sociedade da cristandade medieval*.

A unidade III intitula-se *A construção da Idade Moderna*; possui o capítulo 12 denominado *O renascimento comercial e urbano*, capítulo 13 denominado *A centralização do poder real*, capítulo 14 denominado *O renascimento cultural*, capítulo 15 denominado *A*

¹¹ NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes; CAPELLARI, Marcos Alexandre. **Ser protagonista história**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Edições SM, 2010.

reforma religiosa, capítulo 16 denominado *As sociedades da África*, capítulo 17 denominado *A China antiga e imperial*, capítulo 18 denominado *As origens da Índia* e, por fim, capítulo 19 denominado *A expansão marítima europeia*.

O livro está posicionado como Livro X; ocupa a 10ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes à unidade III.

Reprodução do texto *O nascimento do Ocidente*; texto de introdução à unidade III, denominada *A construção da Idade Moderna*:

A partir do século XI, a Europa ocidental passou por profundas transformações. O aumento da produção agrícola e a consequente melhoria da alimentação provocaram o crescimento demográfico e impulsionaram o renascimento comercial e urbano. As cidades, cada vez mais populosas, eram agitadas pelo vai e vem dos mercados e feiras, por onde passavam todo o tipo de gente interessada em trocar, comprar e vender mercadorias. Muitas dessas mercadorias - as mais caras e cobiçadas - eram trazidas de longe, transportadas pelos árabes desde locais como o deserto do Saara, a Índia e a China, até os portos do mar Mediterrâneo.

No século XV, os europeus planejaram dispensar os intermediários comerciais e se aventuraram pelos oceanos. Navegando em busca dos mais distantes fornecedores de mercadorias, como a China e as ilhas do extremo Oriente, os europeus acabaram por descobrir terras das quais nunca tinham ouvido falar, um “novo mundo”.

Ao mesmo tempo em que o novo mundo era apresentado à Europa, os europeus passavam por mudanças em seus modos de pensar e agir. Entre os séculos XV e XVI, a Europa se agitou com a inovação nas artes, a curiosidade científica, novas ideias religiosas e grande valorização do ser humano. Muitas certezas foram questionadas: as portas se abriam ao mundo moderno. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, p. 184).

Reprodução da parte introdutória do tópico *A expansão do comércio*, texto que integra capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

A partir do final do século XI, as cidades da Europa ocidental passaram a crescer em tamanho e população. Essas cidades renovadas praticavam entre si um comércio cada vez mais intenso, fazendo circular não somente mercadorias, mas também notícias, conhecimentos científicos e ideias política e religião. Uma nova camada social, os burgueses, surgiu no a esse movimento. Esse processo de transformação econômica é conhecido como renascimento comercial e urbano. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 186).

Reprodução do ponto *A revolução demográfica e agrícola*, parte constitutiva do tópico *A expansão do comércio*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

O crescimento das transações comerciais e das cidades pode ser explicado em grande parte pelo considerável aumento da população europeia ocorrido a partir do século XI. Esse aumento populacional foi sustentado pela chamada revolução agrícola. A introdução de técnicas de cultivo mais eficientes permitiu a produção de maior quantidade de alimentos.

Entre as novidades adotadas estava a charrua, um arado de ferro que substituíra o de madeira, permitindo que um número maior de sementes penetrasse no solo mais profundamente, mesmo nos mais duros.

Houve ainda o aperfeiçoamento dos moinhos de água, que melhorou a qualidade e aumentou a quantidade da farinha usada nos pães, base da alimentação das camadas mais pobres da população. Também a introdução de moinhos de vento trouxe ganhos para a produção agrícola. Esses moinhos, além de moer cereais, eram usados para levar a água para locais altos, melhorando a irrigação dos campos secos e a drenagem de áreas pantanosas.

A adoção de equipamentos como o peitoral (usado para atrelar cavalos e bois a arados e carroças) e a ferradura (que protegia os cascos e permitia ao animal trabalhar por mais tempo) também contribuiu para a melhoria das condições de produção nos campos.

Mais alimentos melhoravam as condições de saúde das pessoas, que ficaram mais resistentes às doenças. Dessa forma, a mortalidade diminuiu e as famílias passaram a ter mais filhos. O resultado foi o crescimento da população por toda a Europa ocidental. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 187).

Reprodução do ponto *As rotas comerciais*, parte constitutiva do tópico *A expansão do comércio*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

O crescimento demográfico foi acompanhado pelo revigoramento das atividades comerciais na Europa. Afinal, uma população mais numerosa necessitava consumir uma quantidade maior de mercadorias.

Das trocas envolvendo produtos locais, como trigo, frutas e objetos de cerâmica, havia um crescente comércio de mercadorias exóticas, das de países distantes. Raras e caras, essas mercadorias provocavam fascínio entre os europeus e desempenhavam o papel de símbolo do poder e da riqueza de quem as consumia. Dentre elas, destacam-se as especiarias, nome dado a produtos como pimenta, cravo, canela, noz-moscada e açúcar, que conservavam os alimentos ou davam a eles sabor, aroma e cor. Além das especiarias, a Europa importava produtos de luxo, como sedas, pedras preciosas e marfim.

Essas mercadorias, vindas da Ásia e da Oceania, eram transportadas ao longo de milhares de quilômetros, por caminhos terrestres e marítimos, até portos do Mediterrâneo oriental, onde embarcavam para a Europa.

A travessia do Mediterrâneo cedo foi assumida pelas cidades portuárias da Itália: Amalfi, Pisa, Veneza e Gênova. Essas cidades possuíam grandes frotas navais e monopolizavam o contato da Europa com portos orientais e africanos fornecedores de especiarias, principalmente os de Alexandria e Constantinopla. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 187).

Reprodução do ponto *As grandes feiras*, parte constitutiva do tópico *A expansão do comércio*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Os armazéns italianos abasteciam as grandes feiras das regiões de Champagne, na atual França, e de Flandres, na atual Bélgica. A partir delas organizava-se uma ampla rede de comércio que distribuía mercadorias às mais variadas regiões da Europa.

As feiras eram rotativas. A de Champagne acontecia seis vezes por ano. Os nobres das regiões que abrigavam as feiras incentivavam esses eventos, até mesmo garantindo a segurança dos viajantes e comerciantes em seus domínios. Em contrapartida, cobravam taxas sobre tudo o que nelas era comercializado.

O ressurgimento do comércio de longa distância estimulou os povos germânicos a expandir seus domínios para o leste, em busca de produtos típicos das terras de clima frio, como peles e madeiras.

Nesse processo de expansão, os mercadores germânicos fundaram cidades às margens do Mar do Norte e do mar Báltico, em territórios hoje pertencentes à Polônia, à Rússia e às Repúblicas bálticas (Letônia, Estônia e Lituânia).

Com a finalidade de defender os interesses de seus comerciantes, evitando a concorrência, e as ameaças dos piratas escandinavos, essas cidades uniram-se a partir do século XIII em uma aliança comercial e política conhecida como Liga Hanseática ou Hansa Teutônica.

Nas feiras de Champagne e de Flandres, os mercadores da Liga Hanseática e do norte da Europa ofereciam aos mercadores do sul, produtos como âmbar, cera, trigo, lã, produtos metalúrgicos, armas e tecidos, gerando recursos que permitiam a compra das custosas mercadorias vindas do Mediterrâneo. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 188).

Reprodução do ponto *As moedas e o rei*, parte constitutiva do tópico *A expansão do comércio*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Entre os séculos V e X, a circulação de moedas na Europa ocidental tornou-se bastante restrita. Nesse período, a maioria das pessoas produzia o que necessitava consumir, e o pouco que adquiriam nos mercados locais era obtido por meio da troca (escambo). As moedas que caíam nas mãos dos europeus, quase todas de origem árabe ou bizantina, eram em geral doadas à Igreja como forma de devoção a Deus.

Acumuladas por abadias, conventos e santuários, essas moedas formavam tesouros que serviam como fonte de prestígio e também como reserva para serem usadas em caso de guerras ou calamidades.

A partir do século XI, o aumento do consumo de mercadorias trazidas de regiões distantes, onde as transações comerciais eram pagas sempre em dinheiro, fez as moedas voltarem a circular e a fazer parte da vida cotidiana dos europeus ocidentais.

Reis e senhores feudais passaram a cunhar suas próprias moedas, diminuindo a dependência do estrangeiro. Como o comércio era realizado por longas distâncias, atravessando muitos Estados e feudos, os mercadores tinham de realizar seus negócios utilizando moedas de vários tamanhos, metais e valores, o que dificultava as transações.

Os mercadores passaram, então, a apoiar todos os que oferecessem facilidades para a realização das transações comerciais. Foi por esse motivo que boa parte de os mercadores apoiaram os reis que desejavam subjugar os senhores feudais ao seu comando. Unindo vários feudos sob um comando único, os reis poderiam impor a circulação de uma só moeda sobre grandes territórios. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 188).

Reprodução do ponto *O nascimento dos bancos*, parte constitutiva do tópico *A expansão do comércio*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Outra iniciativa tomada pelos mercadores europeus para facilitar as transações comerciais foi a doação de um padrão bimetalico, isto é, baseado em dois metais, o ouro e a prata. Segundo esse padrão, as moedas de ouro e prata tinham seu valor medido pela quantidade de metal com que eram feitas. Dessa forma, não importava o nome ou o formato das moedas: as que apresentassem o mesmo peso em ouro ou prata teriam sempre determinado valor, em qualquer local.

As necessidades do comércio fizeram surgir, na Europa, à atividade bancária. Além de emprestar dinheiro a juros, os primeiros bancos tinham como missão fazer a conversão – o câmbio – entre diferentes moedas, a partir de uma equivalência de valores. Com o passar do tempo, as várias filiais das casas bancárias, instaladas nas principais praças comerciais e feiras, começaram a emitir as chamadas letras de câmbio.

O uso das letras de câmbio era simples e de certa forma ainda permanece: o negociante depositava determinada quantia em moeda em uma casa bancária, e recebia em troca um recibo de depósito assinado pelo banqueiro.

Esse recibo podia ser trocado pela mesma quantia de moedas depositadas, em qualquer uma das filiais do banco, mesmo aquelas situadas em cidades distantes. Dessa forma, os mercadores não necessitavam mais carregar grandes quantidades de pesadas moedas metálicas pelas inseguras estradas européias. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 189).

Reprodução da parte introdutória do tópico *As cidades*, texto que integra capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Com o renascimento comercial, houve também um renascimento urbano entre o final do século XI e o século XIII.

O aumento do comércio favorecia o crescimento dos centros urbanos, local onde se montavam mercados, feiras e oficinas. Do mesmo modo, o crescimento da população urbana, sustentado pela maior produtividade agrícola, movimentava o mercado local, fazendo prospero os mercadores e artesãos que trabalhavam na cidade e alimentando contínuo círculo de crescimento.

As atividades culturais também se transferiram para a cidade. No período anterior, eram os mosteiros e abadias rurais que concentravam copistas de textos cultos e as bibliotecas, assim como os estudiosos de Filosofia e de História. Porém, no século XIII surgiram grandes conventos urbanos, criados pelas novas ordens religiosas dos franciscanos e dominicanos, que promoviam grande atividade cultural.

Todo esse movimento econômico, demográfico e cultural foi fundamental no processo que transformou a sociedade medieval europeu. Porém, é importante lembrar que, apesar do grande crescimento da população urbana, durante toda a Baixa Idade Média o campo continuou a concentrar cerca de 80% da população europeia. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 190).

Reprodução do ponto *A cidade e as corporações*, parte constitutiva do tópico *As cidades*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Nas cidades, os artesãos e os comerciantes também se associavam para proteger os interesses, regulando a concorrência entre eles, garantindo a qualidade dos produtos e organizando as atividades produtivas e comerciais. Essas organizações chamavam-se corporações de ofício ou guildas.

Essas corporações tinham regras e estatutos definidos, além de serem colocadas sob a proteção de um santo. Normalmente, a organização das corporações obedecia a uma hierarquia comum: no topo, o mestre, proprietário da oficina, da matéria-prima e dos instrumentos; na camada intermediária estavam os oficiais ou jornaleiros, que recebiam um salário para executar os trabalhos mais especializados; na base ficavam os aprendizes, jovens que trabalhavam em troca da alimentação, do aprendizado do ofício e de um lugar para morar.

Uma das funções mais importantes das corporações e guildas era regular rigidamente a criação de novas oficinas e lojas, evitando, assim, a concorrência. O comércio ficava sob o monopólio das corporações, que raramente admitiam um novo membro. Esse controle fez a atividade comercial se concentrar nas mãos de poucas famílias, provocando o surgimento de uma verdadeira aristocracia mercantil.

As corporações regulavam os ofícios artesanais de forma ainda mais rígida. A abertura de novas oficinas era permitida apenas às pessoas que conseguiam tornarem-se mestres, isto é, que haviam se submetido a muitos anos de aprendizado junto a um mestre, primeiro como aprendiz e depois como jornaleiro. Como apenas uma minoria dos aprendizes tornava-se mestre, o número de oficinas era rigorosamente controlado, garantindo, assim, o trabalho e o lucro dos artesãos já estabelecidos. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 191).

Reprodução da parte introdutória do tópico *As crises do século XIV: fome, peste e rebeliões*, texto que integra capítulo intitulado *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

A expansão europeia na Baixa Idade Média, tão vigorosa desde o ano 1000, começou a diminuir de intensidade no final do século XIII. No século XIV, a cristandade ocidental estava em crise.

Um dos problemas foi a fome. Após séculos de desmatamento, a maioria das florestas havia sido derrubada, e não havia novas terras para cultivar. Os campos já cultivados iam-se esgotando, à medida que as técnicas de plantio não eram eficientes para preservar a fertilidade do solo. Enquanto isso, a população não parava de crescer. Assim, os alimentos foram-se tornando cada vez mais escassos e caros.

O clima também não ajudava. A partir de 1315 houve anos de chuvas intensas, enquanto em outros ocorreram fortes geadas, seguidas de secas e tempestades. Grande parte das plantações foi devastada. Todos esses problemas trouxeram a fome de volta à Europa ocidental, após um século de relativa fartura.

Além da fome, outro fator impulsionou a crise na Europa: uma epidemia de peste bubônica, conhecida como Peste Negra. Possivelmente trazida do Oriente por navios genoveses, a doença alastrou-se pelo continente. Passando pela Itália e pela França, chegou à península Ibérica e à Escandinávia. De 1347 a 1350, quando o surto diminuiu, estima-se que a peste tenha matado um terço da população europeia.

As pessoas abandonavam as cidades, onde os mortos se amontoavam pelas ruas. Nos campos, muitas aldeias ficaram desertas: os camponeses abandonaram suas casas com medo de serem contaminados. Entre os fugitivos estavam muitos servos, que dessa maneira se libertaram das obrigações que deviam aos senhores.

Ao contrário das doenças da desnutrição, típicas da pobreza, a peste atingiu igualmente ricos e pobres, camponeses e comerciantes, nobres e plebeus, provocando a desestruturação da vida cotidiana em inúmeras regiões. Muitos artistas e pedreiros morreram em poucas semanas, o que fez diminuir o número de novas pinturas e esculturas, enquanto as obras das grandes catedrais foram paralisadas. Corporações inteiras ficaram sem mestres, oficiais e aprendizes. Faltava mão de obra na cidade e no campo.

O desconhecimento das causas da doença aumentou o preconceito contra pessoas consideradas “perigosas” aos olhos dos europeus cristãos, como os judeus, os doentes de hanseníase e os suspeitos de feitiçaria. Essas pessoas foram, em muitos lugares, acusadas de causar a peste e de espalhá-la pelas cidades e aldeias. Houve perseguições e massacres marcando o início de uma era de intolerância que durariam três séculos. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 194).

Reprodução do ponto *As revoltas populares*, parte constitutiva do tópico *As crises do século XIV: fome, peste e rebeliões*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Após a grande mortandade causada pela Peste Negra, os servos sobreviventes que permaneceram em suas terras receberam dos senhores uma carga ainda maior de obrigações e tributos. O aumento de impostos atingiu também os trabalhadores urbanos.

Não demorou muito para estourar uma crise social, com rebeliões populares nas cidades e no campo. Na França, o movimento de maior destaque foram as jacqueries, iniciadas em 1358. Os camponeses exigiam a diminuição das obrigações feudais e dos impostos. Eles foram derrotados pelas tropas dos nobres.

Na Inglaterra houve uma revolta camponesa em 1381, também motivada pelo descontentamento com o aumento dos impostos. Após algumas vitórias, o movimento foi reprimido, e seu líder, Wat Tyler, morto. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 195).

Reprodução do ponto *A Guerra dos Cem Anos*, parte constitutiva do tópico *As crises do século XIV: fome, peste e rebeliões*, texto que integra o capítulo *O renascimento comercial e urbano* (capítulo 12):

Outro fator que serviu para aumentar o despovoamento e a mortandade na Europa ocidental foi a Guerra dos Cem Anos, travada entre as coroas da França e da Inglaterra.

No início do século XIV, o rei inglês possuía vários feudos na França, e devia prestar obrigações de vassalagem ao rei francês. Essa era uma situação humilhante para um soberano poderoso como o rei da Inglaterra.

A região de Flandres também era um motivo de tensão entre as duas coroas. Politicamente, os senhores de Flandres prestavam vassalagem ao rei francês, mas economicamente eles dependiam da lã inglesa para produzir tecidos, base de sua riqueza. Quando os burgueses flamengos se revoltaram contra seus senhores, pediram a proteção do rei inglês, que enviou tropas para protegê-los. Tal fato desagradou aos franceses, que enviaram tropas para combater os invasores ingleses.

Após vários conflitos limitados, um fato novo veio deflagrar uma guerra de grandes proporções. Em 1328 morreu o rei da França, Carlos IV, sem deixar descendentes diretos. Seu parente mais próximo era seu primo Henrique III, rei da Inglaterra.

Os franceses negaram-se a aceitar um inglês como rei e eles coroaram o francês Felipe de Valois - Felipe VI -, um parente mais distante de Carlos IV.

Em 1337, Felipe VI, pretendendo enfraquecer o poder da Inglaterra no reino da França, invadiu o ducado inglês da Aquitânia. Henrique reagiu de imediato, declarando a guerra e reivindicando o trono francês. (SER PROTAGONISTA HISTÓRIA, Livro X, Unidade III, Capítulo XII, p. 195).

O livro *História em movimento*¹² (Livro XI), volume 1, que trata “Dos primeiros humanos ao Estado moderno”, possui 30 capítulos distribuídos em 5 unidades temáticas que integram a obra.

A unidade I intitula-se *A força do conhecimento e da criatividade*; possui o capítulo 1 denominado *África, berço da humanidade*, capítulo 2 denominado *Agricultura e sedentarização* e capítulo 3 denominado *Na terra dos paleoíndios*.

A unidade II intitula-se *A urbanização*; possui o capítulo 4 denominado *Povos da mesopotâmia*, capítulo 5 denominado *Egito: uma civilização no norte da África*, capítulo 6 denominado *A civilização chinesa*, capítulo 7 denominado *As civilizações da Índia*, capítulo 8 denominado *Os fenícios, inventores do alfabeto*, capítulo 9 denominado *O império Persa* e capítulo 10 denominado *Os hebreus*.

A unidade III intitula-se *Direito e democracia*; possui o capítulo 11 denominado *A Grécia antiga: formação*, o capítulo 12 denominado *A Grécia clássica*, o capítulo 13 denominado *O helenismo*, o capítulo 14 denominado *Os primeiros séculos de Roma*, o capítulo 15 denominado *A República em crise* e o capítulo 16 denominado *O Império Romano*.

A unidade IV intitula-se *Diversidade religiosa*; possui o capítulo 17 denominado *A Ásia em uma época esplendorosa*, capítulo 18 denominado *O mundo árabe-muçulmano*, capítulo 19 denominado *Os reinos africanos*, capítulo 20 denominado *O Império Bizantino*, capítulo 21 denominado *Os primeiros reinos medievais*, capítulo 22 denominado *O feudalismo*, capítulo 23 denominado *A Igreja e seus poderes* e capítulo 24 denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média*.

A unidade V intitula-se *Soberania e Estado nacional*; possui o capítulo 25 denominado *A formação do Estado moderno*, capítulo 26 denominado *A revolução cultural do Renascimento*, capítulo 27 denominado *A cristandade em crise*, capítulo 28 denominado *As Grandes Navegações*, capítulo 29 denominado *Os impérios coloniais* e, por fim, o capítulo 30 denominado *O absolutismo monárquico*.

O livro está posicionado como Livro XI; ocupa a 11ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

¹² SERIACOPI, Gislane Campos Azevedo; SERIACOPI, Reinaldo. **História em movimento**. 1. ed. (Volume 1). São Paulo, SP: Editora Ática, 2010.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes às unidades IV e V.

Reprodução do texto denominado *Idade Média: um conceito europeu*, matéria posicionada no capítulo intitulado *A Ásia em uma época esplendorosa* (capítulo 17):

A expressão Idade Média foi criada por pensadores humanistas da Europa ocidental de fins do século XV com um significado depreciativo. Para esses pensadores, o período posterior às invasões germânicas e à desagregação do Império Romano do Ocidente havia sido de atraso, obscurantismo e ignorância.

Eles eram admiradores da cultura greco-romana e dos valores de sua própria época, o Renascimento (Veja o capítulo 26). Com a expressão procuravam caracterizar a Idade Média – situada entre duas épocas esplendorosas, A antiguidade clássica e o Renascimento – como um período sombrio, uma espécie de Idade das Trevas.

Hoje, essa posição já não é mais aceita. Mas a expressão Idade Média se consagrou, designando o período da história da Europa ocidental que vai do século V ao século XV. Na Ásia, na África e na América havia por essa época civilizações em pleno florescimento. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XVII, p. 153)

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *O feudalismo* (capítulo 22):

Nos dias de hoje, o casamento é visto como união de duas pessoas que se amam e decidem construir uma vida em comum, compartilhando todos os momentos, quer de alegria, quer de tristeza.

Na Europa medieval, entretanto, as pessoas da nobreza encaravam o casamento como uma forma de fortalecer alianças entre famílias poderosas. Numa época em que a riqueza e o poder concentravam-se nas mãos dos grandes proprietários de terra – os chamados senhores feudais – o matrimônio era uma forma de assegurar a paz entre as famílias das pessoas envolvidas e a preservação de seus bens.

Por isso, muitas vezes sem levar em consideração os sentimentos do casal. Os noivos eram geralmente escolhidos por seus pais, que para isso consideravam em primeiro lugar seus próprios interesses políticos e econômicos.

Neste capítulo vamos conhecer essa e outras características da sociedade europeia durante a Idade Média, época em que vigorou o feudalismo. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 199).

Reprodução do tópico *Características da sociedade feudal*, texto que integra o capítulo denominado *O feudalismo* (capítulo 22):

O feudalismo foi a forma de organização política, social e econômica dominante na Europa ocidental durante a Idade Média. Mesmo não tendo se manifestado de maneira idêntica em todas as regiões do continente pode-se dizer que, de modo geral, são estas as características fundamentais:

- Tinha na agricultura sua principal atividade produtiva;
- Baseava-se em uma sociedade rigidamente hierarquizada, na qual os indivíduos encontravam-se subordinados uns aos outros por laços de dependência pessoal;
- Uma pequena elite formada por grandes senhores de terra e pelo alto clero ocupava o topo da sociedade;
- O poder político estava fragmentado entre os senhores feudais e o rei;
- Havia uma grande massa de camponeses presos à terra; eram os servos da gleba, que viviam sob o domínio dos senhores feudais, garantindo-lhes o sustento (veja o boxe instituições agrárias do mundo feudal, abaixo).

O feudalismo começou a se estruturar por volta do século VIII no reino Franco, propagando-se depois para outras regiões da Europa ocidental. Uma das razões para esse começo entre os francos foi o fato de os governantes carolíngios terem colocado em prática, com modificações, um antigo costume dos povos germânicos: a vassalagem. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 200).

Reprodução do tópico *O feudo*, texto que integra o capítulo denominado *O feudalismo* (capítulo 22):

A vassalagem era o juramento de fidelidade que uma pessoa prestava a um chefe guerreiro, comprometendo-se a viver sob suas ordens durante certo tempo em troca de proteção. Seu caráter era claramente militar: enquanto vigorasse o acordo, aquele que prestava o juramento tornava-se vassalo de seu chefe, chamado de suserano, devendo-lhe lealdade e obediência.

No período carolíngio, a vassalagem assumiu novo significado. Nessa época, os reis passaram a conceder aos nobres o direito de uso – embora não de propriedade – de algum bem, chamado feudo, sobre o qual lhes garantiam total poder. Na maior parte das vezes, o feudo era certa extensão de terra – a terra era o bem mais valorizado e principal símbolo de poder. Mas podia ser também o direito de cobrar impostos, de controlar a justiça ou de administrar um castelo.

A doação de um feudo ocorria durante uma cerimônia que caracterizava as relações de suserania e vassalagem. O vassalo ajoelhava-se diante de seu senhor com as mãos unidas, rendendo-lhe homenagem. O doador, seu suserano, segurava as mãos do vassalo entre as suas e selava com um beijo a aliança entre eles.

Em seguida, o vassalo jurava sobre a Bíblia ou sobre alguma relíquia sagrada sua fidelidade ao suserano. Por fim, este último entregava-lhe algum objeto (como um punhado de terra ou ervas) como símbolo do feudo que lhe outorgava.

O rei tinha por responsabilidade garantir a proteção de seus vassalos, agora transformados em senhores feudais. Além disso, costumava ceder-lhes parte dos saques obtidos nas expedições guerreiras. Em troca, os senhores feudais juravam fidelidade militar e política ao rei, prestavam serviços administrativos e arcavam com as despesas de seus exércitos, que deviam socorrer o soberano quando necessário.

Além dessas obrigações, havia regiões nas quais os senhores feudais se responsabilizavam pelo pagamento do resgate do suserano, caso este se

tornasse prisioneiro de guerra. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 201).

Reprodução do ponto *A subenfeudação*, parte constitutiva do tópico *O feudo*, texto que integra o capítulo denominado *O feudalismo* (capítulo 22):

Como as guerras eram constantes e aumentar o número de cavaleiros e soldados não era tarefa simples, os senhores feudais deram início a um amplo processo de subenfeudação. De suas tarefas. Ou seja, eles passaram a ceder partes de seus feudos a cavaleiros que, dessa maneira, tornavam-se também senhores feudais, assumindo a responsabilidade de cuidar da defesa do território e de formar seus exércitos. Assim, um grande senhor feudal era ao mesmo tempo vassalo do rei e suserano dos cavalos aos quais concedia feudais.

Essa subenfeudação assumiu proporções tão amplas que chegava a ser difícil saber quem era o suserano principal. Às vezes, até mesmo um rei podia ser vassalo de outro rei. Havia também situações em que uma pessoa chegava a receber feudos de mais de um suserano, o que a tornava vassalo de mais de um senhor feudal.

Tudo isso promoveu a divisão da classe senhorial em dois seguimentos: a alta nobreza, constituída por príncipes, duques, condes, barões, comandantes de castelos (castelões) e membros do alto clero – eram os magnates ou optimates; e a baixa nobreza, formada por simples cavaleiros e religiosos de poucas posses, como os cônegos, que estavam em contato direto com os camponeses. Era a alta nobreza que detinha o poder econômico e militar. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXII, p. 202-203).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Atualmente, com um computador e uma conexão com a internet, qualquer pessoa pode adquirir uma imensa variedade de objetos oriundos de qualquer lugar do mundo sem sair de casa. É o chamado comércio virtual, utilizado por 10 milhões de brasileiros em 2007. O faturamento das vendas on-line no país vem crescendo rapidamente: entre 2001 e 2007, ele subiu 1000% e já representa 5% do total das vendas no varejo.

Cerca de mil anos atrás, na Europa ocidental, as coisas eram muito diferentes. Um dos principais lugares para se encontrar artigos de regiões mais distantes eram feiras surgidas nos cruzamentos das principais estradas do continente. Nesses locais, as pessoas compravam tecidos de seda, porcelana, joias e especiarias, vindas principalmente do oriente. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 217).

Reprodução do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Os últimos anos do século X foram de crescente terror para a população europeia. Com frequência cada vez maior, previsões catastróficas, alimentadas pelo misticismo e pela ignorância, circulavam pelo continente, anunciando o apocalipse: para muitas pessoas o mundo acabaria com a chegada do ano 1000, quando se completaria o primeiro milênio depois de Cristo.

Entretanto, como sabemos hoje, o mundo não acabou naquele momento. Pelo contrário, em fins do século X ocorreu uma sensível diminuição das invasões por povos como os *vikings*. Ao mesmo tempo, caiu momentaneamente a mortandade por epidemias, pois a população vivia disseminada nos feudos, o que dificultava a propagação de doenças infectocontagiosas. Tudo isso gerou estabilidade e crescimento demográfico. Assim, a Europa chegou ao século XI revigorada e em crescimento. Ao longo dos três séculos seguintes, o continente experimentaria profundas transformações. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 218).

Reprodução do ponto *Inovações tecnológicas*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Diversas inovações tecnológicas facilitaram a vida do camponês. Uma delas foi a invenção da *charrua*, arado de ferro que, por seu peso, revolia melhor a terra e fazia nela sulcos mais profundos do que o antigo arado de madeira. Para puxar a charrua, os camponeses passaram a utilizar a força do cavalo, bem mais veloz do que o boi.

Outro avanço tecnológico significativo ocorreu com o surgimento dos moinhos de água, eles eram utilizados para moer cereais. Como um único moinho substituiu, em um dia, a força de quarenta trabalhadores, esses engenhos se espalharam rapidamente pela Europa a partir do século XI.

Entre os séculos XII e XIII, os árabes introduziram na península Ibérica os moinhos de vento. Rapidamente adotados no resto do continente, esses engenhos se revelaram indispensáveis para a manutenção dos sistemas de diques e canais. Graças a eles, uma quantidade muito grande de pântanos foi drenada e transformada em área para plantio.

O próprio modo de cultivar a terra passou por mudanças. A rotação biennial foi substituída pela rotação triennial de culturas: o terreno era dividido em três partes e, a cada ano, uma delas descansava, enquanto nas outras se revezava o plantio de legumes e cereais, evitando assim o rápido empobrecimento do solo. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 218).

Reprodução do ponto *Dinheiro no campo*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Esses avanços tecnológicos elevaram de forma expressiva a qualidade e a quantidade da produção agrícola (veja a seção *Eu também posso participar*,

na página ao lado). Comendo melhor e momentaneamente livre das epidemias e das invasões, a população aumentou substancialmente. Calcula-se que entre os anos 1000 e 1300 o número de habitantes da Europa tenha saltado de 42 milhões para 73 milhões de pessoas.

Ao mesmo tempo, o excedente agrícola passou a ser vendido em quantidades cada vez maiores, reaquecendo o comércio, que decaíra nos séculos anteriores. Esse processo fez com que o dinheiro voltasse a circular, permitindo a alguns camponeses reunir renda suficiente para comprar a liberdade junto ao senhor feudal. Livres, muitos se mudavam para cidades, enquanto outros continuavam no campo, agora, como assalariados.

A circulação de moedas levou os senhores feudais a preferir que o pagamento das taxas devidas pelos camponeses fosse feito em dinheiro, e não mais na forma de trabalho (corveia) ou em produtos. Esse processo de monetarização contribuiu para o enfraquecimento das relações tipicamente feudais. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro I, Unidade IV, Capítulo XXIV, pp. 218-220).

Reprodução do ponto *O florescimento do comércio*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Outro fator que estimulou a circulação de mercadorias foram as Cruzadas. Ao retornarem à Europa, muitos cruzados de origem nobre traziam consigo produtos do Oriente de grande aceitação no mercado europeu, principalmente especiarias - como cravo, canela, pimenta e noz-moscada - e seda da China.

O aumento da oferta desses produtos aguçava o desejo dos europeus ricos de exibi-los como símbolo de poder e riqueza. Atentos a esses novos hábitos de consumismo, os mercadores de cidades da península Itálica, como Gênova e Veneza, e mais tarde de outras regiões do continente intensificaram o comércio com o Oriente para trazer esses artigos até a Europa. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 220, grifo do autor).

Reprodução do ponto *Feiras e cidades*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

A intensificação do comércio provocou o aparecimento de feiras regulares nos cruzamentos das rotas comerciais percorridas pelos mercadores, como as de Champagne (na atual França), Bruges (Bélgica atual; veja a seção *Olho vivo*, nas páginas 222-3), Sevilha (península Ibérica) e Pisa (península Itálica), entre outras. O afluxo de pessoas aumentou tanto que os locais onde se realizavam algumas feiras acabaram se transformando em cidades.

Outros centros urbanos surgiram como resultado da expansão dos *burgos*, aglomerações formadas em torno de abadias ou de castelos. Nesse processo, as cidades passaram a ter importância cada vez maior na vida da

sociedade medieval. Uma das expressões dessa crescente importância foram as catedrais góticas.

Os moradores dos burgos eram conhecidos como *burgueses*. Muitos deles eram mercadores e artesãos sem qualquer vínculo ou obrigação para com o senhor feudal. Por isso, no século XI o termo burguês acabou se transformando em sinônimo de pessoa livre. Posteriormente, o termo passou a designar cada vez mais indivíduos pertencentes a grupos sociais detentores de dinheiro e dos meios de produção, como comerciantes, banqueiros e empresários.

Entre 1100 e 1300, surgiram na Europa ocidental cerca de 140 novos centros urbanos. Como essas cidades se constituíam quase sempre dentro de feudos, seus habitantes tinham de pagar taxas e impostos aos senhores. Interessados em conquistar sua independência, os burgueses lutavam para obter as chamadas *cartas de franquia*.

Com essas cartas, os moradores de uma cidade poderiam administrá-la por conta própria, seja por meio de um conselho ou assembleia, seja pela eleição de um prefeito. Ao conquistarem a autonomia, os núcleos urbanos passaram a ser chamados na França de *comunas*; em Portugal e Espanha, de *conselhos*; na península Itálica, de *repúblicas*; e na região da atual Alemanha, de *ciudades-livres*. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 220-221).

Reprodução do ponto *A economia urbana*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Tanto as cidades novas como as antigas - reanimadas pelo comércio - assumiram forte caráter econômico, transformando-se em zonas de produção artesanal e em centros comerciais. Além dos negociantes, elas começaram a ser procuradas por senhores feudais endividados e por servos e vilões que fugiam da opressão dos feudos.

No campo, além de trabalhar na terra, os camponeses estavam acostumados a produzir artigos como sapatos, roupas, ferramentas e armas. Isso porque o enfraquecimento do comércio em toda a fase anterior obrigava os feudos a se autoabastecerem desses produtos. Assim, ao chegar à cidade, muitos desses camponeses passaram a se dedicar a atividades artesanais nas pequenas oficinas existentes.

Esses estabelecimentos funcionavam com base em uma divisão simples e hierárquica do trabalho. Dono do empreendimento, ao *mestre* cabia o lucro obtido com a venda das mercadorias. Abaixo dele, na qualidade de empregados, estavam os *oficiais* ou *jornaleiros*.

Havia também os *aprendizes*, trabalhadores que normalmente ingressavam na oficina ainda crianças ou adolescentes para aprender um ofício. Seus pais custeavam a aprendizagem por um período de dois a doze anos, com o objetivo de verem seus filhos transformados em mestres.

A partir de meados do século XII, os mestres passaram a congregarem-se nas chamadas *corporações de ofício*, associações nascidas com o objetivo de defender os interesses coletivos das diferentes categorias profissionais de artesãos, como a dos sapateiros, a dos marceneiros, a dos tecelões, etc.

No início, as corporações tinham como preocupação garantir a qualidade das mercadorias e impedir que as oficinas produzissem em excesso para evitar a queda do preço final dos artigos. Mais tarde, elas passaram a funcionar como um sistema que inibia a ascensão profissional dos trabalhadores mais pobres - os oficiais.

Isso porque as exigências para que uma pessoa se tornasse mestre se tornaram cada vez mais rigorosas: além de pagar uma taxa, os candidatos deveriam comprovar que eram filhos legítimos e tinham de produzir uma peça a ser avaliada por uma comissão de mestres. O título só seria concedido caso a peça fosse considerada uma *obra-prima*.

Nas oficinas têxteis que se instalavam nas cidades, algumas atividades - como tecelagem, costura e bordado - eram realizadas normalmente por homens. Quanto às mulheres, tosavam, cardavam, retiravam as irregularidades dos tecidos e ainda se encarregavam do acabamento das vestimentas. Em outros ramos, como os da metalurgia e da construção civil, as mulheres faziam serviços pesados: muitas trabalhavam como pedreiras, carpinteiras, ferreiras, etc. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 224).

Reprodução do ponto *A crise do século XIV*, parte constitutiva do tópico *O novo milênio*, texto que integra o capítulo denominado *Comércio e cidades no fim da Idade Média* (capítulo 24):

Todo esse florescimento ocorrido na Europa entre os séculos XI e XIII, contudo, sofreu sério abalo a partir do século XIV. Por essa época, uma conjunção de fatores levou os europeus a enfrentarem uma profunda crise econômica e social que transformou o continente em palco de diversas revoltas e lugar de desolação, medo, fome e morte.

Um desses fatores foi a instabilidade econômica decorrente da conquista de territórios do Império Bizantino pelos turco-otomanos a partir do século XIV. Os bizantinos eram parceiros comerciais da Europa ocidental e seu declínio fez com que a economia europeia se retraísse.

Além disso, nesse período a sociedade europeia foi assolada por secas prolongadas que prejudicaram a agricultura e deixaram parte da população sem alimentos. Em 1315 e 1316, a fome foi tão grande que, segundo alguns relatos, muitas pessoas recorreram ao canibalismo no Sacro Império Romano-Germânico.

Para piorar, em meados do século XIV a Europa viveu uma das maiores catástrofes da sua história: a peste negra. A doença, conhecida modernamente como peste bubônica, chegou em 1347 por meio de um navio genovês vindo do oriente e espalhou-se rapidamente pelo continente.

A enfermidade era transmitida pela pulga de ratos contaminados e pelo contato com pessoas infectadas. Como mostra o box a seguir, as péssimas condições de vida e de higiene de boa parte da população facilitaram a proliferação da doença, que é extremamente letal.

Calcula-se que entre as décadas de 1340 e 1350, a peste negra tenha matado cerca de 25 milhões de pessoas, ou seja, quase um terço de toda a população europeia. Muito do terror provocado pela epidemia foi descrito pelo escritor Giovanni Boccaccio (1313-1375) em sua obra *Decamerão*...

As crises que atingiram o continente nesse período provocaram uma insatisfação generalizada entre a população (veja a imagem ao lado). No campo, senhores feudais tentavam, sem sucesso, impedir a fuga de camponeses para os centros urbanos e, para compensar seus prejuízos, aumentavam os impostos. Nas cidades, a alta burguesia impedia os artesãos de tentarem conquistar mais espaço nas decisões políticas dos governos municipais.

Toda essa situação provocou revoltas urbanas e camponesas em diversos lugares da Europa. Tais sublevações enfraqueceram as relações feudais e contribuíram para o processo de centralização administrativa em torno dos reis. Havia já algum tempo, estes vinham tentando afirmar o poder das monarquias na Europa (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 226-227).

Reprodução do texto complementar sobre a *Guerra dos Cem Anos*, parte integrante do capítulo 24:

Em 1358, durante a Guerra dos Cem Anos entre a Inglaterra e a França, eclodiu nesta última uma revolta camponesa de grandes proporções. Marcada por uma extrema violência, essa revolta ficou conhecida como Jacquerie, cujo nome deriva de Jacques Bonhomme (Jacques simplório), como era conhecido seu líder, Guillaume Calillet. A partir de então, toda revolta camponesa na França passou a ser chamada de Jacquerie. Acima, iluminura representando a Jacquerie de 1358. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Unidade IV, Capítulo XXIV, p. 227).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo denominado *A formação do Estado moderno* (capítulo 25):

Existem atualmente 195 Estados soberanos no mundo. Todos contam com unidade territorial, sistemas jurídico e econômico unificados e mecanismos centralizados de arrecadação de impostos para custear as despesas com saúde, educação, forças armadas, funcionalismo público, etc.

Tal forma de organização é fenômeno relativamente recente na história. Durante a Idade Média na Europa ocidental, por exemplo, muitas das atividades hoje atribuídas ao Estado, como a cobrança de impostos, a defesa territorial e a aplicação da justiça, estavam sob a responsabilidade dos senhores feudais, que concentravam um enorme poder dentro dos limites de suas terras.

Essa situação começou a mudar a partir do século XI, quando teve início um lento processo de centralização do poder nas mãos dos reis. A formação das primeiras monarquias nacionais europeias é o tema deste capítulo. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade V, Capítulo XXV, p. 234).

Reprodução do tópico *O rei fortaleceu seu poder*, texto que integra o capítulo denominado *A formação do Estado moderno* (capítulo 25):

A “explosão” comercial e urbana iniciada no século XI na Europa ocidental, como vimos, deu lugar ao surgimento de um novo grupo social: a burguesia, formada principalmente por mercadores. Entretanto, a fragmentação política e econômica dos reinos em feudos dificultava a expansão dos negócios. Como poderiam os comerciantes calcular o preço de seus produtos se os senhores feudais dos lugares pelos quais eram obrigados a passar com suas mercadorias utilizavam moedas, pesos e medidas diferentes? Além disso, a quem se queixar contra os abusos praticados por esses senhores?

Reagindo a essa situação, os burgueses procuraram se aproximar dos reis, em busca de ajuda. Alguns monarcas, interessados em ter acesso ao dinheiro da burguesia, passaram a adotar medidas em favor desse grupo social. Em algumas regiões, também os senhores feudais recorriam ao rei em busca de apoio militar para conter rebeliões camponesas em seus feudos, ou para intermediar disputas com outros senhores. Ao mesmo tempo, nas camadas baixas da sociedade muitas pessoas começaram a ver no soberano um defensor dos pobres contra a opressão dos senhores feudais.

Dessa forma, o rei foi deixando pouco a pouco de ser mais um senhor feudal entre muitos. Na qualidade de árbitro de disputas e protetor de certos grupos sociais, seu poder tornou-se cada vez maior. Essa mudança foi lentamente acompanhada de alterações importantes no sistema de lealdades. As pessoas que no auge do feudalismo deviam prestar em primeiro lugar lealdade ao senhor feudal ao qual estavam ligadas voltavam-se agora para o rei, que passava a ser o principal destinatário de sua lealdade.

A partir do século XI, de forma lenta e gradual, por meio da ação política ou da força, os monarcas submeteram à sua autoridade os poderes locais, centralizaram o comando do exército, estabeleceram fronteiras para seus territórios e colocaram os habitantes dessas regiões sob seu poder. Nasceram assim as monarquias nacionais europeias, também chamadas por alguns historiadores de monarquias feudais.

(HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade V, Capítulo XXV, p. 235).

Reprodução do texto *A Guerra dos Cem Anos*, que integra o capítulo denominado *A formação do Estado moderno* (capítulo 25):

Guerra dos Cem Anos é o nome pelo qual ficaram conhecidos os conflitos entre a Inglaterra e a França ocorridos entre 1337 e 1453. Entre os fatores que a desencadearam destacam-se as disputas entre dinastias pelo controle da coroa da França e o desejo da Inglaterra de dominar a região de Flandres, na Bélgica atual, produtora de tecidos e sob controle francês.

O conflito começou quando tropas inglesas invadiram a França visando unir as duas coroas - Eduardo III, rei da Inglaterra e neto de Filipe, o Belo, por parte de mãe, se dizia herdeiro legítimo do trono francês, que passara a ser disputado por vários pretendentes desde a morte de Filipe, em 1314. Durante o conflito, os dois reinos alternaram períodos de vitórias e derrotas, mas a França acabou favorecida no balanço final, pois expulsou os ingleses de seu território e consolidou a monarquia.

Um dos pontos de apoio dessa consolidação foi a formação de um nacionalismo embrionário entre a população, para o qual muito contribuiu

a ação de *Joana d'Arc* (1412- -1431), jovem camponesa de 18 anos que se dizia enviada por Deus para salvar a França. Com essa mensagem, ela injetou novo ânimo no exército francês, colocando-se à sua frente numa época em que a França perdia o confronto.

Em 1430, Joana d'Arc foi capturada e condenada à morte na fogueira, acusada de heresia pelos ingleses. Canonizada mais tarde pela Igreja católica, é hoje considerada heroína do povo francês. (HISTÓRIA EM MOVIMENTO, Livro XI, Unidade V, Capítulo XXV, p. 237).

O livro *Nova História Crítica*¹³ (Livro XII), volume único. As temáticas estão distribuídas e organizadas por capítulos; a obra possui 56 capítulos, a saber: capítulo 1 denominado *As grandes origens*, capítulo 2 denominado *Grécia Antiga*, capítulo 3 denominado *Roma*, capítulo 4 denominado *O mundo Árabe*, capítulo 5 denominado *A África Antiga*, capítulo 6 denominado *Idade Média*, capítulo 7 denominado *Tradição e Tradição*, capítulo 8 denominado *O Estado Moderno*, capítulo 9 denominado *O mercantilismo*, capítulo 10 denominado *Expansão Marítima*, capítulo 11 denominado *O Renascimento*, capítulo 12 denominado *América encontra Europa*, capítulo 13 denominado *Colonizar o Brasil*, capítulo 14 denominado *Reforma Protestante*, capítulo 15 denominado *Apogeu do absolutismo*, capítulo 16 denominado *Colonização das Américas*, capítulo 17 denominado *Escravidismo colonial*, capítulo 18 denominado *Civilização do açúcar*, capítulo 19 denominado *Revolução científica do século XVII*, capítulo 20 denominado *Expansão territorial*, capítulo 21 denominado *Revolução inglesa*, capítulo 22 denominado *O Iluminismo*, capítulo 23 denominado *Século de Ouro*, capítulo 24 denominado *Independência dos EUA*, capítulo 25 denominado *A Revolução Francesa*, capítulo 26 denominado *Brasil: Revoltas Anti-Coloniais*, capítulo 27 denominado *Revolução Industrial*, capítulo 28 denominado *Independência do Brasil*, capítulo 29 denominado *Independência na América Espanhola*, capítulo 30 denominado *Liberais Nacionalistas*, capítulo 31 denominado *O Primeiro Reinado*, capítulo 32 denominado *A Regência*, capítulo 33 denominado *O Segundo Reinado*, capítulo 34 denominado *Doutrinas Sociais no Século XIX*, capítulo 35 denominado *Europa no Fim do Século XIX*, capítulo 36 denominado *O Imperialismo*, capítulo 37 denominado *Américas no Século XIX*, capítulo 38 denominado *Abolição*, capítulo 39 denominado *República*, capítulo 40 denominado *Primeira Guerra Mundial*, capítulo 41 denominado *A República Velha*, capítulo 42 denominado *Revolução Russa*, capítulo 43 denominado *Rebeliões na República Velha*, capítulo 44 denominado *A Crise de 1929*, capítulo 45 denominado *Os Fascistas*, capítulo 46 denominado *A Era Vargas*, capítulo 47 denominado *Segunda Guerra Mundial*, capítulo 48 denominado

¹³ SCHMIDT, Mário Furley. **Nova História crítica**. 1. ed. (Volume único) São Paulo, SP: Editora Nova Geração, 2005.

Guerra Fria, capítulo 49 denominado *África e Ásia após a Segunda Guerra*, capítulo 50 *Terceira República*, capítulo 51 denominado *Capitalismo no Primeiro Mundo*, capítulo 52 denominado *Socialismo Real*, capítulo 53 denominado *Ditadura Militar no Brasil*, capítulo 54 denominado *De Sarney a FHC*, capítulo 55 denominado *A América Latina no Século XX* e, por fim, capítulo 56 denominado *Mundo Atual*.

O livro está posicionado como Livro XII; ocupa a 12ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Dessa obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos de textos pertencentes aos capítulos VI e VII.

Reprodução do texto *A economia feudal*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Idade Média* (capítulo 6):

Homens e mulheres precisam comer, se vestir, se abrigar da chuva e do frio. Precisavam de vinho, de estradas, de instrumentos musicais, de brincos, de desenhos bonitos para os tecidos, de armas, livros, ferramentas e igrejas. Como os homens e as mulheres da Idade Média faziam para sobreviver? Como trabalhavam? Sozinhos ou em grupo? Com quais instrumentos de trabalho? O que produziam? Quem ficava com o produto do trabalho? Todas as perguntas podem ser resumidas por uma única pergunta: como funcionava a economia na Europa durante a Idade Média?

Como já vimos antes, é preciso tomar cuidado para não simplificarmos demais. A Idade Média durou cerca de mil anos e certamente muita coisa foi mudando durante aquele longo período, não é mesmo? Houve mudanças, mas também permanências. Algumas características importantes permaneceram. Veja só. Se compararmos com o Império Romano na época do apogeu, veremos que as cidades perderam importância. Por séculos e séculos a grande maioria da população medieval morou e trabalhou no campo. Para você ter uma ideia da ruralização: por volta do ano 1000, não existia nenhuma cidade europeia com mais de 10 mil habitantes! Se as pessoas viviam no campo, então é óbvio que a terra era fundamental. A maior parte das terras pertencia ou era controlada pelos nobres. O resto da sociedade, ou seja, a multidão de homens e mulheres pobres era obrigada a trabalhar para os nobres. Portanto, os nobres comandavam as terras e os seres humanos.

Por volta do século IX, a vida econômica já apresentava características muito claras do que chamamos hoje de feudalismo.

No Brasil e na maior parte do mundo, as pessoas vivem em países onde predomina a economia capitalista. Se você observar um pouco perceberá alguns elementos típicos do capitalismo como a propriedade privada, os trabalhadores livres que trabalham para um patrão, os salários, os investimentos, os lucros, as indústrias, as empresas, a competição, os consumidores, o cada um por si... Mas será que sempre foi assim? Claro que não! Na sociedade feudal a economia funcionava de modo bem diferente de hoje!

Então vamos lá, como era organizada a economia feudal? Já vimos que a base da produção era agrária. Quase todo mundo vivia no campo. A maioria das pessoas trabalhava e vivia numa área, dominada por um nobre, chamada de feudo. Daí o nobre ser chamado de senhor feudal.

Imagine que você pudesse sobrevoar de avião um feudo (é claro que não existiam aviões na Idade Média!). O que poderia ver lá de cima? Em primeiro lugar, você perceberia que o feudo era uma fazenda, com plantações e criação de animais. Os trabalhadores rurais (os camponeses) viviam na aldeia em casebres de madeira ou de pedra cobertos de palha. Além de plantar e cuidar dos bichos, os camponeses também eram artesãos. Por exemplo, fabricavam móveis, roupas, instrumentos de trabalho. Mais ao fundo havia a floresta onde se podia caçar, pegar lenha, mel, frutas silvestres.

Num local privilegiado do feudo, você veria um grande prédio, o castelo. No castelo vivia o senhor feudal (o proprietário do feudo) com a família. Os castelos eram grandes casarões de madeira cercados por uma muralha de troncos de árvore pontudos. Nos últimos séculos da Idade Média, os senhores feudais mais poderosos começaram a levantar castelos de pedra.

Muito bem, então você viu que o feudo era uma fazenda com o castelo, a aldeia, a floresta, o rio... Mas então qual era a diferença entre um feudo e uma fazenda capitalista atual? Afinal de contas, na empresa rural capitalista de hoje também há plantações, casas de trabalhadores rurais, curral com animais. Perceba uma coisa importante: *a diferença entre uma fazenda capitalista atual e um feudo medieval não estava nas construções nem na natureza, mas nas relações sociais envolvidas.*

Abstrato demais? Vamos explicar melhor, com exemplos concretos!

Na fazenda capitalista, os empregados são trabalhadores livres (podem pedir demissão e procurar outro emprego sempre que quiserem, por exemplo) e recebem salário. No feudo, o trabalho era feito principalmente pelos servos. Os servos não eram escravos. Não podiam ser vendidos como mercadorias nem eram forçados a trabalhar o tempo inteiro para o senhor feudal. Mas também não eram livres. Estavam subordinados aos senhores feudais, deviam obrigações feudais a eles. E que obrigações eram essas? Pra começar, os servos não podiam escolher pra quem trabalhar, nasciam e morriam no mesmo feudo. Além disso, estavam submetidos à corveia, ou seja, tinham que trabalhar de graça para o senhor feudal. Geralmente, três dias da semana. E também eles tinham que trabalhar de graça para construir pontes, pequenas estradas, novas instalações no castelo, o que fosse solicitado. Os senhores feudais cobravam impostos em gêneros, ou seja, em produtos. Os servos tinham que entregar uma determinada quantidade de sementes, aves, mel, ovos, animais de caça, madeira, móveis, couro, tecidos de lã ou de linho (a essa altura você já viu que os servos também eram artesãos). E não acabou aqui. Os servos ainda deviam as banalidades, que podiam ser muito pesadas. Por exemplo, só os senhores feudais podiam ser donos de moinhos, fornos e equipamentos para fabricar bebidas. Os servos tinham que pagar impostos para fazer a farinha, o pão, a cerveja e o vinho. Havia pedágios nas pontes e estradas do feudo, que eram pagos (com moedas ou produtos) pelos servos e pelos viajantes.

Quando havia guerras (que eram bastante comuns numa época de rivalidade entre senhores feudais), os camponeses tinham que ceder cavalos, fabricar armas de graça e servir no exército do senhor feudal.

O trabalho dos servos podia ser coletivo ou individual. Em algumas regiões, todos trabalhavam em cooperação numa grande extensão de terra. Entregavam a parte do senhor feudal e depois dividiam o resto entre as

famílias camponesas. Mas também havia explorações individuais. Ou seja, cada família de servos era responsável por uma extensão de terra onde plantavam e criavam animais. Uma parte dessa produção deveria ser paga para o proprietário, o que sobrava era de toda a família.

As obrigações feudais variavam por região e por época. Também havia os camponeses que eram donos de pequenas propriedades e que não estavam subordinados a nenhum senhor feudal. Além disso, até o século VII, ainda havia uma quantidade razoável de escravos (embora eles fossem minoria).

Está mais nítida a diferença entre uma fazenda capitalista e um feudo? Existe outra característica notável. Na empresa rural, o proprietário *investe capital*, ou seja, ele utiliza riqueza (em forma de dinheiro) para comprar mercadorias como sementes, máquinas agrícolas, adubos, pesticidas e uma mercadoria essencial: a força de trabalho (a capacidade produtiva dos empregados). Dessa maneira, o fazendeiro capitalista espera obter lucros. No feudo era bem diferente. Não existia ou quase não existia investimento de capital. Em primeiro lugar, porque a Europa medieval ainda era muito pobre e, portanto, não havia riqueza suficiente para ficar acumulada e depois investida. Então, o senhor feudal não investia. Ele não comprava novas terras, não pagava salários, não comprava ferramentas agrícolas. Os servos, por conta própria, tratavam a terra, semeavam, colhiam. As ferramentas de trabalho (arados, pás, etc.) pertenciam aos servos e geralmente eram fabricadas por eles mesmos.

Vamos ver se você está entendendo bem: no sistema capitalista, quando o fazendeiro obedece à lei e quer mais terras, o que ele faz? Ele compra mais terras! *No sistema capitalista quase tudo pode ser comprado e vendido, quase tudo é mercadoria.* É por isso que alguns estudiosos chamam o capitalismo de economia de mercado. Este também é o motivo para o dinheiro ser tão importante na economia capitalista. No feudalismo é diferente. A terra não era uma mercadoria. Ninguém vendia ou comprava terras. Então como é que o senhor feudal poderia obter mais terras? Já viu, não? Ele pegava em armas e tomava terras. A arte da guerra era a arte econômica de conquistar terras de outros senhores feudais ou de comunidades camponesas desprotegidas.

As forças produtivas no feudo eram pouco desenvolvidas. A população trabalhadora era pequena (e reduzida pelas pestes e guerras), a tecnologia era limitada, as estradas ruins e perigosas. Tudo isso tornava a vida difícil, com muito trabalho e pouca recompensa. Durante séculos, a maioria da população viveu com poucos recursos e à beira da morte por fome. Por causa disso, quase toda a produção do feudo era consumida pelos próprios moradores. Sobrava pouco para vender. Não é difícil compreender que o comércio e o dinheiro tinham pouca importância. Afinal de contas, havia pouco a comprar, não é mesmo? Agora, atenção. Durante séculos, o comércio e as cidades foram pouco desenvolvidos, mas isso não significa que tivessem desaparecido da Europa. Havia inclusive longas rotas comerciais de longa distância (comércio de sal, por exemplo).

Veja a diferença: o objetivo da produção da fazenda capitalista é o mercado. Quase tudo que ela produz será vendido, para ser consumido por outras pessoas em outros lugares. As forças produtivas são muito mais desenvolvidas: existem máquinas agrícolas, caminhões, adubos industriais, pesquisa científica, controle das pragas, e a mão de obra é mais resistente e educada. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, pp. 83-85).

Reprodução do texto *A sociedade feudal*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Idade Média* (capítulo 6):

Acabamos de ver que nem todos os homens e mulheres medievais trabalhavam e viviam do mesmo jeito. Os historiadores criaram diversas maneiras para estudar essas diferenças de vida nas sociedades. Uma delas é examinar as diferenças entre as classes sociais.

Na sociedade feudal, a classe dominante era formada pelos senhores feudais. Estamos falando principalmente de nobres com títulos como duque, barão, conde, marquês e visconde. O privilégio do senhor feudal não vinha exatamente da propriedade da terra, mas do direito (e poder) de cobrar tributos feudais de quem vivia em seus domínios. Os principais direitos feudais estavam relacionados com o uso da terra, mas era possível cobrar tributos feudais sobre um moinho ou uma estrada, por exemplo.

Desde o tempo das invasões bárbaras, havia o costume germano de o chefe distribuir as terras conquistadas entre os comandantes militares do seu lado. Essa prática continuou na época carolíngia e se consolidou no apogeu do feudalismo, entre os séculos X e XIII. O grande senhor feudal doava terras para nobres menores e próximos dele. Esses nobres menores que recebiam terras eram chamados de vassalos e juravam fidelidade a seu senhor feudal. Se houvesse uma guerra, era uma questão de honra os vassalos ficarem do lado do senhor feudal. Assim, os grandes senhores feudais podiam contar com o apoio das tropas comandadas pelos vassalos. E o nobre poderia ser vassalo e senhor feudal com vassalos ao mesmo tempo? Claro, você já deve ter imaginado como: doando terras para senhores feudais menores. Essa hierarquia de fidelidades deveria seguir até o chão, até a relação entre o senhor feudal e os servos que trabalhavam nas terras do feudo.

Durante séculos, o desenvolvimento econômico foi reduzido. A produção era pequena por causa das pestes, das guerras, das enchentes, das secas e da baixa tecnologia. A maioria dos feudos produzia apenas o suficiente para os próprios moradores. Portanto, tempos difíceis, muito difíceis. Se compararmos a vida dos senhores feudais com a dos servos, perceberemos que os senhores feudais típicos tinham uma vida bem mais confortável, enquanto os servos é que deviam trabalhar. Poderíamos até dizer que os senhores feudais eram ricos e os servos eram pobres. A pobreza era fácil de entender. Os servos trabalhavam pesado e podiam passar fome. Moravam em casebres precários, eles viam seus filhos morrer de desnutrição e doenças. Nem sempre alcançavam a velhice. Mas... Devagar, amigo leitor! Numa sociedade tão carente de recursos, os ricos não poderiam ser tão ricos, não é mesmo? Na verdade, a “riqueza” e o “privilégio do senhor feudal” muitas vezes se resumiam a não trabalhar, comer bem todos os dias, morar na casa confortável, ter criados para fazer os serviços domésticos. Não é pouca coisa, mas está longe da imagem tradicional dos nobres que viviam em castelos riquíssimos. Na verdade, durante séculos as residências dos nobres eram casarões de madeira.

A partir do século XII as coisas começaram a mudar. A economia viveu um surto de prosperidade, a sociedade produziu riquezas em maior escala (*veremos isso no final deste capítulo*). Então, os nobres ficaram mais ricos. Passaram a vestir roupas luxuosas, a consumir produtos exóticos trazidos de terras distantes pelos comerciantes e a construir grandes castelos com muralhas de pedra. As diferenças sociais aumentaram. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, pp. 86-88).

Reprodução do texto *Dinâmica do sistema*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Idade Média* (capítulo 6):

Os escritos e as imagens da época mostram que as pessoas acreditavam que viviam num mundo organizado por Deus (apesar das interferências maldosas de Satanás) e que iria ter sempre o mesmo aspecto até os dias finais, quando então aconteceria o Apocalipse. Mas na verdade aquele mundo não era estático. A sociedade feudal conheceu muitas transformações, algumas tão lentas que só podiam ser percebidas décadas ou séculos depois de terem começado. Nós vivemos um milênio depois e, por isso, observamos com mais facilidade o que aconteceu. Quem sabe o que pensarão de nós os historiadores e os estudantes daqui a quinhentos anos?

Para começar, as transformações econômicas. A partir dos séculos XI, XII e XIII (cada região europeia teve uma história um pouco diferente) aconteceram inovações tecnológicas.

A mais importante talvez tenha sido na forma de cultivo com a introdução da rotação de campos. Por exemplo, durante séculos os camponeses plantavam trigo numa área. Aos poucos, o solo se esgotava. O trigo nascia pequenino, sem viço. Era preciso abandonar a área e plantar em outro lugar. Até que se difundiu a prática de dividir o campo em três partes de cultivo. Na primeira — o exemplo continua — plantava-se lentilha, na segunda, plantava-se aveia e a terceira era deixada sem plantar (a terra repousava para readquirir naturalmente a fertilidade). Depois que houvesse a colheita, os camponeses faziam a rotação: onde havia aveia, plantava-se lentilha; no lugar da terra no pousio, entrava a aveia; e na área da lentilha, agora a terra ficava para descansar (pergunte a seu professor de Biologia para explicar o motivo pelo qual o solo que “descansa” recupera a fertilidade. Tem a ver com a reprodução dos microrganismos).

Outra invenção importante foi a da charrua, um tipo de arado que penetra mais fundo. A terra fica mais revolvida e mais fértil. A maneira de atrelar os animais também se aperfeiçoou de modo que a força dos bois e até dos cavalos podia ser melhor aproveitada na agricultura e no transporte.

O resultado das invenções é fácil de prever. A fertilidade do solo se mantinha e então as colheitas eram abundantes. A produção aumentou tanto que já era possível alimentar melhor o gado. O gado comia, digeriria e devolvia a refeição em forma de adubo para fertilizar o solo. Os camponeses trabalhavam menos e produziam mais. Tudo se relaciona com tudo, essa é a fórmula.

Aos poucos, os feudos eram capazes de produzir mais do que seus moradores precisavam para viver. O que fazer com o excedente? Você já viu tudo: os excedentes podiam ser vendidos. O comércio e o dinheiro nunca foram abandonados completamente durante a Idade Média. Mas agora que a produção aumentava, o comércio voltou a crescer. E o dinheiro passou a circular com maior vigor.

Surgiram estradas por onde viajavam pequenos comerciantes. Rotas de comércio ligaram feudos e regiões cada vez mais distantes. Em certas épocas, os comerciantes se encontravam e organizavam uma feira. As feiras eram animadas, com muitas barracas, conversas, artistas de circo, jogos, encontros amorosos e música. Troaram mercadorias e informações, moedas e carícias, promessas de vendas e juras de amor. Algumas feiras foram tão bem-sucedidas que as pessoas simplesmente preferiam ficar lá mesmo, o resto do ano. O resultado você já previu: elas deram origem a

novas cidades. Do mesmo jeito que os castelos, as cidades medievais mais ricas construíam muralhas de proteção e eram chamadas de burgos.

Nos burgos moravam donos de lojas, açougueiros sapateiros, ferreiros, alfaiates, padeiros, comerciantes e donos de oficinas de artesanato. Muitos eram ex-servos que tinham fugido dos senhores feudais ou que tinham recebido liberdade para morar na cidade. Note que o trabalho e a produção econômica se especializaram. Os feudos se dedicavam cada vez mais à agricultura e à pecuária, as cidades se tornaram centros produtores de artesanato, locais de comércio.

Existiam cidades que pagavam tributos ao senhor feudal local, outras haviam conquistado a independência. Algumas cidades possuíam terras trabalhadas por servos.

Para que você tenha uma ideia, no ano 1000 não havia nenhuma cidade europeia com 10 mil habitantes. No final do século XIII já existiam 55 delas! Algumas se destacaram e até os nobres construíram casas dentro delas. Uma vida nova e fervilhante se desenvolvia na cidade medieval. Naquele século foi criada uma das maravilhas de mundo intelectual: a Universidade.

Interatividade: o comércio estimulou o uso do dinheiro, o uso do dinheiro estimulou o comércio. Em vez de pagar tributos com trabalho gratuito e com produtos, os servos começaram a pagar em dinheiro. Desse modo, os nobres podiam comprar as mercadorias oferecidas pelos comerciantes.

O comerciante podia precisar de dinheiro para adquirir mercadorias em grande quantidade. Ou então o senhor feudal ainda não tinha recebido o dinheiro das taxas pagas pelos camponeses. Onde arrumar o dinheiro? Pedir dinheiro emprestado a um banqueiro. O banqueiro emprestava dinheiro a juros, ou seja, depois de um período, quem pediu emprestado deveria devolver o dinheiro e mais uma quantia adicional.

Note uma diferença importante. Os senhores feudais eram ricos porque dominavam terras e seres humanos. Os comerciantes e banqueiros não precisavam possuir terras para enriquecer. É por isso que os historiadores dizem que eles formavam uma nova classe social chamada de burguesia (a origem do nome é óbvia: viviam nos burgos).

A partir do século X, a população europeia cresceu com rapidez porque as pessoas conseguiam sobreviver um número maior de anos. Por vários motivos. As pestes que tinham sido tão devastadoras diminuíram de intensidade por quase 400 anos. Você sabe que o clima do planeta tem uma história e já mudou várias vezes nos últimos vinte mil anos. Parece que naquele tempo o clima da Europa se tornou um pouco mais quente e seco, o que favoreceu o aumento das plantações. Nós acabamos de ver que a economia cresceu por causa das invenções tecnológicas (rotação de culturas, charrua, etc). Tudo isso aumentou a quantidade de bens produzidos e até mesmo os servos puderam ser beneficiados.

O aumento da população estimulava o aumento da produção. Percebeu a relação? Mais gente significava mais gente precisando comer e também mais gente produzindo alimentos. Uma das maneiras de ampliar a produção era a conquista de novas terras para plantar. Florestas derrubadas e pântanos drenados davam lugar a campos cultivados. É claro que esse processo não poderia durar para sempre. Realmente, no século XIV, já não havia tantas terras novas para se conquistar (ainda havia muitas áreas virgens, mas em regiões onde a população era pequena demais para explorá-las). As colheitas se tornaram insuficientes, a fome começou a se espalhar. Para piorar a situação, a peste negra começou a se espalhar pela Europa. Ela era transmitida pelas pulgas que viviam nos ratos e picavam

os humanos. Em poucos anos, mais de um terço da população europeia tinha desaparecido. Cidades esvaziaram, campos cultivados e estradas foram invadidos pelo mato. A economia feudal viveu um grande período de pobreza e morte que caracterizou a crise do século XIV. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, pp. 88-90).

Reprodução do texto “A Idade das Trevas?”, matéria posicionada no capítulo intitulado *Idade Média* (capítulo 6):

Volta e meia você irá ler ou ouvir alguém dizer que “a Idade Média foi a *idade das trevas*”. Claro, quase todos eram analfabetos, os conhecimentos nem de longe se comparavam com os da ciência atual, havia muita pobreza, a vida intelectual estava dominada pelos dogmas da Igreja da época. Mas existe o outro lado. A Idade Média produziu grandes obras de Filosofia, grandiosas catedrais, música alegre e variada, poesia criativa. Num certo momento, foi também a época de grandes invenções como o moinho de vento, as grandes redes de pesca no oceano, novas alavancas e os óculos. Como chamar de “idade das trevas” o período em que foram criadas as primeiras universidades, e que existem até hoje (Bolonha, Paris, Oxford)? (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, p. 94).

Reprodução do texto *Duração*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Idade Média* (capítulo 6):

Até quando durou o feudalismo? Deveríamos perguntar: e quando começou? Os historiadores divergem. Para os historiadores que acreditam que só existiu feudalismo enquanto havia vassalagem, autonomia dos feudos, fraqueza da autoridade do rei, o feudalismo nasceu por volta do século IX e durou até os séculos XV e XVI.

Outros historiadores consideram que o fundamental para definir é a propriedade dos meios de produção (a terra, as ferramentas, o gado), o tipo de trabalho (subordinado às obrigações feudais) e os conflitos entre as classes sociais. Para estes, o feudalismo começou a ser construído a partir da fusão das características do Império Romano e das sociedades dos bárbaros germanos e teve longa duração. Por exemplo, na França a nobreza feudal teria dominado até o final do século XVIII. Em outros países da Europa, os restos do feudalismo só teriam sido eliminados no século XX. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VI, p. 98).

Reprodução do texto *Idade Média, Idade Moderna*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Tradição e Transição* (capítulo 7):

Os historiadores costumam dividir o tempo em períodos. Cada período histórico guarda características especiais e que o diferenciam dos outros. Que características são essas? Depende do que o historiador considera relevante para alcançar seu objetivo. Portanto, existem muitas maneiras diferentes e válidas de dividir a história. Os períodos também podem ser de diferentes durações. Geralmente, os historiadores observam os períodos de longa duração para identificar as estruturas profundas da sociedade, que permanecem por séculos.

Nós já estudamos a Idade Média e vimos que ao longo dos séculos aconteceram muitas transformações. Portanto, cuidado para não considerá-la um período homogêneo!

Os historiadores divergem a respeito da definição de feudalismo. Para alguns estudiosos, o feudalismo começou a se formar ainda no tempo de Carlos Magno, por volta do século VIII. No capítulo anterior, vimos as principais características da sociedade feudal. Você se recorda?

A sociedade feudal também não era estática. A partir dos séculos XI, XII e XIII (depende de cada região), o comércio e as cidades cresceram bastante. Surgiu uma nova classe social, que vivia nas cidades, a burguesia. Os burgueses eram mercadores, banqueiros (emprestavam dinheiro a juros), donos de oficinas de artesanato. As rotas de comércio uniram pontos distantes da Europa. As Cruzadas (entre os séculos XI e XIII) podem não ter sido bem-sucedidas militarmente, mas estreitaram o contato entre europeus e árabes, que passaram a desenvolver um ativo comércio pelo Mar Mediterrâneo. Navios e tropas de animais terrestres carregavam mercadorias de três continentes, da Ásia, da África e da Ásia. A terrível crise do século XIV, junto com a Peste Negra, matou milhões de europeus (mais de um terço da população) e quase paralisou a economia. Entretanto, no século XV, a economia europeia voltou a se expandir. Os comerciantes queriam ir cada vez mais longe.

Os historiadores franceses, que nós acompanhamos neste livro, dividem a história europeia em Idade Média (que começou com a queda do Império Romano) e a chamada Idade Moderna. A Idade Moderna começou em algum momento do século XV, e se você quiser um marco pode escolher, por exemplo, a “descoberta” da América por Cristóvão Colombo em 1492. (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VII, p. 100-101).

Reprodução do texto *Permanências e mudanças*, matéria posicionada no capítulo intitulado *Tradição e Transição* (capítulo 7):

A passagem da Idade Média para a Idade Moderna não foi repentina, de uma hora para outra. Na verdade, as gerações que viviam naquele período nem sempre tiveram plena consciência de que experimentavam mudanças importantes na história.

Muitas coisas que havia na sociedade medieval continuaram existindo na Idade Moderna, e por séculos e séculos (alguns historiadores identificaram resquícios da Europa medieval até o século XX!). Portanto, houve notáveis permanências. A ponto de alguns historiadores preferirem chamar a Idade Moderna de *Idade Média Tardia*. E que permanências são essas? Vamos ver por separado, para que fique bem claro.

Em primeiro lugar, a esmagadora maioria dos europeus continuou a viver no campo, a trabalhar na agricultura, na criação de animais, no artesanato doméstico.

Essas pessoas moravam nas terras de um nobre ou possuíam um pequeno pedaço de terras, mas nos dois casos, na maioria das vezes, estavam submetidas ao domínio senhorial de um nobre. Isso significa que tinham que cumprir obrigações feudais, como o trabalho gratuito durante certa época ou o pagamento de taxas. Esse pagamento podia ser em produtos ou, o que era cada vez mais utilizado, em dinheiro.

Nas cidades, a maioria das pessoas trabalhava com a família e os aprendizes (que eram quase parte da família) nas oficinas de artesanato e no pequeno comércio. As pessoas não cediam seu tempo de trabalho para

um patrão em troca de um salário, como é corriqueiro hoje, numa sociedade capitalista.

A nobreza era a classe social que tinha prestígio, e quando algum comerciante ou banqueiro enriquecia, procurava imitar os gostos e a maneira de viver dos nobres.

A lei não era igual para todos, havia leis especiais para beneficiar a nobreza, que contava com seus próprios tribunais.

Grande parte das pessoas continuava a interpretar o mundo de acordo com a mentalidade medieval.

Percebeu? Se compreendermos o feudalismo como a sociedade em que as características acima predominavam, então, na França, o feudalismo e o predomínio da aristocracia feudal só terminaram a partir da Revolução Francesa, que começou em 1789.

Por que então chamar de Idade Moderna? Porque junto com as permanências houve uma série de mudanças importantes na vida e na mentalidade dos europeus entre os séculos XV e XVI. Havia uma nova maneira de viver e de se relacionar com as pessoas. Cidade, comércio, invenções mecânicas, comércio ativo, interesses individuais... Quanta diferença em relação ao mundo medieval, não é mesmo?

Vejamos agora outras transformações.

Expansão marítima europeia. No começo do século XV, os navegadores portugueses começaram a conhecer o litoral da África, cada vez mais em direção ao sul. Finalmente, em 1498, Vasco da Gama liderou a expedição naval que contornou a África e alcançou a Índia. Pouco antes, navegando para os reis espanhóis, o italiano Cristóvão Colombo alcançou a América. Pense nisso, amigo leitor, na Expansão Marítima Europeia, quando os europeus encontraram os povos de três continentes! Em poucas décadas, os europeus descobriram que o mundo era muito maior do que sabiam, conheceram povos e civilizações sequer imaginados. A expansão marítima foi um acontecimento extraordinário, pela aventura (por mares nunca antes navegados, como cantou o poeta lusitano Camões), pelas descobertas científicas e culturais. Estabeleceu a primeira globalização econômica e cultural.

Formação dos Estados nacionais. Por que Portugal foi o primeiro país europeu a lançar os navios rumo África e à Ásia? Porque os navegadores portugueses foram os primeiros a contar com o apoio de um Estado forte. E o que era um Estado forte na Europa daquela época? Um Estado com o poder centralizado, pois foi exatamente entre os séculos XV e XVI que boa parte dos Estados nacionais europeus se consolidou. O poder político ficou concentrado na mão dos reis, que passaram a comandar o exército, a mandar fazer novas leis que valiam para todos os súditos. Sua autoridade era incontestável. Foi a época das monarquias absolutistas.

Mercantilismo. Os reis e ministros criavam regras para os comerciantes, artesãos e donos de manufaturas. Estas regras estabeleciam as atividades que seriam proibidas e as que seriam incentivadas pelo Estado. Com isso, os reis e ministros pretendiam defender a economia do país contra a concorrência estrangeira. Este conjunto de regulamentos econômicos criados pelo Estado absolutista para estimular a prosperidade do reino é chamado hoje de Mercantilismo. Foi nesta época que começou a colonização mercantilista das Américas. A regra mercantilista mais famosa era a do monopólio colonial: os colonos só podiam comerciar com a metrópole (o país que dominava aquele território colonial).

Novas tecnologias. Duas grandes invenções contribuíram para mudar a face da Europa e do Mundo. A primeira foi a tecnologia para suprimir a vida do semelhante: o uso das armas de fogo, especialmente os canhões, que transformou as guerras desde o fim do século XIV. Ao contrário do que se pensa as fortificações com grossas muralhas continuaram a existir, mas graças à pólvora e às balas, os europeus puderam dominar os mares e terras e portos de outros continentes. Outra invenção fabulosa era a máquina que permitia armazenar informações e transmiti-las de forma muito eficiente e com baixo custo. Você pensou no computador? Ainda não. Estamos falando da imprensa. Os livros que antes eram raros e caros, porque reproduzidos à mão, agora podiam estar ao alcance de milhares de pessoas. Pense no que isso representou em termos de informação da sociedade! (NOVA HISTÓRIA CRÍTICA, Livro XII, Capítulo VII, p. 102-103).

O livro *História: uma abordagem integrada*¹⁴ (Livro XIII), volume único, possui uma introdução, denominada *Introdução ao estudo da História* e mais 36 capítulos, distribuídos em 3 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *Da pré-história à colonização da América*; ela é constituída pelo capítulo 1 denominado *A Revolução Agrícola e as primeiras civilizações do Oriente Próximo*, capítulo 2 denominado *Antiguidade clássica*, capítulo 3 denominado *As primeiras civilizações da América*, capítulo 4 denominado *História medieval*, capítulo 5 denominado *Transição do feudalismo para o capitalismo*, capítulo 6 denominado *O renascimento*, capítulo 7 denominado *As questões religiosas*, capítulo 8 denominado *Absolutismo*, capítulo 9 denominado *A conquista da América pelos europeus*, capítulo 10 denominado *Colonização: um projeto mercantilista*, capítulo 11 denominado *O empreendimento canavieiro no Brasil* e capítulo 12 denominado *A formação da sociedade colonial brasileira*.

A unidade II intitula-se *Da consolidação do capitalismo à formação do proletariado*; é constituída pelo capítulo 13 denominado *A Europa no século XVII*, capítulo 14 denominado *A expansão territorial e o ciclo minerador no Brasil*, capítulo 15 denominado *O século da razão: iluminismo e liberalismo*, capítulo 16 denominado *A Revolução Industrial*, capítulo 17 denominado *Conflitos na América Ibérica e a independência dos Estados Unidos*, capítulo 18 denominado *A Revolução Francesa*, capítulo 19 denominado *A independência da América ibérica*, capítulo 20 denominado *A consolidação da independência no Brasil e o Período Regencial*, capítulo 21 denominado *As questões políticas da Europa no século XIX*, capítulo 22 denominado *O Segundo reinado no Brasil*, capítulo 23 denominado *A transição do império*

¹⁴ OJEDA, Eduardo Aparício Baez; PETTA, Nicolina Luíza de; DELFINI, Luciano Emídio. **História: uma abordagem integrada**. 1. ed. (Volume único). São Paulo, SP: Editora Moderna, 2005.

para a república no Brasil e capítulo 24 denominado *A formação do proletariado e o pensamento socialista*.

A unidade III intitula-se *Do imperialismo aos nossos dias*; é constituída pelo capítulo 25 denominado *A divisão internacional do trabalho e o imperialismo*, capítulo 26 denominado *A primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa*, capítulo 27 denominado *Brasil: os conflitos sociais e a crise da república oligárquica*, capítulo 28 denominado *A crise de 1929 e o totalitarismo político*, capítulo 29 denominado *O período Vargas (1930-1945)*, capítulo 30 denominado *A Segunda Guerra Mundial e as questões do Oriente Médio*, capítulo 31 denominado *Sob o domínio do medo: a Guerra Fria (1945-1989)*, capítulo 32 denominado *O fim do Estado Novo e o período de normalidade política (1945-1964)*, capítulo 33 denominado *A América Latina no contexto da Guerra Fria*, capítulo 34 denominado *O fim da Guerra Fria e a nova ordem internacional*, capítulo 35 denominado *A América latina na nova ordem internacional*, e, por fim, capítulo 36 denominado *Tendências do mundo atual*.

O livro está posicionado como Livro XIII; ocupa a 13ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Dessa obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos pertencentes à unidade I.

Reprodução do tópico *Estruturas política, econômica e social do feudalismo*, texto que integra o capítulo *História medieval* (capítulo 4):

As estruturas feudais começaram a se delinear no contexto da crise romana do século III. Suas principais características são: o retomo ao campo e o abandono do comércio como principal atividade econômica; a concentração de terras, ou o predomínio de grandes propriedades; e o predomínio do trabalho servil.

A estrutura política fundamentava-se na relação de suserania e vassalagem, caracterizada pela dependência e pelo compromisso de fidelidade firmado entre dois senhores. Era um pacto militar no qual o vassalo se colocava sob a dependência e proteção do suserano, a quem jurava fidelidade política e militar. O vassalo recebia um feudo sobre o qual exercia ampla autoridade. A figura do rei, também chamado de suserano maior, não foi extinta, mas o poder do monarca ficou bastante reduzido. A descentralização política levou ao desaparecimento da moeda única para todo o reino, à desarticulação do exército nacional e à formação de milícias particulares a serviço dos senhores feudais.

A economia feudal baseava-se na atividade agrícola e a terra era o principal fator de riqueza. Nas vastas extensões de terra, denominadas feudos, praticavam-se a agricultura, o extrativismo, a caça e a criação de animais. A propriedade era dividida em domínio ou manso senhorial, cuja produção pertencia exclusivamente ao senhor feudal; manso servil, onde os servos

praticavam a agricultura para sua subsistência; e manso comunal formado pelos bosques e pastagens.

A sociedade feudal dividia-se em três grupos: os nobres, que tinham o domínio sobre as terras; os trabalhadores, que em sua maioria eram servos; e o clero, formado pelos membros da Igreja Católica.

Cada um desses grupos exercia uma função social claramente explicitada na conhecida definição da sociedade feudal: “os que rezam (clero), os que combatem (nobres), os que trabalham (servos).”

Uma das características mais importantes para compreender essa sociedade é que ela era estamental, ou seja, não havia mobilidade social. Os servos permaneciam nessa condição por inúmeras gerações. Seus filhos herdavam seu pedaço de terra e todas as obrigações ligadas a ele. O mesmo acontecia nas famílias nobres. A condição social e as propriedades eram heranças sanguíneas, passavam do pai para o filho mais velho, que assumia o controle da família, do feudo e de todas as pessoas que viviam em sua propriedade. Era praticamente impossível mudar de condição social.

O senhor feudal era o proprietário do feudo, tinha o direito de exercer a justiça sobre as pessoas que viviam sob sua proteção e de interferir de várias formas na vida pessoal das famílias servis.

O outro estamento, composto pelos servos, era o responsável pela realização do trabalho que sustentava a estrutura feudal. Embora não fossem escravos no sentido clássico do termo, uma vez que não eram propriedade de seu senhor e não podiam ser vendidos, os servos não eram totalmente livres. Eram denominados servos da gleba, o que significa dizer que eram pessoas presas à terra em que viviam. Não tinham liberdade de se locomover sem a autorização do senhor feudal; não podiam deixar seu trabalho e sair em busca de emprego em outro lugar; não tinham autonomia para decidir o que fazer de suas vidas. Pagavam muitos e pesados impostos, como a corveia (trabalho não remunerado no manso senhorial), a talha (parcela da produção do manso servil destinada ao senhor), o tostão de Pedro (pagamento feito à Igreja) e as banalidades (pagamento pelo uso do moinho, do forno e do celeiro). Submetidos a tantos encargos, viviam na miséria, e a desnutrição permanente explica o grande número de epidemias.

O clero, que era a outra parcela da classe dominante, tornou-se muito rico a partir do momento em que passou a receber doações dos católicos. Dividia-se em alto clero e baixo clero. O alto clero era formado pelos homens que ocupavam os cargos de comando dentro da hierarquia da Igreja. Eram os cardeais, bispos e arcebispos, e exerciam uma função mais política que espiritual. Os membros do alto clero eram originários da nobreza e nem sempre pessoas com vocação eclesiástica. Do outro lado da fé estava o baixo clero, formado pelos padres e párocos que viviam e trabalhavam nas aldeias e nos feudos, em contato direto com as populações pobres. Os membros do baixo clero eram, em geral, oriundos de famílias servis e permaneciam por toda a vida nessa condição inferior dentro da hierarquia eclesiástica. Podemos dizer que a Igreja reproduzia a divisão da sociedade: os homens nasciam pobres ou ricos; assim passariam toda a vida e nessa condição morreriam, independentemente de seus méritos ou capacidade pessoal. (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, capítulo IV, p. 43-44).

Reprodução do tópico *A crise do feudalismo*, texto que integra o capítulo *Transição do feudalismo para o capitalismo* (capítulo 5):

Por volta do século XIII, o feudalismo começou a apresentar as primeiras crises, revelando que seus pressupostos não atendiam às novas questões sociais. Os novos tempos, conhecidos como Idade Moderna, já se delineavam no horizonte. Esse período, que encerra a época medieval, denominado Baixa Idade Média, teve seu início no século XI. Os fatores que desencadearam a crise do feudalismo foram:

- O crescimento demográfico. No final do século X, a população da Europa viveu um processo de crescimento demográfico. Para solucionar o problema da falta de terras e de alimentos, teve início um avanço da agricultura sobre terras onde havia florestas e pântanos. Essa conquista do solo para a agricultura, denominada arroteamento, estendeu-se até o século XIII, quando todas as terras possíveis já tinham sido arroteadas.
- O avanço das técnicas agrícolas. Incluía a melhor utilização da força motriz das águas correntes e dos animais e a substituição gradativa da madeira pelo ferro na fabricação de enxadas e arados, tornando essas ferramentas mais eficientes.
- A crise agrícola do século XIV. Os avanços técnicos resultaram em aumento da produção agrícola e tornaram o trabalho dos camponeses menos fatigante e mais produtivo, fatores que contribuíram para o aumento demográfico. O crescimento populacional gerou um novo período de falta de alimentos, e a subnutrição crônica que vitimava a população pobre transformou-se, no século XIV, em inanição.
- As revoltas camponesas. O agravamento da miséria resultou na eclosão de inúmeras revoltas, que uniam camponeses de várias localidades e se alastravam por toda a Europa. No ano de 1358, ocorreu na França a *jacquerie*, uma revolta do campesinato contra a nobreza que durou quatorze dias, durante os quais havia muita violência. Na Inglaterra, a revolta mais grave ocorreu em 1381, por causa de uma cobrança extraordinária de impostos. Depois de dois meses de luta, os nobres ingleses decidiram diminuir as obrigações servis. No século seguinte, a servidão praticamente havia desaparecido do solo inglês.
- As epidemias. Com a população mal alimentada ressurgiam com grande força as epidemias. A mais grave delas foi a que ocorreu entre os anos de 1348 a 1349, conhecida como a Grande Peste ou Peste Negra. Cerca de um terço da população europeia morreu vitimado por essa epidemia. (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, capítulo V, p. 50).

Reprodução de matéria complementar sobre a “Guerra dos Cem Anos”, texto que integra o capítulo *Transição do feudalismo para o capitalismo* (capítulo 5):

No século XIV eclodiu, entre franceses e ingleses, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Estavam em disputa o trono da França e o controle da região de Flandres (atual Bélgica), um importante centro de comércio. A guerra durou 116 anos, durante os quais se intercalaram períodos de combate e de paz. Na guerra, destacou-se a heroína Joana D’Arc, jovem camponesa que comandou as tropas francesas em várias batalhas vitoriosas. Em 1430 foi capturada pelos ingleses e acusada de heresia, sendo queimada viva no ano seguinte. Depois de um século, as questões que originaram a guerra

estavam ultrapassadas e o conflito perdeu força até cessar. (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, capítulo V, p. 51).

Reprodução do tópico *O burgo e o burguês*, texto que integra o capítulo *Transição do feudalismo para o capitalismo* (capítulo 5):

O comércio não desapareceu totalmente durante a Idade Média: mesmo de forma irregular, as trocas continuaram a ser feitas. Também as cidades continuaram existindo, mas sua função era essencialmente religiosa e militar. Localizavam-se inicialmente na parte interna da área cercada pelos muros fortificados que protegiam a propriedade feudal. Eram, portanto, cidades intramuros, que abrigavam as residências dos membros do alto clero e de muitas famílias nobres, além de mosteiros e abadias.

Esse panorama começou a mudar no século XI, com o incremento do comércio e com a expansão da vida urbana. A partir de então, surgiram os burgos, cidades que se desenvolveram em função das trocas comerciais. Tinham a característica de se organizar próximo aos centros religiosos de maior movimento, porém do lado de fora dos muros de proteção, o que lhes conferiu a denominação de cidades extramuros.

Dois fatores foram os principais responsáveis pelo renascimento comercial: o esgotamento das terras, que ocasionou a entrada de muitos camponeses na atividade comercial; e as Cruzadas, que criaram nos nobres europeus o gosto pelos artigos de luxo.

O aumento do consumo resultou no estabelecimento de dois importantes centros de troca: Champagne, que reunia os comerciantes do Mediterrâneo, do Báltico e do Mar do Norte; e Flandres, a mais movimentada região de comércio internacional.

As cidades de Bruges e Antuérpia (localizadas na atual Bélgica) eram os principais centros de comércio e de finanças da região flamenga.

O aumento da atividade comercial levou à formação de ligas ou hansas, associações que defendiam os interesses dos comerciantes.

A mais influente dessas associações foi a Liga Hanseática, que reunia comerciantes alemães e chegou a ter cerca de 80 cidades associadas. Os artesãos, por sua vez, formavam as corporações de ofício, que visavam controlar a produção e a qualidade das mercadorias, além de garantir o monopólio da atividade profissional.

As cidades estavam ligadas aos feudos, e os senhores feudais cobravam pesados impostos dos burgueses que nelas se instalavam para fazer comércio. A fim de eliminar esses encargos, foi criado o movimento comunal, em prol da autonomia das cidades. O processo de emancipação seguiu dois caminhos: a via pacífica, por meio do pagamento de uma indenização; ou a guerra, em que os burgueses tiveram o apoio dos reis, interessados em diminuir o poder dos nobres. O movimento comunal durou do século XI ao século XIII. (HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM INTEGRADA, Livro XIII, Unidade I, capítulo V, p. 52).

O livro *História*¹⁵ (Livro XIV), volume único, possui 73 capítulos, distribuídos em 12 unidades temáticas.

A unidade I intitula-se *A conquista da terra*; ela é constituída pelo capítulo 1 denominado *Os primeiros seres humanos* e capítulo 2 denominado *O ser humano chega à América*.

A unidade II intitula-se *Sociedades do Antigo oriente Próximo*; ela é constituída pelo capítulo 3 denominado *O antigo Egito*, capítulo 4 denominado *Os povos da Mesopotâmia* e capítulo 5 denominado *Outros povos do Oriente Próximo*.

A unidade III intitula-se *A Civilização Greco-Romana*; ela é constituída pelo capítulo 6 denominado *O mundo grego*, capítulo 7 denominado *Da Época Clássica ao período Helenístico*, capítulo 8 denominado *O legado grego*, capítulo 9 denominado *A sociedade romana*, capítulo 10 denominado *O Império Romano* e capítulo 11 denominado *O que Romanos legou*.

A unidade IV intitula-se *O Mundo Medieval*; é constituída pelo capítulo 12 denominado *A sociedade feudal*, capítulo 13 denominado *O Império Bizantino*, capítulo 14 denominado *O Islã*, capítulo 15 denominado *O Reino dos Francos*, capítulo 16 denominado *Religião e cultura na ordem feudal* e capítulo 17 denominado *Crise no mundo feudal*.

A unidade V intitula-se *A Idade Moderna*; é constituída pelo capítulo 18 denominado *A hora dos reis*, capítulo 19 denominado *Uma revolução chamada Renascimento*, capítulo 20 denominado *América!*, capítulo 21 denominado *Revolução na Cristandade*, capítulo 22 denominado *O Absolutismo* e capítulo 23 denominado *Enquanto isso, no Oriente*.

A unidade VI intitula-se *Era uma vez, na América*; é constituída pelo capítulo 24 denominado *As sociedades da Meso-América* e capítulo 25 denominado *Povos da América do Sul*.

A unidade VII intitula-se *A Colonização da América*; é constituída pelo capítulo 26 denominado *A América subjugada*, capítulo 27 denominado *Portugueses na América*, capítulo 28 denominado *Açúcar e escravidão*, capítulo 29 denominado *Os escravos*, capítulo 30 denominado *Sob o domínio da Espanha*, capítulo 31 denominado *Inglaterra: revolução e hegemonia*, capítulo 32 denominado *A colonização inglesa na América do Norte*, capítulo 33

¹⁵ FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História**. 1. ed. (Volume único) São Paulo, SP: Editora Ática, 2005.

denominado *Depois da União Ibérica*, capítulo 34 denominado *O ouro das Gerais* e capítulo 35 denominado *O novo mapa do Brasil*.

A unidade VIII intitula-se *Uma Era de Revoluções*; é constituída pelo capítulo 36 denominado *A Revolução Industrial*, capítulo 37 denominado *As luzes da Razão*, capítulo 38 denominado *Revolução na América do Norte*, capítulo 39 denominado *A Revolução Francesa*, capítulo 40 denominado *Ascensão e queda do Império Napoleônico*, capítulo 41 denominado *América, rebelde América*, capítulo 42 denominado *Brasil: tempos de revolta*, capítulo 43 denominado *O Brasil deixa de ser colônia* e capítulo 44 denominado *Sete de setembro de 1822*.

A unidade IX intitula-se *O Século XIX*; é constituída pelo capítulo 45 denominado *A luta de classe na Europa do século XIX*, capítulo 46 denominado *Dois novos Estados no mapa europeu*, capítulo 47 denominado *Estados Unidos: expansão e guerra civil*, capítulo 48 denominado *Em nome do capital*, capítulo 49 denominado *O curto reinado de dom Pedro I*, capítulo 50 denominado *Entre dois reinados*, capítulo 51 denominado *O Segundo Reinado* e capítulo 52 denominado *O acaso do Império*.

A unidade X intitula-se *Uma Era de Incertezas*; é constituída pelo capítulo 53 denominado *Europa, 1914*, capítulo 54 denominado *A Revolução Russa*, capítulo 55 denominado *A República do “café com leite” no Brasil*, capítulo 56 denominado *A economia na República oligárquica*, capítulo 57 denominado *Brasil: exclusão e revolta*, capítulo 58 denominado *A ameaça totalitária*, capítulo 59 denominado *Brasil: crise e revolução na República*, capítulo 60 denominado *A Segunda Guerra Mundial* e capítulo 61 denominado *A Era Vargas no Brasil*.

A unidade XI intitula-se *Um Mundo Bipolar*; é constituído pelo capítulo 62 denominado *Guerra Fria*, capítulo 63 denominado *Consolidação e expansão do socialismo burocrático*, capítulo 64 denominado *As lutas de libertação nacional na África e na Ásia*, capítulo 65 denominado *A América Latina entre o populismo e o militarismo*, capítulo 66 denominado *Os Estados Unidos*, capítulo 67 denominado *Brasil: democracia e industrialismo* e capítulo 68 denominado *O longo ciclo militar*.

A unidade XII intitula-se *Ricos e Pobres no Mundo Globalizado*; é constituído pelo capítulo 69 denominado *A desintegração da União Soviética*, capítulo 70 denominado *A globalização*, capítulo 71 denominado *Os países ricos*, capítulo 72 denominado *Os países pobres e em desenvolvimento* e, por fim, capítulo 73 denominado *Brasil: a construção do futuro*.

O livro está posicionado como Livro XIV; ocupa a 14ª posição (no ranking), como um dos mais utilizados nas escolas brasileiras, ao longo do tempo de vigência dos livros que integram as duas primeiras versões do PNLEM.

Desta obra, foram utilizados textos e (ou) fragmentos pertencentes à unidade IV.

Reprodução do texto de introdução à unidade intitulada *O mundo medieval* (unidade IV):

De acordo com a periodização normalmente aceita pelos historiadores, a Idade Média teve início em 476 quando o último imperador romano do Ocidente foi destituído pelos povos germânicos. O período estende-se até 1453, ano em que a cidade de Constantinopla foi dominada pelos turcos otomanos, marco final do antigo Império Romano do Oriente.

Para facilitar o estudo, costuma-se dividir a Idade Média em dois grandes períodos: *Alta Idade Média* (séculos V a IX) e *Baixa Idade Média* (séculos IX a XV).

A expressão Idade Média surgiu no século XIV durante o movimento cultural denominado Renascimento, que iremos estudar no capítulo 19.

Os renascentistas acreditavam viver um momento único na história da humanidade, marcado por grande efervescência cultural, comparável somente ao período greco-romano. Segundo eles, esses dois momentos estavam separados por séculos de trevas, ignorância e barbárie: a Idade Média, dominada pelo misticismo religioso.

A história medieval, todavia, é muito mais rica do que os renascentistas gostariam de admitir, além de ser fundamental para compreender a formação do mundo ocidental. Suas principais características relacionam-se à descentralização do poder, típica dos povos germânicos, e à religiosidade, sendo a Igreja Católica a mais forte instituição do período.

Enquanto a sociedade medieval se consolidava no Ocidente, na península Arábica florescia o Islã, um poderoso império teocrático. O Império Romano do Oriente, por sua vez, sediado em Constantinopla, passou a ser o centro de convergência dos comerciantes do Oriente, mantendo-se unificado até o final da Idade Média. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, p. 67)

Reprodução do texto de introdução ao capítulo intitulado *A sociedade feudal*, (capítulo 12):

Como vimos na Unidade anterior, a partir do século III, o Império Romano enfrentou diversas crises internas e invasões de povos germânicos. Em 395, para tentar solucionar os problemas, o imperador Teodósio dividiu o Império em duas partes: uma no Ocidente, com capital em Roma, e outra no Oriente, sediada em Constantinopla.

Separados, os dois impérios conheceriam destinos diferentes. O poderoso Império Romano do Ocidente não resistiria às pressões em suas fronteiras e ruiria, dando lugar a diversos reinos, nos quais surgiria um novo tipo de sociedade, baseada em tradições germânicas e romanas: a sociedade feudal.

O Império Romano do Oriente, alternando momentos de apogeu e graves crises, ainda sobreviveria por quase mil anos. Neste capítulo, iremos estudar o destino da Europa ocidental após a desagregação do Império Romano do Ocidente. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 68).

Reprodução do tópico *Como se formou o feudalismo*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

Os romanos, a exemplo dos gregos, chamavam de *bárbaros* a todos aqueles que não tinham seus costumes e que não falavam sua língua. Entre esses povos, estavam os germanos, cujas invasões provocariam a desestruturação do Império Romano do Ocidente.

A partir do fim do século III, com o enfraquecimento do poderio de Roma, alguns povos que habitavam nas proximidades das fronteiras do Império começaram a se instalar pacificamente em seu território, como aliados, isto é, como *colonos* e, sobretudo, como soldados.

Em 410, os visigodos ocuparam a península Itálica, tomando e saqueando Roma. Os vândalos, por sua vez, avançaram pela península Ibérica, atravessaram o estreito de Gibraltar e estabeleceram-se no norte da África.

O golpe definitivo ocorreu em 476, quando Odoacro, chefe dos hérulos, destronou o imperador de Roma, pondo fim ao Império Romano do Ocidente. Esse acontecimento assinala a passagem entre a Antiguidade e a Idade Média na Europa ocidental.

Assim, ao término do século V, toda a porção ocidental do Império Romano, agora sob o domínio dos germanos, começava a assumir uma configuração inteiramente diversa, do ponto de vista de sua organização social, política e econômica. Era o mundo feudal que começava a se formar.

Mas seriam necessários mais de três séculos para que as estruturas da nova sociedade estivessem plenamente consolidadas. Nesse período, a administração centralizada do Império Romano daria lugar a diversos reinos, como o dos ostrogodos, o dos francos e outros (ver mapa abaixo), nos quais vigoravam formas descentralizadas de poder.

De todos esses reinos, o mais duradouro foi o dos francos. Por volta do século IX, seu poder era tão grande que alguns acreditavam na possibilidade de o Império Romano do Ocidente voltar a surgir, como veremos no capítulo 15.

A base social dos reinos feudais se constituiria a partir do encontro e da combinação de tradições, costumes, crenças e estruturas sociais herdadas dos romanos, e dos povos germânicos. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 69).

Reprodução do ponto *O sistema de colonato*, parte constitutiva do tópico *Como se formou o feudalismo*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

Ao longo de todo o processo de desagregação do Império Romano do Ocidente, que durou cerca de duzentos anos, as cidades se despovoaram,

enquanto o comércio e a produção artesanal entraram em declínio. Sem dinheiro para manter as fronteiras, o imperador não conseguia garantir a integridade do território. Para se proteger, a população abandonava as cidades, principais alvos dos povos invasores.

Ao mesmo tempo, com o fim das guerras de expansão do império, a mão de obra escrava, base da economia romana, praticamente desapareceu. Com isso, as grandes propriedades rurais escravistas — os latifúndios — perderam importância.

No lugar dos latifúndios, começaram a surgir as *vilas*, grandes propriedades rurais que tinham por objetivo a autossuficiência, tendo em vista que o fluxo comercial diminuiu com as invasões. Nas vilas, a mão de obra principal passou a ser a dos colonos, trabalhadores que entregavam parte do que produziam ao senhor, em troca da permissão de uso da terra (sistema de colonato). Eram obrigados ainda a trabalhar alguns dias na terra do senhor. Com o passar do tempo, os pequenos agricultores também entregariam suas terras aos grandes proprietários em troca de proteção.

Essas vilas e as relações nelas estabelecidas contribuíram para a formação dos *feudos*, unidade básica de todo o sistema feudal (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 70).

Reprodução do ponto *Insegurança e isolamento*, parte constitutiva do tópico *Como se formou o feudalismo*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

A Igreja Católica representou papel fundamental na formação e consolidação do feudalismo. Era a maior e mais poderosa instituição do período. Sua influência alastrou-se aos poucos entre romanos e germânicos, transformando-a no principal elo de toda a população a garantindo certa uniformidade cultural à Europa ocidental.

Essa uniformidade se revelava na ideia de *Cristandade*, termo que designava o conjunto de povos seguidores do cristianismo. Tanto a Igreja quanto os Estados feudais e o Império Bizantino opunham a noção de Cristandade ao islamismo (ou Islã), religião que se propagou pelo mundo árabe a partir do século VII (veja o capítulo 14).

No século IX não existia na Europa ocidental quem não acreditasse em Deus. Controlando a fé, a Igreja normatizava os costumes, a produção cultural, o comportamento e, sobretudo, a ordem social. Aqueles que se desviavam de suas normas eram rigorosamente punidos. Sua influência também se fazia sentir na política, ao sagrar reis e legitimar o poder dos senhores feudais.

Com o tempo, a Igreja se transformaria também na maior proprietária de terras da Europa ocidental, em um período em que a terra era a principal fonte de poder e de riqueza.

A nova organização social que despontava na Europa com a desagregação do Império Romano - o feudalismo - só assumiu sua forma mais acabada por volta dos séculos VIII e IX. Nessa época, outra onda de invasões, desta vez empreendida pelos árabes, húngaros, eslavos e normandos (ou *vikings*), isolou a Europa ocidental do Oriente. O clima de insegurança e isolamento criado pela nova onda de invasões dificultava a circulação de pessoas, debilitando ainda mais as atividades comerciais e a força das cidades.

O poder político se transferiu para os grandes proprietários de terras, os *senhores feudais*, a quem a população recorria para pedir proteção. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 70).

Reprodução do tópico *Organização social*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

Jacques Le Goff e George Duby especialistas em Idade Média dividem a sociedade da Alta Idade Média em três grandes ordens. A primeira compreendia os integrantes do clero, que cuidavam da fé cristã; a segunda reunia os senhores feudais (nobreza), responsáveis pela guerra e pela segurança; a última ordem era aquela constituída pelos servos, que trabalhavam para sustentar toda a população.

A mobilidade social praticamente inexistia. Rígidas tradições e vínculos jurídicos determinavam a posição social de cada indivíduo desde o nascimento.

Na sociedade feudal, a honra e a palavra tinham importância fundamental. Desse modo, os senhores feudais ligavam-se entre si por meio de um complexo sistema de obrigações e tradições.

A fim de obter proteção, os senhores feudais geralmente procuravam por outro senhor mais poderoso, jurando-lhe fidelidade e obediência. Chamava-se *vassalo* o senhor feudal que pedia proteção a outro. Essa aliança deveria ser consolidada pelo senhor mais poderoso, o *suserano*, por meio da concessão de um feudo, que podia ser constituído de terras ou bens ou de ambos, em troca da obediência recebida.

Nesse sistema, o vassalo devia várias obrigações ao seu suserano, como o serviço militar, por exemplo. Por essa razão, quanto maior o número de vassalos, maior o prestígio e o poder de um suserano. O compromisso estabelecido nesse sistema tinha caráter sagrado e constituía falta grave sua violação. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 70-71).

A reprodução do ponto *Servos, escravos e vilões*, parte constitutiva do tópico *Organização social*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

A terceira ordem da sociedade da Alta Idade Média era formada pelos servos. A relação que se deu inicialmente entre os colonos e os proprietários das vilas romanas pode explicar a origem da servidão no feudalismo.

Diferentemente dos escravos, os servos estavam presos, à terra e dali não podiam sair. Mesmo que um feudo mudasse de senhor, não poderiam ser expulsos dele, passando a prestar obrigações ao novo senhor.

Além dos servos, havia os *vilões*, pequenos proprietários que, por algum motivo, tinham entregado suas terras a um senhor. Embora livres, deviam várias obrigações ao dono do feudo.

Os *escravos*, em números reduzidos e mantidos apenas em algumas regiões próximas ao Mediterrâneo, trabalhavam em atividades domésticas. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 71).

Reprodução do tópico *O feudo*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

Os feudos eram os núcleos com base nos quais a sociedade feudal se organizou. Por volta do ano 1000, a maioria das pessoas na Europa ocidental vivia em feudos. Nesse período, a terra converteu-se no bem mais importante, por ser a principal fonte de sobrevivência e poder. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 71).

Reprodução do tópico *O poder dos senhores feudais*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

Como vimos após a desintegração do Império Romano do Ocidente, a Europa foi ocupada por vários reinos, cuja principal característica era a descentralização do poder, dividido entre o rei e os senhores dos feudos. O rei cumpria, sobretudo, funções simbólicas. Era considerado o principal suserano. Também subordinado às obrigações do sistema de suserania e vassalagem, dependia do exército formado por seus vassalos e dos tributos recolhidos em seus próprios domínios feudais. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 72).

Reprodução do tópico *Uma economia rural*, texto que integra o capítulo denominado *A sociedade feudal* (capítulo 12):

Já vimos anteriormente que na Alta Idade Média ocorreu uma acentuada retração das atividades comerciais e artesanais. Em razão disso, houve um processo de ruralização da sociedade na Europa ocidental, com o predomínio da agricultura de subsistência.

Dentro dos feudos, a agricultura era praticada por meio de técnicas simples. Os principais instrumentos eram feitos de madeira, pois o ferro era de difícil aquisição. O arado, puxado por boi, era o equipamento principal. Para não esgotar o solo, usava-se um sistema de rotação trienal: a terra de cultivo era dividida em três partes e o plantio era feito de tal modo que sempre uma dessas partes permanecia em descanso.

Cada família de servos tinha a posse de um lote (ou tenência) em cada um desses campos, para que sempre houvesse terra disponível para o cultivo. O quadro a seguir representa o aproveitamento da terra, de acordo com o *sistema de três campos*.

Os caminhos precários e perigosos do interior da Europa dificultavam a troca de mercadorias entre regiões distantes. Dessa forma, o feudo tinha de ser praticamente autossuficiente, produzindo quase tudo de que precisava.

Nesse período, algumas cidades ficaram despovoadas, outras desapareceram, e o comércio e a produção artesanal diminuíram drasticamente. No interior de alguns feudos, mantinham-se pequenas vilas, que reuniam poucos moradores e serviam de refúgio contra os invasores. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XII, p. 72).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

A sociedade feudal conheceu, entre os séculos XI e XIII, um período de grandes mudanças, assinalado pelo renascimento comercial e urbano e pelo advento da arte gótica e das universidades.

O acontecimento que deu início a essas transformações foi o crescimento da população, proporcionado pelo fim das invasões e das epidemias que assolaram a Europa durante a Alta Idade Média. Juntamente com outros processos, esse fato contribuiu decisivamente para o aumento da produção agrícola e a diversificação das atividades econômicas.

No final do século XI, a ordem feudal sofreu outro impacto de grandes proporções: as *Cruzadas*, expedições de caráter religioso e militar destinadas a arrancar a Terra Santa das mãos dos muçulmanos. Com elas, o mundo feudal europeu saiu do imobilismo. Sob o estímulo das Cruzadas, cidades começaram a surgir ou a renascer. Lentamente, o comércio também voltou a florescer.

No começo, os senhores feudais se beneficiaram com esse processo de mudanças. As cidades em crescimento ficavam geralmente em suas terras e lhes pagavam impostos. Com as Cruzadas, eles passaram a comprar produtos do Oriente. Para aumentar seu poder de compra, ampliaram a cobrança de tributos entre os camponeses. Assim, inicialmente, as mudanças reforçaram a servidão feudal.

Em longo prazo, porém, elas colocariam em crise a ordem feudal, provocando o surgimento de um novo grupo social, a *burguesia*, minando as relações entre o rei e a nobreza e levando a uma nova forma de organização da sociedade. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 89).

Reprodução do tópico *Uma população em expansão*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

A população europeia era de aproximadamente 18 milhões de pessoas no ano 800. Em trezentos anos, até o ano 1100, esse número aumentou em cerca de 8 milhões de habitantes, saltando a população total para quase 26 milhões. Em 1200, foi atingida a marca de 34 milhões de habitantes. Isso quer dizer que em apenas quatrocentos anos a população da Europa praticamente dobrou.

A diminuição das invasões a partir do século X gerou um clima de estabilidade social sem precedentes no mundo feudal. O isolamento entre os feudos permitiu que o número de mortes por epidemia diminuísse consideravelmente. Sem disputas contra invasores e momentaneamente livres das epidemias, o número de nascimentos começou a superar o de mortes, ocasionando o aumento populacional.

O crescimento da população trouxe consigo a ampliação do mercado de consumo e da oferta de mão-de-obra. Dessa forma, cresceu a demanda por alimentos. Esse problema foi resolvido por meio da ampliação das áreas de cultivo mediante a ocupação de florestas e pântanos. Ao mesmo tempo, algumas técnicas de cultivo foram aperfeiçoadas, elevando a produtividade do trabalhador rural. O resultado da combinação desses dois fatores foi o

aumento da produção agrícola. Entretanto, isso não foi suficiente para alimentar a população crescente dos feudos.

Os senhores feudais começaram então a expulsar o excedente populacional. Banidos dos feudos geralmente sob a alegação de quebrarem alguma regra, muitos servos viram-se obrigados a mendigar ou a saquear nas estradas.

Enquanto isso ocorria com a população mais pobre, os filhos de senhores feudais viram-se na contingência de abandonar a propriedade paterna. Para garantir a supremacia dos feudos e não dividir suas posses, os senhores feudais fizeram do filho primogênito o único herdeiro. Assim, os outros filhos eram praticamente expulsos das terras, tendo de encontrar novos meios para sobreviver.

Essas circunstâncias acentuavam o clima de disputa entre os nobres cavaleiros. Durante esse período, efetuavam-se também combates e torneios que transformavam os campos em verdadeiras arenas. Foi necessária a intervenção da Igreja, instituindo dias para os torneios, como forma de regulamentá-los e evitar que a produção agrícola fosse prejudicada. Esse ambiente, dominado pelo espírito guerreiro, favoreceu o movimento das Cruzadas, promovido pela Igreja. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 89-90).

Reprodução do tópico *O renascimento comercial e urbano*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

A partir das Cruzadas, a mudança mais visível na Europa ocidental ficou conhecida pelo nome de renascimento comercial e urbano. Ele significou o desenvolvimento do comércio e das cidades, que tinham tido pouca importância durante os séculos anteriores.

O comércio, ainda incipiente, era praticado nas feiras que se realizavam nas vilas ou perto dos castelos e outros lugares fortificados. Inicialmente periódicas, as feiras tornaram-se permanentes, propiciando o aparecimento de núcleos urbanos, os chamados *burgos*.

A partir dos burgos, desenvolveram-se novas cidades, ao mesmo tempo, que ganharam vida as mais antigas, que não haviam desaparecido por completo.

As cidades atraíam cada vez mais artesãos, que nelas se fixavam para viver de seu ofício. Atraíam também servos camponeses que as buscavam para tentar vender os seus excedentes agrícolas ou para viver como trabalhadores livres. Atraíam, ainda, comerciantes de sal, de ferro e de inúmeras outras mercadorias, provenientes de regiões distantes. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 91).

Reprodução do ponto *As moedas voltam a circular*, parte constitutiva do tópico *O renascimento comercial e urbano*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

As atividades comerciais restabeleceram o uso regular da moeda. Logo, diferentes moedas circulavam nas feiras e nos núcleos urbanos,

provenientes de vários feudos e regiões da Europa (os senhores feudais podiam cunhar suas próprias moedas). Essa variedade criou a necessidade do câmbio, isto é, troca de moedas. Os que se dedicavam a ele eram chamados de cambistas.

Mais tarde, os cambistas passaram a realizar empréstimos e a fazer outras operações financeiras. Assim surgiram os bancos, palavra de origem italiana que designava o assento ocupado pelo cambista. Durante muito tempo, os banqueiros mais importantes eram os da península Itálica, pois era ali que, inicialmente, o comércio era mais intenso. Isso porque algumas cidades da península Itálica, como Gênova e Veneza, já mantinham relações comerciais com o Império Bizantino e os árabes séculos antes das Cruzadas. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 91).

Reprodução do ponto *A burguesia entra em cena*, parte constitutiva do tópico *O renascimento comercial e urbano*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

As cidades que se formaram ao pé das fortificações estavam estreitamente vinculadas aos senhores feudais. Esses nobres, proprietários das terras onde ficavam os burgos, cobravam pesadas, taxas daqueles que os habitavam.

No início, toda a população do burgo chamava-se burguesia; posteriormente esse termo passou a designar apenas comerciantes, banqueiros e alguns artesãos enriquecidos.

Com o aumento do comércio e o fortalecimento da burguesia, alguns desses burgos obtiveram pacificamente autorização para negociar sem pagar aos senhores nenhuma tributação. Isso era conseguido por meio de um documento conhecido como *Carta de Franquia*, que os moradores do burgo compravam ao senhor feudal ou a um eclesiástico quando as terras onde ficava a cidade pertenciam à Igreja. Em muitos casos, porém, os burgos tiveram de lutar, unindo-se aos reis, a fim de conseguir dos senhores feudais a licença (franquia) para efetuar suas atividades nas cidades. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 91).

Reprodução do ponto *Os artesãos se organizam*, parte constitutiva do tópico *O renascimento comercial e urbano*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

Nas cidades, a produção artesanal e o comércio tornaram-se tão intensos que aqueles que se dedicavam a essas ocupações passaram a se organizar em associações com o intuito de regular suas atividades.

As chamadas corporações de ofício dos artesãos controlavam a produção e impediam a concorrência desleal, fixavam preços, salários e padrões de qualidade. Dentre todas essas funções, destacava-se a de reservar o mercado da cidade aos seus membros, além, é claro, de torná-los mais fortes para negociar com os senhores feudais. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 91).

Reprodução do tópico *O comércio de longa distância*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

As Cruzadas deram grande impulso às atividades comerciais no Mediterrâneo. Cidades da península Itálica, como Veneza e Gênova, passaram praticamente a monopolizar o contato com o Oriente.

Os produtos orientais trazidos pelos comerciantes da península Itálica eram revendidos para outras regiões da Europa. A península Itálica tornou-se, dessa forma, o principal centro comercial europeu.

Outro importante polo de atividades comerciais desenvolveu-se simultaneamente no norte da Europa, na região de Flandres (norte da atual Bélgica). A partir dele, o comércio se propagou para o mar Báltico, chegando até a Rússia. Mais tarde, as cidades do Sacro Império Romano-Germânico formaram uma liga comercial chamada de *Hansa Teutônica*, que monopolizou o comércio nessa vasta região.

Ligando Flandres (norte) à península Itálica (sul), desenvolveu-se uma rota terrestre que atravessava a região franca de Champanhe. Nesse percurso realizavam-se, durante todo o ano, grandes feiras, que serviam de ponto de encontro aos comerciantes europeus.

Desse modo, entre os séculos XIII e XIV formou-se na Europa uma verdadeira teia de rotas por onde começou a fluir um próspero e intenso comércio (ver mapa ao lado). (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 92).

Reprodução do tópico *Primeiros passos do capitalismo mercantil*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

O renascimento comercial e urbano, ocorrido a partir do século XI, introduziu muitas novidades na organização da sociedade feudal. Surgiram diferentes grupos sociais, tais como a burguesia e os trabalhadores assalariados.

Criaram-se novas formas de enriquecimento, por meio do crescimento das atividades bancárias e do comércio de mercadorias. Ganharam importância o comércio em grande escala e a produção para o mercado.

Essas novidades indicavam o lento aparecimento de um novo sistema econômico: o pré-capitalismo. Uma das características do novo sistema era o fato de sua economia estar baseada na moeda e não na troca de produtos, como ocorria antes. Aos poucos, ele ganhou espaços cada vez maiores na ordem feudal e começou a entrar em choque com ela. A antiga nobreza, rica em terras, adaptava-se com dificuldade à nova economia. Enquanto isso, comerciantes e banqueiros enriqueciam e começavam a disputar poder com os senhores feudais.

A partir do século XV, com o início das Grandes Navegações, o pré-capitalismo se transformaria lentamente em capitalismo mercantil. Com este, o capital investido no comércio passou a dominar a produção e o trabalho assalariado se expandiu. No lugar das corporações de ofício, surgiram as manufaturas. Pouco a pouco, a ordem feudal entrou em crise e o capitalismo mercantil se tornou dominante em toda a Europa ocidental. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 93).

Reprodução do tópico *A fome, a peste e a guerra*, texto que integra o capítulo denominado *Crise no mundo feudal* (capítulo 17):

A dissolução do feudalismo foi apressada no fim da Idade Média por uma sucessão de acontecimentos que geraram a chamada “crise do século XIV”.

A produção de alimentos sempre foi deficiente no sistema feudal, de modo que a fome era uma ameaça constante. Entre 1315 e 1317, a situação se agravou e provocou surtos de fome em vários lugares da Europa.

A falta de estrutura das cidades para suportar o aumento populacional, associada ao problema da fome, acabou facilitando a propagação de uma série de epidemias. A pior de todas foi a chamada peste negra, que assolou a Europa entre 1348 e 1350 e matou cerca de um terço de toda a população.

Inúmeras guerras também contribuíram para aumentar a mortandade e tornar a situação na Europa ainda mais difícil. A maior delas foi, sem dúvida, a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), travada entre as monarquias da Inglaterra e da França (veja o capítulo 18).

Sob a ação dos três flagelos do século XIV - a fome, a peste e a guerra -, a população diminuía e a mão de obra se tornava cada vez mais escassa. Isso levou os senhores feudais a aumentar a exploração sobre os camponeses. Em consequência, houve inúmeras revoltas, nas quais os camponeses rebelados queimavam propriedades e assassinavam senhores feudais. Em algumas cidades, se verificaram desordens e motins.

A crise abalou também a estrutura de poder descentralizada típica do feudalismo, que não conseguia gerar respostas para os problemas que surgiam. Os governos centralizados começaram então a ganhar força, pois conseguiam arbitrar os conflitos inevitáveis em uma sociedade cada vez mais complexa.

Foi nesse contexto que se deu o fortalecimento do poder dos reis e a consequente formação do Estado moderno.

Desse modo, pode-se dizer que as transformações da Baixa Idade Média - desenvolvimento do comércio e das cidades, uso da moeda, aparecimento da burguesia, fortalecimento do poder central nas mãos do rei - condenaram o feudalismo à dissolução. A essas mudanças podemos acrescentar o Renascimento na península Itálica, no século XIV, e as Grandes Navegações, no século XV, todas apontando para o advento dos chamados tempos modernos, que começaremos a estudar na próxima Unidade. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade IV, capítulo XVII, p. 93).

Reprodução do texto de introdução à unidade denominada *A Idade Moderna* (unidade V):

Tradicionalmente, considera-se que a Idade Média chegou ao fim em 1453, ano em que desapareceu o império Bizantino, com a queda de Constantinopla nas mãos dos turcos otomanos. Mas é preciso ir com cuidado: essa é apenas uma data convencionalizada pelos historiadores para dividir dois períodos da história. Na verdade, a passagem da Idade Média para a Idade Moderna não resultou de um único acontecimento, mas de

uma série de transformações, que mudaram de maneira profunda o mundo ocidental.

Entre essas transformações destacam-se o surgimento do capitalismo mercantil, que aos poucos passou a dominar a economia europeia e a afirmação de uma nova classe social a ele ligada, a burguesia; a unificação do poder político pelos reis e a ação do Estado moderno, sob a forma de monarquias nacionais: a Reforma Protestante; e um notável surto de inovações nas artes, nas técnicas e nas ciências, favorecido pela invenção dos tipos móveis de impressão.

Ao mesmo tempo em que ocorriam essas mudanças — e graças a elas —, os europeus lançavam-se na aventura das Grandes Navegações. Em 1492, Cristóvão Colombo chegou à América. Seis anos depois, Vasco da Gama abria para o comércio o caminho marítimo para as Índias.

O impacto dessas transformações foi tão forte que o conceito de modernidade originado, a partir delas, atravessou os séculos e se projetou por toda a história contemporânea. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade V, p. 95).

Reprodução do texto de introdução ao capítulo *A hora dos reis* (capítulo 18):

No quadro de dificuldades criado pela crise que afetou a Europa ocidental no fim da Idade Média, a centralização do poder pelos reis surgiu como alternativa política capaz de restabelecer a ordem e a segurança. Atuando inicialmente como árbitro entre os senhores feudais e a burguesia, o rei conseguiu, aos poucos, impor sua autoridade sobre todo o território do reino.

Nesse longo e tortuoso processo, a fragmentação do poder político, característica da Idade Média, deu lugar ao governo centralizado e à unificação dos territórios. Surgiram assim, por toda a Europa ocidental, monarquias fortalecidas, como as de Portugal, Espanha, França e Inglaterra. Senhor absoluto do poder, foi o rei o principal agente na construção do Estado moderno. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade V, Capítulo XVIII, p. 96).

Reprodução do tópico *O senhor da balança*, texto que integra o capítulo denominado *A hora dos reis* (capítulo 18):

Em sua luta para centralizar o poder, o rei teve alguns aliados. O principal deles foi a burguesia mercantil e financeira, formada por comerciantes e por banqueiros.

O fato de cada feudo cunhar suas próprias moedas, aliado aos diferentes sistemas de pesos e medidas existentes em cada um deles, trazia enormes entraves às atividades mercantis. Além disso, o pagamento de pedágios imposto pelos senhores feudais às caravanas de mercadores prejudicava ainda mais os negócios da burguesia. Um poder centralizado e forte poderia, entre outras coisas, resolver esses problemas e ainda oferecer proteção às rotas comerciais, o que não acontecia no mundo feudal. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade V, Capítulo XVIII, p. 96).

Reprodução do tópico *A formação do Estado moderno*, texto que integra o capítulo denominado *A hora dos reis* (capítulo 18):

Nessas circunstâncias, surgiu o *Estado moderno*, igualmente chamado de *Estado nacional* ou *monarquia nacional*. Fenômeno novo na história, uma de suas características principais foi o caráter fortemente centralizado do poder monárquico em oposição à fragmentação vivida no sistema feudal. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade V, Capítulo XVIII, p. 97).

Reprodução do tópico *O Estado moderno na França*, texto que integra o capítulo denominado *A hora dos reis* (capítulo 18):

A Guerra dos Cem Anos, entre os séculos XIV e XV (veja o boxe a seguir), foi decisiva para o fortalecimento da monarquia. No curso do conflito, os reis franceses promoveram importantes reformas militares e financeiras, como a constituição de um exército permanente, controlado pelo poder central, e a criação de um imposto fixo destinado a garantir a manutenção da força armada. (HISTÓRIA, Unidade V, Capítulo XVIII, p. 98).

Reprodução de matéria complementar intitulada *116 anos de guerra*, texto que integra o capítulo denominado *A hora dos reis* (capítulo 18):

A Guerra dos Cem Anos foi um longo conflito entre a Inglaterra e a França. Iniciada em 1337, prosseguiu com intervalos até 1453. Entre os fatores que a provocaram, destacam-se a intenção do rei francês de afastar a rica região de Flandres do controle inglês e o fato de o rei inglês reivindicar direitos sucessórios em relação ao trono francês.

No início da guerra, os ingleses venceram as batalhas de Crécy (1346) e Poitiers (1356). No início do século XV, controlavam grande parte do norte da França. Nesse momento, entra em cena Joana D'Arc (1412-1431), uma jovem camponesa. Sob seu comando, os franceses recuperaram a cidade de Orléans, o que permitiu ao herdeiro da Coroa francesa ser coroado na catedral de Reims. Apesar da vitória, Joana D'Arc foi presa pelo duque de Borgonha, que se opunha ao rei da França, e entregue aos ingleses. Considerada herege por um tribunal eclesiástico, foi queimada na fogueira em 1431.

A vitória em Orléans marcou uma reviravolta na guerra. Os ingleses começaram a perder seus domínios nas regiões ocupadas por seu exército e acabaram expulsos da França. A Guerra dos Cem Anos contribuiu para consolidar o Estado moderno na França, ao fortalecer o poder do rei e despertar o sentimento de identidade nacional no país. (HISTÓRIA, Livro XIV, Unidade V, capítulo XVIII, p. 98).

São esses os documentos submetidos ao escrutínio no transcurso do estudo desenvolvido.